

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ednaldo Gomes Pereira

**SABERES DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA  
INTEGRAL: UM ESTUDO COM DISCENTES ASSENTADOS RURAIS DO  
CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO**

Porto Alegre

2023

Ednaldo Gomes Pereira

**SABERES DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UM ESTUDO COM DISCENTES ASSENTADOS RURAIS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

Porto Alegre

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Pereira , Ednaldo Gomes  
Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/Campus Novo Paraíso / Ednaldo Gomes Pereira . -- 2023.  
251 f.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Clara Bueno Fischer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Capital, Trabalho e Educação. 2. Formação Humana Integral e Currículo Integrado. 3. Saberes da Experiência de Trabalho de Discentes Assentados Rurais. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, IFRR. 5. Materialismo Histórico-Dialético, Ergologia e Pedagogia Progressista. I. Bueno Fischer, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Clara, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ednaldo Gomes Pereira

**SABERES DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UM ESTUDO COM DISCENTES ASSENTADOS RURAIS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Aprovada em 14 de dezembro de 2023.

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria Clara Bueno Fischer – Orientadora.

---

Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro – PPGEDU/UFRGS.

---

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues – UFPA.

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maristela Vargas Losekann – GHC.

---

Prof. Dr. Dante Diniz Bessa – UFPel.

À minha esposa, filha de retirantes nordestinos assentados rurais do sul de Roraima, professora e mãe, formada no seio da Educação do Campo. Com ela, encontro forças e inspiração diária para continuar a lutar por uma práxis educativa progressista e libertadora.

Ao meu pequeno filho, Heráclito, com ele e por ele, sou o devir constante e ininterrupto na materialidade histórica e dialética de escalada da vida enquanto vivo.

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da FACHED/UFRGS, pela oportunidade que tive de adquirir mais conhecimentos adentrando num mundo universitário bem diferente do que eu já tinha vivenciado. Os contatos, a admiração e o espanto filosófico introspectivo que experienciei proporcionaram a reflexão fundante para ir mais além. Foram fenômenos que me ajudaram a materializar, na realidade concreta dos(as) discentes do campo, os objetivos da tese e da minha missão acadêmica, como um ser que quer agir e contribuir com a transformação da sociedade, tornando-a mais justa e menos desigual.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa, Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), aos saberes e experiências adquiridos com a participação no grupo. Isso me proporcionou mergulhar um pouco mais na pedagogia freireana e no materialismo histórico-dialético, assim como refletir e compreender as tendências e desafios da educação pública no Brasil e na América Latina.

Minha gratidão à querida e amável professora Maria Clara Bueno Fischer, minha orientadora na pesquisa. Nesta docente, vejo a internalização da práxis educativa através dos ensinamentos e vivências práticas de imersão nas causas dos movimentos sociais, do trabalho associado, da economia solidária e da busca incessante de valorizar e visibilizar os sujeitos (homens e mulheres) por meio da produção de saberes acadêmicos e da ação no lócus social. Obrigado, professora Maria Clara, por colocar na veia a questão do trabalho como princípio educativo e a produção associada como alternativa de superação ao capitalismo excludente. Minha enorme gratidão pelos ensinamentos, acompanhamentos, orientações, compreensão, ternura, carinho e aprendizado das muitas coisas que eu nem sabia que não sabia.

Agradeço às discentes participantes da pesquisa que, espontaneamente, se dispuseram a fazer parte do itinerário investigativo. Também agradeço aos seus familiares, pequenos(as) trabalhadores(as) rurais assentados(as), pelo acolhimento esperançoso. A vocês, que carregam a esperança de que os(as) filhos(as), ao saírem de casa para estudar, um dia retornem com as sementes

do saber e da prosperidade para serem plantadas no solo campesino onde vivem, meu muito obrigado.

Aos meus colegas de turma e da Linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, meu muitíssimo obrigado pela solidariedade, por me fazerem sentir, desde o primeiro encontro (em agosto de 2019), as portas dos corações abertas para me acolherem. Agradeço pelas aprendizagens que tivemos juntos e pelas trocas de saberes e experiências inesquecíveis. Saibam que vocês, juntamente com a professora Maria Clara, formam uma grande força cosmológica brilhante, forte e envolvente que somente os deuses e as deusas protetoras dos fracos, dos marginalizados, dos discriminados e oprimidos podem imaginar. Deve ser por isso que esse coletivo mais se parece com um grande e multifacetado coração que abraça seja quem for, vindo de onde for. Foi uma experiência fascinante e cativante. Minha inefável gratidão por não permitirem que a solidão e o medo da rejeição – pela cor, por vir de outro território, pela condição e por outros estigmas que maculam as relações entre as pessoas – encontrassem espaços entre nós. À Sal Facco, Simone Paixão, Clara Glock, Moisés, Clair, Maristela Losekann, Renato Farias, Joseane Krebs, Jamille, Roberta Dal Paz, Carlos Alesandro, Guilherme, Betânia, Anália e demais colegas que rapidamente conheci, vocês foram superimportantes em minha trajetória vivenciada na pós-graduação no Sul do país.

À minha esposa e ao meu filho, que, entre dores e alegrias, suportaram a distância e ainda continuam sendo tolerantes, compreensivos e complacentes com os meus momentos de reclusão acadêmica. Às vezes estou tão próximo corporalmente, porém, mentalmente navegando na singularidade e na totalidade do universo racional da *physis* e do *cosmos* no qual as palavras, as letras, os livros, as reflexões e as ilações mergulham nos ares das particularidades das razões científicas, tomando cores e formas uniformes e disformes. Agradeço à Simone Monteiro, minha esposa, e a Heráclito, meu filho, o amor, o incentivo, a compreensão, o apoio psicológico, as mãos, os braços, os beijos e abraços que, diuturnamente, me alentaram e alimentaram.

Ao IFRR pelo apoio à qualificação dos servidores da instituição. Particularmente, agradeço ao ex-diretor geral do *Campus* Novo Paraíso, professor Eliezer Nunes, que, na legalidade da função, prontamente se dispôs a

dirimir qualquer entrave que pudesse ocorrer no sentido de eu não conseguir abraçar esta oportunidade de qualificação fora do estado de Roraima. Meus agradecimentos pela amizade e parceria gratuita.

Meus agradecimentos aos docentes Professora Maria Clara Bueno Fischer, Dante Diniz Bessa, Maristela Losekann, Leandro Rogério Pinheiro, Doriedson Rodrigues, que me acompanharam nessa formação e na participação na banca de qualificação e de defesa da tese. Também aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação da FACED, Conceição Paludo (*in memoriam*), Vera Peroni, Jaime José Zitkoski, Johannes Doll, Nalú Farenzena, que, na práxis educativa de nível superior, não deixam as garras do individualismo e do poder hegemônico do capital tomarem conta do pensar e do agir dos sujeitos em formação e transformação emancipadora.



*Assim eram os dias...*

*Os dias há muito passados que eu canto,*

*Quando o Orgulho deu lugar à alegria, sem  
nenhuma mágoa;*

*Antes que a força da servidão ao tirano fosse  
bastante grande*

*Para violar os sentimentos dos pobres;*

*Para deixá-los distanciados na corrida  
enlouquecedora,*

*Onde quer que o refinamento mostrasse sua  
face hedionda;*

*Nem o ódio sem causa... é a desgraça do  
camponês,*

*Que a cada hora torna pior sua situação  
miserável;*

*Destrói as relações da vida; o plano social*

*Que cimanta classe a classe como homem a  
homem;*

*A riqueza flui a seu redor, altaneira reina a  
Moda;*

*Contudo dele é a pobreza, e as dores da mente.*

*(Thompson. Os Românticos. A Inglaterra na era  
revolucionária, 2002, p. 19).*

## RESUMO

Esta tese analisa a relação entre os saberes das experiências de trabalho de discentes oriundos de áreas de assentamentos rurais na região sul de Roraima e a formação humana integral proposta na formação técnico-profissional integrada ao ensino médio, ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus Novo Paraíso* (IFRR/CNP). O itinerário escolar de parte da juventude que mora em áreas de assentamentos rurais no sul do estado de Roraima, especificamente os que já concluíram o ensino fundamental e pretendem ingressar em um curso profissionalizante de nível médio, tem sido contemplado, desde o ano de 2007, com a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) na região. Essa instituição educacional oferta, atualmente, três cursos técnicos: Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura, todos integrados ao ensino médio. O IFRR/CNP também tem oferecido à comunidade o curso superior de Bacharelado em Agronomia. Desse modo, além da oportunidade de terem uma formação profissional gratuita e de qualidade, os jovens estudantes que moram na região podem ter a oportunidade de contribuir, com sua formação técnico-científica, para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o processo de transformação e melhoria da qualidade de vida no seu território. Nesse sentido, as experiências dos discentes e das famílias, direta ou indiretamente ligadas às ações contempladas pelo IFRR, entrelaçam-se aos processos dialéticos dos fenômenos sociais, construídos a partir dos modos de produção da vida, condicionadores das relações sociais e políticas presentes na vida em comunidade. Assim, esta pesquisa tem por objetivo geral analisar, sob a perspectiva da formação humana integral, os lugares que os saberes das experiências de trabalho dos(as) discentes que vivem nos projetos de assentamentos rurais da região ocupam no currículo do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP. Os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa baseiam-se no materialismo histórico-dialético, na pedagogia progressista de Paulo Freire e em elementos da ergologia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de campo, tendo em vista que foi realizada através de observação e de entrevistas abertas e semiestruturadas com estudantes do Curso Técnico em Agropecuária, residentes nos

assentamentos rurais São Luizão, Jatapu e Anauá, no sul de Roraima. Caracteriza-se também como pesquisa documental, dado que foram analisados documentos como o PDI/IFRR 2019-2023, o currículo integrado e o Plano do Curso Técnico em Agropecuária. A análise dos dados indica que, embora os(as) discentes assentados(as), assim como seus pais, atribuam grande relevância à presença do IFRR na região, as participantes da pesquisa acreditam que o instituto precisaria aproximar-se um pouco mais da realidade do território produtivo atendido por ele. Pois, de acordo com os relatos colhidos durante as entrevistas, a integração ocorre esporadicamente a partir do trabalho docente de aproximação com as realidades dos(as) discentes. Dessa maneira, com a valorização dos saberes próprios da experiência de trabalho dos(as) discentes, o IFRR/*Campus* Novo Paraíso vivenciaria, de fato, a práxis pedagógica. Faz-se necessário, portanto, debater sobre até que ponto o currículo, em sua práxis, estabelece conexões efetivas com as especificidades econômicas, políticas e culturais dos estudantes do campo e da região. É mister criar momentos de diálogos entre discentes, comunidade, docentes e órgãos instituídos, para se verificar concretamente a maneira pela qual os cursos e o IFRR como um todo podem interagir no contexto do território, na teoria e na prática formativa, de modo concreto.

**Palavras-chave:** Currículo; Educação Profissional; Trabalho; Saberes da Experiência.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the relationship between the knowledge of the work experiences of students from areas of rural settlements in the southern region of Roraima and the integral Human formation proposed in the technical-professional training integrated into high school, offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology, Campus Novo Paraíso (IFRR/CNP). The school itinerary of part of the youth who live in areas of rural settlements in the south of the state of Roraima, specifically those who have completed elementary school and intend to enter a high school vocational course, has been contemplated since 2007, with the presence of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima (IFRR) in the region. This educational institution currently offers three technical courses: agriculture, agribusiness and Aquaculture, all integrated into high school. The IFRR/CNP has also been offering the community The Bachelor's degree in Agronomy. In this way, in addition to the opportunity to have free and quality professional training, young students living in the region can have the opportunity to contribute, with their technical and scientific training, to the development of family farming and to the process of transformation and improvement of the quality of life in their territory. In this sense, the experiences of students and families, directly or indirectly linked to the actions contemplated by the IFRR, are intertwined with the dialectical processes of social phenomena, built from the modes of production of life, conditioners of social and political relations present in community life. Thus, this research has as its general objective to analyze, from the perspective of integral Human formation, the places that the knowledge of the work experiences of the students who live in the projects of rural settlements in the region occupy in the curriculum of the Technical Course in agriculture integrated to the High School of the IFRR/CNP. The theoretical-methodological foundations of the research are based on historical-dialectical materialism, the progressive pedagogy of Paulo Freire and elements of ergology. This is a qualitative field research, since it was carried out through observation and open and semi-structured interviews with students of the Technical Course in agriculture, residents of rural settlements São Luizão, Jatapu and Anauá, in the south of Roraima. It is also characterized as documentary research, given that documents such as the PDI/IFRR 2019-2023, the integrated

curriculum and the plan of the Technical Course in agriculture were analyzed. The analysis of the data indicates that, although the settled students, as well as their parents, attribute great relevance to the presence of the IFRR in the region, the research participants believe that the institute would need to get a little closer to the reality of the productive territory served by it. Because, according to the reports collected during the interviews, integration occurs sporadically from the teaching work of getting closer to the student's realities. Thus, with the appreciation of the students own knowledge of the work experience, the IFRR/Campus Novo Paraíso would, in fact, experience pedagogical praxis. It is therefore necessary to debate the extent to which the curriculum, in its praxis, establishes effective connections with the economic, political and cultural specificities of students in the countryside and the region. It is necessary to create moments of dialogue between students, community, teachers and institutional bodies, to verify concretely the way in which the courses and the IFRR as a whole can interact in the context of the territory, in theory and in training practice, in a concrete way.

**Keywords:** Curriculum; Professional Education; Work; Knowledge of Experience.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, FIGURAS E QUADROS

<b>Imagem 1</b> – Caixotes de bananas expostos em uma feira local.....	23
<b>Imagem 2</b> – Caminhão de bananas tombado na vicinal do PA Jatapu.....	23
<b>Imagem 3</b> – Vista aérea do IFRR/ <i>Campus</i> Novo Paraíso.....	69
<b>Imagem 4</b> – Curso Técnico em Agropecuária. < <a href="https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agropecuariaintegrado">https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agropecuariaintegrado</a> . <.....	75
<b>Imagem 5</b> – Curso Técnico em Agroindústria. < <a href="https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agroindustria">https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agroindustria</a> >.....	78
<b>Imagem 6</b> – Curso Técnico em Aquicultura. < <a href="https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-aquicultura-integrado">https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-aquicultura-integrado</a> . >.....	82
<b>Figura 1</b> – Mapa das estradas federais do estado de Roraima.< <a href="https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_Rodovi%C3%A1rio_RR_-_detalhado.png">https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_Rodovi%C3%A1rio_RR_-_detalhado.png</a> > .....	97
<b>Figura 2</b> – Mapa de assentamentos rurais do sul do estado de Roraima. < <a href="http://philip.inpa.gov.br/">http://philip.inpa.gov.br/</a> >.....	101
<b>Figura 3</b> – Mapa dos assentamentos rurais pesquisados.....	105
<b>Imagem 7</b> – Participante do PA Anauá apresentando com seu pai a produção do lote rural.....	106
<b>Imagem 8</b> – Sede do INCRA em Rorainópolis.....	109
<b>Imagem 9</b> – Canteiros de hortaliças e plantações de bananeiras sendo cultivados na casa que a família da discente-participante mantém na cidade.....	110
<b>Imagem 10</b> – Estrada da vicinal 29, em São João da Baliza, PA São Luizão.....	111
<b>Imagem 11</b> – Entrada principal da cidade de Caroebe.....	113
<b>Imagem 12</b> – Discentes do <i>Campus</i> Novo Paraíso colhendo melancias.....	125
<b>Quadro 1</b> – Divisão dos temas das entrevistas em dimensões/categorias.....	135

<b>Imagem 13</b> – Casa de pequeno agricultor assentado (PA Jatapu) que precisa viver sozinho no lote enquanto a família permanece na cidade.....	164
<b>Imagem 14</b> – Discente participante da pesquisa e seu irmão, que também estuda no IFRR/CNP, apresentando as variedades de árvores frutíferas do lote.....	168
<b>Imagem 15</b> – Estrada vicinal, PA Anauá, Rorainópolis (RR) .....	170
<b>Imagem 16</b> – Discente irmão de participante da pesquisa (PA Anauá) .....	183
<b>Imagem 17</b> – Participante do PA Jatapu mostrando palmas de bananas que foram descartadas pelos compradores.....	189
<b>Imagem 18</b> – Cachos de bananas desperdiçados.....	192
<b>Imagem 19</b> – Caminhão de bananas em vicinal do PA Jatapu.....	198
<b>Imagem 20</b> – Participante do PA Anauá mostrando a plantação agroecológica.....	200
<b>Imagem 21</b> – Visitas de estudantes à plantação de dendê em São João da Baliza, PA São Luizão .....	202
<b>Imagem 22</b> – Colheita dos frutos da palmeira-de-dendê, sul de Roraima.....	204

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADER – Agência de Defesa Agropecuária de Roraima

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BR – Rodovia Federal

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CPDI – Comissão do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Roraima

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CONSUP – Conselho Superior

CTE/RR – Conselho Territorial de Educação/Roraima

IFRR/CNP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Campus Novo Paraíso*

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SETEC – Secretaria de Educação Profissional Tecnológica

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido



## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITAL, O TRABALHO E A EDUCAÇÃO.....	20
<b>1.1.1 Freire, a Consciência Crítica e o Capital.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1.2 A Abordagem Ergológica.....</b>	<b>26</b>
1.2 JUSTIFICATIVA.....	37
1.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	37
1.4 QUESTÃO CENTRAL DE PESQUISA.....	39
<b>1.4.1 Questão Geral.....</b>	<b>40</b>
<b>1.4.2 Questões Específicas.....</b>	<b>41</b>
1.5 HIPÓTESES.....	41
1.6 OBJETIVO GERAL .....	42
1.7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	43
<b>2 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL.....</b>	<b>47</b>
2.1 O MÉTODO NO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO.....	52
2.2 A FORMAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA.....	54
2.3 O CURRÍCULO INTEGRADO.....	56
2.4 OS SABERES DA EXPERIÊNCIA NA PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA.....	59
<b>2.4.1 Aspectos da Ergologia e da Pedagogia Progressista de Freire.....</b>	<b>64</b>
<b>2.4.2 Aspectos da Ergologia na Formação Integral.....</b>	<b>67</b>
<b>3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR) .....</b>	<b>68</b>
3.1 O <i>CAMPUS</i> NOVO PARAÍSO (CNP).....	70

3.2 OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NO IFRR/ CAMPUS NOVO PARAÍSO.....	75
3.2.1 Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.....	76
3.2.2 Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.....	78
3.2.3 Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio.....	82
<b>4 O PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>84</b>
4.1 ASPECTOS ÉTICOS.....	85
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE ESTUDO.....	90
4.3 APROXIMAÇÃO AO TRABALHO DE CAMPO.....	91
4.4 O TERRITÓRIO DA PESQUISA.....	96
4.4.1 A Escolha do <i>Campus</i> Novo Paraíso.....	97
4.4.2 Localização e Realidade dos Assentamentos no Sul de Roraima.....	99
4.4.3 Os Projetos de Assentamentos Onde Vivem as Participantes da Pesquisa.....	103
I) Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Anauá – Rorainópolis.....	108
II) Projeto de Assentamento (PA) São Luizão – São João da Baliza.....	111
III) Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Jatapu – Caroebe.....	113
4.5 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	116
4.5.1 Critérios de Inclusão.....	117
4.5.2 Critérios de Exclusão.....	121
4.5.3 A Escolha de um Componente Disciplinar.....	122
<b>5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA.....</b>	<b>125</b>
5.1 DIÁRIO DE CAMPO E OUTROS INSTRUMENTOS.....	125
5.1.1 O Uso de Outras Ferramentas e Recursos.....	127
<b>6 A PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>128</b>
6.1 A OBSERVAÇÃO.....	130
6.2 AS ENTREVISTAS .....	133

<b>6.2.1 Análise das Entrevistas.....</b>	<b>134</b>
<b>7 A PESQUISA DOCUMENTAL.....</b>	<b>140</b>
7.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2019-2023.....	142
7.2 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO IFRR.....	144
<b>7.2.1 Projeto Pedagógico Institucional.....</b>	<b>145</b>
<b>7.2.2 Currículo.....</b>	<b>146</b>
<b>7.2.3 Cursos Técnicos.....</b>	<b>147</b>
<b>7.2.4 Plano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP.....</b>	<b>147</b>
<b>8 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>150</b>
8.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	151
8.2 LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL E EXPERIÊNCIAS DE VIDA E TRABALHO COM A CULTURA DA BANANA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	158
8.3 A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INTEGRAL NO IFRR/CNP E OS SABERES DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE DISCENTES CAMPESINOS.....	175
8.4 ASPECTOS DA ECONOMIA DO CAPITAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS PEQUENOS AGRICULTORES ASSENTADOS.....	187
8.5 POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO ASSOCIADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	190
8.6 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	198
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>208</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>218</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

*A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (FREIRE, 1987, p. 97).*

Este capítulo apresenta, em linhas gerais, o desenvolvimento da tese, em que abordo, inicialmente, o marco teórico da pesquisa, bem como assuntos que serviram de base para a compreensão geral do tema proposto e seu campo de abrangência. Realizo reflexões sobre o capital, sobre o trabalho como princípio educativo e sobre a educação como formadora da consciência crítica e libertadora dos sujeitos oprimidos pelas relações sociais capitalistas. Na sequência, apresento a justificativa, os sujeitos da pesquisa e a questão central, assim como o objetivo geral e os específicos. Por fim, nos demais capítulos, apresento o referencial teórico, os sujeitos e o território da pesquisa, os procedimentos metodológicos, o cronograma, os resultados alcançados e as considerações finais.

### 1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPITAL, O TRABALHO E A EDUCAÇÃO

As transformações ontológicas e históricas do ser humano, como ente alienado e/ou conscientemente liberto, ocorrem nas relações sociais cotidianas desse sujeito com a natureza, mediadas pelo trabalho e pelos modos de produção econômico-culturais da existência. Nesse sentido, reitera Antunes (2012, p. 18): “Toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem”.

Nas sociedades classistas, tais relações são marcadas por antagonismos de classes que se articulam intrinsecamente aos conflitos gerados pelo racismo e pelo patriarcalismo, como asseveram Gouvea e Mastropaolo (2017, p. 13): “Desde as periferias do capital, fundamentalmente desde a África e a América Latina, é impossível negar a aparência de que tanto o racismo como o patriarcado fundamentam as estruturas deste modo de produção [capitalista]”.

Por esse viés, o sistema de exploração capitalista articula-se consubstancialmente ao patriarcalismo, ao racismo e à desigualdade de gênero. No que se refere ao sistema patriarcal e à relação com o capital, Arruzza (2015, p. 7) aponta que:

No conceito de sistema patriarcal, entendido como um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo (ARRUZZA, 2015, p. 7).

Ao se referir à característica racista, sexista e xenófoba do capital, a autora sustenta que esse é um aspecto vantajoso para o capital, que converge em uma série de práticas e políticas de sustentação das desigualdades raciais e de gênero. Assim,

O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias (ARRUZZA, 2015, p. 48).

Contextualizando essa citação, é possível inferir que as pressões da sociedade e do sistema capitalista atribuem às mulheres a responsabilidade primária de serem apenas “esposas” e “senhoras do lar”. Quando inseridas no mercado de trabalho, ainda que assumam as mesmas funções ocupadas por homens, geralmente recebem salários inferiores<sup>1</sup>. Essas condições impostas às mulheres, de forma velada ou coercitiva, corroboram as desigualdades de gênero. Ainda assim, ao longo da história, muitas mulheres vêm lutando pela quebra desses paradigmas, buscando conquistar os espaços sociais que também são seus.

Faço essa reflexão para pontuar que, durante a fase de investigação para o desenvolvimento deste trabalho, isto é, durante as visitas realizadas ao território da pesquisa, surgiram relatos a respeito da resistência de algumas

---

<sup>1</sup> LEI Nº 14.611 DE 3 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.611%20DE%203,1%C2%BA%20de%20maio%20de%201943.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.611%20DE%203,1%C2%BA%20de%20maio%20de%201943.)> Acesso em: 04-07-2023.

famílias em permitir que as filhas estudassem no IFRR/CNP. Essa questão assume relevância neste trabalho, visto que as condições da pesquisa me levaram a trabalhar com mulheres. Estas, durante as apresentações preliminares do projeto de tese às turmas do Curso Técnico em Agropecuária no *Campus* Novo Paraíso, foram as que demonstraram maior disposição para contribuir com a realização da tese.

Essas adolescentes e jovens, apesar das dificuldades específicas que enfrentam, foram as que se identificaram com a proposta de pesquisa e demonstraram maior interesse em conhecê-la, dispondo-se a contribuir com os seus saberes e experiências a respeito das relações estabelecidas entre o trabalho no campo e a educação ofertada no IFRR/CNP. A respeito das participações das discentes na pesquisa e da ausência de discentes do sexo masculino no referido trabalho, abordarei sobre este assunto mais adiante.

### **1.1.1 Freire, a Consciência Crítica e o Capital**

Para superar as opressões que obstam o desenvolvimento da consciência crítica e libertadora, como nos propõe Paulo Freire, precisamos considerar que não se trata de algo dado para as pessoas que vivem do trabalho. Ainda assim, inevitavelmente, em algum momento, essa consciência aflorará e conduzirá toda a classe trabalhadora à luta pela superação do capital e pela implantação de uma nova sociedade, livre de todas as formas de opressão.

Nesse sentido, o fato de a classe trabalhadora ser majoritária não significa que ela atue, necessariamente, de forma coletiva para a superação do capital, tampouco significa que todos esses sujeitos tenham a consciência da luta de classe e da exploração a que são submetidos, nesse campo antagônico, pelo sistema burguês, racista e patriarcal.

Ocorre que, para muitos trabalhadores(as) e pobres, as relações sociais na sociedade do capital são vistas com naturalidade, ou seja, a sociedade racista, patriarcal e classista é entendida como inerente à natureza da existência humana em sociedade. Nesse quesito, a natureza metamórfica do capital utiliza-se de diversos meios, sistematizando sua reificação como poder hegemônico social, gerando e perpetuando os processos de alienação de natureza ideológica.

Imagem 1 – Caixotes de bananas expostos em uma feira local



Fonte: Pública

No que concerne aos pequenos produtores rurais, estes, para continuarem existindo e não sucumbirem às pressões do agronegócio e do latifúndio, necessitam produzir e se associar, como forma de resistência e sobrevivência ao mundo capitalista. Embora a classe trabalhadora de pequenos produtores rurais construa suas relações e modos de vida por meio do trabalho e dos modos de produção locais, esses são articulados via sistema de reprodução do capital, predominante em nossa sociedade. Por isso, apesar de esses sujeitos terem um pedaço de terra e construírem suas histórias no meio rural, ainda estão sob o jugo dos detentores do poder, sendo explorados pelo capital controlador e mantenedor das desigualdades sociais e econômicas. Engels (2007, p. 41) esclarece essa realidade da seguinte maneira:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe (ENGELS, 2007, p. 41).

A desconstrução da ideologia alienante do capital não só implica o desenvolvimento dos(as) trabalhadores(as) na construção da consciência de classe como também o integra. A resistência em relação ao sistema ocorre também pelo estudo e pela análise dos processos de conscientização e luta da classe dominada contra a dominante, buscando o fim das raízes geradoras da exploração econômico-cultural. Sob esse viés, Marx, Engels e Freire apresentam conceitos fundamentais que apontam para uma práxis transformadora da realidade, seja pela superação das relações de trabalho impostas pelo capitalismo seja pela ação educacional revolucionária, progressista e libertadora, que contribua para transformar as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo em equidade e justiça social.

Para Engels (1999, p. 72), “o modo capitalista de produção, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer a revolução”. Esse movimento social revolucionário surge da consciência coletiva dos sujeitos reais, movidos pelas condições materiais, econômicas e culturais de existência e da necessidade de transformar a sociedade. O sentido dessa existência é dado pelo trabalho, definido por Marx (2002, p. 180) como “o complexo das capacidades físicas e mentais que existe na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”.

Nesse contexto, insere-se a pedagogia libertadora de Paulo Freire, a qual visa à conscientização da opressão, para a conseqüente ação transformadora. Em seu método dialógico direcionado à alfabetização de adultos – homens e mulheres trabalhadores(as) –, Freire (1987) preconiza a superação da educação bancária (a pedagogia dos dominantes) pela educação crítica e libertadora, na qual o debate, nos diferentes espaços educativos, ocorre a partir de problemas reais, estipulados pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores alfabetizandos(as). A alfabetização, portanto, torna-se um ato de criação, através da leitura de mundo e da leitura da palavra, que tem na consciência crítica a sua representação das coisas e dos fatos. Dessa forma, Paulo Freire propõe uma educação problematizadora das relações sociais, em detrimento da educação bancária, mero depósito de conteúdo. Para ele, “a libertação autêntica, que é a



humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens [sic]. [...]. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens [sic] sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 43).

Sendo assim, a transformação social consciente, séria e autêntica acontece nas bases populares somente *pelas* e *com* as pessoas trabalhadoras em situação de exploração.

Imagem 2 – Caminhão de bananas atolado numa vicinal do PA Jatapu



Fonte: Imagens públicas

O ser humano, como ser histórico, cria, recria e toma decisões. Assim se formam, progressivamente, as épocas históricas, em que ele, como ser de relações, vai descobrindo não só que está na realidade, mas também que está com ela. A essa realidade, conseqüentemente, refere-se também a questão da exploração do trabalhador pelo sistema capitalista.

Freire acrescenta que, ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e a dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação, juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar consciência crítica da opressão, na práxis dessa busca. Assim,

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos,

ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente os opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 1987, p. 20).

Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996, p. 12) aponta que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. Nesse caso, a escola e os docentes têm um importante papel, de tal modo que o autor (1996, p. 13) defende que o(a) educador(a) deve assumir-se como “sujeito da produção do saber” e convencer-se de que “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou para a sua construção”.

Ainda sobre essa relação, Paulo Freire enfatiza que “não há docência sem discência”, uma vez que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 13). Nesse intuito, como mencionei na introdução, busco, na concepção de práxis educativa progressista de Freire, o sentido para contribuir com a construção de uma consciência crítica e libertadora da juventude trabalhadora do campo.

Desse modo, este trabalho de pesquisa propõe-se a capturar, conforme Minayo, 2018, p. 3), “uma representação da realidade sob a forma de ideias, crenças, opiniões, sentimentos, comportamentos, e ação, ou seja, sobre os modos de pensar, sentir, agir e projetar o futuro”. Considerando essa representação<sup>2</sup>, também não deixei de observar, ainda que em menor escala, como o(a) docente, em sala de aula, relaciona os conteúdos curriculares com os modos de vida dos sujeitos estudantes do campo que chegam ao IFRR/CNP.

### 1.1. 3 A Abordagem Ergológica

Visando descobrir os lugares que os saberes das experiências ocupam na teoria e na prática curricular da formação humana integral, o direcionamento do objeto de estudo aos(às) estudantes desses territórios traz também, como uma de suas bases teórico-metodológicas, a abordagem ergológica, tendo em vista seu potencial de contribuir com a análise da questão das complexidades de

---

<sup>2</sup> Para Minayo (2008, p.17) “A compreensão da realidade é sempre mediada: por teorias, por crenças, por representações. Uma teoria é, pois, uma construção científica, por meio do qual o pesquisador se aproxima de um objeto, mesmo que depois a refute e construa outra que considere mais adequada para compreender ou explicar a assunto que investiga”.

valores e saberes inerentes à realidade da atividade humana, em geral, e à atividade de trabalho, em particular.

Cabe explicitar que, em se tratando da inclusão da abordagem ergológica ao projeto, sou movido pelo fato de que a pesquisa trata de questões e situações que não se limitam apenas a identificar elementos de fora da escola, presentes ou não no currículo; mas também analisar situações que envolvem a questão da produção de saberes não escolares adquiridos em atividades de trabalho no campo. Trata-se, portanto, de uma temática em que se entrelaçam os fenômenos concretos da vida e da escola. Como aponta Trinquet (2010, p. 95):

Colocar em diálogo a pluridisciplinaridade dialética dos saberes eruditos e dos saberes de experiência. Ou, dito conforme noções ergológicas: a prática dos *processos socráticos em duplo sentido*, entre os *saberes constituídos* e os *saberes investidos*, organizados no seio de um dispositivo dinâmico de três polos. (TRINQUET, 2010, p. 95).

Quanto ao tema dos saberes da experiência de trabalho, destacam-se, na produção brasileira, teorizações de Maria Clara Bueno Fischer, Naira Franzoi Lisboa e Daisy Cunha. Há, em tais produções, uma forte presença dos fundamentos do materialismo histórico-dialético e, no caso das reflexões sobre saberes da experiência de trabalho, também da ergologia. Esses trabalhos constituirão o marco teórico da pesquisa.

No contexto de formação educacional dos sujeitos trabalhadores, o problema que nos fez levantar a proposta de estudar jovens discentes do IFRR/CNP, filhos de trabalhadores(as) rurais do sul do estado de Roraima, está no fato de que eles e elas, dadas as suas realidades, possivelmente encontram muito mais desafios em relação à contextualização e à integração entre o que vivenciam no campo e o que é abordado nos currículos escolares. Assim, esta tese traz como proposta analisar se os saberes incorporados pelos(as) discentes no IFRR/CNP se entrelaçam com os saberes e valores aderidos no contexto da vida concreta de trabalho e produção de bananas nos assentamentos rurais.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica, inicialmente, pelo encontro da minha trajetória de vida no campo com a experiência que tenho como docente no IFRR/*Campus* Novo Paraíso, zona rural do Município de Caracaraí, sul de Roraima. É nesse

contexto que surgem as provocações e inquietações referentes aos saberes investidos<sup>3</sup> dos discentes e os saberes adquiridos no mundo escolar.

No IFRR/CNP, trabalho com os cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura integrados ao ensino médio. Neles, atuo nas disciplinas de Filosofia e Sociologia. A observação do que acontece no dia a dia e em tempo integral no IFRR permite-me afirmar que é um lugar em que ocorrem encontros, desencontros, compartilhamentos e trocas de saberes – escolares e não escolares –, assim como relações sociais, formais e informais, entre os jovens do campo e seus colegas de cursos, pertencentes ou não ao campo.

Nesse mesmo território, convivem os servidores da instituição (técnicos, docentes e demais funcionários), onde se encontram, interagem, trabalham e constroem suas formas materiais de existência, compartilhando, em tempo integral, conhecimentos e experiências socioculturais.

Sempre me senti impelido a buscar conhecer um pouco mais sobre como “as coisas da agricultura” vividas pelos discentes estavam em sintonia ou dessintonia com “as coisas da escola”. Neste caso, o recorte que faço está relacionado aos discentes oriundos do campo, matriculados no Curso Técnico em Agropecuária. Cabe lembrar que, além desse curso, são ofertados pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso os cursos técnicos em Agroindústria e em Aquicultura, integrados ao ensino médio, e o Curso Superior de Bacharel em Agronomia, todos ofertados em período integral, diurno.

A realidade dos discentes camponeses do sul de Roraima causa-me inquietações e indagações, porque eu também nasci e cresci no campo. E, embora estudasse em uma escola na qual a maioria dos alunos eram filhos de trabalhadores rurais, o currículo e as práticas escolares existentes não contemplavam nossas realidades; ao contrário, negava-se a vida da zona rural e exaltava-se a vida futura em uma cidade grande. O território em que

---

<sup>3</sup> Na ergologia, em toda a atividade e, portanto, em toda a atividade de trabalho, coloca-se em prática um saber pessoal, para preencher e gerir a distância prescrito/real. Esse saber é o resultado da história individual de cada um, sempre singular, ou seja, adquirida da própria experiência profissional e de outras experiências (social, familiar, cultural, esportiva) (TRINQUET, 2010, p. 100).

morávamos era visto e representado como o lugar do sofrimento, do atraso cultural e acadêmico, bem como da falta de civilidade. Hoje, algumas décadas depois da minha vida discente na educação básica, volto a tratar dessas questões, mas agora como docente pesquisador que vive parcialmente no campo e atua com jovens residentes em áreas de assentamentos rurais.

Para Kosik (1969, p. 12), “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde”. Assim, como forma de compreender e interpretar esses fenômenos, considero necessário também apresentar, neste ponto, uma nota de apresentação sobre uma parte da minha vida e dos meus pais (*in memoriam*) como trabalhadores sem-terra.

Meu pai, analfabeto, e minha mãe, tendo estudado apenas para saber escrever o nome e ler algumas palavras, sempre trabalharam na roça e na pesca, razão pela qual os diversos lugares em que moraram eram próximos a um rio e ofereciam a possibilidade de trabalhar na agricultura. Mesmo levando toda a vida nesse contexto campesino e ribeirinho, eles não tinham um pedaço de chão para chamar de seu, tampouco podiam trabalhar sem precisar devolver uma parte ao latifundiário.

Reporto-me às décadas de 1980 e 1990, quando ainda morávamos na região do Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins. Naquela época, em nossa família, por não termos um punhado de terra para lavar, trabalhávamos como meeiros ou nos comprometíamos em derrubar as capoeiras<sup>4</sup> para, após o plantio de arroz, milho e feijão, plantarmos capim para o dono da terra, cedida temporariamente.

A cedência da terra era firmada com o compromisso de repartir com seus donos uma terça parte do que fosse produzido na plantação, ou com a garantia

---

<sup>4</sup> *Capoeira* é um termo muito utilizado na região do Baixo Tocantins e em parte do Nordeste, que não está relacionado à expressão cultural afro-brasileira, a qual trata do jogo de dança e luta dos negros como forma de defesa das violências praticadas pelos senhores. O termo refere-se a áreas de florestas que já foram desmatadas há alguns anos e que estão se reintegrando, já apresentando material orgânico suficiente para servir ao plantio de uma nova cultura agrícola. Isso acontece por meio do processo de roça e queima, prática ainda muito comum nessas regiões.

antecipada de repassar ao fazendeiro (ou responsável) uma determinada porcentagem dos alimentos e/ou produtos que a roça potencialmente produzisse (ou não), independentemente das mudanças climáticas, pragas, secas, invasões de animais selvagens ou do próprio gado do fazendeiro, que devoravam as plantações. O “acordo”, sempre mais favorável ao senhor das terras, era cumprir o que seria “amarrado”, antes mesmo de começar a derrubada da mata. Caso não concordássemos com os termos, não teríamos garantia do que comer durante as próximas estações, nem expectativas de haver outras terras para trabalhar.

Parte dessa experiência impacta de maneira muito forte minha angústia filosófica, indutora da realização deste projeto. Sendo assim, buscar entender ou desvendar como ocorrem os saberes da experiência de trabalho na vida dos(as) jovens do campo (hoje estudantes de um curso técnico e profissionalizante integrado ao ensino médio no IFRR/CNP) fez-me retornar às minhas raízes juvenis, à época em que a escola era tão próxima fisicamente; mas, ao mesmo tempo, tão distante da realidade diária, na qual a alternância entre o trabalho na roça durante o dia, a ida à escola durante a noite e, mais ainda, a prática da pesca nas madrugadas, era o nosso cotidiano.

Naquele contexto, os saberes que tínhamos da escola da vida eram inexistentes no currículo institucional, mas precisávamos estudar para “ser alguém na vida”, como pregavam os próprios docentes e toda a comunidade. Por isso, o pensar sobre os saberes da experiência de trabalho de jovens discentes do *Campus* Novo Paraíso e sua relação com os saberes escolares é também um resgate à valorização, pela escola e pelos próprios jovens, de sua vida.

Nesse sentido, conforme Bogo (2010, p. 108-109),

As coisas da agricultura são conhecidas desde a infância. A vida é a escola que garante o aprendizado da tradição. [...] Se, por um lado, a tradição é apreendida pela convivência, por outro, a ensinada nas escolas nem sempre valoriza os aspectos culturais do meio.

Hoje, como docente e como o primeiro membro da minha família a ter conseguido se formar em um curso de nível superior, encontro-me com os

mesmos anseios de contribuir com uma formação educacional que construa a consciência crítica e emancipadora, não acomodada à realidade opressora que envolve a todas, todos e todes.

Desse modo, por curiosidade acadêmica e por dever político de sujeito do campo, sinto o anseio de buscar descobrir como ocorre a formação integral dos jovens dos assentamentos rurais e quais espaços os seus saberes ocupam na teoria e na prática curricular do curso técnico integrado oferecido pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso. Por conseguinte, identificar também a importância do papel social do IFRR/CNP, na vida e na comunidade, buscando saber como os discentes do campo se sentem em relação aos pais que, durante a semana, ficam na roça, trabalhando, ao passo que esses jovens estão na escola, em tempo integral, e dispõem de pouco tempo (finais de semana) para auxiliar os pais nos afazeres da roça. Nos capítulos seguintes desta tese, analisarei, segundo as próprias descrições das participantes da pesquisa, como elas conciliam, a partir de suas realidades, estudo com trabalho.

O tempo e o espaço reais vividos por mim não me impedem de abordar as realidades experienciadas, na atualidade, por outros jovens oriundos do campo; pelo contrário, possibilitam-me visualizar o fenômeno sob ampla perspectiva.

Desse modo, a relevância acadêmica e social desta pesquisa dá-se pela valorização dos saberes das experiências discentes, bem como por sua correlação com os conhecimentos acadêmicos voltados para esse público campesino, composto pelos(as) filhos(as) de assentados rurais do sul do estado de Roraima. O lugar do qual falamos é o *Campus* Novo Paraíso, cuja função social é

Ofertar educação profissional e tecnológica comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais (BRASIL, 2019-2023, p. 31).

Outro aspecto que evidencia a relevância desta pesquisa é sua contribuição original para o conhecimento científico. No tocante a obras e

trabalhos acadêmicos referentes ao *campus* do IFRR/CNP e à sua relação com os discentes oriundos de assentamentos rurais, as pesquisas que realizei no *campus* e nas plataformas digitais apontaram, até o momento de escrita da tese, um reduzido número de dissertações que, indiretamente, dialogam com a pesquisa aqui apresentada. Essas dissertações possibilitaram uma perspectiva panorâmica da realidade, visto que não tratam diretamente das integrações teórico-práticas dos saberes escolares com os saberes das experiências de trabalho no campo dos jovens assentados e sua integralização à formação técnico-profissional do IFRR/CNP. De todo modo, realizo uma breve apresentação dessas pesquisas.

Trata-se de quatro dissertações de mestrado referentes às situações e a contextos específicos inerentes ao *Campus* Novo Paraíso, bem como às formas de colonização e de povoamento da região atendida pelo *campus*. Entre esses trabalhos, inclui-se uma dissertação de minha autoria, pela qual iniciarei a análise.

No Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima (UERR) – em colaboração com o IFRR –, defendi, em 2016, a dissertação intitulada *Os desafios para a permanência dos docentes no Campus Novo Paraíso no contexto da realidade campestre*. Nesse trabalho, cujos sujeitos da pesquisa foram os professores do IFRR, delineei, como objetivo geral, analisar os desafios à atuação e à permanência dos docentes no IFRR/*Campus* Novo Paraíso, área rural do Município de Caracaraí, estado de Roraima. Um dos objetivos específicos era verificar tanto a existência de políticas públicas e ações direcionadas à valorização dos docentes quanto suas condições de acessibilidade e permanência na região.

Devido ao grande fluxo de chegadas e saídas de docentes do *campus*, a pesquisa buscava identificar os desafios que pudessem obstar a permanência dos(as) docentes naquela unidade de ensino. Os dados levantados apontaram que as principais dificuldades dos(as) docentes para continuarem trabalhando no IFRR/CNP relacionavam-se à acessibilidade (chegada e saída do *campus*) e às condições de trabalho, como ausência de local para descanso, de espaços individuais para estudos e guarda de materiais, bem como à ausência de



algumas ferramentas de trabalho. Ademais, durante o trabalho investigativo, os(as) docentes também reportaram falhas no tocante à comunicação com setores externos à unidade, não só em razão da distância, mas também do mau funcionamento dos sistemas tecnológicos de comunicação, na maior parte do tempo.

Essa dissertação possibilitou melhor entendimento sobre o modo pelo qual ocorrem as relações formais e informais, assim como os compartilhamentos de aprendizagens escolares e não escolares, dentro de um ambiente coletivo onde todos (servidores e alunos) necessitam conviver e encarar os desafios semanalmente, em tempo integral.

Outra dissertação que se aproximou do campo investigativo em questão é de autoria da professora Adeline Araújo Carneiro, que defendeu seu trabalho em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, pelo Instituto de Agronomia. Sob o título *O IFRR/Campus Novo Paraíso: da educação agrícola para a educação do campo, uma proposta em construção*, a autora reflete sobre o panorama histórico da educação do campo no Brasil, sobre a contextualização histórica do Instituto Federal em Roraima e do *Campus Novo Paraíso*, bem como sobre os perfis socioeconômicos, as origens e a faixa etária dos(as) discentes do curso Técnico em Agropecuária, no ano de 2007.

Como Carneiro (2010) visa conhecer, a partir da identificação dos significados que os jovens rurais atribuem ao trabalho e à escola, o processo de implantação da proposta da educação do campo no IFRR/CNP, o trabalho contribuiu com a análise e a compreensão do currículo e dos aspectos da educação do campo no IFRR/*Campus Novo Paraíso*. Além disso, viabilizou que eu me aproximasse das perspectivas de futuro dos discentes do campo que, na época da pesquisa, estudavam nos cursos técnicos dessa unidade educacional.

Carneiro (2010) busca dados sobre a contemplação dos princípios da educação do campo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013. É um trabalho interessante, especialmente por apresentar um levantamento geral das problemáticas referentes aos planos de formação profissional e à educação no campo. Visto que não era o objetivo dessa

dissertação, a autora não levanta discussões a respeito dos saberes das experiências de trabalho dos jovens das áreas rurais, tampouco de sua aplicação prática no currículo dos cursos técnicos do *campus*. Portanto, embora seja um trabalho relevante para nosso estudo, a pesquisa de Carneiro (2010) não coincide diretamente com o escopo deste trabalho, que consiste em investigar os saberes investidos (das experiências de trabalho) e as realidades individuais e coletivas de jovens camponeses discentes do *Campus Novo Paraíso*.

Um terceiro trabalho referente a esse contexto, e que também dialoga com nossos objetivos, foi elaborado pela historiadora e professora Maria José dos Santos. Sua dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, em 2010, intitula-se *Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*. A historiadora apresenta o contexto histórico e a rota dos primeiros moradores das regiões sul e sudeste de Roraima, bem como seus desafios. Assim, desenvolve uma discussão sobre o processo de migração de trabalhadores e trabalhadoras rurais vindos(as) de outros estados para a Perimetral Norte (BR-210 e BR-432), no período de 1975 a 1990. Para Santos (2010), a migração teria ocorrido como estratégia de resistência em face de um longo processo de expropriação da terra em seus estados de origem.

A partir desses levantamentos históricos e culturais, assim como da situação de trabalho no campo, a dissertação da professora Maria José dos Santos contribuiu, em relação à minha pesquisa, com a identificação e a compreensão dos aspectos fenomênicos presentes nos modos de vida e de trabalho das famílias dos discentes que vivem na região atendida pelo IFRR/*Campus Novo Paraíso*.

O quarto trabalho que faz referência ao IFRR/CNP e aos alunos de seus cursos técnicos é a dissertação de mestrado de autoria da professora de Educação Física Vanessa Rufino Vale Vasconcelos, que faz parte do quadro efetivo do IFRR e exerce sua atividade docente no referido *campus*. Intitulado *Níveis de atividade física em adolescentes camponeses de uma escola de tempo integral do sul do estado de Roraima*, o trabalho foi defendido em 2019, no

Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima (UERR), em colaboração com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Nessa dissertação, foram avaliados os níveis de atividade física realizada por adolescentes camponeses com idade entre 14 e 17 anos, dos cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura integrados ao ensino médio do *Campus* Novo Paraíso. Ademais, a autora investigou as possíveis relações desses níveis com as seguintes variáveis: gênero, idade, município, área residencial, curso, dinâmica escolar e extraescolar e tipo de moradia; além de aspectos familiares, como estrutura, renda e tipo de ocupação. Vasconcelos (2019) também considerou as diferenças entre a rotina do aluno do campo e da área urbana, as quais podem interferir nos seus níveis de atividade física. O estudo ocorreu por meio da comparação dessas rotinas, mediante a análise do intervalo de tempo entre a chegada à escola e a saída desta, assim como do tempo dispendido com a família e com o trabalho extraescolar. Tendo em vista que o trabalho de Vasconcelos (2019) envolve adolescentes camponeses dos cursos técnicos do *Campus* Novo Paraíso, observa-se que a dissertação também se aproxima desta pesquisa.

Foi possível verificar que os quatro trabalhos apresentados incidem, direta ou indiretamente, sobre questões do campo, dos cursos, dos discentes e da historicidade da região. No entanto, não encontrei, na bibliografia local nem na geral, algo mais específico sobre os saberes das experiências de trabalho da juventude rural assentada. Do mesmo modo, também não encontrei publicações que versassem sobre a integração entre os saberes investidos e o cotidiano da práxis curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRR/*Campus* Novo Paraíso.

Dessa maneira, para suprir tais lacunas informativas, investigativas e formativas, esta tese teve como finalidade pesquisar uma demanda tão necessária ao desenvolvimento local, que é a formação integral de adolescentes e jovens que vivem em áreas de assentamentos rurais das regiões sudeste e sul de Roraima. Assim, como aspecto formativo da educação profissional, enfatizo a relevância acadêmica desta pesquisa para a comunidade, para o território a

que se direciona, para o IFRR e também para posteriores pesquisas referentes à realidade discente oriunda de áreas de assentamentos rurais.

Quanto aos trabalhos científicos que debatem a educação profissional integrada ao ensino médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, encontra-se amplo acervo bibliográfico de autores como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Demerval Saviani e Silvia Manfredi.

Em relação à educação do campo e à juventude campesina em geral, também já há extenso acervo de artigos, dissertações, teses e livros de autores como Acácia Kuenzer, Roseli Caldart e Paulo Freire. A utilização desse rico suporte bibliográfico vai ao encontro do posicionamento de Marques (2006, p. 24), quando defende que

O apoio bibliográfico se deve buscar na hora do escrever, para que seja inspiração, ajude a sair dos impasses, a descortinar novos horizontes e caminhos, não em simples cópia, ajuntamento de citações artificialmente arranjadas para ostentar erudição.

No que tange aos saberes das experiências de trabalho de discentes oriundos de áreas de assentamentos rurais e à análise desses saberes como parte integrada dos planos de cursos e da prática curricular dos IFs, além da pesquisa de campo, foram realizadas pesquisas específicas em *sites* oficiais do IFRR, disponíveis na internet, e em acervo da biblioteca física do Instituto. Também busquei, em bibliotecas virtuais de universidades, obras cujos assuntos se referissem ao tema da pesquisa. Nesse quesito, os materiais encontrados e catalogados não apresentaram conteúdo que retratasse a situação real dos Institutos Federais de Educação e sua função de inclusão social, não somente como provedor na oferta de ensino e soluções tecnológicas para as comunidades atendidas, mas como articulador, na teoria e na prática, da convergência entre os saberes investidos e os saberes escolares.

Com efeito, faltam pesquisas que demonstrem, em uma dimensão mais aprofundada, a real situação dos(as) estudantes de assentamentos rurais que cursam ou cursaram o ensino médio integrado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por esse motivo, esta tese vem contribuir com o enriquecimento dessa modalidade, ao analisar, sob o aporte teórico da

ergologia e do materialismo histórico-dialético, a questão dos saberes das experiências de trabalho e suas aproximações (ou não) com os saberes escolares. Neste caso, o recorte é em relação aos discentes do IFRR/*Campus* Novo Paraíso que provêm dos projetos de assentamentos São Luizão, Jatapu e Anauá.

### 1.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Considerando a natureza qualitativa da pesquisa e o lugar dos estudantes para a construção do estudo sobre as relações entre os saberes da experiência de trabalho de discentes do IFRR e os saberes escolares, a escolha e a definição dos sujeitos foi primordial.

Assim, defini prioritariamente como participantes da pesquisa quatro discentes, assentadas rurais do sul de Roraima, que atualmente estudam no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, ofertado pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso, situado na área rural do município de Caracarái, sul de Roraima. O curso técnico funciona em período integral diurno (manhã e tarde) e tem duração de três anos, divididos em seis módulos/semestres letivos.

Quando iniciei os trabalhos de investigação, algumas discentes participantes da pesquisa cursavam o segundo ano do Curso Técnico em Agropecuária, ou seja, o terceiro módulo, e outras já estavam no quinto módulo do curso. Infere-se, pois, que já tinham realizado mais de 60% da carga horária do curso, de modo que já portavam significativo conhecimento sobre questões teóricas e práticas relacionadas ao currículo e aos saberes técnicos ofertados no curso, bem como sobre suas aproximações e distanciamentos com os saberes das experiências de trabalho no cultivo da banana e de outros produtos presentes na agricultura familiar.

De acordo com dados colhidos no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP/IFRR, 2021, p. 54), há 234 discentes regularmente matriculados nos cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura no *Campus* Novo Paraíso (iniciaram o curso no primeiro semestre de 2021, com previsão de conclusão para o final de 2023). Dos(as) 234 discentes, frequentam o Curso Técnico em Agropecuária 71 estudantes, dos quais 25 vivem na zona rural, em área de assentamento, ao passo que os outros 46 residem nas vilas e cidades

da região. Entre os matriculados no primeiro semestre de 2021, há 41 discentes do sexo feminino e 30 do sexo masculino.

Cabe observar que, durante a pesquisa na plataforma SUAP e nos documentos disponibilizados pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA), alguns dados sobre a zona residencial e o endereço do(a) discente ocasionalmente apresentavam inconsistências, no sentido de haver, na mesma folha estudantil, dois endereços diferentes. Assim, em determinada parte do documento, constava a zona rural como endereço residencial; já em outro ponto do mesmo documento, registrava-se como zona residencial a área urbana. Isso ocorre com frequência, devido ao fato de grande parte das áreas rurais não dispor de sistema de telefonia ou de serviços de correios, fato que dificulta a comunicação entre o *campus* e os familiares dos(as) alunos(as). Sendo assim, em casos de emergência, a maneira mais prática e eficiente de contatar os familiares é por meio de algum(a) vizinho(a), parente, amigo ou responsável que viva em área urbana, pois poderá responder mais celeremente. Daí uma das justificativas para as ocasionais discrepâncias entre os endereços contidos no SUAP e as moradias reais de alguns estudantes.

Já no tocante ao número de estudantes de nível médio e superior com matrículas ativas no *campus* neste ano de 2023, constam como regularmente matriculados 520 alunos(as): 282, nos cursos técnicos, e os demais (238), no curso superior de Agronomia.

Sobre a faixa etária dos discentes de nível médio, verificou-se que a maioria deles nasceu entre os anos de 2004 e 2005, ou seja, são jovens que têm atualmente entre 17 e 18 anos de idade.

No que se refere à raça ou etnia, os dados apontam que, dos 71 estudantes do Curso Técnico em Agropecuária, objeto da pesquisa, consideraram-se pardos 59 discentes, quatro declararam-se pretos, sete declararam-se brancos, e um(a) não declarou sua raça ou etnia.

Em relação a seus estados de origem, entre os 234 adolescentes e jovens que se matricularam no ano de 2021 nos três cursos técnicos, há 138 alunos provenientes do Estado de Roraima, ao passo que os demais 96 alunos(as) têm suas origens distribuídas entre dez estados da federação e o Distrito Federal.

Quanto à nacionalidade, apenas um aluno matriculado declarou-se estrangeiro (Guiana Inglesa). Nesse contexto, cabe ressaltar que, apesar da forte presença de venezuelanos na região, até o momento, nos cursos e anos pesquisados, não foi encontrado registro de nenhum discente de nacionalidade venezuelana matriculado no *campus*. Não se poderia presumir que não existam venezuelanos interessados em estudar no IF, tendo em vista que, algumas famílias, ao chegarem ao Brasil via Estado de Roraima, não têm ou não trazem documentação adequada ou completa. Nesses casos, buscam os serviços de acolhimento e triagem, ou serviços públicos voltados para esses fins, e então conseguem a emissão de novos documentos. Também há os casos de famílias que, por estarem no Brasil já há algum tempo, ou por terem filhos que nasceram aqui, registram as crianças como brasileiros natos, filhos de estrangeiros. À vista disso, é possível que haja no *campus* alunos(as) provenientes da Venezuela; no entanto, visto que podem ter sido registrados(as) como brasileiros(as), não constam nos documentos a origem e a nacionalidade estrangeira.

Por fim, quanto aos dados relativos aos perfis socioeconômicos das discentes participantes da pesquisa, eles serão tratados posteriormente nesta tese.

#### 1.4 QUESTÃO CENTRAL DE PESQUISA

É pela minha inquietude e criticidade, mas também como sujeito do campo, que sonho e luto por uma sociedade mais justa e igualitária, livre dos antagonismos que provocam as desigualdades sociais, as contradições de classes e todas as formas de exclusão. Refiro-me, especialmente, às existentes entre pequenos agricultores, que se esforçam em sobreviver dos frutos do trabalho *no campo* e *do campo*, e os senhores do latifúndio, que detêm o capital e, por conseguinte, influenciam e dominam as áreas urbana e rural. Estes desvalorizam o trabalho e a produção provenientes da agricultura familiar, tornando-a, cada vez mais, refém do capital. Nessa conjuntura, entre as indagações que apresento, busco compreender, a partir dos posicionamentos de discentes do IFRR/CNP provenientes de áreas de assentamentos rurais no sudeste e no sul de Roraima, as existências concretas/objetivas dentro e fora do contexto escolar.

Os participantes da pesquisa são adolescentes e jovens que moram em três projetos de assentamentos rurais, situados nos Municípios de Rorainópolis, São João da Baliza e Caroebe. Esses municípios compõem a região atendida pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso, no sul de Roraima. Embora alguns desses discentes tenham nascido na região e outros tenham vindo de outras regiões, todos eles têm um ponto em comum, que é o fato de estudarem em turno integral no *Campus* Novo Paraíso e, paralelamente, auxiliarem os pais na cultura da banana, uma das principais fontes de sustento de suas famílias.

Nesse contexto, busquei conhecer a riqueza de experiências produzidas no território e no cotidiano da vida campesina, permeadas de saberes e valores que vão além daqueles prescritos no currículo escolar. Assim, a questão central desta tese é analisar *se, como e em que perspectiva* os(as) jovens camponeses assentados(as) estabelecem relações entre os saberes investidos na experiência de trabalho e os saberes escolares presentes no currículo dos cursos técnicos do IFRR/CNP. É o que pretendo demonstrar ao longo da execução da pesquisa.

#### **1.4.1 Questão Geral**

Que relações podem ser estabelecidas entre os saberes da experiência de trabalho de discentes assentados rurais e a sua formação integral, especialmente na práxis de currículo integrado?

#### **1.4.2 Questões Específicas**

No âmbito das questões específicas, remetidas a partir da questão geral, temos:

Que aspectos econômicos, políticos e culturais estão presentes na produção de suas experiências no território onde vivem e trabalham os/as discentes?

Que saberes e valores constituem e, ao mesmo tempo, são constituídos por tais experiências?



Se e como os saberes da experiência dos(as) discentes estão inseridos na proposta do currículo integrado do IFRR?

## 1.5 HIPÓTESES

A compreensão de *hipótese* está em consonância com o que afirmam Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 5): “elas [hipóteses] são as respostas ou conjecturas, palpites, soluções provisórias, que tentam resolver um problema ou explicar um fato”.

Neste trabalho, considero a hipótese de que o diálogo crítico entre saberes das experiências de trabalho dos(as) jovens discentes assentados(as) rurais do sul de Roraima e os saberes escolares constituintes do currículo do Ensino Médio Integrado do IFRR/CNP contribui para a formação humana integral dos(as) estudantes, bem como para o estreitamento dos vínculos econômico-culturais estabelecidos entre o IFRR e o território onde se situa, como perspectiva de reprodução ampliada da vida<sup>5</sup>.

## 1.6 OBJETIVO GERAL

Parto da pressuposição de que o ser humano, por possuir racionalidade, desenvolvendo múltiplas e complexas capacidades intelectuais, materiais, intuitivas, sensitivas e até mesmo espirituais, não pode ser reduzido ao inatismo platônico<sup>6</sup>, tampouco ao empirismo lockeano, defensor da “tábula rasa<sup>7</sup>”, do saber da experiência que só se adquire através da prática, da repetição e da memória. O ser humano, em sua amplitude ontológica, une e transforma essas duas fontes de saberes (em aderência e desaderência) e vai construindo e reconstruindo novos saberes, experiências, produções, renormalizações, reflexões e abstrações na consciência humana, a qual, dadas as suas

---

<sup>5</sup> “Nos pequenos/grandes ‘espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente’ habitam trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, ainda que submersos no espaço/tempo maior, no qual são hegemônicos os interesses dos proprietários privados dos meios de produção da vida social” (TIRIBA, 2018, p. 82).

<sup>6</sup> “Doutrina segundo a qual no homem existem conhecimentos ou princípios práticos inatos, ou seja, não adquiridos com a experiência ou pela experiência e anteriores a ela” (ABBAGNANO, p. 548).

<sup>7</sup> Termo cunhado pelo filósofo inglês John Locke (1632-1704), defensor da ideia de que o ser humano nasce com a mente vazia de conteúdo, como “papel em branco, destituído de todos os caracteres, sem quaisquer ideias”. Sendo assim, o conhecimento só pode ser adquirido através da experiência, da observação e da reflexão.

complexidades, não encontra um conceito único, universal e inquestionável sobre as capacidades da razão. Sabe-se que o surpreendente mundo dos humanos, em suas abstrações e ações práticas, vai além do explicativo racional, no que se refere à formação do indivíduo em suas objetividades e subjetividades. Assim,

O fato de ser *abstrata*, portanto, não impede a prévia-ideação de exercer um papel fundamental na determinação material da práxis social. Pelo contrário, *justamente por ser abstrata* é que a prévia-ideação pode cumprir uma função tão importante na vida dos homens. Só enquanto abstratividade pode ela ser o momento em que os homens confrontam passado, presente e futuro e projetam, idealmente, os resultados de sua práxis. Contudo, a prévia-ideação só pode ser *prévia-ideação* se for objetivada. Ou seja, se for realizada na prática (LESSA, 2015, p. 23).

O agir sobre o pensado ou a prévia ideação prática defendida por Lessa (2015) representa a essência do trabalho e a sua finalidade. Em vista disso, Tiriba e Fischer (2015, p. 415) afirmam que “os conhecimentos nascem de ações e interrogações que nós, seres humanos inacabados e históricos, fazemos por necessidade e/ou por curiosidade, em relação ao mundo natural e histórico-cultural do qual somos parte”.

No objeto de estudo deste trabalho, os sujeitos discentes que ingressam no ensino médio integrado ofertado pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso trazem, em suas bagagens intelectuais, não só os saberes escolares (nível fundamental da educação básica) adquiridos em outras unidades educacionais, como também os saberes das experiências de vida e de trabalho no campo, seja com seus familiares seja na comunidade. Sendo assim, eles têm a capacidade criativa e estratégica de criar e recriar, transgredir e renormalizar suas atividades diárias, dentro ou fora do ambiente escolar, estabelecendo um fluxo contínuo de mudanças e transformações, tal qual o “devir” do filósofo Heráclito de Éfeso (540 a 470 a.C.). A respeito da experiência e dos saberes, Thompson (1981, p.16), afirma:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.

Considerando os pressupostos deste trabalho investigativo, traço como objetivo geral analisar os lugares que os saberes das experiências de trabalho dos(as) discentes assentados(as) rurais do sul de Roraima – particularmente dos Projetos de Assentamento São Luizão, Jatapu e Anauá – ocupam no currículo do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP. Ademais, em interrelação, busco analisar o modo pelo qual o curso está contribuindo (ou não) para a formação humana integral. Como desdobramento desse objetivo geral, elaborei objetivos específicos, aprofundando, dessa forma, a compreensão e o alcance do problema levantado.

### 1.7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Convergingo a formação integrada do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP com os saberes da experiência de trabalho dos(as) discentes assentados(as) rurais, estabeleci os seguintes objetivos específicos para desenvolver a tese.

- ▶ Identificar e analisar enunciados referentes à formação integral e aos saberes da experiência no PDI e no Projeto Político-Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/*Campus* Novo Paraíso.
- ▶ Descrever e analisar as experiências de trabalho das estudantes participantes da pesquisa.
- ▶ Analisar as relações sociais de trabalho nos assentamentos rurais onde vivem as participantes da pesquisa em que são produzidos os saberes e as suas experiências de trabalho.
- ▶ Identificar e analisar os saberes da experiência de trabalho dos(as) participantes da pesquisa na produção de bananas nos assentamentos rurais São Luizão, Jatapu e Anauá.
- ▶ Analisar a relação entre os saberes da experiência de trabalho das(os) estudantes e os conhecimentos prescritos no currículo do Curso Técnico em Agropecuária do *Campus* Novo Paraíso.

Em síntese, neste capítulo de apresentação, além das considerações iniciais, que serviram para uma melhor compreensão do tema proposto e seu

campo de abrangência, delineei os pontos referentes à justificativa, aos sujeitos da pesquisa, à questão de pesquisa e a hipóteses, bem como ao objetivo geral e aos objetivos específicos.

Na sequência, explicito, no segundo capítulo, o marco teórico-conceitual e, em linhas gerais, o contexto sociopolítico em que foi realizado o trabalho. Também apresento o método do materialismo histórico-dialético, os aspectos da abordagem ergológica e elementos da concepção pedagógica de Paulo Freire. Nesse mesmo capítulo, realizo reflexões a partir de fontes bibliográficas que tratam da formação humana integral e integrada, do currículo integrado, dos saberes da experiência e de aspectos da ergologia e da pedagogia de Paulo Freire.

No terceiro capítulo, apresento o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e sua história de criação. Essa exposição possibilita tanto a contextualização a respeito da instituição de ensino sobre a qual me reporto, quanto a identificação dos aspectos específicos da educação pública profissional a partir dos quais desenvolvo a temática da pesquisa.

No mesmo capítulo, apresento os elementos que, na sua história, justificaram a implantação do IFRR na região e a oferta de cursos técnicos que visam à profissionalização de jovens e adultos para atuarem na agricultura familiar. À medida que descrevo essas características históricas e territoriais, procuro apresentar a atual realidade das(os) discentes que residem nos assentamentos rurais onde realizei a pesquisa.

No quarto capítulo, exponho o percurso metodológico e os procedimentos utilizados na realização da pesquisa, detalhando cada uma de suas etapas, assim como os passos necessários à sua realização, as situações identificadas, os desafios, os limites e as mudanças realizadas. Neste capítulo são abordados os aspectos éticos, etapa na qual ocorreu a apresentação aos participantes da proposta de tese e de todas as informações sobre os procedimentos que seriam realizados. A comprovação de que o projeto passou pela análise e pela

aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa<sup>8</sup> e Plataforma Brasil foi um dos pontos apresentados. Neste, constam também as informações de como realizei as solicitações de adesão voluntária para participação na pesquisa, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE, para menores). Ainda no quarto capítulo, apresento o contexto dos territórios visitados e investigados, bem como pontuo as características de cada assentamento e das formas de trabalho e produção. Ademais, explico os critérios utilizados para a escolha das(os) participantes da pesquisa e os desafios inerentes ao trabalho investigativo, além de relatar alguns detalhes utilizados para me aproximar do campo de pesquisa.

No quinto capítulo, indico instrumentos e procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, como diário de campo, telefone celular, *notebook*, transporte automotivo, dentre outros.

Já no capítulo sexto, indico a análise mais geral que articula achados das diferentes fontes utilizadas na realização da pesquisa. A pesquisa de campo incluindo os aspectos observacionais e a realização e análise das entrevistas foi um momento de identificação acerca da consciência crítica e de classe, dos modos e das relações de produção existentes no cotidiano da vida campesina.

O sétimo capítulo, por sua vez, apresento a pesquisa documental. O propósito foi analisar os documentos centrais que orientam a natureza da implantação dos cursos no *campus* e a sua relação com o território. Assim, para o acesso legal às fontes documentais oficiais do IFRR/CNP, apresentei à Direção Geral e à Diretoria de Ensino o Termo de Autorização e Concordância da instituição e, com ele, o Termo de Compromisso de Uso de Dados (TCUD). Com isso, assim como no capítulo anterior, atendi, também neste capítulo, a um dos objetivos específicos: aquele que trata dos princípios da formação profissional articulada à educação básica no IFRR e do Curso Técnico em Agropecuária do *Campus Novo Paraíso*.

---

<sup>8</sup> Sobre as responsabilidades éticas e científicas na pesquisa, tais medidas visam à preservação, à proteção, à segurança e aos direitos dos envolvidos. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução nº 466/2012 e a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

No capítulo oitavo, estão contidos a análise dos resultados da pesquisa e os passos realizados. Neste, retomo as entrevistas, os dados documentais e as observações realizadas em todo o itinerário investigativo. Dada a característica qualitativa da pesquisa, apresento alguns fenômenos e singularidades<sup>9</sup> vividas especificamente pelas(os) discentes do campo, que tornaram o trabalho ainda mais desafiador. Nesse sentido, parto das dimensões *território, trabalho, educação, economia, associativismo e agroecologia*, contempladas durante o processo de pesquisa, estabelecendo correlações com fundamentos do materialismo histórico-dialético, da ergologia e da pedagogia de Paulo Freire. Dessa forma, busquei compreender, quais relações teórico-práticas se estabelecem (ou não) entre o currículo dos cursos técnicos integrados do IFRR/CNP e a materialidade dos saberes das experiências de trabalho das(os) discentes assentadas(os) rurais.

No último capítulo, o de número nove, apresento as considerações finais, nas quais exponho algumas notas e sugestões que considero importantes sob o ponto de vista da reflexão e da ação pedagógica do *Campus* de Novo Paraíso. Neste capítulo, apresento sucintamente a relevância histórica do IFRR na região sul de Roraima. Trago um pouco do perfil das participantes da pesquisa considerando, sob os aspectos da ergologia, os valores e os saberes da experiência de si e do corpo-si nas atividades de trabalho e na escola. Aponto ainda, as contribuições da tese para a ciência, para a comunidade em geral, para IFRR e para o Grupo de Pesquisa, Trabalho, Movimentos Sociais e Educação - TRAMSE. Reflito ainda, sobre as expectativas e desafios dos jovens em relação à qualificação profissional e suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Neste viés, apresento também os desafios e limites da escola e da escolarização quanto ao processo de formação da consciência crítica emancipadora e da inclusão da classe juvenil nos espaços sociais, econômicos e políticos. Por fim, apresento as referências e os apêndices.

## **2 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL**

---

<sup>9</sup> “As situações e os objetos singulares podem ser conhecidos à luz de conceitos mais gerais ou universais, passando pelo tempo e o espaço onde ocorrem. Assim analisados, constituem-se como particularidades, campo de mediações históricas produzidas pela ação de sujeitos sociais (RAMOS, 2014, p.112).”

A construção da intencionalidade teórica desta pesquisa teve início no segundo semestre de 2019, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, nível doutorado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O período foi marcado por um contexto socioeconômico e político permeado por posições e ações extremistas da direita política no Brasil. Nesse cenário, presenciou-se a escancarada intencionalidade do governo Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) em satisfazer a avidez da elite empresarial, detentora do capital, aliando a isso a incitação a atos de intolerância e à violência contra as minorias. Foi um momento em que a disseminação do ódio, da intolerância, de *fake news* e de discursos neoliberais e fascistas, com constantes ataques à democracia, tomou parte do cenário social brasileiro. Os(as) protagonistas desses atos, autointitulados(as) “representantes da Direita, defensores de Deus, da Pátria e da Família tradicional”, tiveram (e ainda têm) amparo de grande parte das forças militares, do conservadorismo e de setores religiosos, principalmente do neopentecostalismo cristão.

O radicalismo dos posicionamentos, representados e defendidos, à época, pelos dirigentes do governo brasileiro, contava com o apoio de setores empresariais urbanos e do agronegócio, de parte da sociedade civil, da maioria dos meios de comunicação de massa e redes de mídias, assim como de “influenciadores digitais pagos para ‘lacrarem’”<sup>10</sup>.

As ações do governo neoliberal-conservador visavam ao sucateamento e à destruição da educação pública, gratuita e de qualidade, bem como de toda forma de conscientização política em prol das populações e grupos menos favorecidos. Nesse período, as instituições educacionais públicas, principalmente as universidades e, em parte, os Institutos Federais de Educação do país, tiveram que conviver com interferências, ataques e cortes no orçamento por parte do governo federal e de seus aliados.

No contexto rural, os atos do Estado, como aprovações de leis, decretos e/ou emendas favoráveis à expansão do latifúndio, à monocultura do

---

<sup>10</sup> Nos últimos anos, o verbo *lacrar* tem sido utilizado, especialmente nas redes sociais, com uma nova acepção, referindo-se, de forma elogiosa, a um indivíduo que teria realizado ou falado algo extremamente marcante ou exitoso, teoricamente demonstrando tamanha sagacidade que silenciaria a todos, no sentido de que nada ou ninguém seria capaz de refutar seus argumentos ou ser contrário às ações apresentadas.

agronegócio e à liberação desenfreada de agrotóxicos nas lavouras foram maneiras adotadas para a aceleração do processo de expulsão e eliminação dos pequenos agricultores. E, numa dimensão que vai além do território campesino, houve também o estímulo governamental ao desmatamento e à destruição de rios e igarapés, tanto pela ação de grilagem de terras em áreas preservadas quanto pelas ações ilegais de garimpeiros em terras indígenas. Soma-se a isso a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV (coronavírus), que dizimou mais de 20 milhões<sup>11</sup> de pessoas no mundo e, de acordo com o painel eletrônico do Ministério da Saúde do Brasil (*Painel Coronavírus*), até novembro de 2023, já havia causado 707 mil óbitos no Brasil.

No projeto neoliberal e neoconservador<sup>12</sup> da direita política brasileira, também estavam presentes os incentivos ao esfacelamento e à destruição dos valores e legados culturais das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

As ações ora retratadas no *modus operandi* do aparelho estatal brasileiro não foram (e não são) atos isolados: elas estavam (e ainda estão) alinhadas com as prioridades de outros países governados por políticos defensores do neoliberalismo econômico, cuja vontade explícita é oprimir, sufocar e retirar todo e qualquer direito conquistado pela classe trabalhadora, tendo em vista que, “para a sociedade do capital, a propriedade privada tem um valor supremo, acima de qualquer outro, inclusive o da vida humana” (CALDART, 2000, p. 26).

Nessa realidade, homens e mulheres que vivem à margem da sociedade do capital, sem nenhuma política pública que os assista, compõem a grande massa de mão de obra excedente, precarizada e informal a ser explorada como mercadoria, em um processo de constante subordinação aos detentores do poder político, econômico e jurídico do Estado. Para Marx e Engels (2008, p. 11), “a sociedade burguesa moderna, que brotou da ruína da sociedade feudal, não

---

<sup>11</sup> Fonte: < [http://www.cofen.gov.br/apos-milhoes-de-mortos-em-3-anos-oms-decreta-fim-de-emergencia-da-covid-19\\_108179.html](http://www.cofen.gov.br/apos-milhoes-de-mortos-em-3-anos-oms-decreta-fim-de-emergencia-da-covid-19_108179.html). > Acesso em: 15/junho de 2023.

<sup>12</sup> “Para o neoliberalismo, a desigualdade não só é um dado natural, como é desejável, em um mundo regido pela concorrência. Para os neoconservadores, igualmente, não só os indivíduos são naturalmente diferenciados como podem ser complementares em suas desigualdades. Nesse aspecto, ambos se afastam de projetos de justiça social, na medida em que buscar promover a igualdade por meio de políticas seria afrontar a natureza das coisas” (QUINTELA, 2020, p. 18).



aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de lutas no lugar das antigas”.

Essas imposições do sistema capitalista atual provocam nos sujeitos, homens e mulheres trabalhadores(as), um sentimento de desesperança e tristeza, pois, embora tenham lutado tanto, e por tantas décadas, pela conquista de direitos trabalhistas, de igualdade, de inclusão e dignidade, hoje se encontram sob os abusos de um governo que, a cada dia, nega-lhes o direito à habitação, à educação de qualidade e ao trabalho digno, bem como o acesso à assistência médica gratuita, à garantia de uma aposentadoria na velhice e a tantos outros direitos constitucionalmente garantidos no Brasil. Luís Felipe Miguel (2019, p. 108), na obra *O colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*, salienta que “o Brasil vivencia um avanço de uma percepção atomista da sociedade, que despreza qualquer forma de solidariedade e lê o direito como privilégio inaceitável num mundo que começa e termina na competição entre as pessoas”.

A realidade torna-se mais candente quando a relacionamos à vida escolar dos jovens do campo, tendo em vista que, embora alguns já contribuam com a renda familiar por meio da prestação de serviços informais ou formais mal remunerados, eles necessitam de uma formação educacional escolar que possa propiciar-lhes, além da formação profissional, a construção de uma consciência crítica e de um posicionamento ideológico político voltado para as causas coletivas e sociais.

Nessa conjuntura, em relação aos jovens provenientes das camadas populares, Dayrell (2007, p. 110) salienta que esses(as) jovens

[...] enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro.

Quando realizei a pesquisa de campo, o atendimento às demandas e às perspectivas dos jovens sequer faziam parte da pauta governista. O que incidia, de fato, sobre a realidade da juventude era o disparo em massa de notícias falsas pelo próprio governo e por seus aliados, provocando o ódio, o preconceito e a

segregação. Negavam a história, disseminando a intolerância mediante a intimidação agressiva, pelas redes sociais digitais e pelos meios de comunicação de rádio e televisão.

O espetáculo midiático, fomentado e patrocinado pela elite *no/do* poder, transmitia aos contumazes usuários das redes sociais uma falsa realidade, ou uma realidade virtual, como coisa concreta/real, muito bem elaborada, com o objetivo único de promover a acomodação e a passividade das classes sociais menos favorecidas, garantindo, dessa forma, a manutenção do *status quo* da classe dominante.

Os canais de rádio e de televisão, assim como os *sites* navegadores da internet e tantos outros canais – “abertos” e/ou “fechados”, pagos e “não” pagos – transitam em um contexto de contradições sociais, como um divã anestésico, camuflando as diferenças histórico-sociais e estabelecendo uma pseudounidade social. Logo, esses meios introjetam, sutilmente, a ideologia do capital na vida dos jovens e também de grande parte da população adulta que já se encontra desalentada e desencantada com a realidade concreta da vida em sociedade. Para Marx e Engels (2008), o Estado, representando os negócios da burguesia, exerce o poder administrativo sobre a sociedade, determinando as relações sociais e de produção em vista da exploração do trabalhador em benefício do capital.

Apesar dessas forças antagônicas em que a supremacia do poder do Estado subordina e explora o(a) trabalhador(a), além de tentar, a todo custo, naturalizar as relações entre exploradores e explorados, justificando as desigualdades sociais, houve, e ainda há, diversos setores sociais e políticos, bem como intelectuais, líderes de bairros e comunidades, educadores, representantes de movimentos sociais e de classe que não perdem a esperança nem desistem de lutar e incentivar a ação coletiva associada contra o sistema capitalista. São homens e mulheres (sujeitos em ação) que, em suas lutas políticas, não sucumbem à selvageria do capitalismo, que prega o individualismo e a segregação social.

Os sujeitos que lutam por uma sociedade emancipada, livre e igualitária buscam desmistificar a ideia da divisão “sagrada” e hierárquica da sociedade. Defendem, à luz do materialismo histórico-dialético, a vida concreta e material da luta de classes, no sentido de que “só há evolução com a revolução” (LUKÁCS, 2003). Portanto, a desmistificação do mito do poder natural do homem sobre outros homens cai por terra.

Assim, de acordo com Rousseau (2002, p. 6):

O mais forte não é nunca assaz forte para ser sempre o senhor, se não transformar essa força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte, direito tomado ironicamente na aparência e realmente estabelecido em princípio.

A superação desse dever de obediência ao direito do mais forte faz-se pela formação da consciência libertadora que nasce da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras em situação de exploração. Nesse sentido, para Freire (1967, p. 11), “conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão”.

A práxis humana funde a causalidade com a finalidade. Mas se partimos da práxis humana como da fundamental realidade social, de novo descobrimos que também na consciência humana sobre o fundamento da práxis e em uma unidade indissolúvel, se formam duas funções essenciais: a consciência humana é ao mesmo tempo registradora e projetadora, verificadora e planificadora é simultaneamente reflexo e projeto (KOSIK, 1969, p. 114).

Foi com base nessa práxis humana que a pesquisa foi construída. Como parâmetro, estabeleci o ser humano em sua realidade histórica e material, estabelecida nas relações sociais de trabalho e na luta contra o poder hegemônico do capital.

## 2.1 O MÉTODO NO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

A pesquisa foi orientada pelo materialismo histórico-dialético, método segundo o qual as condições históricas e materiais de existência são a base de toda a ordem social.

Quanto à concepção materialista, Engels (1999, p. 95). esclarece que

[...] a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata.

De acordo com o autor, o modo de conceber e abordar qualitativamente os fenômenos sociais e naturais é diferente de outros métodos, já que a interpretação dos fenômenos é materialista, e o estudo da história social é dialético, por entender que as relações não são isoladas, mas interligadas e contraditórias.

Para Engels, (1999, p. 82), na metafísica, método disseminado por Bacon e Locke especula-se o hábito de enfatizar as coisas e os processos da natureza de forma isolada, estática, sem considerar as variáveis e a concatenação com o todo, mas como consistências estáticas, mortas. Ao contrário disso, no materialismo histórico-dialético, “a natureza é a pedra de toque da dialética” (Engels, 1999, p. 85).

De acordo com Kosik (1969, p. 109), o materialismo “não se detém nos produtos humanos como numa verdade de última instância, mas penetra até as raízes da realidade social, isto é, até o homem como sujeito objetivo, ao homem como ser que cria a realidade social”.

Ademais,

Marx e Engels esclarecem que as suas análises têm pressupostos, mas se trata de pressupostos *reais*: constituem-nos "os indivíduos reais/ sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (MARX-ENGELS, 2007, p. 86-87 *apud* NETTO, 2012, p. 32).

Conforme Netto (2012, p. 24), na concepção marxiana, a teoria é a reprodução do real do objeto sendo revelada pelo pensamento; no entanto, não se trata de apenas um reflexo mecânico espelhando a imagem das coisas, pois, para Marx, no processo do conhecimento, o papel do sujeito que pesquisa é essencialmente ativo. É o que se observa no fragmento a seguir.

Precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é *fundamental* no processo de pesquisa (NETTO, 2012, p. 24).

O materialismo histórico-dialético<sup>13</sup>, como método pelo qual “o cérebro pensante se apropria do mundo”, elevando-se do “abstrato ao concreto” (Netto, 2012, p. 45), contribuiu expressivamente para a minha compreensão acerca da forma como se desenvolvem os fenômenos da realidade objetiva dos sujeitos do campo. Dessa maneira, pude observar, durante as visitas, diversos aspectos inerentes à vida das participantes, assim como os desafios que enfrentam para continuarem estudando e, paralelamente, ajudarem os pais nos trabalhos do campo.

Diante desse contexto, Marx e Engels (2007, p. 86) esclarecem que

O modo pelo qual os homens (*sic*) produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos

Dessa maneira, o materialismo histórico-dialético empreende um caminho investigativo focado na concreticidade dos fenômenos, não sendo suficiente para esta análise satisfazer-se com a aparência imediata, mas sim na sua relação dialética com a sua essência, a qual, para Marx (2007), é *o que, com o que, como e para quem* os homens produzem as suas condições materiais de existência.

Ressalto que a abordagem do materialismo histórico-dialético de Karel Kosik e de Edward Palmer Thompson teve papel relevante na pesquisa, tendo em vista suas contribuições quanto às relações entre *instâncias, estrutura e superestrutura*, sob uma perspectiva não determinista.

Vendramini e Tiriba (2014, p. 56) apontam que

---

<sup>13</sup> **Materialismo histórico** (divisão do trabalho como meio historicamente necessário para o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, divisão da sociedade em classes e divisão dos homens entre si na produção das próprias condições de vida e de cada homem singular, ou seja, formação de homens em si mesmos divididos e unilaterais etc.), mas também toda a teoria do **movimento dialético** do real (contraditoriedade do real, pois todo processo espontâneo e natural do desenvolvimento é, ao mesmo tempo, gerador de aspectos contraditórios, negadores da positividade preexistente em nível inferior e, portanto, destinados a serem negados por meio da exacerbação das contradições ao antagonismo absoluto, até que esse próprio desenvolvimento das forças produtivas, assim obtido, permita ao homem intervir de modo voluntário e consciente e reproduzir, num nível superior, a positividade originária etc.). (MANACORDA, 2007, p. 50).

Como um historiador marxista contemporâneo e, portanto, tendo como eixo de análise o movimento real da sociedade, na sua singularidade e na sua totalidade, Thompson traz à superfície aspectos do processo histórico, até então pouco estudados. Entre eles, são de grande relevância nas suas obras, a experiência histórica e a cultura popular, geradas na própria vida e que permitem tornar visível o lugar do sujeito coletivo no processo de trabalho e nos movimentos sociais populares.

No delineamento sobre o trabalho e as experiências discentes na produção da banana, identificamos que esse não é o único produto encontrado nos lotes rurais. Pela própria característica da agricultura familiar, a diversidade do *que* produzem e de *como* produzem vincula-se à realidade econômica local e à sobrevivência alimentar. Por outro lado, devido à escassez de incentivos e insumos, os agricultores e as agricultoras procuram dar sentido às suas existências, trabalhando em condições precárias, sem desistir e tendo esperança em ações que, às vezes, aparecem como possíveis soluções, mesmo que temporárias, para a dura realidade de vida e trabalho nos assentamentos rurais.

Dessa forma, trazemos aqui a importância do conceito de *experiência* de Thompson, que, com o conceito de *junção* (entre estrutura e superestrutura) contribui para adensar o entendimento da experiência dos jovens assentados, sujeitos participantes na produção da tese.

## 2.2A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E INTEGRADA<sup>14</sup>

Neste subcapítulo, abordo o conceito de formação integral, no qual trabalho e educação se apresentam como fatores indissociáveis na construção do ser humano. Trata-se, portanto, de uma formação que engloba os aspectos objetivos e subjetivos da vida dos sujeitos, nas relações socioculturais, políticas, intelectuais e de trabalho. Sobre essa conceituação, Baracho (2018, p. 116) afirma o seguinte:

O conceito de formação humana integral vem ao encontro de superar a dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual,

---

<sup>14</sup> Os posicionamentos dos autores sobre formação integral e integrada nos remete aos defensores da educação integral na Europa do início do século XX, em que, segundo Brasil (2009, p. 15), as teorias libertárias de anarquistas como Robin, Bakunin e Kropotkin deram as primeiras tentativas de implantação de uma modalidade educacional que prezasse pela formação humana integral. A proposta era de um modelo escolar que apresentasse objetivos que recaíssem “sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, em uma clara opção política emancipadora” (BRASIL, 2009, p. 15).

incorpora a formação para a vida, para a atuação política e social, para a produção de conhecimentos e para a produção da subsistência, ou seja, para o trabalho, o que permite ao indivíduo participar, ativamente, como cidadão e profissional, compreendendo as relações presentes, combatendo a forma de trabalho alienado na sociedade vigente e em perspectiva atuando na direção da construção de um trabalho humano emancipador.

Nessa concepção de formação integral, não há como separar as relações de produção manual da produção intelectual, pois os modos de produção e reprodução da vida dos sujeitos em sociedade se entrelaçam. Conforme Lukács (2013, p. 21), “objetivamente o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento”.

Compreende-se, pois, que o envolvimento político-participativo dos sujeitos na esfera social é uma dimensão relevante na sua práxis formativa. Nesse sentido, a educação, entendida como práxis (Freire, 1967), forma a identidade dos sujeitos como seres partícipes no mundo, em que eles se reconhecem como construtores da história, e não como pessoas passivas, reféns de um determinismo alienante. Nesse sentido, Caldart (2000, p. 57) afirma que

À medida que passamos a compreender mais profundamente o peso dos elementos materiais na formação humana, tendemos também a compreender melhor a centralidade das *práticas* (que também incluem ideias e palavras) nos processos educativos.

Sob esse viés, as atividades humanas do trabalho e da educação (Saviani, 2007, p. 152) são ações formativas específicas deste ser, pois “somente o ser humano trabalha e educa”. Assim, a formação humana integral (Ramos, 2012) é a formação omnilateral do sujeito, constituída em todas as dimensões da sua vida, como cidadão pleno, ciente de seus direitos e deveres e consciente de seu lugar na sociedade.

Para Baracho (2016, p. 175),

Trabalhar uma formação humana com caráter integral numa sociedade que tem como base de produção o lucro, por si só, é uma adversidade. O tempo todo acontecem processos de alienação subjetiva e objetiva do trabalho e expropriação dos saberes. Porém, apesar de todas as dificuldades, algo precisa ser feito. Impera a necessidade de unir conhecimentos para uma prática pedagógica crítica que leve os alunos a ter consciência da realidade humana e social que faz parte e não, simplesmente, reduzir a integração curricular a uma justaposição de conhecimentos da educação geral e profissional.

Além de possibilitar o acesso ao saber científico, a formação integral (Azevedo Silva & Medeiros, 2015, p. 9) promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem em normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e de tendências que se manifestam em tempos e espaços históricos.

Assim, lembro-me de um provérbio africano bastante conhecido, que afirma: “para educar uma criança, é preciso uma aldeia inteira”. Considerando esse pensamento no contexto da formação integral, em que se entrelaçam o trabalho e a educação, observa-se que a participação coletiva nos processos de construção dos saberes escolares e não escolares é fator imprescindível para a formação integral dos(as) discentes.

### 2.3 O CURRÍCULO INTEGRADO

Em termos gerais, o currículo pode ser interpretado como um itinerário formativo educacional cujo objetivo é a integração de determinados conteúdos e disciplinas prioritárias sobre os conhecimentos que se pretende abordar, em diálogo com a realidade dos sujeitos a serem contemplados por ele. Sendo assim, ele engloba as dimensões da ciência, da tecnologia, do trabalho e das relações sociais e culturais. É o que se verifica no fragmento abaixo.

Currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. Trata-se das atividades essenciais que a escola não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. O processo de “seleção do conhecimento” a ser incorporado ao currículo não deve se dar de maneira aleatória, mas com base no que é necessário ao ser humano conhecer para enfrentar os problemas que a realidade apresenta (GAMA; DUARTE, 2017, p. 39).

Desse modo, estudar o currículo, nos seus aspectos educacionais e filosóficos, ou seja, em relação à extensão, aos conteúdos e às experiências dos sujeitos envolvidos, trouxe maior compreensão e aprofundamento a respeito do objeto de estudo, que consiste na análise da presença (ou ausência) dos saberes da experiência de trabalho no currículo que compõe a formação na modalidade técnico-profissional do IFRR/CNP. A ênfase no currículo integrado dessa modalidade não se relaciona à profissionalização adestrada, mas sim à concepção de educação histórico-crítica, defendida por Saviani (2007). Para esse educador,



O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2007, p. 161).

Nesse sentido, o currículo integrado, além de envolver todas as potencialidades e habilidades teóricas e práticas do sujeito, possibilita o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva diante do mundo do qual faz parte. Segundo Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005, p. 87):

A origem recente da ideia de integração entre a formação geral e a educação profissional, no Brasil, está na busca da superação do tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira e nas lutas pela democracia e em defesa da escola pública nos anos de 1980, particularmente, no primeiro projeto de LDB, elaborado logo após e em consonância com os princípios de educação na Constituição de 1988.

A discussão e a luta por um currículo integrado, em que a educação geral seja parte inseparável da educação profissional, compõem a luta de educadores e educadoras, bem como de movimentos civis organizados e mobilizados em favor de uma educação pública, de qualidade e acessível a todos. Ramos (2014, p. 25) ressalta que, no debate sobre o currículo integrado, deve-se levar em conta que, “menos que uma forma, ou um formato, ou um modelo, a integração é um processo que se constrói no fazer cotidiano da escola”.

Para a efetiva implementação do currículo integrado, é preciso ter clareza de sua metodologia (AZEVEDO, 2017). Para tanto, necessita-se de planejamento e formação de professores e professoras. O modelo linear de organização curricular com o qual estamos acostumados (compartimentalização do conhecimento) setoriza o trabalho docente e desfavorece a atividade coletiva. O planejamento deve ser participativo, requerendo mais esforços, tempo e espaço para as discussões, no intuito de organizar o currículo integrado e efetivá-lo na prática docente.

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2011), o que se almeja no currículo não é a crítica pela crítica, ou o conhecimento pelo conhecimento; mas a formação de consciência crítica com o conhecimento crítico, para uma prática social capaz de promover alterações na realidade, no plano do conhecimento e no plano histórico-social. Para Manacorda (2007, p. 136):

É esta a premissa teórica da proposta gramsciana de organização de uma escola única inicial de cultura geral, humanística, formativa que harmonize precisamente o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual (p.100). E não resta dúvida de que se trata de uma premissa integralmente marxiana, ainda que Gramsci, que a compreendeu profundamente, lhe atribua motivos e desenvolvimento original.

Para a pedagogia histórico-crítica, o posicionamento político se faz também pela defesa de um sistema público de ensino que assegure a socialização do saber sistematizado e libertário, diferentemente do pensamento neoliberal, que defende a individualização e a reprodução das relações de trabalho sob a lógica do capital e da burguesia dominante. Assim demonstra Saviani (2011, p. 72):

Em relação à opção política assumida por nós, é bom lembrar que na pedagogia histórico-crítica a questão educacional é sempre referida ao problema do desenvolvimento social e das classes. A vinculação entre interesses populares e educação é explícita. Os defensores da proposta desejam a transformação da sociedade. Se este marco não está presente, não é da pedagogia histórico-crítica que se trata.

Kuenzer (1991), defensora de uma pedagogia socialista, vai mais além em sua crítica às tentativas de reformas educacionais e curriculares que não buscam superar as contradições sociais historicamente construídas pela sociedade do capital, mas que reproduzem os interesses da classe burguesa às custas da exclusão e da exploração da classe trabalhadora.

Contraditoriamente ao modelo de formação tecnicista, em que o trabalho intelectual é separado do trabalho manual, constituindo a estrutura ideal do modo capitalista, o ensino médio integrado ao ensino técnico surge como uma condição social diferenciada e necessária para a educação unitária e politécnica. Para Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005, p. 44),

“[o ensino médio integrado ao ensino técnico] não se confunde totalmente com ele [ensino médio unitário e politécnico] porque a conjuntura do real assim não o permite. Não obstante, por conter os elementos de uma educação politécnica, contém também os *germens* de sua construção”.

Considerando a ideia de integração, na finalidade de oportunizar condições reais de superação das contradições sociais aos jovens e adultos situados no plano da realidade material de exclusão, Rodrigues (2020, p. 168), aponta que

Pressupor a integração como processo formativo para a classe trabalhadora implica entender que a educação é imprescindível para a conquista de direitos, possibilitando-lhes condições para o embate político-ideológico contra a classe-que-vive-da-exploração, a fim de se

construir uma nova hegemonia, em que os menos favorecidos possam, de fato, ter uma nova realidade de vida.

Portanto, a formação humana integral, perspectiva presente no currículo integrado, deve garantir ao indivíduo o direito a uma formação que integre teoria e prática dentro do contexto de vivência real dos sujeitos, e que propicie interpretação e compreensão críticas da sociedade em sua essência, provocando, dessa forma, uma atuação política libertadora. Afinal, é tendo uma atitude crítica (FREIRE, 1967) que o homem realizará sua vocação ontológica de integrar-se, superando a atitude de simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época.

## 2.4 OS SABERES DA EXPERIÊNCIA NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA

Neste tópico, abordo a questão dos saberes da experiência de trabalho como definidora da existência identitária humana e a sua relação com a educação. Para conceituar essa temática, valho-me dos fundamentos teóricos de Mario Alighiero Manacorda, Edward Palmer Thompson, Georg Lukács, Naira Lisboa Franzoi, Maria Clara Bueno Fischer, Paulo Freire, Yves Schwartz, dentre outros autores que fazem referências à questão das experiências de trabalho em geral, sobretudo aos saberes do trabalho integrado à educação. Neste item, que compõe o tema focal do projeto investigativo, cuja intencionalidade é identificar e analisar os espaços que os saberes da experiência de trabalho de discentes oriundos do campo ocupam na teoria e na prática curricular do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no IFRR/CNP, busco realizar, inicialmente, uma reflexão sucinta sobre como o ser humano adquire os conhecimentos e as experiências a partir dos modos e das relações de produção.

Nesse contexto, o conceito de “ser humano” aqui proposto traz como referencial o materialismo histórico-dialético, método que considera o sujeito em seu sentido real, como ser social. Nessa perspectiva, Marx e Engels (2007, p. 86) partem de pressupostos reais, e não de abstrações imaginárias: “São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação”. Corroborando esse posicionamento, Kosik (1969, p. 9) afirma:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais.

O ser humano é um ente que age não somente por abstrações alheias às suas experiências materiais, mas imerso e envolvido em um conjunto de relações entrelaçadas entre a vida do indivíduo nas relações consigo mesmo, com os outros e com o mundo. De acordo com Freire (1987, p. 33),

Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de Ser Mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem.

A formação e a transformação desse sujeito que observa, interpreta e constrói a sua condição sócio-histórica vai ao encontro dos conceitos de Manacorda (2007, p. 22), em relação à formação do ser humano.

Grande parte do que transforma o homem em homem forma-se durante a sua vida, ou melhor, durante o seu longo treinamento por tornar-se ele mesmo, em que se acumulam sensações, experiências e noções, formam-se habilidades, constroem-se estruturas biológicas – nervosas e musculares – não dadas *a priori* pela natureza, mas fruto do exercício que se desenvolve nas relações sociais, graças às quais o homem chega a executar atos, tanto “humanos” quanto “não-naturais”, como o falar e o trabalhar segundo um plano e um objetivo.

Na continuidade do pensamento de que a existência humana não é um fator dado pela natureza, mas fruto dos processos de formação realizados pelo trabalho, que produz e constrói a significância, e que dá sentido à existência da pessoa no mundo, Saviani (2007, p. 154) parte do pressuposto marxiano de que o homem se forma homem. Sendo assim:

Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo.

No tocante a esse processo de formação e construção da própria identidade dos sujeitos, a educação escolar tem o compromisso de transformar a sociedade a partir das realidades concretas dos sujeitos, contribuindo com a formação da consciência crítica, que analisa, interpreta e questiona as relações de forças e os antagonismos de classe existentes na sociedade. Daí surgem as

percepções das contradições entre os fenômenos da aparência e a realidade em si. A partir disso, o ser humano, pela práxis, vai se conscientizando de que o mundo das condições existentes não é natural, e que ele próprio, sendo o produtor dessa realidade, poderá se revoltar e agir contra o sistema opressor, transformando sua insatisfação em compromisso de transformação social, porque essa realidade não é natural (KOSIK, 1969).

A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie (SAVIANNI, 2007, p.154b).

Sobre essa colocação, a experiência, como campo do conhecimento e parte do processo educativo, surge com a própria situação social do sujeito (LUKÁCS, 2003) que analisa o presente e, a partir de suas interpretações reais, começa a trabalhar no sentido de satisfazer as suas necessidades. Fazendo uma análise histórica anterior à hegemonia da sociedade capitalista, Kautsky (1980, p.12) faz a seguinte reflexão:

A família do camponês da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente, a si mesma, uma sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas, etc. O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível. Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência.

Marx (1996) realizou uma análise crítica sobre os períodos da história da humanidade, as mudanças ocorridas nesse processo, e o modo pelo qual a sociedade chegou ao estágio de exploração do trabalho e do trabalhador pelo capital. Sob perspectiva um pouco diferente da análise social camponesa da Idade Média apresentada por Kautsky (1980), Marx faz a seguinte afirmação em *O Capital*:

A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma

série de formações mais antigas da produção social (MARX, 1996, p. 287).

O ser humano compreende as relações sociais em sua realidade objetiva, por meio dos processos experienciados no trabalho, agregando a este os saberes da experiência e a consciência de mundo. Sendo assim, como a própria vida é o arcabouço do saber em todas as suas dimensões, os saberes adquiridos com a experiência de trabalho são o patrimônio não estático e em constante processo de reformulação e evolução. Com esse entendimento, podemos então afirmar que o trabalho, para existir (MARX, 2011), depende do indivíduo e de sua disposição para produzir. E essa produção é o que dá sentido à própria existência do indivíduo e às relações sociais que vão se estabelecendo no processo de construção da história. Como assevera Antunes (2013, p. 16): “primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano”.

Nesse processo de construção coletiva de experiências e aprendizados concretos, não existe espaço para a separação entre o trabalho com o cérebro e o trabalho com as mãos. Desse modo, Freire (1987, p. 26), comprometido com a práxis humanista libertadora, faz a seguinte reflexão: “ação e mundo, mundo e ação, estão intimamente solidários. Mas, a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é um que fazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão”. Unindo os saberes da experiência do trabalho aos aspectos da formação humana e da educação profissional de jovens e adultos, Fischer e Franzoi (2009, p. 42) argumentam no sentido de que

O envolvimento permanente com o trabalho, com suas contingências de necessidade e busca de liberdade, de prazer e sofrimento, de alienação em maior ou menor proporção, confere ao aluno-trabalhador uma identidade própria e um patrimônio singular de experiências e saberes (FISCHER e FRANZOI, 2009, p. 42).

Assim, é possível afirmar que o valor da experiência e do trabalho articulam-se com os modos de pensar e de agir do indivíduo, de forma que este pode identificar-se ou não com a realidade vivida por ele. A valorização desses saberes, adquiridos pela necessidade do ser humano de produzir e reproduzir-se social e culturalmente, faz parte da dinâmica social da práxis transformadora e libertadora do sujeito trabalhador. Segundo Kosik (1969, p. 10):

O homem não está emparedado na subjetividade da raça, da socialidade e dos projetos subjetivos nos quais, de diversas maneiras, sempre definiu a si mesmo; mas, com a sua existência - que é a práxis -, tem a capacidade de superar a própria subjetividade e de conhecer as coisas como realmente são.

A compreensão da realidade ontocriativa do sujeito é fruto do seu esforço humano-social, na busca não só de satisfazer as suas necessidades, como também de conhecer as coisas como elas realmente são. Essa não é uma situação que ocorre isoladamente, pois a compreensão que o ser humano tem de si e da realidade que o cerca vem da práxis que estabelece consigo, com os demais seres humanos e com o mundo. Nessa tendência, Freire (1987, p. 43) complementa:

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais.

Contemplando esse posicionamento político-pedagógico de Freire, em que o partilhar a práxis é indissociável do ato de educar, encontrei os conceitos de *omnilateralidade* e *politecnia* para a formação humana na explicitação formal dos fundamentos que constam em documento institucional (PDI) – para fins de orientação da formação profissional dos adolescentes, jovens e adultos que estudam no IFRR:

A educação profissional técnica de nível médio no IFRR fundamenta-se nos conceitos de politecnia e de omnilateralidade, que, imbricadas, consolidam o compromisso com a formação humana integral, não se configurando apenas como mera preparação para responder às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Consiste em um projeto educacional que toma as categorias ciência, trabalho, cultura e tecnologia na centralidade das ações pedagógicas. O ensino técnico busca, portanto, a superação da dicotomia histórica entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e operacional, como forma de conduzir a uma formação integral, capaz de permitir ao homem não somente a inserção digna no mundo do trabalho, mas igualmente uma atuação cidadã, integrada à sociedade política (BRASIL 2019-2023, p. 83).

A experiência humana não se completa somente com as vivências construídas pelas relações produtivas ou na divisão de classe; melhor dizendo, essas experiências concretas de vida se ampliam em outras dimensões que, a depender da compreensão e da interpretação do indivíduo, influenciam significativamente a forma como ele agirá diante de sua própria situação social.

### 2.4. 1 Aspectos da Ergologia e da Pedagogia Progressista de Freire

Encontro entrelaçamentos entre os princípios da ergologia e da pedagogia progressista libertadora de Paulo Freire que enriquecem este trabalho de pesquisa, de modo que me proponho a explicitá-los. Para o ergólogo Pierre Trinquet (2010, p. 109), “se a ergologia se desenvolveu rápida e largamente no Brasil é porque, entre outras razões, ela se situa no prolongamento das concepções pedagógicas definidas e desenvolvidas por Paulo Freire”. Nesse sentido, se a atividade humana está no centro das preocupações da ergologia, de igual modo, ela faz parte de toda a militância educacional e política de Paulo Freire. A sua pedagogia é humanizadora; é uma pedagogia da ação, que se encontra com as experiências de vida e de trabalho dos seres oprimidos. E, se para Freire, o trabalho, que faz parte da realidade concreta dos sujeitos, é um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento de uma educação libertadora, não alienante, mas transformadora da realidade social; na ergologia, os saberes do trabalhador são trazidos para o centro dos estudos e debates, sendo interpretados como saberes produzidos em sua atividade de trabalho.

Consoante Trinquet (2010, p. 110),

A ergologia pode ajudar a redefinir uma relação social que responderia melhor às exigências sociais e econômicas de cada país. E, sobretudo, que permitiria ao trabalho humano encontrar sua verdadeira razão de ser, fundamental e ontológica, que é favorecer o desenvolvimento de cada indivíduo, tanto no plano humano quanto econômico e social.

No campo da educação, mas sem distanciar-se da sua realidade, os oprimidos, na pedagogia libertadora (FREIRE, 1987, p. 26), são “os exemplos de si mesmos, na luta por sua redenção”. Nesse caso, o lugar do indivíduo no mundo não é uma posição de passividade, como se apenas estivesse *nele*, mas *com* ele (FREIRE, 1967, p. 42). O homem “não se reduz tão somente a uma das dimensões de que participa — a natural e a cultural — da primeira, pelo seu aspecto biológico, da segunda, pelo seu poder criador, o homem pode ser eminentemente interferidor”. Na compreensão ergológica,

*Toda* forma de atividade em qualquer circunstância requer sempre variáveis para serem geridas, em situações históricas sempre em parte singulares, portanto, escolhas a serem feitas, arbitragens – às vezes quase inconscientes – portanto, o que eu chamo de “usos de si”, “usos



dramáticos de si". Simplesmente, em nossa época, é verdade que a forma do trabalho como emprego ou mercadoria é, de um modo geral, *quer dizer, nem sempre*, o modo mais rico de ativação dentre estes modos "dramáticos" (SCHWARTZ, 1996, p. 147).

Na sociedade capitalista, educação e trabalho estão em ambientes separados, ou seja, o trabalho intelectual não se integra ao trabalho manual, a não ser que o primeiro esteja sempre sobreposto ao segundo. Nesse caso, o trabalho é visto também como distante do trabalhador, que apenas deve seguir as normas prescritas. Contrária a essa posição comum da sociedade burguesa, que comanda as estruturas organizacionais e as relações de trabalho e produção na sociedade do capital, a ergologia tem como prioridade a vida do trabalhador, atribuindo relevância ao que está implícito em sua atividade, pois é nessa "atividade que se ajusta a produção de saberes articulados sobre o retrabalho do que chamamos um *mundo de valores*" (SCHWARTZ, 2009, p. 265). De acordo com essa abordagem, Freire (1987), em seu método progressista, dialógico e crítico, enfatiza que, no diálogo entre os homens, mediatizados pelo mundo, estabelece-se a consciência de estar com o mundo.

A concepção pedagógica de Freire (1967) tem a função intencional de, pelo diálogo, provocar no sujeito oprimido o despertar da consciência crítica, tornando-o não apenas um espectador; mas, porque é sujeito, alguém que intervém ativamente na sociedade. Assim,

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987, p. 42).

Arroyo (1990, p. 34), trilhando nessa mesma compreensão freireana, defende que "as circunstâncias fazem o homem na mesma medida em que este faz as circunstâncias". Acerca dessa perspectiva, em que se forma a consciência atuante do indivíduo como ser histórico e social, Durrive e Schwartz (2008, p. 23), partindo da conceituação dos saberes em aderência<sup>15</sup>, ou seja, daqueles

---

<sup>15</sup> Fenômeno cuja significação, em qualidade e em relação, está estreitamente ligada à situação vivida aqui e agora (DURRIVE & SCHWARTZ, 2008, p. 1). "Viver em aderência é sempre mais um constrangimento a escolher e a agir segundo um misto de aceitação (apropriação) e retrabalho variável das normas antecedentes, e esse tratamento do isto, em si, é o que chamamos de renormalização" (SCHWARTZ, 2009, p. 267).

resultantes do encontro do trabalhador com a sua atividade, fazem a seguinte afirmação: “A aderência é um fenômeno cuja significação, no que diz respeito à qualidade e relação, está estreitamente ligada à situação vivida aqui e agora (no latim *hic et nunc*: no momento e no lugar dos quais se fala)”.

Nessa perspectiva, Freire (1987, p. 50) aduz que o ser humano, como ser histórico e social, seja capaz de problematizar e compreender a sua realidade, transformando essa reflexão em engajamento para transformar a realidade concreta e objetiva. Por essa razão, Freire defende uma metodologia que não contradiga a dialogicidade da educação libertadora, que, enquanto dialógica, seja conscientizadora e proporcione, simultaneamente, a apreensão dos “temas geradores<sup>16</sup>” e a tomada de consciência dos indivíduos acerca desses temas.

O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo, em que se encontram envolvidos seus “temas geradores” (FREIRE, 1987, p. 56).

Para Arroyo (1990, p. 27), “as relações entre trabalho e educação ganharão muito se não for esquecida a natureza das relações que se estabelecem entre os homens na produção e fora da produção”. Portanto, quanto maiores os esforços de educadores, educandos e da sociedade oprimida em unir o trabalho e a educação como partes indispensáveis para a emancipação humana na sociedade capitalista, mais próximos estaremos da desalienação, da igualdade e da dignidade. Dessa forma, as classes populares construirão um novo caminho libertador.

#### **2.4.2 Aspectos da Ergologia na Formação Integral**

Esta pesquisa, dada a sua dinâmica envolvendo as questões referentes ao trabalho, à educação, à formação profissional e ao currículo, aproxima-se dos conceitos presentes na ergologia. Nesse caso, a inclusão dessa abordagem traz, como objeto de análise, os questionamentos sobre os saberes investidos dos jovens discentes oriundos das áreas de assentamentos rurais do sul de Roraima.

---

<sup>16</sup> É a coerência prática entre os conhecimentos apresentados e a realidade dos sujeitos, uma relação direta entre sujeito e objeto. Para Freire (1987), a natureza do processo de construção do conhecimento implica a relação dialógica, a comunicação e o debate intersubjetivo que alimenta a produção dos sentidos que vivificam e recriam os saberes a partir de trocas e complementação dos sentidos já constituídos.

O intuito é identificar que tipo de relação existe entre esses saberes e os conhecimentos escolares, e se estão presentes as renormalizações<sup>17</sup> das práticas curriculares inerentes aos cursos técnicos ofertados pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso. Dessa forma, o trabalho pretende visibilizar um contexto real da juventude campesina dentro e fora da escola, assim como da relação entre duas formas de saberes, os acadêmicos e os investidos, necessária para a formação integral. Sob esse viés,

A teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta com os processos de sua própria formação humana. [...]. Portanto, todas as pedagogias fazem parte dessas relações políticas conflitivas de dominação/reação/libertação. Os movimentos sociais se afirmam atores nessa tensa história pedagógica (ARROYO, 2012, p. 27-29).

Ratificando essa ideia, a proposta de analisar e discutir os saberes das experiências de trabalho no campo de jovens discentes oriundos das áreas de assentamentos rurais, no sul de Roraima, e suas correlações, na teoria e na prática curricular do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/*Campus* Novo Paraíso, consiste no problema desta pesquisa. Identificar a existência ou não dessas mediações – entre saberes em aderência e saberes em desaderência) – são indispensáveis, a meu ver, no currículo da formação integral técnica de nível médio. Por isso, considere relevante incorporar, durante o desenvolvimento teórico e prático da investigação, elementos da abordagem ergológica<sup>18</sup>. Esse enfoque tem por objetivo (TRINQUET, 2017, p. 96) não só aprofundar o conhecimento sobre a complexa atividade<sup>19</sup> humana do trabalho, mas analisá-la.

---

<sup>17</sup>Canguilhem (2001) afirma que o sujeito reage às normas que o antecedem por se referir ao grupo no geral, e não à sua singularidade. É por meio dessa reação que surge a possibilidade do debate de normas entre as que são antecedentes e as que o indivíduo atribui a si mesmo, que pode resultar na reinvenção das normas pelo sujeito, gerando a renormalização. Os trabalhadores renormalizam e criam regras na situação de trabalho, de modo que não exista apenas execução, mas um uso de si que envolve negociações dramáticas. O uso de si por si possibilita que os trabalhadores renormalizem as prescrições e desenvolvam estratégias singulares para responderem aos desafios do ambiente (SCHWARTZ, 2004; 2005).

<sup>18</sup> “A ergologia é um método de investigação pluridisciplinar em função de a atividade humana ser muito complexa para se compreender e analisar a partir de uma única disciplina, qualquer que seja ela. *Todas são necessárias, embora nenhuma seja suficiente.* Trata-se, portanto, de colocar em dialética – e não somente de sobrepô-las umas sobre as outras – o conjunto dos saberes elaborados pelas outras disciplinas” (TRINQUET, 2010, p.93).

<sup>19</sup> Aqui, o conceito de “atividade” está relacionado a tudo aquilo que se passa no corpo-si do trabalhador, enquanto trabalha e se relaciona com a situação de trabalho, consigo e com os outros.

Analisar, pelo viés da ergologia, os saberes da experiência de trabalho, durante o processo de realização da pesquisa, contribuiu para a melhor compreensão dos processos da formação humana e, por consequência, da formação integral e do currículo integrado. O fragmento a seguir esclarece essa abordagem.

A proposta central dessa construção metodológica é o confronto entre os portadores do conhecimento conceitual e os trabalhadores, portadores do patrimônio vivo das atividades de trabalho. Desse modo, para fazer funcionar um regime de produção de saberes sobre o trabalho e as questões que ele engendra, é necessário convocar conceitos, métodos e técnicas que criem condições propícias ao encontro e diálogo sobre o trabalho entre os vários atores em jogo (SCHWARTZ, 2000, *apud* HOLTZ, 2013, p. 6).

O compromisso com a formação profissional dos Institutos Federais de Educação para o mundo do trabalho, a partir da oferta do ensino médio integrado ao técnico, corresponde a um compromisso com a sociedade, no sentido de que todos têm direito a uma educação pública, de qualidade e integrada aos aspectos socioculturais locais; direito a uma educação integrada ao trabalho, na busca da mudança social e da liberdade.

### **3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR)**

Neste capítulo, abordo a história de criação do Instituto Federal em Roraima, como forma de contextualizar a instituição de ensino sobre a qual discorro e dos aspectos específicos da educação pública profissional desenvolvidos na temática da pesquisa. Situando-se no contexto de que trata o trabalho investigativo, certamente torna-se mais nítida a compreensão dos fenômenos nele apresentados.

O IFRR é originário da extinta Escola Técnica, que foi implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987, com os cursos técnicos em Eletrotécnica e em Edificações. Seu espaço físico fora cedido pela Escola de Formação de Professores de Boa Vista. Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer nº 26/1989, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) reconhece a Escola Técnica de Roraima e autoriza seu funcionamento.

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja

implantação, na prática, deu-se pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território Federal de Roraima. Em 1994, foram iniciadas as atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do Ex-Território Federal de Roraima. Foram incorporados ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos, bem como integrados à sua estrutura todos os discentes matriculados naquela escola, nos cursos de Edificações e Eletrotécnica (IFRR, 2020).

Quase dez anos depois, no ano de 2002, passou a atuar como Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR). Com essa mudança, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação. Assim, o Estado de Roraima foi contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do estado. Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade, com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma de PROEJA.

Em 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, dessa forma, um salto qualitativo na educação, impactando milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação. Por meio dessa Lei Federal, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o CEFET-RR tornou-se o IFRR. Atualmente, o instituto é constituído pela Reitoria e pelos *Campi* Boa Vista (CBV), Novo Paraíso (CNP), Amajari (CAM), Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) e Avançado Bonfim (CAB), reunindo em torno de seis mil estudantes. Para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro dessa estrutura, o IFRR conta com mais de 800 servidores, dentre técnicos e professores.

### 3.1 O CAMPUS NOVO PARAÍSO (CNP)

Dentre os *campi* que compõem o IFRR, está o *Campus* de Novo Paraíso, localizado às margens da BR-174 e da BR-210, nas proximidades da Vila Novo Paraíso, Município de Caracaraí, região centro-sul de Roraima. O *campus* fica a 256 km de distância da capital do estado e completa, em 2023, dezesseis anos de existência. Já o IFRR, a contar da sua fundação como escola técnica federal, em 2023 completa 30 anos de existência.

Imagem 3 – Vista aérea do IFRR/*Campus* Novo Paraíso



Fonte: IFRR

O *campus* atende todos os cinco principais municípios da região sudeste e sul do estado, que são: Caracaraí e Rorainópolis, às margens da BR-174; São Luís do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, situados às margens da BR-210 (Perimetral Norte) e nas proximidades da BR-432, via de acesso a outras vilas e vicinais<sup>20</sup>. O CNP disponibiliza, prioritariamente, o ensino agrícola, e tem como missão a oferta da educação profissional para o homem e para a mulher do campo.

O IFRR/Novo Paraíso possibilita, assim, o acesso gratuito ao ensino e à formação profissional de qualidade aos(as) filhos(as) de agricultores e proprietários rurais residentes no sudeste e sul de Roraima. Atualmente estão

---

<sup>20</sup> Os termos *vilas* e *vicinais* são usuais em Roraima. O termo *vila* designa uma pequena concentração de casas construídas ao longo das estradas, sendo estas integrantes dos municípios. O termo *vicinal*, por sua vez, denomina as estradas de pequeno porte, sem pavimentação ou asfaltamento, que abrem caminho partindo das estradas federais e estaduais (BR-174, BR-210, BR-432 e RR-220) para as áreas de assentamentos rurais, sítios e fazendas.

em funcionamento os cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura, todos integrados ao ensino médio. No *campus*, também funciona o curso superior de bacharelado em Agronomia e, recentemente (segundo semestre do ano de 2022), também uma pós-graduação *lato sensu* em Agroecologia e Educação do Campo, na modalidade EaD. Ademais, o IFRR/CNP disponibiliza à comunidade cursos de curta duração, os chamados cursos FIC (Formação Inicial e Continuada).

É nesse espaço que também trabalho como docente, ministrando as disciplinas de Filosofia e Sociologia para os cursos técnicos em Aquicultura, Agropecuária e Agroindústria, e essa foi, portanto, a base e a inspiração para iniciar e desenvolver este trabalho de investigação. Por isso, envolvido nessa realidade e por fazer parte dela, na esperança<sup>21</sup> freireana de contribuir ainda mais com a formação crítico-libertadora e transformadora do contexto social dos discentes camponeses e de seus familiares no território em que lutam para sobreviver, resistir e permanecer, é que busco evidenciar, em minha pesquisa, a relevância dos saberes das experiências de trabalho de discentes do *Campus* Novo Paraíso. Sendo assim, a configuração que se faz nesse problema é inerente à realidade dos que vivem e produzem suas existências nos assentamentos rurais e à sua integração com um curso técnico ofertado na unidade de ensino do IFRR.

Para Frigotto (2005, p. 6),

Tomar o trabalho como princípio educativo é considerar que por meio dele, desde a infância, os seres humanos socializam suas experiências na busca de suprir as suas necessidades físico-biológicas e sociais para viverem em harmonia com seus pares e a natureza.

Na região em que o *campus* foi construído, encontra-se a maior área de assentamento do estado de Roraima, com 39 Projetos de Assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária, ligado ao INCRA (2017), com aproximadamente 15.000 assentados, distribuídos nos municípios da região e às margens da BR-174, da BR-432 e da BR-210. Sendo assim, a implantação dos cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura integrados ao ensino médio possibilita a profissionalização desses jovens para atuarem na

---

<sup>21</sup> FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

agricultura familiar, visto que as atividades praticadas nos assentamentos do sul do estado, salvo algumas exceções, carecem de suportes técnicos e mão de obra qualificada que contribuam com o desenvolvimento sustentável a partir da agricultura familiar, gerando autonomia e sustentabilidade às famílias assentadas.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Lei nº 11.326, de 24 de julho, define *agricultor familiar* como aquele que preenche os seguintes critérios:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II – utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Os programas de colonização rural que somente oferecem a terra falham em não dar assistência e infraestrutura mínimas que garantam uma vida digna no campo. Assim, os resultados dos trabalhos nos lotes rurais nunca são suficientes para o sustento dos próprios agricultores.

Alguns fatores que ainda mantêm os trabalhadores e as trabalhadoras nos assentamentos são o fato de muitos(as) não terem conseguido estudar além dos primeiros anos do ensino fundamental. Assim, permanecem no campo, pois não conseguem um trabalho na cidade em que a remuneração seja suficiente para se manterem na cidade. Logo, ao permanecerem no campo, além de as despesas serem menores, ao menos conseguem produzir algo para sobreviver.

Outro fator é a questão de muitos já estarem com uma idade avançada<sup>22</sup> (acima dos 60 anos) e não disporem mais das mesmas forças e habilidades de antes. Assim, resistem e insistem em continuar vivendo, ainda que precariamente, nos assentamentos, porque, na cidade, as dificuldades seriam maiores. Há também o fato de essas pessoas terem apego à vida e ao trabalho na roça, visto que sempre viveram disso e não conseguem pensar em uma outra forma de vida.

---

<sup>22</sup> Nos lotes rurais, observa-se a significativa presença de homens e mulheres aposentados pela previdência social, tanto pelo fator idade quanto pelo tempo de trabalho na roça. Nesse sentido, o salário mínimo é um suporte que auxilia bastante em suas vidas, na dos demais componentes da família e até mesmo na economia local.



Diante dessa situação, verifica-se que são inúmeros os desafios enfrentados por quem vive no campo e dele sobrevive. Assim, nos próximos capítulos, especificamente nos que tratam dos procedimentos de investigação, levantamento de dados e resultados da pesquisa, apresentarei, com mais detalhes e aprofundamento, a realidade concreta da vida dos(as) discentes assentados(as) e suas famílias. Trata-se de informações que poderão contribuir ainda mais para o conhecimento da região, além de propiciar ao IFRR/CNP possibilidades científicas de trabalhar a sua missão, aperfeiçoando-as nas aproximações entre os objetivos da instituição escolar e o atendimento à comunidade. Sendo assim, atender aos jovens colonos<sup>23</sup> dessa realidade campesina, buscando uma formação humana integral articulada com aquilo que lhes é significativo, como a vida em situação de trabalho na comunidade rural, é também fazer uso da maiêutica socrática, tal como assinala Freire (1967):

O método da maiêutica socrática direcionada para as massas, onde o saber, através do livre exercício das consciências, comprometa desde o início o educando, e também o educador, como homens concretos e que não possa limitar-se jamais ao estrito aprendizado de técnicas ou de noções abstratas (FREIRE, 1967, p. 13).

Para os movimentos sociais do campo, como o MST (2006, p. 15), esses jovens têm direito a uma formação que intervenha em suas realidades sociais específicas, tanto pela sua participação concreta nos processos produtivos e nas alternativas de geração de renda, quanto nas tarefas que contribuam com a vida cultural, política, religiosa e econômica dos assentamentos e/ou comunidades nas quais estão inseridos.

De acordo com o documento elaborado pelo MST no Seminário sobre a Educação Profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul (ITERRA, 2007, p.189): ‘Não existe no Brasil uma política de educação profissional para a agricultura camponesa. Porque isso seria atender a uma demanda vinda do polo do trabalho e não do capital e, portanto, portadora de outro tipo de exigências de formação’.

---

<sup>23</sup> *Colono* é um termo bastante utilizado em Roraima, referindo-se a qualquer pessoa que mora e trabalha no campo. No cotidiano social e, muitas vezes, no ambiente escolar, em momentos informais, o termo *colono* é utilizado de forma pejorativa entre os jovens que moram nas cidades e vilas, quando querem depreciar a imagem ou os atos de uma outra pessoa, soando à ridicularização o fato de esse indivíduo parecer pertencer a alguma vicinal.

Sobre a relação entre capitalismo e trabalho no campo, Karl Kautsky (1854–1938, *apud* NETO, 2017, p. 45) assevera:

O capitalismo não promete o fim do grande estabelecimento (pelo contrário), mas também não promete o fim do pequeno. Este argumento é interessante, pois abre uma chave de análise na qual é possível entender a convivência, no mundo rural, de duas formas de produção: a capitalista e a camponesa. [...] o camponês é definido como o trabalhador que vende produtos agrícolas, mas não emprega mão de obra assalariada, a não ser em pequeno número. Ele é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade, vive do seu trabalho.

A heterogeneidade e as singularidades dos jovens que vivem *no* e *do* campo precisam ser analisadas em suas especificidades, pois suas realidades e necessidades, muitas vezes, diferem das de jovens que vivem em outros territórios. Nesse sentido, ofertar uma formação profissional que contemple a vida material desses sujeitos e assegure a si e a seus familiares uma vida mais digna é um compromisso que o IFRR se esforça para atingir, apesar dos poucos recursos disponíveis.

Frigotto (2018) entende que a política de expansão e interiorização dos Institutos Federais foi um ganho extraordinário, pois tornou-se um marco de oportunidades para milhares de jovens, filhos(as) de trabalhadores(as), que puderam e ainda podem (apesar dos retrocessos atuais) ter acesso a uma educação de qualidade fora dos grandes centros urbanos, algo que sempre foi negado à classe trabalhadora.

### 3.2 OS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NO IFRR/ CAMPUS NOVO PARAÍSO

Embora nosso recorte investigativo seja o Curso Técnico em Agropecuária, apresento também elementos da implantação e das razões da oferta dos outros cursos técnicos (Agroindústria e Aquicultura) na região pelo IFRR.

Os dados relativos à agricultura familiar praticada nos lotes de assentamentos do estado são ainda incipientes e escassos para o desenvolvimento local. Assim, de acordo com o IFRR, a implantação dos cursos técnicos possibilita a profissionalização dos discentes para atuarem na atividade. Daí a necessidade de fomentar a qualificação, tendo em vista o desenvolvimento

economicamente sustentável na região e considerando as relações sociais de trabalho dos sujeitos no território, a fim de combater as desigualdades sociais e as limitações econômicas, a partir do incentivo à valorização das potencialidades produtivas do território.

De acordo com Frigotto (1989, p. 29), “a universalização do acesso a uma escola gratuita e de qualidade tem um significado que vai além de um direito humano, representa uma ferramenta fundamental para a classe trabalhadora na luta contra o capital”. Segundo o autor, a luta por uma escola de qualidade e a serviço da classe trabalhadora é, em última instância, um aspecto da luta mais ampla pela transformação das relações sociais de produção da existência, que têm como produto a desigualdade orgânica, o não trabalho, o parasitismo e a exploração.

Para o IFRR, embora Roraima apresente grande potencial para a agropecuária, a agroindústria e a aquicultura, ainda é um estado carente em mão de obra especializada. Assim, os cursos técnicos do *Campus Novo Paraíso* se tornam viáveis por se tratar de uma unidade escolar de perfil agrícola e composta por profissionais habilitados a atuarem nas áreas propostas.

### 3.2.1 Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio

Imagem 4 – Curso Técnico em Agropecuária



Fonte: <https://novoparaiso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agropecuaria-integrado>.

Sob o ponto de vista do desenvolvimento regional, a oferta do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio desponta como oportunidade de profissionalização para um público que já concluiu o ensino fundamental. Oportunizam, portanto, a formação de profissionais que poderão

intervir na realidade local, buscando superar problemas relacionados à organização social, com conhecimentos voltados à produção agrícola (bem como ao beneficiamento desses produtos), à produção vegetal e à pecuária, podendo intervir no desenvolvimento econômico da região. É o que se verifica no fragmento a seguir.

O Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio tem como objetivo técnico científico a formação de cidadãos éticos, com preparação científica e a capacidade para utilizar diferentes tecnologias relativas à agricultura e pecuária considerando a diversidade de espécies vegetais e animais, buscando a auto-sustentabilidade dos sistemas agrícolas nos diferentes níveis, permitindo sua atuação individual ou trabalhos em grupos multidisciplinares, tendo como foco os arranjos produtivos locais, a agricultura familiar e a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do Estado (IFRR, 2012, p. 5).

Em seus objetivos específicos, elencados no Plano do Curso (2012, p. 5) propõe-se:

- Possibilitar a construção de conhecimentos teóricos e práticos na área de agricultura e pecuária, utilizando princípios agroecológicos de produção;
- Propor alternativas para resolução de problemas na agricultura e pecuária, a partir da análise e diagnóstico da realidade local e regional, por meio do desenvolvimento de projetos de intervenção;
- Oportunizar o desenvolvimento do educando, enquanto cidadão, incluindo a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico;
- Favorecer a construção da identidade do educando, enquanto agente social e político que vive no campo, conforme preconizam as diretrizes para a educação do campo;
- Desenvolver atitudes de respeito à diversidade social, ambiental e cultura empreendedora.

Observa-se que alguns dos objetivos específicos do Curso Técnico em Agropecuária relacionam-se com os objetivos sugeridos nesta tese, em que propus os seguintes pontos: correlacionar o projeto político pedagógico e os planos curriculares dos cursos técnicos do *Campus* Novo Paraíso com a formação dos sujeitos do campo; verificar, a partir dos conceitos do materialismo histórico-dialético, como ocorrem as relações sociais e de trabalho dos discentes do IFRR/CNP, tanto na instituição escolar como nos assentamentos rurais; descrever, a partir da abordagem ergológica e da pedagogia progressista de Freire, as relações que se estabelecem ou não entre os saberes escolares (desinvestidos) e os saberes das experiências (investidos) nos cursos técnicos do *campus*; identificar e sistematizar os saberes da experiência de trabalho dos

discentes oriundos das áreas de assentamentos rurais e a sua inserção na teoria e na prática do currículo integrado dos cursos técnicos do IFRR/CNP. Assim sendo, o percurso a ser realizado vai ao encontro das propostas pedagógicas do curso ofertado.

A respeito do último objetivo específico do Curso Técnico em Agropecuária – “desenvolver atitudes de respeito à diversidade social, ambiental e cultura empreendedora –, cabe uma reflexão acerca do vocábulo *empreendedorismo*. Ele está presente em praticamente todos os planos de cursos, tanto no do *campus* Novo Paraíso quanto no de outros *campi* do IFRR. Talvez isso ocorra porque a palavra tem uma sonoridade “bonita” e “encanta” como ideia de progresso e alcance de resultados financeiros positivos a curto e a longo prazo, como pregam os *coaches* (disseminadores da ideia de evolução financeira na sociedade capitalista, independentemente de qualquer fator de risco econômico que possa surgir). O capitalismo prega e promove essa ideologia neoliberal, que acaba sendo repetida e reproduzida, irrefletidamente, tal como um modismo, seja pela sociedade em geral seja pela escola, que, conseqüentemente, coloca-a como parte integrante dos planos pedagógico-curriculares, inclusive nos Institutos Federais de Educação Profissional. O empreendedorismo é inserido pela classe burguesa na mente e no cotidiano dos trabalhadores que, a cada dia, ficam mais reféns dos grandes empreendedores ou detentores do capital.

Ainda assim, prefiro acreditar que o termo *empreendedor* tenha sido utilizado nos objetivos específicos dos referidos cursos técnicos não exatamente porque a equipe elaboradora do plano de curso tenha refletido sobre o real significado da expressão *cultura empreendedora* ou porque tenha defendido este conceito capitalista de que ser empreendedor é sinônimo de prosperidade rápida e dinheiro no bolso. Talvez tenha sido apenas por “modismo”, ou como uma forma de demonstrar que é possível progredir economicamente no setor rural a partir de pequenas iniciativas, tendo o IFRR como um parceiro, incentivador e propiciador dessa mudança.

Em relação à estrutura do Curso Técnico em Agropecuária, ele está dividido em seis módulos, formados por componentes curriculares cuja carga

horária deve ser destinada a atividades práticas e teóricas. Nesse processo, a proposta foi pensada para que o educando tenha a oportunidade de refletir sobre a natureza do trabalho, suas peculiaridades, importância e interação social.

É necessário enfatizar que, embora os cursos técnicos ofertados no *campus* estejam direcionados ao atendimento das demandas e das necessidades da comunidade local, a unidade de ensino não recebe somente os(as) jovens das áreas de assentamentos rurais, mas também os que moram nas cidades e vilas. Contudo, o escopo desta pesquisa está voltado apenas aos(às) jovens do campo.

### 3.2.2 O Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio

Imagem 5 – Curso Técnico em Agroindústria



**Fonte:** <https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agroindustria>.

O Curso Técnico em Agroindústria tem como principal objetivo formar profissionais técnicos de nível médio capazes de atuar em setores relacionados com a ciência e a alimentação humana, habilitados a desenvolver atividades inerentes à aplicação de tecnologias viáveis e seguras em toda a cadeia produtiva dos alimentos. Objetiva ainda preparar o educando para a formação integral e o exercício consciente da cidadania, alavancando o desenvolvimento econômico e sustentável da região sul de Roraima.

É importante salientar que há uma expressiva variedade de frutas específicas da região, assim como há a produção de tubérculos, verduras e leguminosas. Esses produtos são vendidos *in natura*, ou seja, sem qualquer tipo de processamento ou melhoria de formas de armazenagem ou processamentos fitossanitários, tampouco com técnicas seguras de conservação, que aumentem

a qualidade e a durabilidade dos frutos, sem perder suas características nutricionais.

Nesse contexto, o curso foi projetado (IFRR, 2015) como forma de contribuir com essa realidade, oferecendo apoio técnico-científico aos pequenos produtores locais, a partir da formação técnica profissional dos seus próprios filhos e de cursos e oficinas de curta duração, com o intuito de melhorar a produção e o processamento dos produtos, favorecendo não só a produtividade e a competitividade no mercado local (em relação aos produtos oriundos de outras regiões do país), mas também a qualidade de vida da população.

Assim, de acordo com seu projeto, o Curso Técnico em Agroindústria do *Campus* Novo Paraíso (IFRR, 2015) propõe-se a habilitar os(as) estudantes para promover o fortalecimento do setor alimentício, visando à aplicação de técnicas que melhorem a eficiência das etapas de colheita e/ou abate, bem como de transporte e processamento. Além disso, o curso busca viabilizar o desenvolvimento de tecnologias que visem ao aumento da produtividade e à redução de custos nos processos produtivos, respeitando todos os requisitos higiênico-sanitários presentes na legislação vigente, especialmente o baixo impacto ambiental, por meio do tratamento de resíduos.

Na justificativa do Plano do Curso do IFRR/CNP (IFRR, 2015, p. 8), sustenta-se que este visa atender à solicitação de qualificação e formação básica dos discentes, alavancando o comércio, a indústria e o setor de serviços, gerando mão de obra qualificada, novas frentes de trabalho, novos empregos, melhoria na qualidade dos serviços prestados e sistematização na resolução dos problemas locais. Assim, com melhor infraestrutura e possibilidades de emprego, as pessoas poderiam se manter em suas cidades, diminuindo a migração.

Nesse plano, assim como nos demais cursos técnicos do *campus*, os procedimentos metodológicos estão sustentados nos fundamentos e pressupostos da pedagogia crítico-social dos conteúdos (BRASIL, 2019-2023, p. 16). Esta não só favorece o papel da educação e da escola como instrumento e espaço de transformação social, mas também mobiliza os princípios da interdisciplinaridade. Além disso, propicia a ambientação pedagógica necessária à atenção aos pressupostos da agricultura familiar e do desenvolvimento

sustentável, na medida em que o conhecimento da realidade do discente e de seu contexto histórico-social são elementos constituintes dessa prática, que só terá sentido com o efetivo envolvimento do discente, em todas as etapas desse processo (Idem, 2019-2023, p16).

A formação de técnicos em Agroindústria voltada para atender às demandas e aos arranjos produtivos locais visa ao melhoramento do bem-estar socioeconômico e à inserção no mercado do trabalho, ao mesmo tempo em que, a partir do acesso ao saber científico e cultural acumulado pela humanidade, favoreça a formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, fazendo face às demandas cada vez mais complexas da sociedade.

No texto que justifica a implantação do curso técnico em Agroindústria no *Campus Novo Paraíso*, utiliza-se a oração *fomentar o empreendedorismo*, que não foge às imposições do capitalismo, de acordo com o qual, ser empreendedor significaria estar no mesmo nível dos grandes empresários detentores dos meios e dos modos de produção, bem como dos resultados da produção, a mais-valia.

Para Antunes (2009), o empreendedorismo é um discurso mítico que só causa mais dependência do trabalhador individual ao capital, além de facilitar a flexibilização das leis e dos direitos dos trabalhadores. Esses sujeitos são ludibriados pela ideologia do capital, disseminada nos governos, escolas, igrejas, mídias e outras organizações a serviço da burguesia. Então, em meio à crise do desemprego, os trabalhadores precarizados, formais e informais, ilusoriamente acreditam que poderão ser empreendedores, sob as mesmas circunstâncias e igualdade de condições em relação aos grandes empresários, detentores dos meios e dos modos de produção, e controladores dos sistemas financeiros no país. Na verdade, trata-se de mais um desempregado explorado, acreditando-se ser empregador. Mas um empregador com que condições? Com quais garantias ou seguranças? Com que recursos? Com que direitos? A citação abaixo reproduz esse ideário.

A indústria alimentícia é o setor que mais movimentava investimentos em todo o mundo. No Brasil, ela representa 14% da economia, empregando 21% da mão-de-obra, exportando 14% do que produz. A indústria brasileira de alimentos e bebidas tem vivenciado uma verdadeira revolução, impulsionada pela estabilização econômica e a conquista de uma abertura comercial mais ampla (IFRR, 2015, p. 7).



Essa ilusória visão apresentada aos pequenos produtores das áreas de assentamentos e à comunidade em geral, com o intuito de justificar e de motivá-los a matricularem os(as) filhos(as) no referido curso técnico, pode até ser convincente em um primeiro momento; mas não reflete a realidade de quem vive no campo e não consegue sequer escoar o seu produto para a cidade mais próxima. Nesse ponto, constata-se uma discrepância em relação aos dados apresentados acima, que dizem respeito a grandes redes produtivas e conglomerados empresariais que não pertencem a Roraima. Portanto, as possíveis vantagens de concentração da renda do trabalho e dos meios de produção de setores não condizem com a real situação dos(as) pequenos(as) trabalhadores(as) rurais que, sem assistência e sem uma renda fixa, ainda precisam lutar contra a invasão do latifúndio e do domínio do agronegócio.

Mais do que o empreendedorismo individual, o que se deveria incentivar é o trabalho associado, a prática de uma economia popular solidária, como garantia da qualidade de vida e como superação do modo de exploração do capital, que estimula a competição e o individualismo. Dessa forma, o conceito *empreendedor* poderia adquirir um novo sentido, o de que o pequeno produtor rural cria e recria o seu próprio negócio em coletividade com os demais trabalhadores do seu território. A autonomia, nesse caso, andaria junto com a parceria, que é o trabalho livremente associado, quebrando as correntes que aprisionam os(as) pequenos(as) agricultores(as) aos senhores do capital, a começar pela independência em relação aos atravessadores ou marreteiros<sup>24</sup>.

Nesse viés, a integração entre os saberes das experiências de trabalho (investidos) e os conhecimentos técnico-científicos (desinvestidos) dos(as) discentes do campo estaria em permanente movimento. A formação técnica no *campus* seria, então, uma forma de garantir a continuidade da produção qualitativa, de modo que o próprio produtor conseguisse atribuir qualidade e valor (preço) ao seu produto, obtendo o retorno necessário à sua sobrevivência, melhorando a qualidade de vida pelo que produz.

### **3.2.3 Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio**

---

<sup>24</sup> Pessoas que comprem os produtos direto do produtor, por um preço baixíssimo, que não cobre as despesas do trabalhador (muito menos o seu trabalho) e os revendem por um preço bem superior ao adquirido da mão do trabalhador.

Imagem 6 – Curso Técnico em Aquicultura



Fonte: <https://novoparaíso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-aquicultura-integrado>.

Esse curso, que integra uma das metas do PDI 2019-2023, visa atender a demandas de muitos lotes rurais e de alguns produtores locais. São famílias que já iniciaram a criação de peixes, como tambaqui, matrinxã, pirarucu, piau e tilápia na região; mas que esbarram nas dificuldades técnicas de conhecimento das formas corretas de produção, bem como da resolução de problemas de toxinas, qualidade da água, características do pescado, tipos de insumos, dentre outras questões que aparecem em ambientes de criação e nas diversas etapas do processo de crescimento e produção dos peixes.

A falta de conhecimentos técnicos por parte dos trabalhadores rurais e de recursos para pagar uma assessoria, aliada à ausência de políticas de fomento à cultura do pescado, induz as famílias a desistirem da produção e da comercialização de peixes na região. Nesse caso, as pessoas que conseguem persistir são aquelas que têm um poder aquisitivo maior e, conseqüentemente, outras fontes de renda. Assim, conseguem também créditos bancários e governamentais com mais facilidade. Já os pobres trabalhadores rurais que vivem nos assentamentos apenas ficam com o pouco que resta nos tanques para o consumo familiar, ou abandonam de vez o investimento que fizeram.

Devido a essas situações, a proposta do Curso Técnico em Aquicultura vem como forma de atender a esses trabalhadores rurais e de contribuir, de forma sustentável, com o desenvolvimento local e melhor qualidade de vida, fomentando a dinamicidade nas formas de produção da agricultura familiar. De acordo com o plano de curso (IFRR, 2019, p. 10),

O Curso Técnico em Aquicultura no IFRR, *Campus* Novo Paraíso, se torna viável pois o *Campus* é uma unidade escolar de perfil agrícola e é composto por profissionais habilitados a atuarem na área proposta do curso podendo atuar nos principais fatores que limitam e dificultam a prática da aquicultura em diversas localidades, dentre elas a carência de pessoal técnico especializado, capaz de direcionar uma exploração sustentável dos recursos aquáticos e, principalmente, buscar meios alternativos de produção (IFRR, 2019, p. 10).

A proposta de execução do Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio, no *Campus* Novo Paraíso, surge em 2016, devido à necessidade de apresentação de novos cursos como parte do planejamento estratégico de diversificação e aumento da oferta de cursos técnicos pelo IFRR/CNP, para cumprir o que constava no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o interstício de 2014-2018 (IFRR, 2019). Nesse caso, após consulta pública e verificação da estrutura física (laboratórios e ambientes didáticos), formação de corpo docente especializado na área, contemplação do eixo tecnológico (IFRR, 2019, p.11) do *campus* (voltado aos recursos naturais) e do potencial da região para a produção de pescados e animais aquáticos, foi implantando, no primeiro semestre de 2018, o Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio (IFRR, 2019, p. 6).

Na fundamentação teórica do curso, observa-se (IFRR, 2019, p.11) que a construção do plano de curso considerou, dentre outros fatores, o fato de a região do Baixo Rio Branco, no sul do Estado de Roraima, apresentar grande potencial econômico em peixes ornamentais, visto que muitas comunidades vivem da captura e comercialização de forma extrativista desses peixes. No entanto, apesar dessa viabilidade, é notória a precariedade de vida dos ribeirinhos, a falta de orientação e apoio técnico para formação de uma estrutura adequada para captura, transporte e comercialização. Em relação ao Estado de Roraima, este

Apresenta uma série de características naturais e de infraestrutura que propiciam o desenvolvimento da aquicultura e pesca, tais, como: clima tropical com temperatura elevada na maior parte do ano; luminosidade adequada; abundância de recursos hídricos de qualidade; espécies de peixes de alto valor comercial endêmicas à bacia hidrográfica, como tambaqui, matrinxã, piaú, curimatã, pirarucu, dentre outros (IFRR, 2019, p. 10).

Logo, o Curso Técnico em Aquicultura oferece à população local a formação de profissionais especializados e capacitados para a prática da aquicultura em Roraima, visando à produção de pescado de boa qualidade e

com baixo custo, à geração de empregos e à melhoria da gestão dos recursos pesqueiros naturais, incentivando seu aproveitamento sustentável. Quanto à área de atuação, esses profissionais podem trabalhar prestando assistência tanto aos pequenos produtores de peixes da região quanto a cooperativas e associações, bem como a pequenas e grandes empresas (Idem).

Em relação aos seus objetivos (Idem, 2019, p. 11), o curso busca formar profissionais técnicos de nível médio cujas habilidades estarão voltadas à produção e ao gerenciamento das atividades de aquicultura, buscando o aproveitamento integral da cadeia produtiva com segurança, qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social. Visa ainda preparar o educando para a formação integral e o exercício consciente da cidadania, alavancando o desenvolvimento econômico e sustentável da região sul de Roraima.

#### **4 O PERCURSO METODOLÓGICO**

Dentre os critérios teórico-metodológicos, busquei articular as dimensões de singularidade, particularidade, contradição<sup>25</sup> e totalidade na construção do objeto. De acordo com Pasqualini (2020), essas categorias, dentro do método materialista histórico-dialético, têm relação com o esforço de captar, desvelar e decodificar como é que a realidade concretamente se faz.

Concentrei o estudo em alguns assentamentos e em um curso de formação técnica integrada ao ensino médio. Essa atitude permitiu-me realizar, no tempo disponível para o doutorado, um estudo em profundidade. Por esse viés, o trabalho investigativo exigiu, além dos fundamentos teórico-metodológicos indicados, um minucioso e detalhado levantamento de dados, referenciais bibliográficos, pesquisas documentais, dissertações e teses sobre o IFRR/CNP. Além disso, as análises dos fenômenos sociais e de organização coletiva presentes no contexto do trabalho e da educação também foram imprescindíveis, remetendo-nos à valorização dos conhecimentos dos pequenos trabalhadores rurais e à aproximação destes com o IFRR no território.

O entendimento da realidade aqui apresentada e dos contextos delineadores dos processos de realização do trabalho sugerido trouxe, como

---

<sup>25</sup> Segundo Pasqualini (2020, p.3), “a contradição não se confunde com incoerência, ou contrassenso, mas diz respeito à necessidade de se decodificar quais são as tendências e contratendências que, em sua luta, engendram o movimento dos fenômenos”.

objeto, a contextualização interpretativa e compreensiva dos conceitos e categorias que dialogam com o problema levantado, no sentido de captar a realidade em sua essência. Nesse sentido, “apreender um fenômeno em sua totalidade significa apreender o sistema de mediações e determinações a que ele se integra, desvelando suas relações internas mais essenciais, ou seja, as relações que o engendram e o sustentam (PASQUALINI, 2020, p.30)”. Portanto, é nessa lógica qualitativa que se insere a pesquisa, ou seja, seu intuito é conhecer, analisar e interpretar os fenômenos, com a distância necessária para olhar a realidade de fato, e não como quero ou gostaria que fosse.

#### 4.1 ASPECTOS ÉTICOS

A respeito dos aspectos éticos, primando pela seriedade do trabalho, tomei todos os cuidados necessários para realizar uma pesquisa que fizesse sentido não somente para mim, mas para o IFRR, instituição da qual faço parte como docente; para a FACED/UFRGS, onde sou aluno do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*; para a comunidade científica e, da mesma maneira, para os(as) participantes e suas famílias.

Nas primeiras visitas às residências das participantes, para contatos pessoais com elas e com os pais, na primeira oportunidade que eu tinha (após as receptividades de praxe, é claro), tratava logo de explicar, de forma geral, todo o teor da pesquisa e a razão da minha presença naquele território. Nesse sentido, apresentava o tema, os objetivos e a relevância do trabalho para o IFRR e para a ciência, bem como os possíveis benefícios à vida das famílias nos assentamentos. Durante esse processo de apresentação e negociação com as discentes e as famílias participantes, além de me identificar como docente do IFRR e como aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, prestei esclarecimentos a respeito da seriedade e da validade da pesquisa.

É interessante expor que as apresentações estendiam-se não somente às participantes e a seus pais, mas também a todas as outras pessoas que estivessem presentes naquele momento. Digo isso porque, esses encontros, dos primeiros aos demais que se seguiram, geralmente eram momentos em que não somente a discente participante da entrevista aguardava minha chegada, como também o pai, a mãe, os irmãos, animais de estimação e até outras pessoas

(parentes ou vizinhos) que, porventura, estivessem lá, por curiosidade ou pelo desejo de entender melhor o meu trabalho.

Como o tema é voltado para os saberes e experiências de trabalho na produção da banana, alguns pais que estavam começando a trabalhar com outras culturas, como citros, às vezes interpelavam-me e até sugeriam que, em uma próxima oportunidade, trabalhasse com a pesquisa dessa variedade frutífera para poder, futuramente, levar conhecimentos para eles.

Essas apresentações prévias, com ares de informalidade, sobre mim, sobre o trabalho que estava realizando, a instituição que eu representava como aluno/pesquisador e o meu papel de docente do campus do IFRR promoviam mais credibilidade à investigação, trazendo um aspecto de familiaridade e de confiança junto aos agricultores e filhos(as) que me acolhiam. Era uma das oportunidades que eu tinha de conhecer melhor esses sujeitos, suas singularidades não explícitas, as relações com o território, parte do histórico de vida no campo e as transformações ocorridas, desde o tempo em que chegaram até os dias atuais.

Esses momentos de ambientação foram importantes, tendo em vista que conversas agradáveis sobre questões diversas, como estados de origem, lugares de experiências de vida, outras profissões, aspectos climáticos, particularidades locais, formação familiar, itinerários de experiências de trabalho ao longo da vida, expectativas dos pais quanto ao estudo dos filhos no IFRR, Amazônia e política, entre outros temas, eram ocasiões que serviam de mote para adentrar no assunto específico da pesquisa.

As visitas técnicas ao *campus* do IFRR começaram no final de julho de 2022, enquanto os contatos presenciais com as famílias das discentes, cuja finalidade era realizar entrevistas e colher dados, ocorreram a partir de setembro de 2022. Era período de campanhas eleitorais para escolha de deputados(as) – estaduais e federais –, senadores(as), governadores(as) e presidente(a) do Brasil, um momento muito tenso de disputa do poder no país, marcado por uma polarização política muito acirrada entre a “esquerda progressista” e a “direita conservadora”. A direita, defendendo o armamentismo, o neoliberalismo, a intolerância, o fascismo, o autoritarismo e a degradação ambiental, em nome da pressão do capitalismo para a extinção dos direitos das minorias mais pobres, e consequentemente, o enfraquecimento do poder democrático. Já a outra

vertente política, a esquerda, defendia uma pauta mais progressista, com base no diálogo e na defesa da democracia, no sentido de fazer valer os direitos conquistados, as políticas públicas inclusivas e de acesso para os mais pobres, combatendo as desigualdades regionais e sociais.

Esse momento foi marcado por constantes ataques violentos e por atos de intolerância contra pessoas, religiões, minorias, pluralidade de ideias e o Estado Democrático de Direito. Essas práticas partiam, principalmente, de setores mais à direita do espectro político brasileiro. Diante desse quadro, nas aproximações preliminares às casas das participantes do trabalho, tomei todo o cuidado possível para não me afastar do foco da pesquisa. Essa cautela foi necessária, pois qualquer opinião política minha a respeito dos(as) candidatos(as) em quem eu votaria ou não poderia causar simpatia ou antipatia por parte de um ou de todos os membros da família.

Dada essa realidade, quando, em alguns momentos, a temática eleitoral entrava no rol das conversas, para não confundir a minha visita técnico-científica com a de cabos eleitorais em época de campanhas, interferindo assim no andamento da pesquisa, eu procurava direcionar o assunto para o problema que me levou a estar ali. Dessa forma, quando um pai ou responsável tentava tratar de questões político-partidárias, eu buscava esclarecer, de forma polida, que, embora tivesse uma visão e um posicionamento político bem definido a respeito do que esperava para o Estado de Roraima e para o país, naquele momento, até por questões de ética na pesquisa, não poderia discorrer sobre o assunto. Assim, de maneira bem descontraída e para não causar possíveis conflitos, eu sugeria encontrarmos um outro momento, em que eu estivesse sem compromissos com o trabalho investigativo, para conversarmos sobre o processo eleitoral.

Superada essa fase e dada a receptividade das discentes em relação à proposta, após apresentar todas as informações sobre os procedimentos que seriam realizados e comprovar que o projeto passou pela análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa<sup>26</sup> e Plataforma Brasil, solicitei a adesão

---

<sup>26</sup> Sobre as responsabilidades éticas e científicas na pesquisa, tais medidas visam preservar a proteção, a segurança e os direitos dos envolvidos. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução nº 466/2012 e a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

voluntária para participarem da pesquisa, assinando, de forma voluntária e consciente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE, direcionado a menores).

Sobre os termos de permissão da pesquisa, antes de entregá-los, eu os lia minuciosamente para as discentes – menores e maiores de idade – e para os pais. Além do mais, apresentava os documentos autorizativos do IFRR e do Programa de Pós-Graduação da UFRGS. Assim, juntamente com a apresentação do projeto em *PowerPoint*, eu abria oportunidade para fazerem algum questionamento, caso achassem necessário, assim como para ficarem com o documento em casa, no intuito de que pudessem analisá-lo com mais cautela e decidirem posteriormente se, de fato, queriam participar do empreendimento.

Informei as discentes e seus pais sobre o sigilo e a segurança do trabalho quanto aos riscos e a preservação da imagem, da fala e eventuais pormenores durante o itinerário da pesquisa. Sequencialmente, apresentei um roteiro de possíveis perguntas que seriam feitas em outro momento de encontro. Nesse ponto, salientei que as questões eram bem flexíveis, deixando a discente completamente à vontade para respondê-las ou não, assim como livre para acrescentar informações durante as entrevistas.

Ainda sobre os questionamentos cujo objetivo era compreender melhor as experiências de saberes das discentes e as aproximações ou não com o curso Técnico em Agropecuária, apresentei os procedimentos e instrumentos investigativos que utilizaria. O intuito era esclarecer todas as questões referentes ao trabalho e dirimir qualquer possibilidade de ocorrência de um incidente desagradável posteriormente. Desse modo, expus todos os passos que seriam realizados no trabalho investigativo, bem como o tempo previsto para a realização das demais etapas.

A respeito das etapas da pesquisa, democraticamente dialogamos e fizemos combinados – pais, filhas e eu –, de maneira que o processo de investigação não interferisse nos compromissos diários de estudos e trabalho das participantes e de seus familiares, no lote ou na escola.



Considerando tanto as etapas pertinentes ao projeto quanto as necessidades e o tempo disponível das participantes, imaginei que seria necessário realizar, ao menos, quatro visitas às áreas de assentamentos onde elas residem e trabalham. Desse modo, a fim de não causar nenhum transtorno e/ou falhas na comunicação, e para não deixar ninguém na espera, combinamos que as datas e os locais para a realização dos trabalhos seriam decididos conjuntamente e informados de forma antecipada. Assim, seriam evitadas situações imprevistas ou desagradáveis. Em relação a esse aspecto, tudo transcorreu como o acordado.

Dito isso, após as assinaturas dos termos, tanto pelas adolescentes quanto pelos(as) representantes legais (para as menores de 18 anos), iniciamos as entrevistas. Às participantes garantiu-se a recusa em continuar a pesquisa em qualquer fase, assim como o total anonimato, tendo sido salvaguardados todos os aspectos éticos, como descrevo a seguir.

Sobre a recusa, das quatro participantes que iniciaram no projeto, somente uma delas solicitou afastamento. Isso ocorreu devido ao fato de não conseguir conciliar os compromissos acadêmicos com algumas questões particulares, relacionadas à família e a mudanças de local de morada. Sendo assim, continuei os trabalhos, contando com a colaboração das outras três discentes.

Em virtude da contribuição à comunidade, ao IFRR/CNP e à ciência, bem como da consideração a todos eles, comprometi-me com as participantes e seus pais que, após a conclusão de todas as etapas estabelecidas e da apresentação ao Programa de Pós-Graduação em Educação, daria a eles retorno sobre os resultados alcançados.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE ESTUDO

Como caminhos da pesquisa que, evidentemente, se complementam e se articulam com o marco teórico-conceitual, este trabalho foi desenvolvido adotando, simultaneamente, dois procedimentos metodológicos centrais. Um foi a pesquisa de campo, mediante visitas às discentes participantes, nas áreas dos assentamentos rurais e no IFRR/*Campus* Novo Paraíso. Nesses lugares, realizei atividades de observação, entrevistas, registros escritos e fotográficos.

Concomitantemente à pesquisa de campo, outro procedimento empreendido foi o de análise documental, com a coleta de dados sobre o PDI, Registros Acadêmicos, Leis, Organização Didática do IFRR (aprovada pela Resolução nº 338, do CONSUP), Currículo e Plano de Cursos. Essas fontes documentais primárias foram obtidas de forma física e eletrônica.

Em todos os procedimentos metodológicos desenvolvidos no processo investigativo, considerei o referencial teórico-metodológico e seus conceitos. A concatenação entre os fundamentos do materialismo histórico-dialético e as abordagens freireana e ergológica foram fundamentais para a dinâmica interpretativa e analítica do problema investigado.

Em relação ao método, Kosik (1969, p. 31) estabelece três graus de domínio para o processo de investigação dialética:

- 1) minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis;
- 2) análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material;
- 3) investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.

Esse processo de investigação relaciona-se com o que foi proposto nos objetivos específicos deste trabalho. Neles, pretendi analisar, com base no materialismo histórico-dialético, como ocorrem as relações sociais e de trabalho, os saberes técnicos, os saberes culturais e políticos e os saberes das experiências de discentes do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP, tanto na instituição escolar como nos assentamentos rurais onde residem com suas famílias.

Por esse viés, compartilho do pensamento de que

O conhecimento não é somente contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana [...]. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático (KOSIK, 1969, p. 22).

Esse modo de ver e interpretar o mundo em sua singularidade e, ao mesmo tempo, em relação com a totalidade dos fenômenos, pode direcionar as maneiras de se construir uma sociedade em que não haja divisões entre exploradores e explorados.

Um olhar crítico revolucionário a respeito do que é essa realidade social, permeada de contradições, pode contribuir para uma formação educacional que

propicie uma práxis da consciência crítica e libertária. Essa práxis está intrinsecamente ligada aos aspectos presentes no currículo educacional e nas relações de trabalho.

O trabalho, nessa compreensão, a depender dos modos e das relações de produção vigentes na sociedade (ANTUNES, 2009), tanto pode humanizar e libertar quanto escravizar e alienar. De igual modo, a educação, a depender da sua intencionalidade e dos fatores internos e externos que a influenciam, pode tanto doutrinar quanto libertar, subsidiando a formação da consciência crítico-objetiva dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a maneira como me propus a iniciar a investigação para obter informações precisas sobre a realidade de discentes assentadas(os) rurais, seus saberes do trabalho e a correlação ou não com os saberes escolares ligados ao currículo do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP foi iniciada previamente, com a minha inserção<sup>27</sup> no território onde moram. E, na sequência a esse ato, com a realização de visitas ao IFRR/*Campus* Novo Paraíso. Esses encontros possibilitaram pelas análises dos aspectos da singularidade e da universalidade<sup>28</sup> a identificação das linhas convergentes e das divergentes do Curso Técnico em Agropecuária, sobre até que ponto o currículo contribui ou não para a formação humana integral. Dessa forma, mediado pela particularidade dialética da realidade objetiva e subjetiva dos dados e das impressões do pensamento, apresento a seguir os fatores que antecederam a investigação.

#### 4.3 APROXIMAÇÃO AO TRABALHO DE CAMPO

Pensar numa proposta de pesquisa cuja realização fosse viável e que, ao mesmo tempo, viesse ao encontro das necessidades locais, buscando uma conexão entre os cursos técnicos integrados do IFRR/CNP e os saberes das experiências de trabalho de discentes assentados rurais, foi o que fez eu me acercar da realidade desses territórios. A compreensão da luta de classes

---

<sup>27</sup> A *inserção* a qual me refiro (FREIRE, 1987) é aquela em que o sujeito retorna à realidade para transformá-la através de sua práxis.

<sup>28</sup> “O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado (LUKÁCS, 1978, p. 112).”

presente nas formas de produção da vida material dos(as) discentes, dos(as) produtores(as) rurais assentados(as) do sul de Roraima, bem como dos processos sociais construídos ao longo da história, serviram como norte para o andamento da pesquisa.

Dessa forma, motivado a conhecer a fundo o campo de pesquisa (IFRR/CNP e discentes nos assentamentos onde vivem e trabalham), busquei, antecipadamente, apresentar às coordenações de cursos e ao corpo diretivo do *campus* a minha proposta de projeto de tese. Esse momento ocorreu após vários ajustes na elaboração e objetivação do projeto, seguindo os direcionamentos da minha orientadora na pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer, juntamente com as contribuições das(os) colegas discentes da Linha de Pesquisa *Trabalho, Educação e Movimentos Sociais*, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFRGS.

As disciplinas do doutorado, cursadas entre o segundo semestre de 2019 e 2023, contribuíram expressivamente em relação à amplitude e aos aprofundamentos dos aspectos teórico-metodológicos e ao direcionamento do campo empírico da pesquisa. Após esse importante e necessário percurso, o título do trabalho consolidou-se como *Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/Campus Novo Paraíso*.

Em relação à pesquisa,

Além do exame da bibliografia sobre o tema, o contato com o campo na fase inicial do planejamento é de suma importância, não apenas para a geração de questões e identificação de informantes e documentos, como para uma primeira avaliação da pertinência, ao contexto considerado, das questões sugeridas por outras fontes. As questões iniciais assim selecionadas, serão, então, explicitadas no projeto de pesquisa, o que não quer dizer que não possam ser reformuladas, abandonadas ou acrescidas de outras no decorrer do estudo, num processo de focalização progressiva (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999, p.151).

Os processos de focalização do problema de pesquisa e de aproximação ao campo aconteceram diante de um contexto de pandemia<sup>29</sup> e de suspensão

---

<sup>29</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), **pandemia** é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo passa a ser usado quando uma **epidemia, surto** que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com **transmissão sustentada** de pessoa para pessoa. Disponível em: < [https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-](https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma)

das aulas presenciais. Nesse contexto, o IFRR/CNP, além de realizar ações de controle, conscientização e combate à pandemia, buscou meios para não paralisar totalmente os trabalhos escolares. Sendo assim, como forma de não prolongar a duração dos cursos nem adiar sua conclusão, o *campus* optou por realizar a oferta do ensino em duas modalidades: uma de modo remoto (*online*), para os(as) discentes que dispunham de acesso à internet; outra, com a entrega de material físico (livros e apostilas) para discentes que não tinham condições de acessar os conteúdos pela internet e para residentes das regiões rurais onde o acesso à internet ainda é um sonho<sup>30</sup>.

Outra situação complicadora é o fato de ainda existirem assentamentos em que algumas vicinais, além da dificuldade de acesso, não dispõem de energia elétrica, mesmo depois de 20 anos de implementação do programa do governo federal *Luz para Todos*<sup>31</sup>.

As mudanças e adaptações realizadas pelo IFRR/CNP para atender os(às) estudantes dos assentamentos e vilas possibilitaram-me percorrer cada assentamento e cada casa desses(as) discentes. À vista disso, com as devidas permissões legais da direção do *campus*, peguei carona no carro institucional e realizei as viagens de visitas observacionais ao território em apreço. Dessa forma, acompanhando por algumas semanas o motorista do *campus* (que era o encarregado de entregar os conteúdos didáticos aos discentes, bem como de recolher as tarefas requisitadas pelos professores), pude andar por toda a região e assim conhecê-la.

Nessa época, não iniciei nenhum trabalho formal de investigação. Com as viagens, minha intenção era aproximar-me e sentir a realidade dos(as) discentes e de seus familiares. Meu objetivo era identificar algo que trouxesse algum retorno positivo aos discentes, às famílias da região, assim como trazer

---

pandemia#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20pandemia%20%C3%A9%20sustentada%20de%20pessoa%20para%20pessoa. > Acesso em: 05 de maio de 2023.

<sup>30</sup> A maioria das famílias assentadas que moram nos projetos de assentamentos rurais (nas vicinais) não dispõe de rede telefônica ou de acesso à internet. Nas vicinais que ficam próximas às cidades, alguns(as) trabalhadores(as), assentados(as) dispõem desses meios de comunicação, porém, para terem acesso, precisam pagar um alto valor.

<sup>31</sup> O objetivo do Programa Luz para Todos é o atendimento inicial das famílias do meio rural que nunca tiveram acesso ao serviço público da energia elétrica. Disponível em: < <https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos>. > Acesso em: 15/05/2023.

significados concretos para o enriquecimento do currículo acadêmico e para a formação humana integral.

Durante essa fase, contemplando as características do território, presenciei as situações e os desafios dos(as) discentes no tocante aos modos de vida e às formas de deslocamentos até o *campus* do IFRR. Apoiado nisso, pude identificar algumas questões que me dariam condições de realizar um trabalho de pesquisa com esses sujeitos do campo. Aproveitei a ocasião para realizar anotações em diário de campo e registros fotográficos, bem como para dialogar informalmente com os moradores sobre a realidade local, buscando entender os contextos sociais e as relações de trabalho e produção.

A área territorial atendida pelo IFRR/CNP é muito extensa, abrangendo os cinco municípios que compõem a região sudeste e sul do Estado de Roraima. Os assentamentos rurais estão presentes em todos esses municípios. Os momentos de visitas a esses lugares, acompanhando as entregas dos materiais escolares e o recebimento das tarefas realizadas pelos(as) discentes do campo, contribuíram para um primeiro contato com os(as) estudantes e suas famílias. Foi a oportunidade que tive de conhecê-los(as) e de me fazer conhecer, já que, em virtude do meu afastamento de sala de aula para o doutoramento no Sul do Brasil, ainda não os conhecia pessoalmente.

A primeira etapa de aproximação ao território onde eu idealizava construir o projeto ocorreu entre os anos de 2020 e 2021, durante o período da pandemia do coronavírus<sup>32</sup>, especificamente do SARS-CoV-2<sup>33</sup>, causador da COVID-19<sup>34</sup>.

É importante frisar que a oportunidade de inserção em toda a extensão territorial atendida pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso deu-se pelo fato de, naquele

---

<sup>32</sup> **Coronavírus:** nome dado a uma extensa família de vírus que se assemelham entre si. Muitos deles já nos infectaram diversas vezes ao longo da história da humanidade. Dentro dessa família, há vários tipos de coronavírus, inclusive os chamados SARS-CoVs (a síndrome respiratória aguda grave, conhecida pela sigla SARS, que há alguns anos começou na China e se espalhou para países da Ásia, também é causada por um coronavírus).

<sup>33</sup> SARS-CoV-2: vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada COVID-19. Por ser um micro-organismo que, até pouco tempo, não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo coronavírus”.

<sup>34</sup> **COVID-19:** doença que se manifesta em nós, seres humanos, após a infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2. Fonte: < <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>. Acesso em: 19 abril de 2023.

período, estarmos vivendo tempos de restrições de locomoção e de contatos coletivos presenciais; ou seja, em situação de isolamento social obrigatório, devido ao período pandêmico causado pelo coronavírus. De acordo com um boletim epidemiológico de janeiro de 2023, divulgado pela OMS<sup>35</sup>, só no Brasil, entre 2020 e abril de 2023, o vírus tinha sido responsável por mais de 700 mil óbitos<sup>36</sup> e em torno de 6,6 milhões no mundo.

No contexto da crise pandêmica mundial, o Brasil amargou milhares de óbitos pelas consequências drásticas de ações desumanas e de campanhas negacionistas<sup>37</sup> por parte de quem deveria incentivar práticas de medidas sanitárias preventivas e protetivas, e não as inibir. Diante desse quadro, tomando todos os cuidados possíveis e seguindo os protocolos sanitários de prevenção ao coronavírus, iniciei as andanças pela região atendida pelo IFRR/CNP. Nessas idas, tive a possibilidade de observar como os conteúdos curriculares e os saberes das experiências de trabalho dos(as) discentes, especificamente os voltados ao cultivo da banana, poderiam servir como tema de estudos. Notei que, em muitas residências nas quais os materiais didáticos eram entregues, era onde se localizavam os lotes rurais em que os(as) discentes e suas famílias trabalhavam e produziam suas formas de vida.

Ao observar esses espaços territoriais, nos aspectos culturais e nas formas de trabalho e produção das famílias assentadas, procurei dar mais atenção à relação que poderia estar sendo estabelecida, ou não, com as propostas formativas do IFRR/CNP. À vista disso, busquei analisar e entender o

---

<sup>35</sup> Organização Mundial de Saúde. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mortes-por-covid-19-no-mundo-aumentam-21-em-dezembro-segundo-a-oms/>. Cabe-nos alertar que a COVID-19, ou coronavírus, ainda pode ser considerada uma ameaça.

<sup>36</sup> Segundo dados do Ministério da Saúde, em abril de 2023, o país somava mais do que os acumulados nos últimos três anos, ou seja, de 2020 a 2023. Dados obtidos na plataforma do governo. Ministério da Saúde. [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

<sup>37</sup> É oportuno lembrar que essa situação se agravou com a política negacionista por parte do ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que governou o país de janeiro de 2019 a dezembro de 2022, por meio de campanhas contra o *lockdown* (confinamento social), movimentos antivacina, falta de leitos e de equipamentos nos hospitais, escassez de equipes de saúde especializadas para enfrentar os casos diagnosticados da doença e atrasos na compra e na entrega de imunizantes contra a COVID-19. Há também casos de denúncias de corrupção na compra das vacinas, suspeitas de pedidos de propinas e desvios de recursos públicos destinados para conter a pandemia no país. Tudo isso, e outras situações correlatas, contribuiu para agravar o quadro de infecções e mortes no Brasil, tornando-o um dos países com maior número de infectados e com os maiores índices de mortes no mundo.

sentido do trabalho e de seus saberes no contexto do campo e da formação educacional, considerando os(as) discentes assentados(as) como sujeitos ativos da pesquisa, uma vez que

A focalização atende a vários objetivos: a) estabelece as fronteiras da investigação; b) orienta os critérios de inclusão-exclusão, ajudando o pesquisador a selecionar as informações relevantes; c) ajuda a orientar decisões sobre atores e cenários (LINCOLN & GUBA, 1985; MILES E HUBERMAN, 1984, Apud: ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999, p.151).

As informações adquiridas durante as viagens, considerando os aspectos dos saberes da experiência de trabalho, serviram de direcionamento sobre o que tratar e aprofundar na proposta de pesquisa com os sujeitos discentes. Nesse mesmo percurso, surgiu a pretensão de identificar e/ou propor, caso não existisse na prática, a inserção desses saberes, “em aderência” aos saberes pedagógicos dos cursos técnicos ofertados no *campus*.

Após os contatos primários de reconhecimento e mapeamento do território e dos possíveis sujeitos da pesquisa, segui com os procedimentos de identificação teórico-metodológicos, realizando levantamentos de referenciais bibliográficos e documentais, e assim dando início ao processo de escrita do trabalho.

#### 4.4 O TERRITÓRIO DA PESQUISA

Escrever sobre o que se entende por *território da pesquisa* reporta-me à citação de Milton Santos (1988), em *Metamorfose do espaço habitado*, em que cita Lacoste (1981, p. 152):

De fato, existem tantas concepções do “espaço geográfico” ou do “espaço social” quanto tendências “de escolas” em geografia, sociologia ou etnologia; no limite, existem tantas maneiras de ver as coisas quanto individualidades conduzindo uma investigação sobre uma *démarche* científica (LACOSTE, 1981, p.152, *apud* SANTOS, 1988, p. 9).

Obviamente, não falarei de todos os tipos de espaços ou territórios ocupados na escala de nosso planeta, até porque não é esse o objetivo da pesquisa. Sendo assim, o espaço territorial que abordo e investigo compõe as relações objetivas de produção e reprodução materiais da existência humana. Esse espaço é composto por famílias que vivem do trabalho manual no campo e dele sobrevivem. Nesse mesmo território de trabalho e troca de saberes e



experiências, temos o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia/*Campus* Novo Paraíso.

De acordo com Santos (1988, p. 10),

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento.

O conceito de *território* que aqui vamos debater refere-se ao espaço habitado, vivido e transformado no campo pelos(as) filhos(as) de camponeses assentados rurais do sul do Estado de Roraima. São adolescentes e jovens que fazem um curso técnico integrado ao ensino médio no IFRR/*Campus* Novo Paraíso.

#### **4.4.1 A Escolha do *Campus* Novo Paraíso**

Como acenei na justificativa desta tese, a opção por essa problemática surge de inquietações e questionamentos que venho fazendo desde quando ingressei no IFRR, em 2012. Ao ser aprovado em concurso público federal para a docência na área de Filosofia, com vista a lecionar na capital, Boa Vista, solicitei à instituição, no ato da convocação, a possibilidade de assumir o cargo em um *campus* do interior, preferencialmente em Novo Paraíso. Com o assentimento dos gestores, tomei posse e assumi, em janeiro de 2012, como docente dos cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura. Em virtude das experiências reais, em situação de trabalho, lecionando as disciplinas de Filosofia e Sociologia a adolescentes e jovens, surgiram as inquietudes e indagações que apresento.

O IFRR/CNP, até o momento, é a única instituição educacional da rede federal a ofertar a modalidade de ensino profissional de forma integral técnica de nível médio e superior aos(às) moradores(as) da região. Melhor dizendo, com

cursos voltados para buscar atender às necessidades e aos anseios da comunidade, fazendo jus à sua perspectiva de promover a formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável (PDI 2019-2023).

A atual sede do *campus* Novo Paraíso é o local onde, nos primeiros anos da década de 1970, instalou-se um posto do Exército dedicado à construção da BR-174. Segundo Carneiro (2010, p. 47), “esta construção atraiu grande contingente de migrantes, devido à oferta de trabalho e pela possibilidade de serem contemplados com a doação de um lote de terra ao longo da rodovia”.

O *campus* fica a 12 km da vila de Novo Paraíso e está localizado na zona rural do Município de Caracaraí, sul de Roraima. Sua localização estratégica, às margens da BR-174 e próximo à intersecção das BR-432 e BR-210, visa à aproximação e ao atendimento das expectativas reais da população do entorno. No mapa rodoviário do estado de Roraima (abaixo), destacam-se, no sul e sudeste do estado, as rodovias e cidades atendidas pelo Instituto Federal de Educação (IFRR).

Figura 1 – Mapa das estradas federais do estado de Roraima



Fonte: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa\\_Rodovi%C3%A1rio\\_RR\\_-\\_detalhado.png](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_Rodovi%C3%A1rio_RR_-_detalhado.png)

#### 4.4.2 Localização e Realidade dos Assentamentos no Sul de Roraima

Boa parte dos(as) discentes que frequentam os cursos no *campus* Novo Paraíso (grifo em vermelho, no mapa) pertencem às famílias que vieram durante ou logo após o processo de colonização e povoamento, ocorrido entre os anos de 1970 a 1990. Essas migrações deram origem às pequenas cidades e vilas da região sul de Roraima. Outras famílias se instalaram às margens das BRs 174, 210 e 432, iniciando os processos de trabalho nas terras disponíveis. Tal processo ocorreu, em parte, de forma espontânea, mas também por incentivos governamentais, como a doação de lotes de terras rurais pelos governos locais e pelo INCRA, através dos programas de reforma agrária e incentivos ao povoamento do estado.

De acordo com Aimberê Freitas (1993, p. 196), entre os anos de 1970 e 1990, desde a época em que Roraima ainda era Território<sup>38</sup>, os governos, durante seus mandatos, promoveram uma intensa política de colonização. Já em seu discurso de posse, o governador à época declarava:

No espaço físico deste Território, existe abundância de recursos naturais, que se oferecem com sofreguidão àqueles que para cá demandarem, com seu talento e com seu trabalho, a fim de se engajarem na grande luta que se desenvolverá nas imensas planícies do centro e leste, nas montanhas do norte, e nas florestas do sul [...] que venham logo sem demora, nossos irmãos do centro-sul e do Nordeste (FREITAS, 1993, p. 196).

De forma geral, em relação ao surgimento dos povoados e vilas no sul e sudeste do estado, as famílias que inicialmente chegaram à região eram oriundas das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. A necessidade estava em buscar terras para a agricultura de subsistência, assim como fugir das explorações e opressões sofridas em suas regiões de origem.

De acordo com Santos (2010, p. 72),

Os migrantes trazidos para estas colônias [...] eram originários, sobretudo, do Nordeste do Brasil, principalmente do Maranhão, utilizando a terra como base do trabalho familiar, explorando seus pequenos lotes no sistema de roças e exercendo a prática de uma agricultura de subsistência cuja base era de culturas alimentares de ciclo curto. Estas colônias faziam parte de uma tentativa de

---

<sup>38</sup> Em 1943, é criado o Território Federal do Rio Branco, proveniente do desmembramento da Amazônia. Em 1962, o nome do Território é modificado para *Território Federal de Roraima*. O Território ganhou *status* em 1988. Fonte: A HISTÓRIA DE RORAIMA. Disponível em: [http://www.roraimavirtual.com.br/historia\\_rr.htm](http://www.roraimavirtual.com.br/historia_rr.htm). Acesso em: 05 nov. 2021.

fornecimento de alimentos, no entanto estas regiões continuam sem estrutura física, estradas, vicinais e transporte adequado, sendo cotidiano as denúncias feitas nos meios de comunicação quanto à impossibilidade de tráfego, principalmente durante o inverno.

Esse retrato da realidade, citado por Santos (2010), demonstra o quanto, ao longo do processo de povoamento do território em questão, essas famílias sofreram (e continuam a sofrer) com o descaso e o abandono dos governos, assim como com a falta de políticas públicas voltadas à qualidade de vida nas áreas de assentamentos rurais. Daí a razão de muitos trabalhadores e trabalhadoras que aqui chegaram e que ainda estão chegando, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, encontrarem, até hoje, tantas dificuldades quanto as encontradas pelos desbravadores nas décadas de 1970 a 1990. Essa situação obriga-os a abandonar seus lotes, a vendê-los para outros ou, por não terem condições de investir, a permitir a retirada irregular de parte da madeira existente no lote<sup>39</sup>. Ao serem impelidos(as) a atuar dessa maneira, esses(as) trabalhadores(as) assentados(as), mesmo correndo o risco de serem multados(as) por órgãos fiscalizadores como IBAMA, tentam “garantir”, com o pouco dinheiro recebido pela venda das árvores, a alimentação diária ou outras necessidades de casa. Consequentemente, o que resta em alguns lotes é a área degradada, acrescida de multas aplicadas pelos órgãos de controle e fiscalização, devido ao desmatamento irregular, impedindo-os de realizar qualquer tipo de crédito junto aos órgãos de fomento. Neto (2017, p. 44) fundamenta esse fenômeno, como no trecho infracitado.

O processo de subordinação ao capitalismo gera um intenso processo de desintegração, mas não seu desaparecimento, pois ele é recriado. De modo contraditório, ao mesmo tempo em que o avanço do capitalismo destrói a organização camponesa, acaba apresentando a necessidade de recriá-la — seja via arrendamento, venda ou outras formas — pois a expulsão dos camponeses acaba expulsando também a mão de obra de pobres que, mesmo com alguma terra, tinham de vender sua força de trabalho para seu sustento.

O pequeno agricultor, nessa situação, por possuir um pedaço de terra e nela trabalhar incansavelmente, alimenta a esperança de dias melhores. No entanto, passam as estações e os anos, e ele não experiencia as melhorias chegarem. Assim, a situação de pobreza e abandono permanece.

---

<sup>39</sup> Nos projetos de Assentamentos (PAs), inicialmente coube ao INCRA conduzir a distribuição dos lotes. Atualmente, há também o Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), que também promove assentamentos (CARNEIRO, 2010, p. 47).

Os povos dos campos, das florestas, das periferias, os sem-terra, sem-teto, sem-território, sem-trabalho, sem-comida, sem-um-justo-viver exigem vida, terra, trabalho, teto. Lutam por processos produtivos onde se produzam humanos. Sabem que seu produzir-se como humanos, pensantes, culturais, éticos, identitários, é inseparável de sua condição de sujeitos produtivos, trabalhadores que, ao produzir os bens em relações de libertação e de justiça sociais, produzem-se (ARROYO, 2018, p. 87).

Os assentamentos rurais da reforma agrária, instalados pelo INCRA, localizam-se paralelamente às estradas vicinais, que são interligadas com as rodovias federais, criando um formato de “espinhas de peixes”<sup>40</sup> (como demonstra a figura abaixo). Tais assentamentos são compostos pela demarcação de lotes de 50 a 100 hectares cada um.

Figura 2 – Mapa de assentamentos rurais no sul de Roraima



Fonte: [https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Ffigure%2Ffigura-1-Localizacao-da-area-de-estudo-abrangendo-parte-da-regiao-Sul-do-Estado-de\\_fig1\\_233809874&psig=AOvVaw34QYakWTh-zxYZdrWdna6C&ust=1687369908483000&source=images&cd=vfe&ved=0CAQQjB1qFwoTCICq8ou10v8CFQAAAAAdAAAAABAI](https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Ffigure%2Ffigura-1-Localizacao-da-area-de-estudo-abrangendo-parte-da-regiao-Sul-do-Estado-de_fig1_233809874&psig=AOvVaw34QYakWTh-zxYZdrWdna6C&ust=1687369908483000&source=images&cd=vfe&ved=0CAQQjB1qFwoTCICq8ou10v8CFQAAAAAdAAAAABAI)

A relevância da realização de um resgate histórico sobre o processo migratório dos primeiros moradores na região, em que se incluem as famílias dos descendentes do IFRR/CNP, dá-se pelo fato de a realidade concreta desses sujeitos no território constituírem os modos de vida e as relações sociais,

<sup>40</sup> Figura 2 – Apresenta o modelo de assentamento implantado no sul e sudeste de Roraima, em que as estradas vicinais onde residem os camponeses em seus lotes de terras estão interligadas com as principais rodovias que cortam o estado de Roraima, perfazendo um formato que lembra as espinhas de um peixe.

históricas, educacionais, culturais e econômicas existentes nesse pedaço de solo amazônico e, em razão disso, influenciar diretamente na escolha dos cursos e das políticas educacionais do *Campus Novo Paraíso*.

Só é possível existir vida humana na face da Terra se, mediados pelo trabalho, os seres humanos transformarem a si mesmos e a natureza em seu entorno. As dimensões onto-criativas do trabalho, consideradas na sua historicidade, são o fundamento das relações viscerais entre trabalho e educação. Percebemos e aprendemos os fenômenos da natureza e, no encontro com ela, modificamos a nós mesmos como elementos da natureza; produzimos cultura e nos produzimos como seres de cultura. Na relação com o outro ser humano, com outros grupos e classes sociais, produzimos saberes sobre possíveis maneiras de estar no mundo (TIRIBA e FISCHER, 2015, p. 407).

Tais pontos de análise passam também pela dimensão política da educação e pela compreensão sobre como ocorre a formação da consciência de classe dos(as) jovens filhos(as) de trabalhadores rurais assentados. É o que Lukács (2003, p. 174) define como *a tomada de consciência de classe pelo proletariado*:

Para libertar-se como classe deve suprimir a sociedade de classe em geral, para isso, ocorre de um lado com o desvendamento da essência da sociedade, e de outro com a unidade cada vez mais íntima da teoria e da práxis.

Esse ato de libertação, defendido também por Freire (1987, p.12), fundamenta-se na construção de uma consciência social e crítica diante de situações de opressão; uma consciência que abre caminhos reais para a libertação dos sujeitos oprimidos contra a hegemonia ideológica e econômica do poder capitalista. Nesse caminho, os sujeitos do campo precisam sentir a necessidade de se libertarem do poder da exploração e da opressão capitalista. Para isso, é fundamental passar pela práxis formativa educacional, construída no processo dialético<sup>41</sup> das condições materiais de existência desses sujeitos no território.

Freire (1996, p.17) afirma que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. É isto que defendo: uma práxis curricular nos cursos técnicos

---

<sup>41</sup> Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (Lakatos e Marconi, 2003, p. 101).

ofertados pelo IFRR/CNP coerente com a realidade dos(as) discentes, trazendo para o seio da instituição educacional as experiências vividas por elas e eles; no caso específico de sujeitos provenientes dos assentamentos rurais, a contemplação, na teoria e na prática curricular, dos saberes das experiências de trabalho no campo.

Para o educador pernambucano,

Pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente constituídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, p.17).

Essas dimensões, que envolvem professor, escola, aluno, saberes socialmente produzidos e trabalho dialogam com “a pluridisciplinaridade dialética dos saberes constituídos e dos saberes investidos”<sup>42</sup> (Trinquet, 2010, p. 95). Segundo o autor, o saber investido, que é um verdadeiro saber, é complementar aos saberes constituídos<sup>43</sup> ou acadêmicos. É nessa proposta metodológica<sup>44</sup> (SCHWARTZ, 2000) que ocorre o confronto entre os portadores do conhecimento conceitual e os trabalhadores portadores dos saberes da experiência que emergem das atividades de trabalho.

#### **4.4.3 Os Projetos de Assentamentos Onde Vivem as Participantes da Pesquisa**

O direcionamento do problema, isto é, como se delineou o estudo investigativo, relaciona-se aos saberes das experiências de trabalho de discentes do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP, especificamente de adolescentes e jovens que moram nos Projetos de Assentamentos (PAs) São Luizão, no Município de São João da Baliza; Assentamento Rápido Jatapu, no

---

<sup>42</sup> A ergologia adjetiva esse saber de *investido* porque remete à especificidade da competência adquirida na experiência da gestão de toda a atividade de trabalho. E esta experiência é *investida* nesta situação única e histórica. Trata-se de um saber que está em *aderência* com a atividade. Ele não é formalizado e nem escrito em qualquer lugar (TRINQUET, 2010, p. 100).

<sup>43</sup> Trata-se do que, em geral, chama-se, simplesmente, de *saber*, ou, dito de outro modo: *saber acadêmico*.

<sup>44</sup> A metodologia na ergologia é a encontrada no Dispositivo Dinâmico a três Polos (DD3P), que consiste em um lugar virtual onde se agregam, sintetizam-se e exprimem-se objetivos, competências, saberes e conhecimentos, interesses, etc., mais ou menos comuns, da realidade coletiva (TRINQUET, 2010, p. 103).

Município de Caroebe e Assentamento Anauá, no Município de Rorainópolis, sul de Roraima. Como objetivo, busco identificar que espaços os saberes das experiências de trabalho dos(as) discentes que atuam na cultura da banana ocupam e/ou se entrelaçam com os saberes constituídos no currículo do curso, no sentido da formação humana integral.

De acordo com os dados sobre a agricultura familiar levantados pelo Censo Agropecuário de 2017 e disponibilizado pelo IBGE em 2019:

Do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais (5 073 324), 76,8% correspondiam à agricultura familiar (3 897 408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades agropecuárias. Uma pequena parcela desses estabelecimentos é classificada como de produtores sem área (1,4%). Esse grupo inclui produtores em terras arrendadas, ocupadas ou em parceria, além de extrativistas, produtores de mel, criadores de animais em beira de estrada, produtores na vazante de rios, roças itinerantes e em beira de estrada; que se concentram em sua maioria nas Regiões Nordeste (76,8%) e Norte (14,5%) do País. A agricultura familiar dava ocupação, em 2017, a 66,3% dos trabalhadores em atividades agropecuárias. Em relação aos produtores de agricultura familiar, 81,0% estava na condição de proprietário das terras. Quanto à idade, foi observada maior concentração em faixas etárias superiores aos 55 anos, padrão diferente da agricultura não familiar que registrou maior presença de produtores nas faixas de até 55 anos. O levantamento inédito sobre a cor ou raça dos produtores, apresentado detalhadamente a diante, mostrou maiores percentuais de estabelecimentos com produtores declarados de cor ou raça parda (45,8%), branca (43,4%) e preta (8,9%). Esse breve panorama permite visualizar, em números, a relevância e as especificidades desse setor agropecuário e sua vinculação à unidade familiar (ATLAS RURAL/IBGE, 2019, p. 294).

Ao realizar as viagens ao território da pesquisa e conhecer de perto a realidade dos assentamentos onde vivem e trabalham as famílias das discentes participantes, verifiquei que o modelo produtivo predominante é o da agricultura familiar<sup>45</sup>. Nessas localidades, prevalece a policultura, característica intrínseca da produção diversificada e dinâmica dos(as) pequenos(as) produtores(as) rurais para sobreviver e utilizar bem os recursos disponíveis no pequeno pedaço de terra.

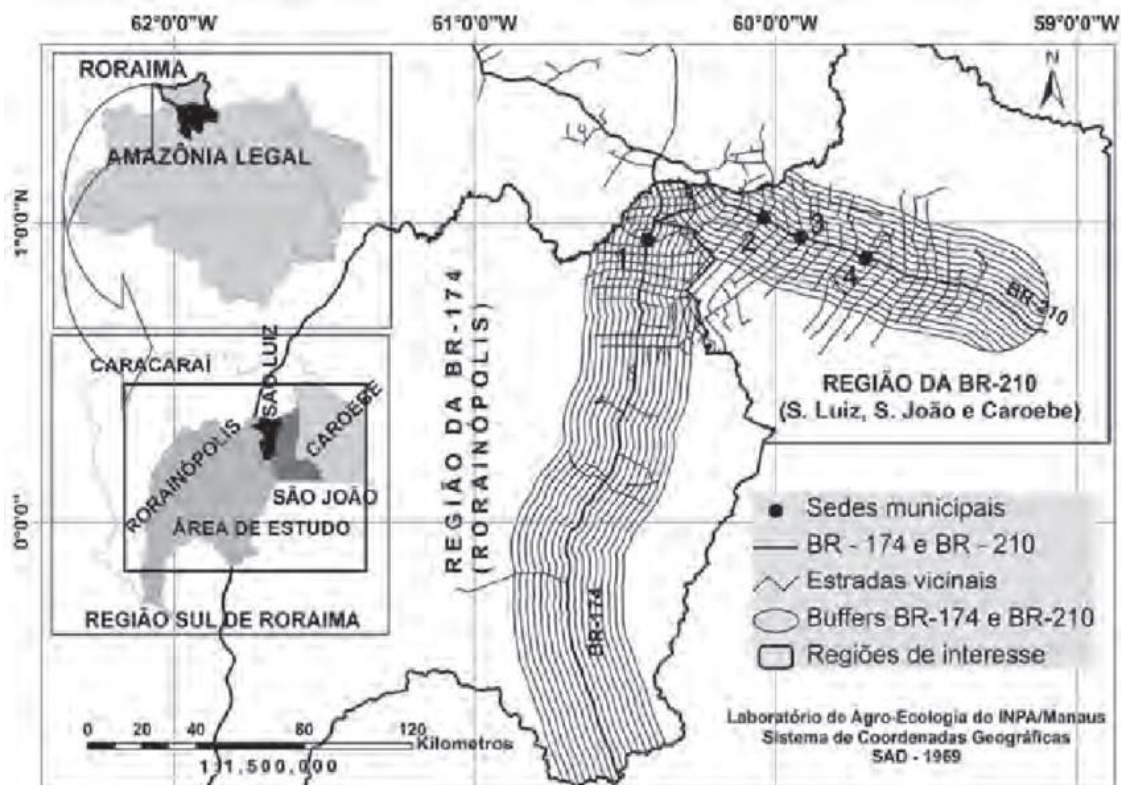
---

<sup>45</sup> O Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, regulamenta a lei mencionada e, de acordo com seus dispositivos legais – incisos I a IV do art. 3º –, é classificado como agricultor familiar todo aquele que cumprir simultaneamente os seguintes critérios: I. possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II. utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III. auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV. ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017).



Em se tratando de agricultura familiar e da diversidade inerente a esse aspecto, nos projetos de assentamentos rurais é comum encontrar a presença de outros produtos de origem vegetal e animal como fatores de sustentabilidade e renda dos(as) agricultores(as) assentados(as).

Figura 3 – Mapa dos assentamentos rurais pesquisados



Fonte: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQzbKt3fixSDRUZIQOMURIsZBmbcvUfsY6KA&usqp=CAU>.

Especificamente nos lotes rurais visitados, o cultivo da banana é o “carro-chefe” da produção, seguido da laranja, que está em fase experimental de produção, dando os primeiros frutos. Nesses lotes foi possível encontrar, embora em menor quantidade, plantios de açaí, pupunha, cupuaçu, mamão, limão e manga. Além dos produtos citados, também encontrei famílias de discentes trabalhando com hortaliças, que contam com uma variedade de verduras, legumes, raízes e tubérculos. Esses produtos, além de complementarem a alimentação diária, são vendidos no mercado local, servindo como fonte de renda. Alguns agricultores trabalham com roças (sistema de derrubada e queima da vegetação) e nelas cultivam arroz, feijão-de-corda, macaxeira, mandioca,

inhame, batata-doce, abóbora, melancia e milho. São produtos cultivados simultaneamente na mesma área, em um sistema que evoca à permacultura<sup>46</sup>. Em integração com essa heterogeneidade da agricultura familiar, muitos(as) trabalhadores(as) ainda encontram forças e disposição para atuarem tanto na criação de animais de pequeno, médio e grande porte – como aves galináceas, suínos e bovinos – quanto na criação de peixes.

Imagem 7 – Participante do PA Anauá apresentando com seu pai a produção do lote rural.



Fonte: Arquivo pessoal de fotos do pesquisador

Em nenhuma dessas atividades há a utilização de mecanização ou de outras tecnologias para o trabalho com a terra, colheita ou processamento dos produtos. Tudo é feito manual e artesanalmente, com técnicas e conhecimentos herdados e compartilhados<sup>47</sup> por meio das trocas coletivas de saberes e experiências, entre os próprios familiares e/ou entre os moradores locais.

---

<sup>46</sup> Paisagens conscientemente desenhadas que reproduzem padrões e relações encontradas na natureza e que, reproduzem padrões e relações encontradas na natureza e que, ao mesmo tempo, produzem alimentos, fibras e energia em abundância e suficiente para prover as necessidades locais. As pessoas, suas edificações e a forma como se organizam são questões centrais para a permacultura (HOMGREN, 2007, p. 3).

<sup>47</sup> A agricultura familiar é, portanto, um sistema produtivo que articula diversas temporalidades e diversas espacialidades, e que permite a reprodução social da família no campo ou na cidade, não somente em termos econômicos, mas também culturais. Essa transmissão de memórias e práticas culturais, materiais ou simbólicas, confere à família agrícola coerência interna e a capacidade de elaborar estratégias específicas de resistência frente às dinâmicas econômicas hegemônicas. A manutenção e reprodução de saberes familiares favorecem, ainda, a continuidade de práticas agrícolas mais harmoniosas com o meio ambiente, legando à agricultura

Para Kosik (1969, p. 119),

A realidade social é infinitamente mais rica e mais concreta do que a situação dada e as circunstâncias históricas, porque ela inclui em si mesma a práxis humana objetiva, a qual cria tanto a situação como as circunstâncias. Estas constituem o aspecto coagulado da realidade social.

Nos lotes rurais em que residem as participantes da pesquisa, o cultivo e a produção da banana são fontes que garantem o sustento da família, servindo ainda como geradores de trabalho e renda. Ressalta-se, contudo, que a cultura da banana nessa região não é a única fonte de sobrevivência para as famílias. Ocorre que há fontes complementares, trabalhos autogestionados, assalariados, dentre outros meios de aquisição de recursos financeiros, dentro e fora dos assentamentos rurais, servindo como meio de sobrevivência e permanência na terra. Estudos do IBGE corroboram esse fato, como se verifica a seguir.

A agricultura familiar não se restringe ao uso do trabalho familiar na produção. Vários são os autores que apontam seu papel enquanto um sistema de reprodução social. A esse respeito, Savoldi e Cunha (2010, p. 25) dizem que esse sistema tem na família a “estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceituais ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural”. Entre essas estratégias estão, segundo Martins (2001), as doações periódicas de familiares de remessas de dinheiro obtidas em outros setores da economia e em subsídios como aposentadorias ou bolsas, que em última instância contribuem para a manutenção do patrimônio familiar que garante o desenvolvimento das atividades agropecuárias (ATLAS RURAL/IBGE, 2019, p. 292)

De acordo com dados do INCRA (2017), existem 67 projetos de assentamentos rurais (PAs) em Roraima. Na região sul e sudeste do estado, atendida pelo IFRR/CNP, são 49 assentamentos. Sendo assim, para melhor aprofundar a pesquisa e abranger adequadamente a problemática, delimito o campo empírico de investigação para quatro assentamentos, que correspondem aos territórios em que vivem e trabalham as discentes participantes. Esses lugares foram priorizados pela identificação com a produção de banana nas vicinais, especialmente nos lotes onde vivem as participantes da pesquisa.

Bezerra (2019, p. 100) afirma que

Os Assentamentos Rurais em Roraima possuem três perspectivas de valor. A primeira está ligada à política oficial de ocupação da Amazônia por meio da criação dos projetos de assentamentos; a segunda é

---

familiar um importante papel na preservação ambiental, mesmo nos estabelecimentos de produção mais modernizada (IBGE, 2019, p. 293).

determinada pela relação do agricultor migrante com a terra, que vê o assentamento uma possibilidade de acesso ao bem de produção, do qual era impossível na região de origem. Por último, o valor na perspectiva econômica do capital.

Nessa região amazônica, a vegetação predominante é a floresta densa de mata fechada, onde os moradores dos lotes rurais fazem uso da madeira para construir casas, móveis, cercas para o gado e pontes, dentre outras possibilidades. Quando precisam de algum recurso financeiro, muitos(as) moradores(as), por não terem outras fontes de renda, vendem parte da madeira existente no lote rural aos madeireiros locais, a fim de suprirem suas necessidades imediatas ou de aplicarem o recurso em alguma benfeitoria na própria terra. Nas áreas de floresta, encontram-se, em grande quantidade, castanheiras, bacabeiras, patuás, pequis, açais e buritis, que servem de alimento e complementação de renda aos trabalhadores extrativistas.

### **I) Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Anauá – Rorainópolis**

O PAD Anauá foi o primeiro assentamento dirigido, criado em meados da década de 1970, às margens da BR-174, no sul de Roraima. É o maior assentamento rural administrado pelo INCRA no estado e, por muitos anos, foi considerado o segundo maior projeto de assentamento do país, com 221.832 hectares e capacidade para assentar até 3.460 famílias (INCRA, 2021). Atualmente, há nele 2.521 famílias assentadas.

A sede do PA, onde o INCR construiu a estrutura mínima para prestar assistência aos migrantes que vieram ocupar a Amazônia, passou a ser chamada *Vila do Incra* no início da década de 1980, e assim permaneceu até a criação do município de Rorainópolis.

Imagem 8 – Sede do INCRA em Rorainópolis



Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Ffigure%2Ffigura-2-Foto-da-sede-do-Projeto-de-Assentamento-Dirigido-Anaua-PAD-ANAUA>.

Segundo INCRA/RAMT-25 (2018, p. 37), a “Vila do Incra passou a ser chamada de Rorainópolis nos anos 90, em homenagem ao estado de Roraima. Foi transformada em município pela Lei nº 100, de 17 de outubro de 1995, com terras desmembradas do município de São Luís”. Aliás, os moradores mais antigos ainda costumam chamar Rorainópolis, segundo maior município de Roraima, de “Vila do Incra”.

Dados da SEPLAN/RR (2018) apontam que a agricultura do município tem como principais produtos para comercialização: arroz, mandioca, banana, milho, laranja, feijão, mamão e cana. A banana e a mandioca detêm os maiores valores brutos de produção. Já na pecuária, destacam-se os rebanhos bovinos. Assim,

Na produção extrativa vegetal o destaque é para produção de madeira em tora, castanha-do-pará (com as maiores produções do Estado) e lenha. Pequenas propriedades de 50 a 100 ha de tamanho predominam no cenário rural do Município, com evidência para a agricultura familiar (SEPLAN/RR, 2018, p. 219).

A cidade fica a 46km de distância do *campus* do IFRR/CNP. Em Rorainópolis, realizei visitas de campo em duas vicinais: vicinal 2, do PAD Anauá, e vicinal 44, do PA Sucuriju (nesta, trabalha a família de uma participante que antes integrava o PA São Luizão).



As primeiras visitas de campo à discente que vive e trabalha com os pais e um irmão ocorreram no lote rural localizado na vicinal 2 do PAD Anauá, e na casa que a família mantém na cidade. A casa da cidade serve de base para dar aos filhos condições de irem à escola e de usufruírem daquilo que a zona urbana oferece e que falta no campo. A vicinal onde reside a família é uma das mais próximas da sede do município, e fica praticamente intrafegável no período das chuvas (conhecido como “inverno”), seja pela precariedade das estradas seja pelas cheias dos rios e igarapés. À época do início da pesquisa de campo, a participante cursava o terceiro módulo do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP. Além dos trabalhos no lote, a família também atua no cultivo de hortaliças no quintal da casa que possuem na sede de Rorainópolis.

Imagem 9 – Canteiros de hortaliças e plantações de bananeiras sendo cultivados na casa que a família da discente-participante mantém na cidade



Fonte: Arquivo pessoal de fotos do pesquisador

A intenção primeira, nesse encontro, foi conhecer a rotina diária da participante em sua conciliação entre os estudos no *Campus Novo Paraíso* e os trabalhos no lote rural, assim como apreender as características do território e dos desafios enfrentados. As visitas ocorreram a partir do segundo semestre de 2022.

Os procedimentos para a pesquisa nesse assentamento foram conduzidos da seguinte maneira:

- a) Primeiramente, entrei em contato com a participante e com os pais, solicitando o melhor momento para visitá-los e conhecer a realidade da família e do lote.

- b) Num segundo momento, apresentei o projeto em *PowerPoint*, esclarecendo todos os passos e as possíveis formas de participação.
- c) Na sequência, agendamos as datas para apresentação e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.
- d) Num quarto momento, realizei as entrevistas.
- e) Por fim, retornei às casas para esclarecimentos sobre o andamento do trabalho, coleta de mais informações e dissolução de possíveis dúvidas.

## II) Projeto de Assentamento (PA) São Luizão – São João da Baliza

Imagem 10 – Estrada da vicinal 29, em São João da Baliza, PA São Luizão



Fonte: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/07/08/caminhao-e-rebocado-por-tratores-apos-atolar-em-estrada-alagada-no-sul-de-rr-video.ghtml>

O PA São Luizão localiza-se no município de São João da Baliza, sudeste de Roraima. Foi fundado em 1997, com capacidade para assentar 157 famílias. Atualmente há nele 156 famílias assentadas. A fundação do município está relacionada à construção da BR-210 (Perimetral Norte) na década de 1980, quando a região começou a receber agricultores das regiões Sul e Nordeste do Brasil. O nome do município tem relação com a perda de uma baliza (haste que faz o apontamento do alinhamento, usada em trabalhos de agrimensores) em um igarapé da região e devido ao grande número de pioneiros chamados João. Assim, passou a se chamar São João da Baliza, nome que pode também estar relacionado ao padroeiro, São João (SEPLAN, 2018).

O PA fica a uma distância de 570km de Manaus e a 292km de Boa Vista (INCRA, 2018, p.39). O acesso a ele é feito pela BR-174 e pela BR-210.

O setor agropecuário constitui um importante componente na economia local, com destaque para o cultivo da banana e da mandioca, que são responsáveis pelas maiores áreas cultivadas e pelo maior valor bruto de produção (SEPLAN, 2018, p. 228).

A referência a este município e ao PA São Luizão deve-se ao fato de haver uma participante da pesquisa (assentada rural) que, juntamente com a família, trabalha com a produção de bananas. As visitas à discente em questão e à sua família aconteceram no lote rural e na sede da cidade, onde a família possui residência fixa.

Sobre o lote, ultimamente a família está trabalhando na vicinal 44, que fica em outro Projeto de Assentamento, o PA Sucuriju (também conhecido como “Assentamento das 40”), no Município de Rorainópolis. A razão para estarem em outro projeto de assentamento, e não mais na vicinal 26 do PA São Luizão, em São João da Baliza, é que, embora a mãe e o padrasto da discente já trabalhassem há muitos anos no PA São Luizão, as terras não lhes pertenciam. No caso do padrasto, a terra em que trabalhava era do seu pai. Já no caso da mãe da discente, a terra em que ela sempre trabalhou, desde que veio do Maranhão, pertencia à sua irmã e família. À vista disso, e por quererem ter seu próprio pedacinho de terra, conseguiram juntar recursos suficientes para adquirirem um lote rural, mesmo que distante do município de origem.

No lote, que fica a uma distância de 140km da cidade onde moram, além da produção de espécies variadas de bananas, eles cultivam macaxeira, milho, arroz e outros produtos da agricultura familiar. Além disso, estão em fase experimental no plantio de laranjas.

No período de realização da pesquisa, a discente, que vive com a mãe, o padrasto e outros irmãos, estava no quinto (penúltimo) módulo do Curso Técnico em Agropecuária. Sua mãe, que sempre trabalhou e viveu na roça, hoje trabalha em regime de contrato temporário em um posto de saúde do município; mas isso não a impede de, nos dias de “folga” do emprego, ajudar na roça. O padrasto é quem passa a maior parte do tempo no lote, cuidando dos afazeres



diários. Em alguns momentos, um dos irmãos também auxilia o padrasto nessas tarefas.

É comum nessa região – seja pela falta de estrutura e assistência nos diversos aspectos que contribuem para a qualidade de vida familiar, seja para quem tem filhos ainda jovens – as famílias terem uma casa na vicinal e outra na cidade. Assim, em boa parte do tempo, a família fica dividida entre o pai, que passa a maior parte do tempo na roça, às vezes com alguns filhos (homens) mais velhos ajudando nos trabalhos diários; enquanto a mãe permanece na cidade, com os(as) outros(as) filhos(as), para que estes(as) estudem. Dessa forma, o tempo disponível para se reunirem, no sítio ou na cidade, é somente nas férias, feriados prolongados ou finais de semana, se o lote não for muito longe. Muitas vezes, essa é a oportunidade que os pais têm para trabalhar com toda a família, realidade que é vivida pela participante do PA São Luizão.

Em relação à escola, a distância percorrida diariamente pela discente, de sua casa até o IFRR e vice-versa, é de 160km. Já a distância entre a sede do Município de São João da Baliza e o lote rural em que os pais trabalham é de, aproximadamente, 280km.

### III) Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Jatapu – Caroebe

Imagem 11 – Entrada principal da cidade de Caroebe



Fonte: <https://www.visiteobrasil.com.br/norte/roraima/caroebe/o-que-fazer>

O Projeto de Assentamento Rápido (PAR) Jatapu foi criado pelo INCRA em setembro de 1983, no Município de São João da Baliza, às margens da Perimetral Norte, região sudeste de Roraima (NETO, 2014, p. 26). Suas estradas vicinais partem de ambos os lados da BR-210 (Perimetral Norte), entre Caroebe e a Vila Entre Rios, na beira do rio Jatapu. É o segundo maior assentamento do estado, administrado pelo INCRA. Com capacidade para 2.184 famílias, atualmente (INCRA, 2017) conta com 1.874 famílias de agricultores(as) assentadas.

Com a criação do Município de Caroebe (1994), a partir da divisão do Baliza, o Projeto Jatapu passou para a jurisdição daquele município. De acordo com INCRA (2018, p. 36),

A região foi povoada a partir do processo de colonização desencadeado pelo Governo Federal no processo de ocupação da Amazônia, nas décadas de 70 e 80, e incrementado pela corrida garimpeira, que teve seu auge em meados de 80. Até hoje a maioria da população reside na área rural, sendo a economia voltada para a agricultura. Ocupa uma área de 7.664,831 km<sup>2</sup> e localiza-se ao sudeste do Estado, interligado ao município de São João da Baliza através da BR-210.

A agricultura constitui um forte empreendimento econômico do município, com destaque para a produção de mandioca, banana, milho, melancia, cacau, açaí, andiroba e cupuaçu (INCRA, 2018, p. 37). O município atua também na atividade pecuária, com criação de bovinos, suínos e caprinos. Na produção extrativa vegetal, destaca-se a produção de castanha-do-pará, espécie abundante nas florestas, principalmente na região do Jatapu.

Nesse assentamento, foram inicialmente selecionadas duas discentes que se identificaram com o problema e, voluntariamente, dispuseram-se a participar da pesquisa. No entanto, só foi possível realizar os trabalhos de pesquisa com uma delas. A outra jovem, por questões familiares, por mudança de cidade, e pelo fato de o pai, pelos obstáculos encontrados, não conseguir mais trabalhar com a produção da banana, decidiu não dar continuidade ao percurso investigativo, já que não poderia contribuir da maneira como gostaria. O fato foi por mim bastante compreendido, dadas as circunstâncias subjetivas dos fenômenos apresentados pela discente.

O trabalho de campo, então, continuou com uma das discentes que, à época dos primeiros contatos, iniciava o quinto módulo do Curso Técnico em Agropecuária. Os encontros aconteceram na vila de Entre Rios, distrito de Caroebe. As visitas foram realizadas na casa dos pais da discente, a qual, no momento das abordagens, acabara de completar 18 anos e estava recém-casada. Sua família é composta pelo pai, pela mãe e por um casal de irmãos.

No lote rural da família, localizado na vicinal 15, o produto principal é a banana. Atualmente, devido à situação precária para cultivar e escoar a fruta, o lote e o bananal estão praticamente abandonados, pois não há condições de acesso até o local. Sendo assim, como forma de manter a família, o genitor continua trabalhando com a banana; mas, agora, fazendo fretes em um caminhão que adquiriu com recursos próprios. Dessa maneira, ele adquire as bananas de outros produtores locais e as leva para o mercado do Amazonas, em Manaus.

Em relação a outras formas de sobrevivência, o pai da discente trabalha como topógrafo. Além disso, está fazendo um plantio experimental de laranjas numa chácara próxima à vila onde moram. Nenhum dos componentes da família tem trabalho com salário fixo. Nesse caso, os trabalhos com o cultivo, a produção e a venda da banana eram realizados por todos os membros da família. No momento, entretanto, a situação está um pouco mais delicada, tendo em vista que somente o pai e o filho mais novo (ocasionalmente) estão conseguindo realizar algum trabalho remunerado.

A Vila Entre Rios, local de moradia da participante da pesquisa, fica a 140km de distância do *campus* do IFRR, ou seja, são 280km de ida e volta, semanalmente. Dessa forma, segundo relatos da própria discente, devido às estradas ruins e à ausência de transporte escolar que conduza os(as) estudantes até o *campus*, eles(as) são obrigados(as) a se deslocarem da vila para a sede do Município de Caroebe, que fica a 35km dali. Ela relatou que, para chegar a tempo, necessita acordar, todos os dias, às 3h da madrugada, para se arrumar, tomar café e pegar carona (às vezes de carro; mas, mais frequentemente, em moto), para chegar até o ponto mais próximo por onde passa o ônibus escolar e seguir para o IFRR. Geralmente, em condições normais de trafegabilidade, os

ônibus que levam os(as) estudantes chegam por volta de 7h30 da manhã ao *campus* do IFRR. O retorno acontece à tarde, a partir das 17h30. Muitos discentes chegam às suas casas por volta das 20h ou 21h, e esse tempo pode se prolongar. Tudo isso depende das condições das estradas e do período da estação das chuvas.

No período chuvoso, conhecido como “inverno”, que ocorre de abril a setembro, chegar em casa mais tarde é uma constante, pois tornam-se comuns as estradas cortadas devido à cheia de rios e igarapés, rompimento de bueiros e queda de pontes. Ademais, há problemas mecânicos com os ônibus escolares, que quebram com frequência. A respeito disso e de outros detalhes parcialmente elencados acima, eles são abordados com mais detalhes no decorrer deste trabalho.

#### 4.5 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Preliminarmente à pesquisa, realizei visitas técnicas aos assentamentos, especificamente aos lotes rurais, lugar dos saberes das experiências de trabalho onde vivem os discentes. Também considerei necessário ir ao *campus* do IFRR/CNP, onde os saberes acadêmicos curriculares acontecem. Esses lugares serviram para estabelecer uma primeira comunicação com os(as) participantes do estudo, com a Direção de Ensino e com as Coordenações de cursos.

As participantes do estudo residem atualmente em três municípios que fazem parte das regiões sudeste e sul de Roraima. Por conseguinte, integram projetos de assentamentos diferentes. Em São João da Baliza, há uma participante; no município de Caroebe, uma participante (antes eram duas), residente da Vila Entre Rios. Em Rorainópolis, também uma discente participante.

As visitas *in loco* deste pesquisador ocorreram primeiramente no *campus* acadêmico e, em seguida, nas cidades, vila e vicinais onde residem e/ou trabalham as participantes e seus familiares. As fases de realização dos encontros foram entre os meses de setembro de 2022 a abril de 2023. Quanto aos acessos a dados documentais, ele se deu concomitantemente com as visitas ao *campus* escolar, no contato com gestores e coordenadores, e ao território

rural. As pesquisas por meios eletrônicos foram realizadas através das plataformas e *sites* oficiais do IFRR.

Conjuntamente com os aspectos metodológicos do materialismo histórico-dialético, nas investigações busquei incluir questões sobre a abordagem ergológica, como amparo para identificar e analisar os saberes das experiências de trabalho (saberes investidos) das discentes, trabalhadoras rurais. Também procurei analisar que espaços esses saberes ocupam no currículo do curso técnico que elas realizam. Assim, foi necessário escolher participantes-chave da pesquisa, para estudar “com uma lupa” o processo de produção de saberes e valores em situação de trabalho.

#### **4.5.1 Critérios de Inclusão**

Como forma de selecionar e delimitar o campo investigativo, aprofundando ainda mais o problema de pesquisa, adotei os seguintes critérios:

a) escolher algumas experiências de trabalho/produção que fossem fundamentais na vida das comunidades de assentados(as) e dos(as) estudantes em diferentes dimensões;

b) escolher aqueles(as) que tivessem rico potencial de análise das dimensões de totalidade e singularidade, bem como as contradições que atravessam a realidade social dos camponeses assentados.

Como afirmei, a dinâmica produtiva da agricultura familiar não trabalha somente com um tipo de alimento. Isso significa que, nos lotes rurais pesquisados, além da bananicultura, as famílias assentadas também atuam com outras experiências produtivas secundárias, como citros, açaí, macaxeira, extrativismo vegetal e criação de animais.

Após verificação da diversidade agrícola implementada pelos agricultores na região e pela coleta de relatos (no IFRR/CNP) das discentes sobre o que cultivavam em maior demanda em seus lotes, optamos por focar os estudos a partir das experiências de trabalho com a cultura da banana. Dessa forma, dentre os(as) discentes do *campus*, trabalhadores(as) rurais que se apresentaram para participar da proposta, optamos por interagir com quatro deles(as).

O foco produtivo que interliga os lugares pesquisados é a bananicultura. Escolhi essa cultura para trabalhar com mais afinco as características de um produto que, além de ter grande importância para a região (presente em vários assentamentos), envolvesse os(as) estudantes e suas experiências de saberes, dentro e fora da escola. Portanto, a escolha pela produção de banana atendeu a esse objetivo, fazendo uma correlação entre saberes e experiências (saberes investidos) adquiridos nos processos de trabalho e produção da fruta com os processos de aprendizagens acadêmicas (saberes instituídos) adquiridos no *campus* do IFRR/CNP.

O processo de seleção dos(as) discentes para a integração na pesquisa seguiu os seguintes parâmetros:

I – discentes matriculados, cursando o terceiro ou quinto módulo do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP;

II – discentes oriundos dos assentamentos rurais São Luizão, Jatapu e Anauá;

III – adolescentes e jovens que, dentro das suas limitações de tempo, atuassem, conjuntamente com seus familiares, nos trabalhos do campo.

De acordo com esses critérios, a intenção era conversar com as discentes incluídas, para dar ciência do teor da pesquisa. Sequencialmente, contatar os pais ou responsáveis, para dar ciência do trabalho e solicitar permissões de acesso e participação dos(a) filhos(as) no estudo. Após esses passos, combinar encontros presenciais para mais esclarecimentos e aproximações, bem como para as assinaturas de TALES, TCLE e andamento da pesquisa.

Dito isso, a seleção inicial dos(as) participantes da pesquisa ficou da seguinte maneira: uma participante do Projeto de Assentamento São Luizão, município de São João da Baliza; duas participantes do Projeto de Assentamento Jatapu, na Vila Entre Rios, município de Caroebe; uma participante do Projeto de Assentamento Anauá, município de Rorainópolis, somando assim um total de quatro discentes do sexo feminino<sup>48</sup> envolvidas na construção da tese. No caso

---

<sup>48</sup> Algumas justificativas dadas por discentes que optaram por não participar, voluntariamente, da pesquisa: a) falta de tempo para interagir com o projeto, devido ao grande número de disciplinas e tarefas acadêmicas para darem conta; b) a família não trabalhar mais com o cultivo de bananas, mas com criação de gado ou com outras culturas frutíferas; c) mudança de

dos discentes do sexo masculino, alguns até manifestaram vontade de colaborar, porém, depois das apresentações do problema, do itinerário para a realização da pesquisa e da leitura do TALE e TCLE, para ciência dos pais e assinaturas posteriores, optaram por não participar da pesquisa.

A escolha metodológica desses quatro casos-chave permitiu-me explorar em profundidade a produção e a circulação de saberes e valores de experiências centrais de trabalho da vida dos(as) estudantes do curso e do currículo integrado.

Os procedimentos para a apresentação da pesquisa e a escolha dos(as) participantes aconteceram anteriormente pela apreciação e aprovação do projeto de tese através da Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS. O projeto foi aprovado e está registrado sob o número do CAAE 58443522.2.0000.5347.

Após esses trâmites necessários, fui ao IFRR/CNP, onde apresentei o projeto de tese à direção de ensino, aos coordenadores de cursos e aos discentes do Curso Técnico em Agropecuária. Durante os diálogos com os gestores, dando ciência da proposta de tese e adentrando nos objetivos, realizamos uma rápida sondagem no banco de dados da instituição sobre os perfis e origens residenciais dos(as) alunos(as). Nessa busca, identificamos as turmas do curso Técnico em Agropecuária que, naquele momento, poderiam se encaixar em nossa proposta investigativa.

Passado esse momento, e observando os termos éticos formais da pesquisa, solicitei anuência à direção de ensino, ao coordenador e aos docentes do Curso Técnico em Agropecuária, para realizar visitas às turmas do curso, a fim de apresentar o projeto. Após as autorizações dos(as) docentes, apresentei o projeto a um total de cinco turmas (do primeiro ao quinto módulo) do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP. As turmas foram: 411, 431, 432, 451 e 452 do referido curso.

Na realização desses encontros com os(as) discentes, houve salas de aula em que a maior parte dos(as) discentes eram moradores do mesmo município e, em sua maioria, atuavam na roça com as mesmas culturas

---

cidade/município; d) o(a) discente, embora trabalhe com os pais no cultivo da banana, não manifestou interesse em contribuir ativamente com a proposta que apresentei.

agrícolas. Porém, houve turmas em que o público já era mais diversificado ou com poucos(as) alunos(as) da área rural e um número maior da área urbana. Em algumas situações, encontramos discentes provenientes das áreas de assentamentos, mas que ainda não tinham experiência com a cultura da banana. Em outras, embora já tivessem atuado nesse ramo, por não terem tido um bom retorno, no momento trabalhavam com a criação de animais.

Durante as apresentações na escola, esclarecendo sobre o projeto de tese, objetivos e etapas, assim como as formas de participação e contribuição que os(as) discentes poderiam dar, consegui identificar, em três turmas do terceiro e quinto módulo, discentes que se enquadrariam nos critérios estabelecidos para o desenvolvimento da tese. Os discentes classificados eram das turmas 431, 432 e 451 do Curso Técnico em Agropecuária, ou seja, um total de dez alunos(as) cujos pais eram agricultores assentados e tinham como produção principal no lote a bananicultura.

As maiores possibilidades de realizar a pesquisa nas turmas que apresentaram um significativo número de discentes provenientes do campo e que atuam com seus familiares no cultivo da banana reforçaram a intenção do projeto, que era investigar discentes desse ramo agrícola que já estivessem com o curso em andamento.

A opção pelos(as) estudantes do terceiro e do quinto módulos (semestre letivo) do curso deu-se por entender que eles(as) já tinham uma relativa caminhada acadêmica no *campus* e que, assim, poderiam aferir opiniões mais integradas ou comparativas entre o que já estudaram, estudam ou estudarão no curso, e as suas experiências concretas de trabalho no campo.

Após a identificação desses sujeitos, reforcei o convite para, voluntariamente, participarem da realização da tese. Dito isso, propus-me a esclarecer possíveis dúvidas, deixando meus contatos telefônicos e e-mails. Também aproveitei o momento para anotar os endereços e números de telefones dos(as) potenciais participantes da pesquisa e dos pais ou responsáveis, para contatos posteriores. Em seguida, com a permissão do(a) professor(a) da sala, deixei o espaço aberto para os(as) discentes questionarem ou tirarem dúvidas a respeito do projeto e de suas formas de participação. De



igual modo, informei que permaneceria no *campus* durante todo aquele período de aulas para, nos intervalos, conversar um pouco mais sobre a pesquisa e sua relevância para a comunidade da região, para a escola, para os(as) discentes e para a ciência.

Nesse contexto, a análise *in loco* no IFRR/CNP sobre aspectos heterogêneos e subjetivos dos sujeitos do campo quando estão no ambiente escolar foram essenciais para a identificação e a interpretação das realidades fenomênicas vivenciadas. Melhor dizendo, para observar as distâncias e aproximações entre o que o(a) discente vivencia dentro do ambiente escolar, enquanto nele está, e o que experiencia no território, fora da escola, ou seja, no trajeto até sua casa, em seu próprio lar e nas relações de trabalho no campo.

#### **4.5.2 Critérios de Exclusão**

Apresento um breve esclarecimento a respeito dos motivos para a escolha dos sujeitos discentes trabalhadores no campo, e não de outros discentes, como indígenas, refugiados ou estudantes residentes nas áreas urbanas.

Sobre os indígenas, é porque, mesmo havendo várias etnias (Yanomami, Wai-Wai, Waimiri Atroari, Trombetas/Mapuera, Pirititi) na região atendidas pelo *campus*, até a data da pesquisa ainda não havia a presença significativa de alunos(a) pertencentes a uma dessas ou outras etnias. Em relação aos refugiados, embora haja um grande fluxo migratório no estado, principalmente de países como Venezuela, Haiti e Cuba, quando realizei a investigação na escola, não encontrei, nos documentos pesquisados, estudantes de origem estrangeira. Já em relação aos discentes oriundos das cidades e vilas atendidas pelo *campus*, não desconsidero a importância de seus saberes e experiências de trabalho, mas a questão é que o propósito desta tese está em enfatizar a discussão sobre a formação humana integral no contexto dos saberes das experiências de trabalho de discentes assentados rurais. Daí o fato de eu não abordar outras problemáticas.

Reforço com isso que não estou desmerecendo ou atribuindo menos importância a adolescentes e jovens que experienciam outras situações de aprendizagens e trabalho. Também não considero que os desafios que enfrentam e as experiências que carregam sejam menos relevantes. Ressalto

apenas que, dadas as condições de acessibilidade, oportunidades, trabalho, relações sociais e outros fatores, a vida dos(as) discentes camponeses(as) instigou-me a estudá-los(as). Nessas circunstâncias, as experiências de vida e de trabalho, bem como as dificuldades enfrentadas pelos(as) discentes do IFRR que vivem *no* e *do* campo, nesse solo amazônico, são dignas de análise por este pesquisador, que também é proveniente da roça.

A título de complementação, a delimitação que aqui se faz é, em primeiro lugar, pela minha identificação pessoal e profissional com as causas camponesas e suas contradições em face do mundo do capital. Segundo, pelo fato de, pela exequibilidade do projeto no espaço/tempo disponibilizado a mim para realizá-lo, não haveria mais tempo para trabalhar outras categorias ou demais aspectos que envolvem a formação humana integral, tendo como base a formação profissional técnica de nível médio, em todas as dimensões relacionadas aos cursos e ao *campus* do IFRR/CNP. Para tanto, anseio que, após a realização deste trabalho, ele sirva de inspiração para o desenvolvimento de outras pesquisas e visões sobre os conceitos que aqui pontuei, assim como de outras problemáticas importantes para o mundo acadêmico, para a ciência e para a comunidade local.

#### **4.5.3 A Escolha de um Componente Disciplinar**

Para a análise das relações entre os saberes escolares e as experiências de trabalho dos(as) discentes do campo, busquei, preferencialmente, um componente curricular do eixo técnico do curso que tivesse relação direta com a cultura frutífera. Sendo assim, o contato antecipado, seguido de um diálogo aberto com a professora da disciplina de Fruticultura sobre a tese e suas finalidades, propiciou um grau de confiança profícuo, desenvolvendo um desejo por parte da docente de contribuir, o quanto pudesse, com o sucesso do trabalho.

Nesse sentido, visando analisar que tipo de relação existe entre os saberes escolares e os saberes das experiências de discentes produzidos no cultivo da banana, agendei, junto com a coordenação do Curso Técnico em Agropecuária e com a professora que ministraria as aulas de Fruticultura, as datas mais adequadas para que eu assistisse às aulas.

A disciplina de Fruticultura tem uma carga horária de 60 horas e faz parte do conjunto de componentes curriculares da área de formação técnica profissional. Conforme consta no Plano do Curso (2012), dentre as competências e habilidades dessa disciplina, está o manejo da produção das principais frutíferas comerciais e nativas da Amazônia, bem como, o conhecimento, controle e erradicação das principais doenças, pragas e plantas invasoras dos pomares.

Esse componente curricular, nas primeiras idas que fiz ao *campus*, ainda não tinha sido aplicado a nenhuma das turmas ativas do curso Técnico em Agropecuária, devido à falta de contratação de professor. O motivo do atraso foi atribuído à pandemia, que, conseqüentemente, culminou na demora em contratar o(a) docente que estava na lista de espera para assumir o cargo. Dessa forma, em relação ao componente Fruticultura, havia turmas que já estavam no último módulo (semestre) e ainda não tinham estudado nada sobre o assunto (geralmente o conteúdo é aplicado no meio do curso).

A razão da escolha desse componente disciplinar não quer dizer que as demais sejam menos importantes, já que todas fazem parte da interdisciplinaridade presente no curso técnico. A principal motivação foi pela aproximação prática que o componente curricular traz à realidade laboral das participantes da pesquisa, especificamente por trabalhar a questão da produção comercial de árvores frutíferas em pequenas áreas. Por apresentar e debater sobre a importância da produção doméstica das frutas para o consumo e lazer familiar e com a finalidade comercial, principal ou complementar.

Meu retorno às turmas ocorreu no final de novembro de 2022. Essa data coincidiu também com o início da experiência docente da titular da disciplina no *campus*. A professora é formada em Engenharia Agrônoma e estava recém-empossada (concurada) como docente no IFRR. Antes de assumir como docente nesse *campus*, ela trabalhava como assistente administrativa no Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA). Portanto, aquele contato entre

professor(a), aluno(a) e curso era também a sua primeira experiência, tanto no estado quanto na escola, segundo relatou<sup>49</sup>.

Para participar das aulas, optei pelas turmas das discentes participantes da pesquisa. O objetivo era observar as possíveis mediações entre os assuntos apresentados no componente curricular e a relação destes com os conhecimentos investidos das discentes que já trabalham na área.

Sobre esse aspecto, pude observar que a turma de aluno(as), durante a abordagem dos assuntos da disciplina mediados pela docente, era bastante participativa, contribuindo com os conhecimentos trazidos de suas experiências no campo, assim como ajudando a professora na identificação das frutas e formas de cultivo e produção regional. Percebi também que havia um significativo interesse por parte dos discentes em saber mais sobre a fruticultura e toda a cadeia produtiva, como fonte de empreendedorismo e sustentabilidade, substituindo outros tipos de produção animal e vegetal em grande escala.

A interação com a docente da disciplina de Fruticultura e sua relação com os discentes do campo teve o intuito de considerar os fatores de mediação entre a experiência “professor-aluno” como aporte teórico que fundamentasse a identificação dos(as) discentes com o curso. Além disso, tinha a intencionalidade de observar a relação com o contexto do trabalho no campo, seus contrastes e contribuições no que se refere à vida material e aos saberes adquiridos na técnica acadêmica e nas experiências empíricas.

Devo dizer que foram notórias as interposições da docente, que acredita na importância da agricultura familiar, tendo a fruticultura como fonte de consumo doméstico, lazer, com finalidade comercial ou complementar. Sua interação em sala apresentava novos conhecimentos e visões de outros lugares e modos de vida, compartilhando ideias e saberes intra e extraescolares, ajudando significativamente nas ações decisórias dos(as) estudantes.

---

<sup>49</sup> Além de estar no final do ano e do semestre letivo, tendo que aumentar os dias de horas-aula semanais nas turmas, a professora ainda teve que acelerar os assuntos, para que os alunos pudessem concluí-los dentro do prazo. Outrossim, a professora estava grávida, prestes a sair de licença-maternidade, portanto, precisava ser o mais célebre possível, ainda mais com a família (esposo e outros filhos) residindo em outro estado.

Embora não tenham sido o foco principal deste trabalho, saliento que a investigação em sala de aula e o diálogo formal com a docente, bem como as impressões e descrições observadas, foram importantes para a análise e a interpretação sistematizada do estudo. Nesse sentido, serviram de suporte para dar conta da realidade rural e do ambiente institucional.

Imagem 12 – Discentes do *Campus Novo Paraíso* colhendo melancias



Fonte: <https://roraimaemtempo.com.br/wp-content/uploads/2022/07/WhatsApp-Image-2022-07-16-at-09.13.42-e1657979639946-1280x720.jpeg>

Para Marx e Engels (1866), a educação deveria atender às dimensões intelectuais, corporais e tecnológicas. Isso significa dizer que a formação humana deveria ser integral (omnilateral), não bastando apenas o conhecimento tecnológico. Segundo esses pensadores, com um modelo educacional assim, crianças e jovens não seriam transformados em meros objetos de comércio ou instrumentos de trabalho. Ao contrário, os(as) filhos(as) esclarecidos(as) da classe operária poderiam elevar sua classe acima do nível das classes superiores e médias.

## **5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA**

Neste capítulo, apresento os instrumentos e procedimentos utilizados no itinerário da pesquisa.

### **5.1 O DIÁRIO DE CAMPO E OUTROS INSTRUMENTOS**

Um dos recursos que utilizei para registrar a pesquisa foi o diário de campo. Este serviu para anotar, durante o processo de visitas, pontos que

possivelmente poderiam fugir à memória, ou se perderem com o tempo, quando catalogasse outros dados e fontes. À vista disso, este observador procurava registrar tudo aquilo que considerava interessante e que poderia agregar ao trabalho, durante as idas aos lugares de investigação (lotes, escola, cidades e vilas), ou logo após sair dos encontros com as participantes da pesquisa. Alguns registros correspondiam a situações que não necessariamente tinham sido pontuadas pelas participantes do trabalho, tais como identificação dos trajetos, condições do tempo, distâncias, duração, obstáculos encontrados, dentre outros aspectos.

Para Minayo (2002, p. 63), o diário de campo é um instrumento importante, que não pode ser subestimado, visto que “nele podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através de outras técnicas”. Portanto, dada a sua importância, os registros no diário de campo serviram para o aprofundar assuntos, quanto à extensão e à originalidade da pesquisa na concreticidade dos(as) estudantes do IFRR.

Também realizei anotações sobre características dos lugares pelos quais andei, formas de habitação, diversidade das produções locais e relatos de outros sujeitos não diretamente envolvidos com a produção da tese, mas que contribuíram com a amplitude compreensiva dos fenômenos e da sua importância investigativa.

Além disso, sempre que necessário, solicitava a permissão – tanto dos pais ou responsáveis pelas discentes participantes quanto das próprias jovens – para fotografar momentos e características dos lugares. Sendo assim, as observações, bem como as análises contextuais e históricas relacionadas ao território e à vida dos moradores, foram pontuadas e registradas em diários de campo e em outras ferramentas destinadas a essa finalidade.

As considerações anotadas ajudaram-nos a entender e a descrever melhor os processos de trabalho e as relações que se estabelecem nos assentamentos rurais. Assim, foi ao diário de campo que várias vezes recorri para me situar em relação a algo que não havia ficado muito claro no processo de escrita, seja na transcrição dos relatos das entrevistadas seja na verificação

das relações de educação e trabalho no território. O diário de campo foi profícuo, sobretudo, para as análises das maneiras pelas quais as famílias constroem suas relações sociais pelo trabalho nos assentamentos, buscando autonomia econômica em face do próprio sistema capitalista excludor, tanto a partir da produção de banana quanto de outras formas de geração de renda associadas ao campo.

### 5.1.1 O Uso de Outras Ferramentas e Recursos

Para o bom andamento do trabalho, foram imprescindíveis a utilização de outros materiais (ferramentas/instrumentos), como cadernos, agenda e canetas; bem como o emprego de recursos tecnológicos, como *notebooks* e aparelho celular, para gravações, marcação de tempo, filmagens, fotografias, registro de endereços e contatos telefônicos, assim como para troca de informações com as participantes. O uso de transporte alternativo (veículo particular) também foi crucial para chegar até os sujeitos em seus territórios. Sem esses aparatos, o êxito dessa empreitada seria muito mais complexo e demorado.

#### a) *Notebook*

O *notebook* foi minha ferramenta principal para produzir o texto do trabalho, realizar pesquisas *online*, guardar imagens, baixar arquivos de livros (PDFs), artigos e dissertações, dentre outros recursos facilitadores. Além disso, serviu para, durante as abordagens às participantes e a suas famílias, apresentar o texto digital do projeto em formato *PowerPoint*.

#### b) Telefone celular

O celular foi uma importante ferramenta para realizar as entrevistas, controlar o tempo de permanência no local, tirar fotos, guardar os contatos telefônicos, contatar previamente as participantes sobre datas e horários das visitas, tirar dúvidas, conversar antecipadamente com os pais ou responsáveis sobre as visitas às suas residências e sobre o itinerário da pesquisa. Ademais, o uso do celular possibilitou-me adaptar e selecionar falas e imagens do cotidiano das discentes em suas experiências de trabalho no campo.

#### c) Internet

O uso dos recursos da internet também foi fundamental, pois, dentre alguns pontos já enumerados, também facilitou meu contato com as participantes, no sentido de avisá-las antecipadamente sobre visitas e sobre a ocorrência de possíveis atrasos devido às chuvas e às péssimas condições das estradas. Pela internet, também foi possível receber imagens cedidas pelas participantes, tirar dúvidas, saber o cotidiano da escola, ser informado sobre os melhores momentos para realizar a pesquisa e remarcar datas e horários dos encontros (evitando viagens, deslocamentos ou esperas desnecessárias). Os recursos elencados possibilitaram-me registrar as características geográficas do território, povoamento, tipos de moradia, vias de acessos, vegetação, modos de produção local e outros fenômenos inerentes à vida na escola e nos assentamentos.

#### d) Veículo automotivo

Em relação aos deslocamentos para o *Campus* Novo Paraíso e para as áreas de assentamentos rurais, foi indispensável uso de veículo automotivo, tendo em vista a escassez de transportes públicos ou alternativos para esses lugares específicos. Além do mais, considerando os longos e demorados trajetos (alguns somando mais de 300km, ida e volta) a serem percorridos entre a cidade onde moro e os municípios e as vicinais em que vivem as participantes da pesquisa, não haveria outra maneira, a não ser usar transporte próprio.

Em se tratando dos projetos de assentamentos, as péssimas condições das estradas dificultavam o acesso até mesmo de veículos adaptados para essas situações. Em razão dessas barreiras, embora houvesse um pré-agendamento, com dias e horários combinados para os encontros, nem sempre foi possível chegar às residências rurais de alguns estudantes.

Dados esses episódios, houve gastos com aquisição de combustível para os deslocamentos às localidades das participantes da pesquisa. Sendo assim, esses custos foram computados para a coordenação da tese.

## **6 A PESQUISA DE CAMPO**

Esse foi um momento de imersão, emersão e inserção nas dimensões subjetivas e reflexivas de adolescentes e jovens residentes no campo, e assim,



com eles e elas, também um momento de despertar a consciência acerca dos modos e das relações de produção existentes no cotidiano da vida campesina.

Nessa mesma leitura, e sob o olhar crítico-marxista, esforcei-me em analisar *o que* faziam, *com que* e *como* realizavam os trabalhos na lógica da produção e da sobrevivência no assentamento rural. Além disso, verifiquei como ocorriam esses processos reais de produção da existência em sua relação com a formação acadêmica no IFRR/CNP.

Os dados coletados através das observações e entrevistas realizadas com as discentes foram registrados em gravador de áudio do celular, transcritos em um caderno de anotações, selecionados e, posteriormente, digitalizados. Também fiz uso das anotações registradas em diário de campo.

De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa (LAKATOS, 2003, p. 166).

Trouxe para perto a ergologia, a fim de analisar como acontecem as relações nos níveis macro e micro, bem como o que move a cadeia de produção, no sentido de aprendizados da experiência e de normatizações no *aqui agora* da atividade de produção de bananas nos lotes visitados. As análises dos elementos, estabelecidas nas relações de produção, do capital e do trabalho, dos saberes da experiência dos adolescentes e jovens, da lógica familiar e coletiva no cultivo e na produção da banana, nos três projetos de assentamentos, ajudaram a desvelar as relações sociais, os valores e as contradições existentes no território pesquisado.

Para Lakatos (2003, p. 167),

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise.

Para estabelecer coerência com os objetivos, a linguagem que utilizei para as abordagens foi a mais acessível possível. Como, nesses momentos, geralmente estavam presentes a discente e os olhares atentos dos familiares, eu procurava usar termos que não deixassem dúvidas ou ambiguidade sobre a intencionalidade do trabalho e sua relevância. Sendo assim, tomei todo o

cuidado para que os questionamentos fossem de fácil compreensão, evitando utilizar palavras muito técnicas ou pouco conhecidas. Nesse caso, quando fazia alguma pergunta ou dizia algo que não ficava perfeitamente claro, complementava os enunciados com exemplos que evidenciassem aquilo que eu gostaria de dizer ou de saber. Dessa maneira, os diálogos fluíram de forma muito tranquila e amistosa.

O tempo previsto para cada encontro – cujas etapas incluíam o conhecimento da realidade local, termos de assinaturas, entrevistas e outras situações – geralmente não ultrapassava duas horas. Os encontros mais demorados ocorreram nas primeiras viagens e naqueles em que foi necessário acompanhar alguma atividade específica de trabalho no lote. As condições climáticas e o relevo local também faziam com que as horas de permanência se estendessem um pouco mais. Ainda assim, em nenhum momento ultrapassamos três horas de estadia nas residências visitadas. Quanto ao tempo de permanência no *Campus Novo Paraíso* durante as visitas, dado o calendário de aulas, às vezes era preciso ficar durante os períodos matutino e vespertino, para conseguir realizar o máximo possível de tarefas naquele dia.

Em virtude da característica qualitativa do trabalho, para que eu não perdesse o foco da investigação, articulei, progressivamente, as situações cotidianas captadas nas etapas de visitação, elaboração de roteiros para entrevistas, coleta de material bibliográfico e de campo aos fenômenos identificados nos contatos pessoais com as participantes em seus territórios. Nesse sentido, os registros documentais, as revisões bibliográficas e o trabalho de campo eram concomitantemente por mim produzidos. Nessa lógica, eu estava atento à concreticidade das experiências vividas pelas discentes, filhas de assentados rurais.

Para consolidar a relação entre os objetivos específicos e o objetivo geral do trabalho, procurei analisar se as participantes se identificavam ou não com suas realidades materiais, ou seja, com a condição de trabalhadoras rurais, e de que forma o curso contribuía ou não para a formação humana integral delas.

A atenção a essa questão foi no sentido de, futuramente, poder ampliar o debate em torno dessa questão, favorecendo a criação de novas formas de ver

e agir no ambiente acadêmico e na construção de debates sobre as políticas e as práticas educativas dentro do *Campus Novo Paraíso*. Assim, busquei refletir sobre que tipo de relação se estabelece entre os saberes do trabalho e os conhecimentos escolares, tanto na investigação documental quanto nas visitas ao território da pesquisa.

### 6.1 A OBSERVAÇÃO

Nessa etapa, em que fui a campo, procurei estabelecer com as participantes uma relação de confiança, analisando, na prática, em seus locais de vivência e trabalho, como ocorrem as relações de trabalho, produção e aprendizagens socioculturais. Essa relação de credibilidade foi de extrema importância, pois eu estava entrando nos lares de pessoas que, antes de me conhecerem pessoalmente, abriram as portas de suas casas e dispuseram-se – com confiança, carinho e esperança – a contribuir com o desenvolvimento da tese.

Nessas primeiras observações, levei em consideração a presença das discentes nos assentamentos, os saberes da experiência (em aderência), os saberes escolares técnicos (em desaderência), as formas de organização e responsabilidades assumidas na comunidade em que produzem as condições materiais de existência.

Como afirma Kosik (1969, p. 22), “para nos aproximarmos da coisa e da sua estrutura e encontrar uma via de acesso para ela, temos de nos distanciar delas”. Nesse ponto, o papel da observação na pesquisa assume a mesma ação que um arqueiro tem quando lança a sua flecha com o objetivo de acertar com precisão o seu alvo. Quanto mais o arqueiro afastar a flecha do arco, puxando-a para trás, envergando o arco e deixando o cordão que sustenta as duas pontas do arco tão rígido quanto uma peça de ferro, a flecha, ao ser disparada de sua base de apoio, sairá com tanta firmeza e velocidade que, seguramente, não se desviará da linha de visão e do alvo.

No tocante à não dispersão do eixo investigativo, nessa etapa procurei analisar as dimensões organizativas dos eventos e seus significados (culturais, sociais e políticos), as relações comportamentais, os espaços que os(as) discentes ocupam nas participações e nas divisões de tarefas familiares, articuladas e relacionadas ao trabalho individual e associado. Entraram também

nessa lista as dificuldades, as rotinas de estudo, as perspectivas de vida e a permanência ou não no campo. Assim, com esses fenômenos, fui elaborando o *corpus* das entrevistas, considerando o materialismo histórico-dialético, bem como aspectos da ergologia e da pedagogia freiriana.

Segundo Minayo (2002, p. 59),

A técnica da observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados.

Esse tempo de observação, paralelo às análises documentais do Curso Técnico em Agropecuária, foi importante por correlacionar as necessidades reais das participantes da pesquisa com o currículo do curso. Tais observações ajudaram-me a descrever como os fenômenos acontecem, no aqui e agora, na realidade objetiva dos sujeitos. É o momento em que o pesquisador, além de ser um bom observador, deve ser também um bom ouvidor (ter escuta sensível) e ter a humanidade e a sensibilidade de saber se relacionar com os participantes da pesquisa e com as demais pessoas indiretamente ligadas ao trabalho. É necessário ainda compreender o grau de conhecimento dos participantes a respeito dos objetivos do estudo proposto, em paralelo com os contextos socioculturais em que ele está inserido.

Para Alves-Mazotti (1999, p. 164), o procedimento observacional permite as seguintes vantagens:

- a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos;
- b) permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para “causar boa impressão”;
- c) permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir;
- d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial.

Nesse itinerário, a observação ajudou a criar condições para a realização de uma análise epistemológica concreta, em se tratando da identificação dos fenômenos relacionados à formação integral dos discentes do campo, na totalidade dos aspectos formativos cruciais para a construção coletiva da identidade e da vida.

Nessa trajetória, busquei analisar que tipo de relação existe entre o que é ensinado na escola e o que está prescrito no currículo do curso. Outra questão era identificar como podem ocorrer processos formativos que incorporem os saberes da experiência em situação de trabalho no cultivo da banana (em um sentido mais amplo) e que se articulem com os conhecimentos acadêmicos do Curso Técnico em Agropecuária, de forma que contribuam com a práxis transformadora dos(as) estudantes, numa perspectiva de formação integral.

Por fim, trazendo o problema para a dimensão política, busquei entender, também por meio da observação, até que ponto o posicionamento crítico-político – em relação a todo o contexto rural e aos saberes adquiridos pelos(as) estudantes no IFFR/CNP – favorece a formação de um espírito crítico, questionador e transformador das realidades sociais e dos contrastes classistas existentes.

## 6.2 AS ENTREVISTAS

Nessa etapa de perguntas, o processo de seleção deu-se, de forma opcional, pelos(as) estudantes do curso Técnico em Agropecuária do IFFR/CNP, em suas experiências próprias de trabalho com seus familiares no cultivo da banana, que livremente optassem por participar da realização da pesquisa. Esse procedimento aconteceu de forma integrada às observações e às investigações documentais.

Nos encontros para a realização qualitativa das entrevistas, utilizei tanto questões abertas, modalidade em que “o entrevistador introduz o tema da pesquisa, pedindo que o sujeito fale um pouco sobre ele, eventualmente inserindo alguns tópicos de interesse no fluxo da conversa” (Alves-Mazzotti, 1999, p. 168), quanto semiestruturadas, “chamadas focalizadas, onde o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos” (ALVES MAZOTTI, 1999, p. 168).

Minayo & Costa (2018, p. 5) contribuem com o esclarecimento sobre a classificação das questões, como se verifica a seguir.

*Entrevistas abertas* – Nesse tipo de interlocução, o investigador explica o propósito da conversa e, no decorrer da narrativa, vai entremeando perguntas a partir do que é dito pelo entrevistado, com o único objetivo de dar mais profundidade à reflexão. Esse tipo de conversa busca

vários objetivos: (a) descrição do caso individual; (b) compreensão das especificidades culturais dos grupos; e (c) comparação de diversos casos. O investigador visa a alcançar essas metas mantendo uma relação livre de amarras, mas vigilante para que o relato ouvido não fuja do escopo da pesquisa. [...] *Entrevistas semiestruturadas* – Essa modalidade difere do tipo aberta, por obedecer a um guia que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador na interlocução.

Desse modo, solicitei algumas informações básicas acerca dos lugares em que moravam, dos trabalhos da família e dos meios de vida. Além de prestarem as informações supracitadas, as jovens discorreram sobre as experiências com os estudos e os espaços que os saberes das experiências de trabalho ocupam no currículo do curso Técnico em Agropecuária do IFRR/Novo Paraíso. Nesse propósito, a fim de colher mais informações ou esclarecer dúvidas, criando um momento de diálogo aberto com os discentes, fiz algumas sondagens a respeito de suas expectativas e do que pensavam sobre o projeto. A esses relatos, eu incluía questões sobre formação humana integral, consciência política e permanência ou não no campo.

### **6.2.1 Análise das Entrevistas**

O método do materialismo histórico-dialético foi imprescindível para a investigação e análise dos saberes das experiências de trabalho das participantes desta pesquisa, em suas diferentes ações e posicionamentos, apoderando-se e interpretando os fenômenos em seus pormenores, assim como valorizando a concretude de suas histórias e experiências de trabalho<sup>50</sup> nos assentamentos rurais.

Nesse trajeto investigativo, esteve presente a preocupação da vinculação (ou não) da formação técnico-profissional do IFRR/CNP com a cultura, os saberes e fazeres locais de discentes moradores do assentamento rural Jatapu, na Vila Entre Rios, Município de Caroebe; Projeto de Assentamento São Luizão, na cidade de São João da Baliza; e Projeto de Assentamento Anauá, em Rorainópolis, sul de Roraima. Logo, a questão que se apresenta é: *para que e para quem* está dirigida a proposta político-pedagógica do IFRR? Essa formação condiz com as expectativas e os anseios dos(as) adolescentes e jovens, assim

---

<sup>50</sup> Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (MARX, 2011, p. 180).

como de suas famílias? Em outras palavras: *se e como* a instituição considera – nos aspectos formativos, teóricos e práticos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio – os saberes constituídos na produção material da existência e das relações sociais de vida?

Para Minayo, 2015, p. 63, *apud* Minayo e Costa, 2018, p. 4),

O que torna o trabalho interacional (ou seja, de relação entre pesquisador e pesquisados) um instrumento privilegiado de troca de informações sobre as pessoas é a possibilidade que a fala tem de ser reveladora de condições de vida, de sistemas de crenças e, ao mesmo tempo, possuir a magia de transmitir por meio de um porta voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor.

Em relação ao roteiro das entrevistas, realizei-o com vista a identificar as aproximações concretas entre os saberes escolares e os saberes da experiência de trabalho das discentes com a cultura da banana. Para isso, no sentido de responder à questão geral e aos objetivos específicos da pesquisa, elaborei um roteiro de questionamentos norteadores, dividido em cinco dimensões.

Quadro 1 – Divisão dos temas para as entrevistas em dimensões/categorias

<b>DIMENSÕES:</b>	<b>Perguntas sobre:</b>
<b><i>I - Território, trabalho e cultura</i></b>	Localização territorial e experiências de vida e de trabalho com a cultura da banana nos assentamentos rurais.
<b><i>II - Educação e trabalho</i></b>	Relação entre a formação integral no IFRR/CNP e os saberes das experiências de trabalho de discentes camponeses.
<b><i>III - Economia</i></b>	Aspectos da economia e do capital nas relações de trabalho dos(as) pequenos(as) agricultores(as) assentados(as).
<b><i>IV - Associativismo e economia solidária</i></b>	Políticas públicas e trabalho associado.
<b><i>V – Ecologia</i></b>	Agroecologia e desenvolvimento sustentável.

Dentro do recorte específico da investigação, apresento a seguir cada dimensão elencada, agregando a elas algumas perguntas e respostas das participantes.

**a) Dimensão I:**

Nessa dimensão, procurei estabelecer questionamentos relacionados ao território, ao trabalho e à cultura local. A intenção era identificar aspectos como origens dos discentes e suas famílias, forma de aquisição do lote, tempo de moradia, experiências e saberes com o trabalho da bananicultura, possibilidade de outras culturas agrícolas e forma de produção, desenvolvimento das relações sociais e trocas de conhecimentos, divisão de tarefas no trabalho familiar, bem como os possíveis desafios da vida no campo.

As respostas das participantes foram organizadas de forma alternada. Para seccionar cada resposta das discentes e, ao mesmo tempo, preservar as identidades – conforme o acordado durante as assinaturas do TALE e do TCLE –, optei por identificá-las pela ordem numérica romana e pelo nome do assentamento onde trabalham. A classificação ficou da seguinte forma: Participante I – Assentamento São Luizão; Participante II – Assentamento Anauá; Participante III – Assentamento Jatapu.

Nos questionamentos sobre os locais onde nasceram, de onde vieram suas famílias e como é a vida no assentamento, obtivemos as seguintes respostas:

*Participante I – Assentamento São Luizão:* A participante do PA São Luizão declarou que mora, desde quando nasceu, em São João da Baliza. A mãe veio do Maranhão e sempre trabalhou na agricultura. De acordo com a participante, a família, ao chegar a Roraima, morou por um período no lote rural de uma tia, irmã da sua mãe. Já sobre o pai<sup>51</sup> biológico, ela não tem conhecimento. No lote da tia materna, além da banana, produziam arroz e criavam gado. De acordo com ela, há algum tempo, nos lotes rurais da região, a banana era sempre o primeiro produto que o agricultor começava a plantar antes de expandir para outros produtos, porque a terra é mais propícia (mais fértil) para

---

<sup>51</sup> A discente vive com a mãe, o padrasto e outros irmãos.



a banana. Sendo assim, em muitos casos, os produtores, ao fazerem as roças de arroz, já plantavam banana. Hoje a família possui um lote no próprio nome e que está em processo de titularização pelo INCRA.

*Participante II – Assentamento Anauá:* A participante do PA Anauá, assim como seu irmão mais novo, nasceu em Boa Vista, Roraima. O pai veio do Ceará, e a mãe é oriunda do estado do Pará. A família mora há seis anos no Projeto de Assentamento Anauá, mas tem uma casa na cidade (Rorainópolis), onde ficam esporadicamente. Antes de residirem no município de Rorainópolis, viviam em Boa Vista e lá trabalhavam com hortaliças. Em relação à aquisição do lote rural, a participante destaca o seguinte: *Quando adquirimos, só tinha capim. Nem cerca tinha, nem casa e nenhum plantio. Agora já tem nossa casa, curral; tem piquetes separadinhos para pôr o gado. Tem os locais adequados para plantação e para criação de porcos e aves.*

*Participante III – Assentamento Jatapu:* Esta participante nasceu em Boa Vista, Roraima. O pai, natural de Minas Gerais, veio ao estado de Roraima para trabalhar na hidrelétrica de Jatapu, que está localizada dentro do assentamento homônimo. A mãe veio de Goiás. Atualmente a família mora na Vila Entre Rios, Município de Caroebe, e possui um lote rural na vicinal 15, onde produzem bananas. A discente participante tem um irmão mais novo e, na época da entrevista, estava casada.

De acordo com a discente, além de topógrafo, o pai sempre trabalhou com a cultura de banana. Ele teria começado a plantar banana porque, naquela época, chegar ao lote para produzir e escoar o produto era muito mais fácil. A jovem também relata que, antes, o preço de venda das bananas era mais atrativo. Atualmente, devido às dificuldades de escoamento da produção e aos constantes prejuízos, a família está tentando cultivar laranjas em uma chácara nos arredores da vila onde moram. O ramo produtivo de citros ainda está em fase experimental, de modo que, para garantir o sustento da família, o pai precisa realizar trabalhos esporádicos (“bicos”). Contudo, segundo a participante, ele tem expectativas de que a situação melhore e assim possa continuar com a produção de bananas.

Em uma das últimas visitas que fiz à localidade em que vive a família, o pai da discente tinha adquirido um caminhão para comprar e transportar bananas para o mercado amazonense. De acordo com a participante, essa foi uma maneira encontrada pelo pai “para tentar sair um pouco da realidade de trabalhar com o cultivo de banana, que é muito dificultoso” (PA Jatapu).

No tocante às experiências de trabalho e aos saberes que as discentes carregam em relação à produção de bananas, apresento a seguir um dos relatos. Ressalto que a continuação dessa temática e os aprofundamentos a respeito dos demais testemunhos compartilhados serão realizados no capítulo que trata da análise dos resultados.

*Participante I – Assentamento São Luizão:* A participante relata que, devido à dedicação aos estudos e ao tempo integral na escola, o suporte que dá em casa é bem básico. Assim, ajuda os pais somente nos afazeres de casa durante a noite, quando chega da escola, ou nos finais de semana. No tocante ao trabalho no campo, às vezes vai à vicinal, em feriados ou em período de férias. Ela nos conta que é difícil acompanhar os trabalhos no lote, pois, além de este ser longe, os estudos, que são em período integral, dificultam a conciliação entre as duas atividades.

O lote rural que a família possui ainda está em fase de cadastramento no INCRA. Como a participante já alcançou a maioridade, a família busca meios de regularizar o lote para que seja registrado no nome dela. Segundo a discente, a forma como adquiriu os conhecimentos a respeito do cultivo da banana foi pela observação do trabalho dos pais e das demais situações envolvendo outros agricultores e bananicultores da região.

## **b) Dimensão II:**

Neste tópico, busquei elaborar questões que contemplassem o trabalho e a educação. O intuito foi compreender as principais motivações e expectativas das participantes a partir da escolha de estudar no *campus* e no Curso Técnico em Agropecuária. Nesse sentido, procurei identificar a relação entre a formação ofertada no IFRR/CNP e os saberes e valores que circulam e são produzidos nas experiências de trabalho nos assentamentos onde vivem. De igual modo,

busquei identificar se havia traços de frustração em relação ao curso e à instituição escolar que escolheram como ambiente de formação profissional.

**c) Dimensão III:**

Nessa categoria, as indagações foram a respeito dos aspectos da economia e do capital nas relações de trabalho e produção dos pequenos agricultores assentados. A intenção era identificar a existência ou não de ações colaborativas desses trabalhadores quanto ao enfrentamento do sistema capitalista, por meio da economia solidária, do cooperativismo ou de outras formas.

**d) Dimensão IV:**

Aqui, na realização das entrevistas, questioneei sobre a existência das políticas públicas voltadas para os(as) assentados(as) rurais e as formas de trabalho associado empreendidas nas vicinais onde residem as participantes. Também procurei verificar as estratégias de trabalho e as relações de parcerias estabelecidas entre os(as) pequenos(as) agricultores(as).

As respostas foram no sentido de que os trabalhos coletivos existentes nos assentamentos em que vivem seriam ocasionais, em formas de mutirão, como para o conserto de uma ponte e o auxílio aos cuidados da roça de bananas de algum trabalhador que adoeceu ou que, sozinho, não consegue colher a produção. Também são muito comuns trocas de produtos e permutas de serviços.

Sobre a questão do trabalho coletivo em forma de associação ou de cooperativas legalmente constituídas, isso existe em algumas vicinais, porém, a sua representatividade e atuação são insuficientes, com pouca participação dos próprios moradores da vicinal.

Outro ponto levantado pelas participantes é que, nos assentamentos onde moram, as políticas públicas de fomento aos(às) agricultores(as) cultivadores(as) de bananas simplesmente não existem, na maior parte do tempo. Quando surgem, há muita burocracia para acessá-las, razão pela qual alguns agricultores sequer as procuram. Assim, segundo uma das participantes,

os conhecimentos são transmitidos de agricultor para agricultor e de geração para geração.

*Aqui em nossa região, apesar de ser focada muito no agro, a assistência técnica é mínima. Só tem assistência se o agricultor for atrás mesmo, porque, para os órgãos do governo vim [sic] atrás do colono é bem difícil. Aí o agricultor tem que ir atrás, se cadastrar e fazer isso, fazer aquilo, e, querendo ou não, se acontecer alguma coisa de errado, paga multa e tal. Então, ele prefere não mexer, porque já tem toda uma dificuldade de estar trabalhando no campo. Por exemplo: tipo mexer com a ADERR [Agência de Defesa Agropecuária de Roraima] não dá. (Participante I - Assentamento São Luizão)*

Para a discente do PA Jatapu, os produtores de bananas da sua região já tiveram ajuda de órgãos governamentais, mas não sabe dizer se, atualmente, contam com assistência técnica. Segundo ela, a realidade atual é que “São as pessoas do lote mesmo que têm que tomar a iniciativa e correr atrás”.

#### **e) Dimensão V:**

A compreensão e a prática de proteção ao meio ambiente, no cotidiano da produção da vida econômico-cultural no campo, são meios de garantir a sustentabilidade da vida e da terra. Nessa categoria, a partir do trabalho de campo, verifiquei, no âmbito do currículo do IFRR/CNP e da realidade dos(as) assentados(as), a questão da consciência ambiental e dos aspectos relacionados à agroecologia e ao desenvolvimento sustentável. Sendo assim, durante os questionamentos às participantes, essa questão esteve entrelaçada com as situações de formação acadêmica e dos trabalhos com a bananicultura. Desse modo, procurei identificar a existência de formas de produzir sem poluição (uso de agrotóxicos) ou degradação da natureza, e como essas ações – inseparáveis das formas de viver e projetar as relações dos seres humanos com a natureza, mediadas pelo trabalho – são entendidas no âmbito da consciência das participantes e dos demais produtores da região.

## **7 A PESQUISA DOCUMENTAL**

A pesquisa documental foi de suma importância para a identificação, a análise e a contextualização das transformações históricas ocorridas no IFRR/CNP, assim como para alcançar os objetivos propostos nas formas de

concepção e interpretação da realidade dos(as) discentes do Curso Técnico em Agropecuária, nos assentamentos e no ambiente escolar.

Neste capítulo, apresento e analiso os documentos centrais que orientam a implantação dos cursos no *campus* e sua relação com o território. Para tal propósito, sistematizei as fontes documentais em paralelo com as observações e entrevistas realizadas no percurso da tese. No processo de análise dos documentos, segui as orientações indicadas por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5):

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses, documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

Para ir a fundo na realidade concreta dos(as) discentes, progressivamente fui reunindo todo o material, realizando análises e descrições detalhadas, às vezes com a inserção de imagens e outros registros.

Para o acesso legal aos documentos oficiais do IFRR/CNP, apresentei o Termo de Autorização e Concordância da instituição e, com ele, o Termo de Compromisso de Uso de Dados (TCUD). Nesses dois termos, constavam as assinaturas dos membros da equipe de pesquisa, demonstrando, dessa forma, a responsabilidade em relação ao uso de dados que não são de domínio público. Portanto, o início aos trabalhos de investigação documental deu-se somente depois da aprovação do projeto pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da mesma universidade, conforme apêndices no final da tese.

Os principais documentos normativos analisados foram aqueles que tratam dos objetivos e princípios da formação profissional articulada à educação básica no IFRR e do Curso Técnico em Agropecuária do *Campus* Novo Paraíso. São eles: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, Organização Didática do IFRR (aprovada pela Resolução nº 338, CONSUP), Currículo e Plano de Curso (2007 e 2012).

O critério para a escolha dos documentos<sup>52</sup> era que estes deveriam tratar de registros construídos com a participação da comunidade interna do IFRR (constituídas por várias comissões) e com a comunidade externa, por meio de audiências e consultas públicas. Trata-se de registros que norteiam os caminhos para que a instituição cumpra sua missão e visão, alcançando seus objetivos (BRASIL, 2019-2023, p. 22). À vista disso, acentuo, em vários momentos desta tese, tópicos que relacionam as análises da pesquisa à atuação do IFRR na região sudeste e sul do estado.

Os mecanismos de busca a essas informações consistiram em visitas presenciais ao *campus*, e de forma *online* às plataformas digitais oficiais<sup>53</sup>. Dessa maneira, averigui e selecionei a maioria dos registros inerentes à instituição escolar, ao curso e aos discentes. A seguir, apresentarei o que pesquisei em cada documento, levando em consideração os objetivos e as etapas deste trabalho.

#### 7.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2019-2023

O PDI é um documento geral produzido por múltiplas mãos colaborativas, que serve de parâmetro para todas as áreas do IFRR. Nele estão contidos o histórico e o perfil do instituto, missão, visão, valores, finalidades, características e objetivos, conforme a Lei nº 11.892/2008 (Lei de Criação dos Institutos Federais).

O PDI é um importante instrumento norteador que permite ao IFRR monitorar e avaliar o efetivo planejamento de curto, médio e longo prazos e articular as suas ações, compatibilizando-as com as expectativas da sociedade roraimense, com as políticas do governo para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e com as exigências dos órgãos de controle (BRASIL, 2019-2023, p.22).

Para a produção do PDI no IFRR, tem-se inicialmente uma Comissão Central do Plano de Desenvolvimento Institucional que, baseada em

---

<sup>52</sup> Cellard (2008, p. 301) lembra-nos de que “é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”. Para ele, não se deve esquecer de verificar a procedência do documento. Deve-se prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que são empregados. Finalmente, é útil examinar a lógica interna, o esquema ou o plano do texto: Como um argumento se desenvolveu? Quais são as partes principais da argumentação?

<sup>53</sup> As Leis, Decretos, Registros Acadêmicos e outros documentos foram pesquisados na Plataforma – SUAP: <https://suap.ifrr.edu.br/accounts/login/?next=/>. e <https://www.ifrr.edu.br>.

metodologias do planejamento estratégico, prepara enquetes e questionários diagnósticos com o objetivo de compreender como a instituição é vista pela comunidade, analisando as expectativas dos indivíduos que integram o IFRR ou que se interessam por ele. As perguntas e enquetes, realizadas em todas as unidades do instituto<sup>54</sup>, têm a intenção inicial de identificar os pontos fortes e os fracos, além de oportunidades e desafios. Esse diagnóstico serve como subsídio para os trabalhos das demais comissões responsáveis pela elaboração dos capítulos do PDI. Ademais, são realizados seminários itinerantes nas unidades de ensino, contando com a participação de servidores, estudantes e comunidade em geral, por meio do diálogo e da coleta de fatos e dados.

O PDI pesquisado foi construído em 2018, sendo aplicado no quinquênio de 2019 a 2023. Não custa lembrar que, entre os anos de 2019 e 2022, a educação pública no Brasil sofreu severos ataques, além de bloqueios e cortes de recursos. A política governamental de desmonte dos investimentos na educação pública atingiu o seu menor patamar<sup>55</sup> no tocante aos repasses de recursos. Apesar do contexto político adverso, o IFRR trabalhou para atender e atingir as metas estabelecidas no Plano<sup>56</sup>.

De maneira geral, os dados pesquisados aludiram aos diversos assuntos presentes no PDI, como: Apresentação da Instituição; Missão, Visão e Valores do IFRR; Função Social; Área de Abrangência; Estrutura Organizacional; Planejamento Estratégico; Políticas de Inclusão e Emancipação; Relações entre Ensino, Pesquisa e Extensão; Organização Didático-Pedagógica; Políticas de

---

<sup>54</sup> A enquete contém questões sobre os eixos que compõem o documento: 1) Perfil Institucional, Governança e Gestão de Riscos; 2) Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Organização Didático-Pedagógica, Plano de Oferta de Cursos e Vagas, e Política de Atendimento aos Estudantes; 3) Plano Diretor de Infraestrutura e Instalações Acadêmicas; 4) Política de Comunicação Institucional; 5) Política de Organização e Gestão de Pessoal; 6) Sustentabilidade Financeira e Programas de Expansão; 7) Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, Autoavaliação Institucional, Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC).

<sup>55</sup> Estudo divulgado pela organização não governamental Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). “Os recursos da função Educação caíram de R\$ 131 bilhões em 2019 para R\$ 127 bilhões em 2022, e a gestão ficou marcada por nenhum centavo direcionado às escolas em virtude do isolamento social decorrente da Covid-19”. Disponível em: < <https://www.inesc.org.br/depois-do-desmonte-relatorio-traz-balanco-dos-gastos-da-uniao-entre-2019-2022>. > Acesso em: 19 jul. 2023.

Ensino; Diretrizes Pedagógicas; Concepção de Currículo; Educação do Campo; Bases Legais e Políticas de Educação, Ciência e Tecnologia; Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos Gerais que norteiam as Práticas Acadêmicas do IFRR. No entanto, vários desses assuntos já vêm sendo debatidos no itinerário da pesquisa, na qual apresento e analiso os pontos que discorrem sobre Organização Didática, Projeto Pedagógico, Currículo, Diretrizes Pedagógicas e Plano de Curso (especificamente do Curso Técnico em Agropecuária).

## 7.2 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO IFRR

A Organização Didática é um documento que segue as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, tendo como finalidades reger e regulamentar as ações vivenciadas no âmbito do ensino, da prática educativa e da comunidade acadêmica, que participa do processo de ensino e está sujeita ao cumprimento de tal regulamentação. A aprovação da reformulação da Organização Didática, Curricular e Acadêmica do IFRR, em 2023, foi realizada pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (CONSUP), por meio da Resolução nº 338, de 1º de fevereiro de 2018.

No que se refere às decisões didático-pedagógicas desenvolvidas no âmbito do IFRR, elas são regidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996); pelo Decreto Federal nº 5.154, de 23/07/2004, e pela Lei Federal nº 11.892, de 29/12/2008. A organização dos cursos de educação profissional técnica de nível médio deve considerar os eixos tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação, ou em uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

No PDI (BRASIL, 2019-2023, p.75), encontram-se os Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos Gerais, os quais direcionam as práticas acadêmicas do IFRR. Assim,

As propostas pedagógicas dos institutos devem considerar o conhecimento em sua completude, articulando e integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. É preciso também haver um reconhecimento da importância da formação humana e



cidadã como requisitos necessários ao exercício profissional, tendo em vista garantir transformações significativas na realidade.

O IFRR, por apresentar estrutura pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, encontra na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Trata-se de uma autarquia de base educacional humanístico-técnico-científica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional Tecnológica (SETEC).

Sendo assim, o(a) educando(a) tem, de acordo com o que é autodeclarado nos documentos, a oportunidade de refletir sobre a natureza do trabalho, suas peculiaridades, importância e interação social.

No que concerne à criação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) utiliza informações das legislações que embasam a educação básica profissional, tecnológica e superior, bem como as diretrizes norteadoras de cada curso.

Essa é uma forma de garantir, segundo as intenções explícitas no documento, a formação profissional humanizadora e emancipadora, possibilitando autonomia aos discentes formados e constituindo, na comunidade atendida, um espaço onde a educação pública de qualidade é um fator preponderantemente importante no processo formativo transformador dos aspectos sociais e de produção. Propiciar qualidade de vida e consciência de classe na luta por garantias de direitos aos que vivem *no* e *do* campo deve ser um dos compromissos do IFRR/CNP.

### **7.2.1 Projeto Pedagógico Institucional**

O Projeto Pedagógico Institucional (PDI) 2019-2023, no intuito de vencer as barreiras que inviabilizam a construção de uma educação pública comprometida com a sociedade, tem como propósito, segundo o que é apresentado no documento:

A formação de sujeitos capazes de assumir uma postura autônoma, crítica e criativa diante dos desafios do mundo contemporâneo, referenciados em valores e atitudes éticas para conviver em democracia. Nesse sentido, o domínio dos conhecimentos acadêmicos

é para que os(a) estudantes estejam habilitados(a) a considerar interesses sociais, ambientais e econômicos (BRASIL, 2019-2023, p.73).

### 7.2.2 Currículo

Sobre o currículo, as fontes primárias oficiais investigadas (BRASIL, 2019-2023) orientam que este não é um documento estático, visto que deve estar em permanente elaboração; porém, sempre observando as orientações das Diretrizes e dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, que definem a existência de uma matriz curricular com funções sociais, políticas e educativas.

O PDI 2019-2023 defende a flexibilidade do currículo, ou seja, sua não estandardização, considerando o pluralismo social e cultural, sem renunciar à universalidade de muitos traços culturais e de certos objetivos básicos. Assim, o currículo é considerado:

Um projeto, um artefato social, cultural e político, cuja construção está inserida numa dinâmica e complexa conversação que diz respeito não somente a professores e a estudantes mas também a toda a sociedade, como atores curriculares, comprometidos, histórica, social e culturalmente, com um projeto de formação que se encontra em permanente reconstrução (BRASIL, 2019-2023, p.76).

Em consonância com os compromissos e perspectivas presentes no PDI 2019-2023 que objetivam a formação integral do sujeito – garantindo o incentivo e o aprofundamento do conhecimento e da visão de trabalho como princípios educativos de intervenção na realidade social –, há, na Organização Didática (2018), ainda vigente, os seguintes princípios:

- a) Integração de diferentes formas de educação para o trabalho, a ciência e a tecnologia;
- b) Prática pedagógica pautada no desenvolvimento de aptidões e habilidades técnicas para a vida produtiva e interação social;
- c) Atualização e aprimoramento do sistema de oferta de modalidades de cursos, em bases atualizadas e continuadas;
- d) Organização curricular pautada no trabalho e na pesquisa como princípios educativos (BRASIL, 2018, p.9).

Nesse sentido, procurei também selecionar pontos que entendi serem mais relevantes no Plano de Curso, seguindo a lógica de relacionar e comparar os dados obtidos na pesquisa documental com os obtidos na pesquisa de campo desenvolvida, buscando analisar o que há de proximidades e distanciamentos entre o conhecimento acadêmico, o currículo e os saberes da experiência e do trabalho no campo.

A partir disso, nos parágrafos seguintes, farei uma breve explanação sobre os cursos técnicos e, de forma mais aprofundada, sobre o Plano do Curso Técnico em Agropecuária.

### **7.2.3 Os Cursos Técnicos**

Sob a perspectiva autodeclarada de formação integral dos profissionais para atuarem no mundo do trabalho como cidadãos transformadores da sociedade, o IFRR oferece cursos cujo ensino é integrador, com equilíbrio entre formação humana e formação profissional, propiciando a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos em ambiente acadêmico e social (BRASIL, 2019-2023, p.82).

Geralmente esses cursos são escolhidos por meio de consultas e audiências internas, além de audiências externas e consultas públicas realizadas em escolas, associações, sindicatos e demais organizações sociais presentes nas vicinais, vilas e cidades em torno do *campus*. Há também os meios de consultas e sugestões realizadas *online*, nos quais a comunidade interna e a externa (servidores, discentes e comunidade em geral) têm a oportunidade de contribuir, apresentando sugestões, necessidades da região, expectativas sobre a oferta de novos cursos, revisão dos que já estão funcionando (ou deveriam funcionar), dentre outros assuntos relacionados aos valores, missão, visão, estratégias, metas e objetivos do IFRR.

Todas as etapas elencadas no parágrafo anterior são realizadas a partir das orientações estabelecidas pela Comissão Central do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Roraima (CPDI/IFRR). Essa comissão tem a incumbência de realizar levantamentos de fatos e dados, que resultam em um diagnóstico cuja finalidade é compreender como a instituição é vista pela comunidade, e assim estabelecer planejamentos estratégicos de expansão e melhorias.

Para a CPDI/IFRR (2023), as contribuições das comunidades interna e externa são fundamentais para a formação de uma base na qual as comissões temáticas, constituídas por servidores da unidade, fundamentam-se para analisar e sistematizar, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as diretrizes das ações, via apreciação e concordância do Conselho Superior da instituição (CONSUP).

#### 7.2.4 O Plano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP

De acordo com o Plano do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP, ele busca favorecer a construção da identidade do educando, enquanto agente social e político que vive no campo. Dessa maneira, a formação dos(as) discentes visa

[...] atender de forma sistemática às necessidades de organização e produção no segmento da agricultura e pecuária, contribuindo para o fortalecimento dos saberes, da cultura, a partir de uma atuação cidadã crítica, autônoma, criativa e empreendedora, comprometida com o desenvolvimento social, científico, tecnológico e a conservação ambiental (IFRR, 2012, p. 6).

Carneiro (2010, p. 62) relata que, nos primeiros planos de cursos técnicos implantados no *campus*, em 2007, as experiências dos jovens do campo ainda não eram, à época, contempladas.

O IFRR/Campus Novo Paraíso não contempla no Plano de Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo como referencial legal, tendo sido este o primeiro curso ofertado por este Campus. Na oportunidade da elaboração do citado plano de curso, toda a equipe técnica e docente do Campus Novo Paraíso havia acabado de tomar posse no concurso público e era composta por profissionais que vinham de várias partes diferentes do país, com experiências e formações também diversas.

Naquela oportunidade, ninguém da equipe tinha conhecimento e/ou vivência, sobre o movimento existente em torno das inquietantes questões voltadas ao tipo de educação ofertada no Brasil para os povos do campo. Assim, foram estes profissionais que elaboraram o primeiro plano de curso acima mencionado, evidentemente influenciado por suas experiências marcadamente urbanas.

Ainda segundo Carneiro (2010, p. 63), tais elementos foram contemplados a partir de 2009, no PDI/IFRR 2009-2013, em que foram ofertadas duas turmas de curso Técnico em Agricultura na modalidade subsequente e em regime de alternância. Nesse caso, como o público-alvo eram os pequenos agricultores das áreas de assentamentos, as diretrizes operacionais para a Educação Básica do Campo tiveram que ser discutidas e contempladas. Com essa nova experiência, outras discussões foram levantadas, no sentido de construir caminhos relacionados às relações sociais e à vida prática dos sujeitos do campo.

De acordo com (BRASIL/IFRR), 2012, p. 4),

O *Campus* Novo Paraíso tem oferta prioritária de ações educacionais relacionadas ao eixo tecnológico de recursos naturais, compreendendo em especial, as tecnologias pertinentes à produção vegetal e animal. Contudo, estenderá o atendimento em outras áreas profissionais como educação, saúde, turismo e informática, sobretudo a partir de atividades de extensão.

A implantação deste e de outros cursos no *campus* tem como objetivo explícito em documentos possibilitar a profissionalização de jovens para atuarem na agricultura familiar, oportunizando formas profissionais de intervenção “na realidade local, no sentido de solucionar os desafios inerentes à produção agrícola e ao desenvolvimento econômico e sustentável”.

Outro ponto observado na investigação documental foi em relação à organização curricular do referido curso técnico. Neste, assim como nos demais cursos técnicos do *campus*, a organização curricular é modular, dividida em seis módulos semestrais, correspondentes a três anos, somando 3.210 horas de atividades acadêmicas, e ainda 150 horas de estágio profissional ou desenvolvimento de projeto de conclusão de curso, totalizando 3.360 horas (Id, 2012, p. 11).

As análises dos documentos apresentadas neste capítulo contribuíram para identificar e contextualizar as transformações históricas ocorridas ao longo dos anos no IFRR/CNP, nas formas de conceber e interpretar a realidade dos(as) discentes no território e no ambiente escolar. Permitiram-me verificar as modificações ocorridas tanto no curso Técnico em Agropecuária quanto no surgimento de outros cursos técnicos e superiores no *campus*. Logo, foi possível observar o que vem sendo dito acerca do currículo em relação às zonas proximais e possíveis lacunas teórico-práticas, entre os saberes (investidos) da experiência de trabalho e os saberes (desinvestidos) acadêmicos que favorecem a formação humana integral. Nesse sentido, Alves-Mazzotti, 1999, p. 170) afirma que

À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sintonia fina” que vai até a análise final.

Além dos procedimentos de busca de documentos institucionais anteriormente citados, considereei como importantes fontes de pesquisa as não escritas. Nesse caso, realizei visitas *in loco* aos seguintes setores: Direção de

Ensino (DEN), Coordenação Pedagógica do Curso Técnico em Agropecuária, Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), Coordenação de Comunicação Social (CCS/CNP) e Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA). Além disso, durante o percurso de realização da tese, procurei não me distanciar dos corpos docente e discente. Assim, participei interativamente, no período da realização da pesquisa, das ações internas (conselhos de classe e reuniões) do *campus* e de eventos envolvendo servidores e comunidade em geral.

Dessa forma, verifiquei não somente os indicativos documentais que tratam dos compromissos sociais autodeclarados do IFRR com a formação e a relação com a comunidade, como também as contradições sociais subjacentes, questionando os processos de formação e de deformação dos sujeitos. Nesse sentido, o olhar estava sempre voltado para os aspectos presentes no currículo do curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP e para o modo como as participantes da pesquisa percebem e internalizam os processos e as renormalizações presentes nesses espaços de aprendizagem e trabalho.

Os procedimentos de visitas ao *campus*, aos departamentos de direção de ensino e às coordenações não visavam à realização de entrevistas com os(as) representantes desses setores, mas sim ao acesso às fontes documentais e, ao mesmo tempo, à possibilidade de observar como tais departamentos lidam diretamente com os discentes, cursos e planos (por isso, os servidores que fazem parte desses setores não foram incluídos como participantes da pesquisa).

Em relação a outras fontes extraescolares que tratam da formação dos assentamentos rurais (aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais) da região onde moram os participantes da pesquisa, busquei documentos físicos em órgãos locais como o INCRA; no entanto, ao contatar o consultor/responsável pelo instituto na região, recebi a orientação de buscar informações em arquivos disponíveis na internet.

## **8 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Os resultados aqui apresentados e analisados retomam as entrevistas, os dados documentais e os registros das observações realizadas em todo o percurso investigado. Parto então para a análise das dimensões *território, trabalho, educação, economia, associativismo e agroecologia*, que foram

contempladas nas entrevistas. Associando essas dimensões aos dados coletados nas observações do território e da pesquisa documental, realizo correlações com aspectos do materialismo histórico-dialético, da ergologia e da pedagogia de Paulo Freire. Pontuo também algumas dificuldades que, embora não tenham inviabilizado a realização do trabalho, limitaram, de certa forma, o estudo proposto. Assim, é a partir desses fatores limitadores que desenvolvo este capítulo, para refletir e discorrer sobre os demais aspectos referentes aos resultados alcançados.

### 8.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A realização do presente estudo, por meio de registros e análises dos casos concretos vividos pelas participantes da pesquisa, em suas experiências de trabalho e formação acadêmica, indubitavelmente alcançou o seu objetivo. Este consistia em identificar os saberes das experiências de trabalho no cultivo da banana e os lugares que ocupam no currículo escolar do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP.

No entanto, como se trata de uma pesquisa qualitativa, em que os fenômenos não são objetos de controle do pesquisador, essa trajetória contou com alguns fatores limitantes que tornaram o trabalho ainda mais desafiador. Nesse contexto, e para não fugir da intencionalidade principal da pesquisa, foi necessário proceder a alguns ajustes, explicitados em seguida.

#### **a) A Pandemia**

A pandemia de COVID-19 (coronavírus) trouxe drásticas consequências à população mundial, principalmente no sentido da perda de milhares de vidas, atingindo todas as idades.

Especificamente em relação ao Programa de Doutorado ao qual estou vinculado, sem dúvida a pandemia provocou mudanças significativas, não somente na forma de condução da pesquisa, alterando prazos e datas para realização dos trabalhos de campo, mas também na alteração da dinâmica institucional da universidade, com alterações no calendário escolar, incluindo as datas de conclusão do curso, que foi adiado por mais seis meses.

Já em relação às aulas, para o curso não paralisar totalmente, medidas cautelares foram tomadas, como a oferta de disciplinas *online*. No que se refere à pesquisa de campo para coleta dos dados, houve o máximo cuidado durante

os encontros presenciais entre este pesquisador e as participantes, atendendo a todas as medidas preventivas recomendadas.

**b) A compatibilização entre os dias de visitas ao *campus* do IFRR/Novo Paraíso e os dias em que não houvesse apresentações de projetos ou avaliações**

Do período de construção do projeto ao desenvolvimento da tese em si, realizei cerca de oito visitas ao *Campus* Novo Paraíso, uma vez que nem sempre era possível realizar tudo o que estava planejado para um ou dois encontros.

Houve situações em que foi necessário agendar uma nova data para retornar ao *campus*, devido a alguma programação especial no instituto, a mudanças de horários de aulas, a outras demandas envolvendo discentes e docentes ou, até mesmo, devido ao fato de não conseguir encontrar algumas participantes. De certa forma, essas situações fizeram com que algumas etapas do estudo se estendessem um pouco mais.

Faz-se necessário relatar que, embora o assunto da tese esteja intrinsicamente ligado à realidade do IFRR, e este pesquisador faça parte do quadro de servidores efetivos do *campus*, a problemática pesquisada não é um projeto do corpo institucional. Assim, era meu dever encontrar maneiras de dar continuidade ao itinerário da pesquisa, buscando o mínimo de interferência possível nas programações e atividades realizadas no âmbito da instituição.

**c) A Desistência de Discentes em Participar do Projeto**

A desistência de alguns participantes que preenchiam os requisitos exigidos, na fase inicial da pesquisa, foi outro ponto que considerei desafiador. Dos(as) dez alunos(as) oriundos dos assentamentos rurais aptos a participarem do projeto, somente três permaneceram até o final.

As justificativas de alguns discentes que – mesmo reconhecendo a importância do tema – optaram por desistir do projeto guardavam alguma semelhança entre si. Alguns(as) afirmaram que não conseguiriam conciliar a intensa carga horária das disciplinas (em média, 16 disciplinas por módulo, ou até mais) à participação no projeto. Outros(as) atribuíram a desistência à alta demanda de trabalhos acadêmicos extraclasse que precisavam elaborar. Outro fator que preponderou, segundo testemunhos dos(as) discentes, é o pouco tempo livre que lhes restava fora da escola, ou seja, como estudam de segunda a sexta-feira em período integral diurno, precisam sair muito cedo de casa,



muitas vezes, retornando cansados no final da tarde ou à noite. Além disso, declararam que, nos finais de semana e em alguns feriados, quando deveriam ter um tempo a mais para descansar ou ajudar os pais nos afazeres diários, muitas vezes precisavam realizar tarefas que os professores passam para casa. Por fim, os(as) demais discentes afirmaram não poder participar do projeto por já estarem envolvidos(as) como bolsistas em outros projetos da instituição, de modo que seria complicado assumir mais um compromisso.

Apesar dos casos de desistência, houve casos em que o(a) discente desejava participar da pesquisa; mas, por ser oriundo(a) de um assentamento rural fora do âmbito da pesquisa, ou por trabalhar com outros tipos de produção, não se encaixava nos critérios (residir em um dos assentamentos rurais elencados e ter a produção da banana como principal fonte de renda da família). Nesses casos, busquei conversar com os(as) estudantes e esclarecê-los(as) a respeito da delimitação do trabalho, das limitações em atender a várias extensões territoriais e dos prazos que precisaria cumprir para entregar a tese na data estipulada.

#### **d) A Migração Local e as Alternâncias nos Tipos de Produção Vegetal e Animal**

Neste tópico, reflito sobre as constantes mudanças dos pequenos agricultores, seja de localidade territorial seja nos modos e tipos de produção implementadas nos lotes rurais. Junto a esse ponto, retomo a dimensão econômica utilizada na ordem das entrevistas, ou seja, realizo uma aproximação comparativa entre os aspectos econômicos e seus impactos nas relações de trabalho e produção dos pequenos agricultores assentados. Aqui também procuro referenciar os posicionamentos embasados no materialismo histórico-dialético e a crítica ao capitalismo excludor.

A mudança de localidade territorial (migração local) por parte dos pequenos agricultores assentados é uma realidade bastante comum na região. Esses trabalhadores, por não conseguirem alcançar os resultados esperados durante vários anos de trabalho realizado na terra adquirida, desistem, abandonam, trocam ou vendem seus lotes rurais. Dessa forma, esses(as) trabalhadores(as) migram com toda a família para outras vicinais ou assentamentos, para a cidade ou vila mais próxima ou, até mesmo, para outros

estados da federação, na esperança de melhores condições de trabalho e de os filhos estudarem e terem um emprego.

Para Abramovay (1999, p. 3),

Se é verdade que o êxodo rural brasileiro permanece muito significativo [...], a contrapartida é a precariedade com que os núcleos urbanos absorvem seus migrantes rurais: aqueles que mais saem do campo – os e sobretudo as jovens – são exatamente os que maiores dificuldades vêm encontrando em sua integração aos mercados urbanos de trabalho.

Em relação a algumas famílias assentadas cujos filhos estudavam no *campus* e precisaram mudar de localidade, é possível afirmar que, em certa medida, essa situação interferiu em nossa pesquisa. Em um dos casos, uma discente que inicialmente participava da pesquisa ficou impedida de acompanhar o processo, pois os pais tinham mudado para outro município e já não atuavam mais na produção agrícola. Também houve situações em que, devido a essas mudanças, o(a) discente precisou desistir do curso. Nesse mesmo caminho, ocorreu outra situação limitadora para o andamento da tese, refletindo na mudança de participantes da pesquisa, do tipo de produto e do curso técnico a ser pesquisado.

A realidade é que, quando iniciei no Programa de Doutorado em Educação (FACED/UFRGS), no segundo semestre de 2019, o público estudantil do IFRR/CNP – sob os aspectos das relações, educação, trabalho e modos de produção – era diferente do que encontrei quando retornei para realizar a pesquisa de campo. No período inicial do doutorado, entre 2019 e 2020, nas visitas preliminares realizadas às turmas dos cursos técnicos do *Campus* Novo Paraíso, a produção que predominava nos lotes rurais pertencentes às famílias dos(as) discentes era o cultivo de citros e, em menor escala, o cultivo da macaxeira. A constatação desses tipos de culturas agrícolas, naquele período, foi mais notória entre os(as) discentes das turmas do Curso Técnico em Agroindústria. Dada essa constatação inicial, devido à sua abrangência e relevância, intencionei desenvolver a pesquisa entre os sujeitos discentes que trabalhavam com a cultura cítrica. No entanto, ao retornar ao *campus*, dois anos depois (em 2022, após a qualificação e a aprovação do projeto pela banca avaliadora e pelo Conselho de Ética), para pesquisar a realidade desses estudantes e os saberes das experiências de trabalho nos assentamentos, encontrei um outro cenário. A conjuntura havia mudado: havia a presença de

outros sujeitos nas salas de aula, a modalidade de oferta dos cursos não era mais presencial naquele momento, e havia a predominância de outra cultura agrícola nos lotes dos(as) novos(as) discentes: a bananicultura, diferentemente da anterior, que era o cultivo de citros.

Essa situação me levou a substituir a ideia inicial de estudar os saberes das experiências de trabalho de discentes no cultivo de citros pela análise dos saberes das experiências de trabalho de discentes no cultivo da banana. Outrossim, também já não poderia mais trabalhar com as turmas da Agroindústria, mas com as do Curso Técnico em Agropecuária, pois era este que compreendia, no momento, o maior número de estudantes provenientes do campo e trabalhando com um mesmo tipo de cultura agrícola.

A respeito das alternâncias de lugares e tipos de produção, muitos agricultores e agricultoras dos assentamentos da região, na tentativa de conseguirem melhorar sua produção e adquirirem certa autonomia econômica, buscam, constantemente, meios de dinamizar o trabalho com a terra, alternando formas de cultivo, criação e produção. Dessa maneira, por não terem acesso às tecnologias agrícolas, aos incentivos governamentais, muito menos à assistência técnica especializada para trabalharem nos lotes, esses(as) pequenos(as) trabalhadores(as) rurais, na esperança de a situação melhorar, alternam as culturas agrícolas, a fim de identificar qual delas poderá proporcionar maior retorno produtivo.

Esse fenômeno, bastante frequente, ocorre devido a algumas razões. Primeiramente, como consequência das mudanças de governo (nos âmbitos municipal, estadual ou federal) e de seus projetos que, a cada alternância de poder, tentam impor um programa ou modelo de produção aos pequenos agricultores. Outro motivo para a mudança dos cultivos é a presença, nem sempre constante, de entidades privadas que apresentam novidades ao trabalhador e à trabalhadora rural, prometendo créditos para o desenvolvimento da produção e garantindo apoio em toda a cadeia produtiva. Devido ao pouco conhecimento que tem sobre o que lhe é apresentado, o(a) pequeno(a) agricultor(a), diante dessas ofertas e de propostas ditas “inovadoras”, encara mais uma experiência, na esperança de que a situação melhore. No entanto, assim que os obstáculos surgem, o suporte do governo ou das entidades privadas, prometido para auxiliar o(a) pequeno(a) agricultor(a) nessas situações,

não aparece. Alia-se a esse fato a pouca (ou nenhuma) experiência dos(as) agricultores(as) no trabalho com algumas espécies novas de cultivo ou de criação animal, bem como a falta de conhecimento sobre a maneira de enfrentar pragas, doenças, secas e baixa produção. Ademais, os(as) trabalhadores(as) têm dificuldades quanto ao escoamento do produto, à falta de compradores e ao pagamento justo pelas vendas. Nesse cenário, portanto, restam o prejuízo e a frustração por mais uma tentativa fracassada de desenvolver um negócio que poderia gerar renda e desenvolvimento rural.

Nessa labuta constante e interminável, que se assemelha ao mito grego de Sísifo<sup>57</sup>, o(a) pequeno agricultor(a), para compensar seus prejuízos, reinicia uma nova jornada, tentando trabalhar em culturas alternativas, seja por indicação de outros trabalhadores que estão na mesma situação ou que já passaram por isso, seja porque aquele novo produto (vegetal ou animal) se tornou “o que todo mundo” planta ou vende no momento. Desse modo, mesmo sem nenhum suporte técnico ou experiência em novos plantios e culturas, esses(as) trabalhadores(as) continuam tentando e arriscando, à própria sorte, sua força de trabalho no campo.

Nos assentamentos onde foram realizadas as visitas técnicas e entrevistas, identifiquei uma grande dependência estrutural e econômica dos(as) assentados(as) rurais em relação ao sistema capitalista. Daí decorre o perceptível desalento desses pequenos agricultores em continuarem atuando, de forma sustentável, na agricultura familiar.

Essa é uma realidade que ocorre com frequência, ano após ano, na vida de muitos trabalhadores assentados no sul do estado de Roraima. Assim, sob tentativa e erro, o(a) pequeno(a) agricultor(a) tenta sobreviver como pode, para garantir o sustento da família e a sua permanência na vicinal.

Embora esse quadro social seja a amostra clara dos efeitos da sociedade do capital, parte desses sujeitos do campo não demonstra a consciência de que essa conjuntura desfavorável a eles é resultado do capitalismo excludor,

---

<sup>57</sup> Na mitologia grega, Sísifo era um homem que foi condenado pelos deuses a carregar uma pedra, por toda a eternidade, até o alto de uma montanha. Depois de tanto esforço, ao chegar lá em cima, ele perceberia que, por seu próprio peso, a pedra voltaria rolando até o ponto exato de sua partida, obrigando-o a recomeçar o árduo trabalho.

tampouco de que precisam urgentemente buscar maneiras coletivas de enfrentamento ao sistema capitalista segregador.

#### **e) As Viagens**

Para realizar a pesquisa, precisei dispor de veículo particular para deslocamento até as sedes dos municípios onde vivem as participantes e, de lá, seguir para os lotes rurais onde trabalham com suas famílias. Os lotes ficam localizados nas vicinais que compõem os projetos de assentamentos. Dessa maneira, procurei otimizar algumas dessas viagens, visitando, em um mesmo final de semana, aquelas participantes que ficavam em municípios mais próximos. Por exemplo: nos dias em que marcava visita à discente do PA São Luizão, no Município de São João da Baliza, aproveitava a ocasião para seguir até o PA Jatapu, localizado na Vila Entre Rios, Município de Caroebe. Assim, conseguia visitar, no mesmo período, ao menos dois Projetos de Assentamentos por vez.

Durante os trajetos, algumas situações dificultaram o melhor aproveitamento e análise, *in loco*, de fenômenos que ocorrem no território e que também integram a investigação. Houve ocasiões, por exemplo, em que não foi possível entrar na vicinal e ir até o lote rural onde havia a plantação de bananas, devido a buracos, pontes quebradas, árvores caídas no meio da pista e mato fechando as estradas ou os carreadores<sup>58</sup>. Esses problemas tornaram o trânsito inviável, de modo que não era possível acompanhar e registrar as experiências de trabalho no campo em tempo real. Dados esses impedimentos, muitas informações foram colhidas a partir de fotos e relatos apresentados pelas discentes participantes, que, ao compartilharem esses registros, contavam com a contribuição dos pais para esclarecer dúvidas sobre as condições de trabalho na vicinal.

#### **f) As Longas Distâncias a Percorrer Entre a Cidade do Pesquisador e os Lotes Rurais nos Municípios das Participantes.**

---

<sup>58</sup> “Um rastro considerável em meio à vegetação, uma trilha improvisada, linhas de chão batido no terreno, incluindo vegetação esmagada e alguns buracos no chão. Trilha improvisada em meio à lavoura ou à floresta, devido ao tráfego de veículos, animais ou pessoas”. Disponível em: < <https://www.agro20.com.br/carreador/>. > Acesso em: 21 setembro de 2022.

Como a maioria das participantes mora longe do município em que resido, e as vicinais em que possuem lote e trabalham com a produção da banana localizam-se em região de difícil acesso, o agendamento para encontrar um tempo adequado para as visitas não foi tão fácil. Sempre que eu entrava em contato com as participantes ou com seus pais, por telefone ou mesmo procurando a discente na escola, era necessário, primeiramente, encontrar dias e horários oportunos para todos: pesquisador, participantes e família.

Uma das dificuldades encontradas, além da distância a percorrer, era conciliar os dias das visitas com os momentos em que a participante e seus familiares estivessem trabalhando juntos no campo. Como o lote fica longe da cidade e da rota do ônibus escolar, a maioria das participantes, para estudar, fica na cidade, enquanto os pais (ou, pelo menos, um deles) ficam trabalhando na vicinal. Há casos em que, enquanto os filhos passam o dia estudando no *campus* do IFRR, os pais passam o dia trabalhando no lote, retornando à noite para a cidade, no intuito de dormirem com os(as) filhos(as), mantendo sua proteção e segurança.

Para superar a dificuldade de conciliar as entrevistas com os registros das atividades de trabalho no campo realizadas pelas participantes e por suas famílias, foi necessário, em algumas situações, realizar as entrevistas com a participante em sua casa na cidade e, em outro momento, realizar a visita na vicinal, para registrar a produção e o trabalho dos pais com a cultura da banana. Assim, quando possível, registrei a participação concreta da discente participante nos afazeres e no compartilhamento dos seus saberes e experiências de trabalho no campo.

## 8.2 LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL E EXPERIÊNCIAS DE VIDA E TRABALHO COM A CULTURA DA BANANA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Neste item, apresento e discuto os resultados obtidos a partir das observações, das entrevistas e da pesquisa documental realizadas com as participantes em suas experiências de vida e trabalho no campo. Dessa forma, à medida que transcrevo alguns trechos dos testemunhos coletados, faço as minhas interpretações, embasando-as com o referencial teórico e as referências bibliográficas orientadoras da pesquisa. Assim, no recorte específico da vida no

campo e seus desafios, ao perceber a realidade das famílias que precisam estar no lote para garantir a sobrevivência, mesmo que precária, busquei indagar as participantes sobre como era morar na vicinal.

*Lá no sítio<sup>59</sup> é bom pra gente morar porque é mais tranquilo. A gente aprende a cuidar dos animais, a gente produz as coisas que gostamos de comer. Só que é complicado, porque é muito difícil pra tá vendendo nossas coisas. Tá saindo pra cá [para a cidade]. A estrada é muito ruim. E morar aqui na cidade também é bem complicado, porque só é em casa e não tem quase nada pra fazer. Mas o bom de lá é que a gente tá perto de tudo. Tem banco, tá bem ali! Quer ir ao hospital, está mais perto. Ir pra escola. E no lote, não! (Participante II – Assentamento Anauá)*

Embora os(as) jovens do campo façam parte das relações sociais de produção e da vida em comunidade, atuando ativamente em vários segmentos da vida social, na maioria das vezes não são contemplados(as) por políticas públicas que lhes propiciem direitos, melhores oportunidades e escolhas. Se, nas cidades, muitos(as) jovens que vivem em situação de pobreza e/ou moram em bairros pobres não são contemplados por políticas públicas educacionais e outras formas de inclusão, o que dizer do(as) adolescentes e jovens oriundos(as) de assentamentos rurais?

*Nunca morei no lote, só aqui na vila mesmo. Não tenho muita base não, mas sei que quem mora na vicinal não dá para estudar no IF. Aonde meu pai tem um lote, não tem energia. E sobre as diversões, igreja, relacionamentos, o jovem não tem tempo. Ele vai se desvinculando de tudo ali, porque não tem tempo. Se eu morasse no lote, não teria como fazer amizades, religião, porque é muito longe de um lote para outro. Como sair? O deslocamento é muito difícil, faça chuva ou faça sol. Porque, se tá chovendo, é lama. Se tá sol, é poeira. (Participante III – Assentamento Jatapu)*

---

<sup>59</sup> A entrevista foi realizada num final de semana em que a família estava na cidade para vender os produtos e cuidar da horta que cultivam no quintal de casa.

A falta de acesso aos sistemas de comunicação, como internet, telefone celulares e redes de informações virtuais também é listada como entrave para a permanência dos(as) adolescentes e jovens no lote enquanto estudam. Atualmente, o acesso aos meios tecnológicos de comunicação e informação são essenciais para uma melhor aprendizagem e para o acompanhamento do que acontece na escola e no mundo. Além disso, as participantes pontuam a questão do isolamento em relação aos contatos com outros jovens, prejudicando assim as relações socioafetivas. Portanto, para as discentes, situações como essas tornam mais complicada a vida na vicinal.

*Morar no lote é bem difícil. Tudo é longe dentro de uma vicinal. Pra ir pra uma igreja ou para encontrar pessoas é bem diferente da rua (cidade). Sem acesso à internet e outras coisas. (Participante I – Assentamento São Luizão)*

Em pesquisa etnográfica para a tese de doutorado realizada por Castro (2005) sobre a juventude rural e o dilema entre ficar no campo ou sair dele, a autora aponta que, durante a realização da pesquisa de campo, a percepção de que os jovens dos assentamentos estavam migrando para a cidade era algo recorrente. Assim,

A maioria dos jovens que afirmaram querer ir embora, relacionou esse desejo a querer viver em um lugar melhor. Podemos afirmar que essa construção é fruto da percepção do tempo vivido em uma área rural desvalorizada socialmente nos espaços urbanos que frequentam, tanto nas referências estigmatizadoras sobre a sua população, quanto pela “exclusão” ao acesso aos serviços públicos e mesmo aos privados (CASTRO, 2009, p. 192).

Na realidade de muitas vicinais da região, os contatos pessoais no campo são limitados, basicamente, aos familiares que moram na mesma casa e aos poucos vizinhos, não tão próximos, pois o sistema de divisão dos lotes e as moradias rurais<sup>60</sup> não permitem uma proximidade entre as casas, tal como ocorre nas vilas e cidades. Sendo assim, a maior interação e integração entre os

---

<sup>60</sup> Nessa região, os(as) trabalhadores(as) que moram nos assentamentos rurais constroem suas casas dentro do próprio lote. Quanto à extensão e à forma como foram divididos os lotes rurais, estes têm, em média, 60 hectares cada um. Alguns têm 350m de frente e de fundo, com 2.000m de laterais (direita e esquerda), ou com 500m frente/fundo, com 1.200m laterais (esquerda e direita). Em algumas regiões do país, foram implantadas nos assentamentos as *agrovilas*, centros habitacionais geralmente compostos por um conjunto de casas construídas pelo Poder Público, no intuito de possibilitar proximidade com o campo, mas com certa infraestrutura para atender a essa população e estabelecer uma ligação com a zona urbana. Essa modalidade não foi implantada na região sul de Roraima.



jovens acontece durante o momento em que estão no ambiente escolar; no entanto, nesse espaço e durante esse tempo, há mais obrigações, horários e tarefas a cumprir do que tempo livre para o aprofundamento das redes de relações sociais presenciais. Somam-se a isso as dificuldades de deslocamento até a escola, tanto pela distância quanto pela falta de transporte.

*Geralmente eu acordo por volta das três e meia pra revisar algum conteúdo, fazer alguma atividade. Aí, por volta de quatro e meia ou cinco horas, vou me arrumar. Tomo café e venho embora pra cidade pra pegar o ônibus do IF. Às vezes meu pai me traz de moto. E quando tá chovendo é de carro. O deslocamento é meio cansativo, mas eu acho bem legal a gente ficar o dia todo estudando. Não acho que seja muito longe, mas também não é muito perto, né? A gente fica feliz por ter os ônibus, né? Que leva e traz a gente todos os dias.* (Participante II - Assentamento Anauá)

Nas muitas vicinais que visitei, o cenário observado foi de carência de políticas públicas voltadas para a juventude residente nos assentamentos e de falta de programas governamentais que promovam melhores condições de vida a todos(as) os(as) trabalhadores rurais. Por isso, nos assentamentos, não se notam os investimentos básicos necessários para as áreas de infraestrutura rodoviária, agrícola, educacional e de saúde. As péssimas condições das estradas impactam também as relações socioculturais e afetivas da comunidade, visto que, sem condições de deslocamento, os contatos sociais também são afetados. São situações como essas que geram, nos jovens e em muitos(as) trabalhadores(as) adultos(as), o desânimo e a pouca expectativa sobre continuar vivendo no campo. A falta de uma política de reforma agrária que propicie condições dignas de vida aos(às) assentados(as) da região foi um ponto que as participantes consideraram como empecilho à vida dos(as) trabalhadores(as) rurais como um todo. Castro (2009, p. 182) afirma que

A juventude rural no Brasil é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais.

Para Sousa Oliveira (2015, p. 18), em sua dissertação de mestrado, citando Martins (1983):

A migração, o não ter raízes numa terra determinada ou numa propriedade definida, é resultado, fundamentalmente, do avanço do capital sobre a terra. Nesse sentido, a permanência do homem no campo não é estática e está relacionada com as diversas formas de estruturação econômica, política, cultural e social do capitalismo no meio rural brasileiro.

Quando a família tem filhos em idade escolar, a migração do campo para a cidade torna-se uma emergente saída, pois nem sempre os ônibus escolares chegam regularmente às residências dos(as) trabalhadores(as) rurais assentados(as). É importante salientar que, nas poucas vicinais em que havia alguma escola, esta foi abandonada e substituída pelas rotas dos ônibus escolares do estado e do município que realizam o trajeto por meio do programa “Caminhos da Escola<sup>61</sup>”. Assim, para os adolescentes e jovens que precisam se deslocar diariamente para estudar na cidade, é difícil conciliar os estudos com o trabalho no campo com os pais. Tal afirmação pode ser constatada nos relatos das discentes do IFRR/CNP, participantes da pesquisa.

*No meu ponto de vista, eu acharia muito difícil um aluno associar estudo e trabalho. Ele poderia trabalhar, mas se daria mal nas disciplinas, porque o curso é muito puxado. Então, não tem como. É impossível o aluno estar na escola, estudar e trabalhar. E, se isso acontecer, ele vai mal na disciplina. E, no caso do lote, ele vai lá pra ajudar, mais em questão de lazer, olhar, tá ali. Agora, ter responsabilidades diárias não dá pra conciliar. No meu caso, por exemplo, para ajudar no lote é bem difícil, porque fica longe o lugar. Mas sempre quando eu passo próximo de um bananal e vejo a produção bananas... Por exemplo, como já estudei sobre fungos, eu reparo e analiso e consigo identificar se há*

---

<sup>61</sup> O programa “Caminhos da Escola”, de acordo com o Fundo de Desenvolvimento da Educação/MEC (FNDE), é um programa disciplinado pelo Decreto Nº 6.768, de 2009, que consiste no apoio da União, por intermédio do Ministério da Educação, aos sistemas públicos de educação básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios na aquisição de veículos para transporte dos estudantes da zona rural. Disponível em:< [https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/AutenticacaoAction.php?acao=acessarModuloCidadao&cod\\_menu=743%20](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/AutenticacaoAction.php?acao=acessarModuloCidadao&cod_menu=743%20). Acesso em:> 15mar2023.

*fungos nas bananeiras. Mas ir no campo, atualmente, não tem como*<sup>62</sup>  
(Participante I – Assentamento Anauá).

Diante desse contexto, Ciavatta e Rummert (2010, p. 466) asseveram que

Construir um novo projeto educativo, expresso em um currículo transformado e transformador, que rompa com os parâmetros impostos pelas forças dominantes, é uma tarefa que se impõe quando nos voltamos para a educação de jovens e adultos, a qual não pode ignorar as experiências que esses trazem como marca e como potencialidade para o espaço educativo

Os desafios que as famílias assentadas encontram diariamente vão desde a falta de escolas à escassez de profissionais qualificados que permaneçam no campo. Nos lugares em que há alguma unidade educacional, a descontextualização do ensino com relação à realidade dos(as) discentes induz esses(as) adolescentes e jovens ao abandono precoce dos estudos.

Esses sujeitos também precisam trabalhar, desde cedo, para tentar superar as contradições existentes em sua comunidade. Nesse ponto, quando se trata do acesso a uma formação profissional, seja de nível técnico seja de nível superior, as barreiras encontradas são gigantescas. Em decorrência desses fatores, as taxas de analfabetismo nas zonas rurais e nas camadas mais pobres da sociedade tornam-se cada vez mais expressivas. Assim, os(as) poucos(as) trabalhadores(as) que resistem e permanecem no lote o fazem porque, além de apresentarem baixo nível de letramento, lá é o único lugar que ainda resta como fonte de sustentar a família, mesmo que precariamente.

Outra realidade que encontrei nas vicinais foi a presença significativa de muitas pessoas idosas que já estão há três décadas vivendo no lote. Esses sujeitos (homens e mulheres) continuam enfrentando praticamente as mesmas dificuldades de quando chegaram ali pela primeira vez para trabalhar.

Imagem 13 – Casa de pequeno agricultor assentado (PA Jatapu) que precisa viver sozinho no lote enquanto a família permanece na cidade

---

<sup>62</sup> O lote rural da família fica a 200km da cidade onde moram. Assim, o padraço passa a maior parte do tempo na vicinal, vindo de 15 em 15 dias para trazer produtos e comprar o rancho (cesta básica) e outras produtos para o lote.



Fonte: Arquivo pessoal de fotos do pesquisador

As longas distâncias entre os lotes rurais até as vilas e cidades obrigam muitas famílias a viver parcialmente separadas, isto é, uma parte fica morando no lote, e a outra na cidade. A respeito dessas migrações para o meio urbano, é comum encontrar várias residências, nas vicinais, em que somente o pai e, às vezes, um dos filhos, vive ali, pois os demais membros da família, principalmente a mãe, com as crianças menores e os adolescentes, já foi para a cidade. Afinal, é na cidade que precisam estar para ter acesso a outros serviços básicos, como assistência à saúde e à educação, além da aquisição de alimentos e da possibilidade de usufruir de algum benefício social, como o programa Bolsa Família<sup>63</sup>. Daí decorre o fato de essas famílias de pequenos(as) trabalhadores(as) rurais ficarem a maior parte do tempo vivendo em regime de separação forçada de seus membros.

Para Freire (1987, p. 20),

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta

---

<sup>63</sup> O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência direta e indireta de renda, que integra benefícios de assistência social, saúde, educação e emprego, destinado às famílias em situação de pobreza. Além disso, o Programa oferece ferramentas para a emancipação socioeconômica da família em situação de vulnerabilidade social. Instituído no governo Lula pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, e convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal nº 10.836. Disponível em:< <https://bfa.saude.gov.br/>> Acesso em: 23/mar/2023.

que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.

Penso que a superação dessas situações de injustiça e de opressão ocorrerá somente pela tomada de consciência crítica revolucionária da sociedade civil organizada, do campo e da cidade. No caso do IFRR/CNP, a sua base de formação técnica integrada ao ensino médio tem o potencial de contribuir, conforme autodeclarado em documentos oficiais, com a construção dessa consciência crítica, a partir de “uma educação tecnológica comprometida com a formação humana integral [...] e com a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais” (BRASIL, 2019-2023, p.31).

Ciavatta (2005, p. 4) afirma que

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

A integração (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p.20) tem como enfoque principal o princípio educativo do trabalho, cujos objetivos são a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, a incorporação da dimensão intelectual ao trabalho produtivo e a formação de trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Nesse caminho de reflexão (FREIRE, 1987), somente uma educação crítica e emancipadora abrirá caminhos para a participação ativa e consciente dos sujeitos que, em suas condições de seres oprimidos pelo poder opressor, disponham-se a lutar por um novo modo de vida material, opinando e decidindo sobre seus espaços e lugares na sociedade.

Nessa conjuntura, Freire (1987, p. 6) defende que

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosa que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais.

Esse processo educativo, construído *na* e *pela* práxis, que é o processo do pensar e do agir, está vinculado a todos os elementos históricos que envolvem diversas dimensões da vida desses jovens. Logo, isso inclui questões

econômicas, culturais e de gênero, bem como suas relações sociais e os conflitos existentes, consigo (por ser um ser em formação e transformação), com seus familiares, com a comunidade a que pertencem, com outros jovens, com a instituição de ensino e o espaço que ocupam nela. E (por que não?), com a vida concreta material em relação às exigências do trabalho (forças produtivas e modos de produção) e às expectativas de sobrevivência nesta sociedade capitalista.

Ao discorrer sobre a importância do trabalho e o seu sentido para a humanidade, trago para este debate fundamentos de Tiriba e Fischer (2015, p. 415):

Mediado pelo trabalho, o ser humano transforma, cria e recria a natureza, produz conhecimento e cultura. Como a vida é movimento, qualquer forma de saber é, portanto, uma obra em aberto. Nesse sentido, trabalho e educação não se constituem como dimensões separadas da vida.

Assim, a implementação de um programa de formação profissional integrada à educação envolve todos os aspectos da realidade objetiva e subjetiva do ser humano, unindo a formação crítica intelectual ao trabalho produtivo.

Esse processo de produção do saber, na perspectiva da formação integral – considerando as realidades historicamente construídas pelos sujeitos em suas múltiplas relações sociais –, pode contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade em que o trabalho, como princípio educativo, conduza à não individualização do indivíduo, mas a provocá-lo a “ser mais” (FREIRE, 1987).

O princípio educativo do trabalho relaciona-se com a politecnicidade defendida por Saviani (1989), em que toda organização e toda concepção de educação vêm da realidade do trabalho, porque toda a formação e identidade humanas são construídas pelo trabalho. Logo, “a noção de politecnicidade se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p. 13). O autor ressalta que

A concepção politécnica implica a progressiva generalização do ensino médio como formação necessária para todos, independentemente do tipo de ocupação que cada um venha a exercer na sociedade. Sobre a base da relação explícita entre trabalho e educação se desenvolve, portanto, uma escola média de formação geral (SAVIANI, 2016, p. 80).

No contexto real do trabalho e dos saberes das experiências produzidos nos assentamentos, procurei saber o quanto as participantes tinham de conhecimentos e práticas em relação à produção de bananas.

*Bom, no plantio de banana, geralmente é meu pai que arranca os pés. Aí ele faz as covas, e a gente planta. Às vezes, a gente joga algum adubo em torno delas, ou a gente põe algum tipo de irrigação.* (Participante II – Assentamento Anauá)

A participante, assim como os demais membros da família, atua em todos os ramos de trabalho inerentes à vida rural. Na ida ao lote onde mora, percebi que não há tarefas específicas para homens ou para mulheres. Lá, todos(as) trabalham conjuntamente. Sendo assim, a participante ajuda nas tarefas de casa, no cultivo e venda das hortaliças, no tratamento com os animais (bovinos, suínos e galináceos) e na produção de doces, queijos e coalhadas. De acordo com a discente participante e com seus pais, eles realizam constantes testes com tudo o que aparece para plantar. Devido a isso, entre erros e acertos, adquiriram com o tempo muita experiência e conhecimento em relação às culturas que trabalham, como banana, citros, açaí e outros vegetais cultivados no lote. Em relação ao cultivo da banana, por exemplo, eles procuram plantar sempre nas proximidades do curral, pois a urina do gado beneficia a saúde do bananal. Tal descoberta ocorreu por meio da observação de que as bananeiras que ficavam mais próximas do curral eram as mais saudáveis. Daí, ao pesquisarem na internet e ao assistirem a um programa de televisão, descobriram que, além do esterco, a urina do gado agia como biofertilizante e defensivo químico. Outra situação que representa um saber prático é que a participante, em meio ao bananal, com diversas variedades de bananeiras, facilmente identifica cada espécie – pelo caule, pelas folhas ou por outras características – sem necessariamente ver os cachos ou as bananas na árvore.

Em relação a esses fenômenos concretos relacionados aos saberes da experiência de trabalho, Thompson (1981, p. 17) ressalta que

Conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico.

Imagem 14 – Discente participante da pesquisa e seu irmão, que também estuda no IFRR/CNP, apresentando as variedades de árvores frutíferas do lote



Fonte: Arquivo pessoal de fotos do pesquisador

O trabalhador, antes de receber as orientações do saber formal (em desaderência ou desinvestido) traz consigo história individual e coletiva, fruto da experiência adquirida em sua trajetória de trabalho e em outras atividades e contextos, em um movimento dialético.

Assim, para Trinquet (2010, p. 100):

Em toda a atividade e, portanto, em toda a atividade de trabalho, coloca-se em prática um saber pessoal, para preencher e gerir a distância prescrito/real. Esse saber é o resultado da história individual de cada um, sempre singular, ou seja, adquirida da própria experiência profissional e de outras experiências (social, familiar, cultural, esportiva).

A experiência é uma questão central como método de leitura da realidade e para o entendimento do conceito de classe social. À vista disso, analisando a experiência de classe, Thompson (1981, p. 15) afirma que a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.

Nesse sentido, considerando as experiências sob as perspectivas de histórias individuais e de classe social, considero que as experiências dos(as) discentes no campo, assim como tudo o que eles(as) dizem e sabem fazer, demonstram que os saberes investidos, produzidos nas situações de trabalho, precisam tornar-se objeto de atenção e incorporação no âmbito da teoria e da



prática curricular dos cursos ofertados no IFRR/CNP. Como afirma Yves Schwartz (2010, p. 39):

A experiência é o movimento mesmo da gênese do saber e, por conseguinte, não podemos mais opor experiência e saber. Não encontramos mais as duas polaridades essenciais e essa tendência se prolonga naquilo que poderíamos chamar rapidamente, a *práxis* marxista e marxisante: é por intermédio da produção material que advém a fabricação, se podemos dizer, da experiência humana, a elaboração de seus saberes.

Trazendo esse apontamento para a vida real dos(as) discentes do *Campus* Novo Paraíso, vê-se que os saberes e valores constituem-se, e ao mesmo tempo são constituídos, nas experiências diárias de observar e fazer propriamente o trabalho na roça. É o que relata a participante do PA Jatapu, que acompanha, desde muito pequena, esse tipo de trabalho, visto que seu pai sempre esteve envolvido com a bananicultura.

*Antes eu acompanhava. Eu já cheguei a carregar, colocar nas caixas, separar por palmas, e já cheguei a ver bastante na madrugada, carregando os caminhões. Às vezes, tem que carregar o caminhão de bananas até de madrugada. Antes era só o meu pai que ia, agora o meu irmão, que já está de maior, ajuda. O resto são trabalhadores contratados por diária.* (Participante III – Assentamento Jatapu)

Engels (2007) enfatiza que as formas de produção são definidoras da compreensão da história e da consciência coletiva, que correspondem às formas específicas da estruturação social. Assim se estrutura a totalidade conceitual do materialismo dialético, com a apreensão e a compreensão da sociedade em sua realidade concreta; daí a importância de se compreender os acontecimentos históricos e os processos sociais na formação dos sujeitos. E isso só é possível se levarmos em consideração as experiências concretas de homens e mulheres, agindo e interagindo em determinados tempo e lugar (CALDART, 2000).

De acordo com Fischer e Franzoi, 2009, p. 43),

A experiência do trabalho, independente do ciclo de vida em que o ser humano se encontra, problematiza sobremaneira o entendimento de «aluno». Interroga, por consequência, a relação entre prática e teoria, entre trabalho/outras experiências da vida e a instituição escolar. É tal a relevância disso que o mais adequado seria falarmos de *trabalhador-aluno* e não de *aluno-trabalhador*, como o fazem alguns estudiosos, em função do peso substantivo do trabalho na constituição desses sujeitos.

Nesse contexto, para a ergologia, “a atividade do trabalho é sempre expressão de uma *relação social*. Que ela é condicionada por essa relação social e, sobretudo, pelo estado de forças sociais presentes” (Trinquet, 2010, p. 110). Por essas experiências coletivas, estabelecidas pelo trabalho e pela educação, é que Freire (1987, p. 22) afirma: “Ninguém educa o outro, ninguém se educa sozinho, os homens se educam conjuntamente por intermédio do mundo”. Portanto, constata-se aí a necessidade de formação integral *com e a serviço* da classe dos trabalhadores.

Imagem15 – Estrada vicinal, PA Anauá, Rorainópolis (RR)



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Indo numa direção que se contraponha ao poder hegemônico do capital controlador do Estado (Ciavatta, 2005, p. 13), é necessário que a educação, sob o ponto de vista da modalidade de ensino médio integrado ao técnico, seja realmente integrada a todos os campos, tanto na preparação para o trabalho quanto nos processos produtivos e educativos. Nesse caso, Baracho (2016) refere-se a um ensino médio integrado, que tenha como finalidade a aproximação teórica e prática das relações entre trabalho e educação.

Já para Ciavatta (2005, p. 13):

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico tecnológica e na sua apropriação histórico-social.

Frigotto (2018, p. 59) entende essa concepção de ensino médio integrado, em sua ação política, como “uma modalidade e espaço de travessia para aqueles jovens da classe trabalhadora que têm pressa, por necessidade vital, de se integrar dignamente no processo produtivo”. Nas palavras de Vasconcelos (2016, p. 165), “a consolidação na esfera da politécnica como um projeto educativo a serviço da classe trabalhadora só será possível se admitirmos o que Freire (2001) defendeu: é preciso educar os educadores e educadoras”.

Para a participante do PA Jatapu, desde que ela começou a estudar no IFRR/CNP, a situação mudou, pois não teve mais tempo de acompanhar os trabalhos *da e com* a família.

*Depois que eu tive que ir para o IF, não tive mais tempo pra nada. Só quando estou aqui. Como agora, que não estou podendo ir pra escola. Fora isso, eu fico pra lá e pra cá. E quando eu venho é no final de semana. Eu fico somente aqui, em casa, geralmente eu não acompanho a lida. Não tinha tempo! É uma sensação muito ruim. Além de ficar cansada durante o dia. A minha cabeça não sai daqui.* (Participante III – Assentamento Jatapu)

Refletindo sobre o testemunho elencado, pesquisei nas fontes primárias do IFRR, especificamente nas Diretrizes Pedagógicas contidas no PDI 2019-2023, os tópicos que tratavam dos processos de integração, das concepções curriculares e do processo ensino-aprendizagem. Esses aspectos, por tratarem do currículo e da formação integrada, são de suma importância para entender a questão levantada pela discente e sua aproximação ou seu distanciamento com o que está escrito nas diretrizes pedagógicas.

I – Não reduzir a educação às necessidades do mercado de trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência, é importante considerar os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais, as tendências da dinâmica socioprodutiva local, regional, nacional e global [...].

III – Promover a articulação da instituição com familiares dos estudantes e com a sociedade em geral. As experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional. A escola deve levar em conta a visão que os estudantes têm de si mesmos, as possibilidades de inserção social e profissional que o mundo externo lhes oferece e as modalidades formativas oferecidas pela escola. Isso exige um processo de diálogo e de conscientização dos estudantes e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível realização.

IV – Considerar, em primeiro lugar, as necessidades materiais dos estudantes, bem como proporcionar condições didático-pedagógicas às escolas e aos professores. Os sistemas e as instituições não podem estar alheios às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional dessa natureza, por exemplo, às necessidades dos estudantes para cumprir a jornada de estudos, em termos de locomoção, alimentação, renda mínima, para se manter e manter-se na escola; e a existência de instalações que ofereçam laboratórios, biblioteca, ateliês, espaços de lazer e oficinas, por meio 80 dos quais possam aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso (BRASIL, 2019-2023, p. 79-80).

Apesar de os dados documentais enfatizarem a questão da centralização nas “necessidades materiais dos estudantes”, o dia a dia dos(as) discentes que moram nos locais mais distantes do IFRR/CNP e necessitam se deslocar diariamente até o *campus* são caracterizados pela obrigação de acordar muito cedo e enfrentar várias horas, de ida e de volta, dentro dos ônibus<sup>64</sup>. A falta de manutenção desses veículos, que quebram com muita constância, bem como das rodovias, faz com que esses discentes convivam com atrasos, tanto nas chegadas ao *campus* do IFRR quanto nos retornos para casa. Sendo assim, embora haja um esforço por parte do instituto em dar condições aos discentes de terem acesso a uma educação de qualidade, percebe-se que os desafios para aqueles(as) que moram em locais mais distantes impactam o aproveitamento do curso.

*Quando eu comecei, os dois primeiros anos, que foram 2020 e 2021, foi melhor, porque eu estudava aqui em casa. Eu fazia as apostilas e tudo. Foi no tempo da pandemia, no ensino remoto. Depois que chegou o ensino presencial, foi que complicou minha vida. Eu tive que começar a morar na casa de uma tia. Lá, as complicações de convívio, coisas pessoais, não bateram. Eu tive que vir embora. E hoje estou aqui, em Entre Rios, e não tem como eu sair daqui todo*

---

<sup>64</sup> Sobre o uso do transporte escolar, quando este não passa pela vicinal, os poucos pais que dispõem de carro ou moto tentam levar os filhos até os locais mais próximos da rota, mas isso não dura muito tempo, já que muitas famílias nem sempre conseguem arcar com as despesas diárias com combustíveis e outras manutenções dos seus veículos. Devido a isso, são obrigadas a deixarem os filhos em casa sem estudar. Consequentemente, surgem, dentre outras necessidades, o fato de toda a família, ou parte dela, tentar a todo custo migrar para a cidade. Caso contrário, a evasão escolar é a saída para crianças e jovens, conduzindo-os(as) a se dedicarem, desde cedo, exclusivamente aos trabalhos braçais mal remunerados, ou sem nenhuma remuneração, no campo ou na cidade.

*santo dia, às três horas da manhã, e voltar em torno de oito horas da noite.*  
(Participante III - Assentamento Jatapu)

Dadas essas circunstâncias, muitos(as) estudantes já chegam à escola visivelmente cansados(as) e com sono. Portanto, é comum chegar às salas de aulas e encontrá-los(as) deitados(a) no chão, com seus cobertores, ou cochilando nos braços das cadeiras estudantis.

O Estado, por natureza reformista, cuida com bastante atenção da educação escolar destinada aos trabalhadores e seus filhos. A intenção estatal é ajustar a formação dos trabalhadores, de forma mais adequada possível, às demandas do capital. A organização estrutural e curricular da educação em sentido restrito é determinada, em última instância, pelo modo de produção capitalista, assim como ocorreu com os modos de produção que o antecederam, embora nas formas anteriores de reprodução social a educação escolar não fosse acessível à classe trabalhadora (SANTOS, FILHO e NOVAES, 2021, p. 20).

Talvez as dificuldades presentes na vida dos(as) estudantes do campo e das pequenas cidades, que carecem de boas escolas e de uma educação de qualidade, sejam também uma forma intencional de controle do currículo pelo Estado. Assim, o poder estatal busca limitar e dificultar ao máximo o acesso dos(as) filhos dos(as) trabalhadores(as) à educação profissional, transformadora da realidade. Nesse sentido, a proposta de integração do ensino médio à profissionalização dos jovens pode constituir-se como modo de resistência e de superação desse modelo educacional, que se caracteriza como reprodutor das leis do mercado do capital. Daí, as constantes lutas por parte dos IFs em conseguirem fomentos, para continuar oferecendo aos(às) filhos(as) dos(as) trabalhadores(as) o direito a uma formação que propicie uma verdadeira transformação social e econômica.

Em referência à constatação observada anteriormente e às circunstâncias desafiadoras para os(as) discentes do IFRR/CNP e seus familiares, busquei indagar as participantes sobre quais eram as expectativas dos pais em relação à educação ofertada no *campus*.

*Minha mãe sempre falou “Deixa tudo e foca só nos estudos”, porque acredito que, quando eu sair, vai ter um retorno. Então, ela nunca me coloca outras responsabilidades. Sempre minha responsabilidade foi estudar, para que eu consiga um dia terminar e futuramente dar um retorno pra ela.* (Participante I - Assentamento São Luizão)

O *Campus* Novo Paraíso é visto pela comunidade local como uma oportunidade concreta de acesso a outros processos de educação, tanto na perspectiva da formação profissional e acesso a cursos superiores, servindo de ponte para a ascensão social, quanto na garantia, esperada pelos pais, de um futuro melhor para seus filhos. Há também grandes expectativas da família quanto ao retorno das experiências e dos conhecimentos adquiridos na unidade de ensino, no sentido de serem aplicados no lote rural.

*Eles entendem. Eles que me motivam a continuar estudando e botar para estudar para conseguir uma profissão boa. Eles esperam que eu aprenda bastante coisa lá e traga para ajudar no plantio, na criação e tudo mais.* (Participante II - Assentamento Anauá)

*Eles querem muito que eu termine, até para ajudar eles mesmos, porque eles conhecem muito, mas o que vou aprender lá será benéfico pra todos. Então eles dão apoio.* (Participante III - Assentamento Jatapu)

Verifica-se, portanto, conforme relatos das participantes, que os pais esperam, que, futuramente, os(a) filhos(a) levem a seus lugares de origem algum retorno do que estão aprendendo no IF, contribuindo para melhores condições de trabalho e produção no campo. Para Malanchem (2014, p. 5), “o conhecimento por si só não liberta o ser humano: o que o liberta é a prática social”. Assim, cabe ao currículo prover as articulações apropriadas entre os conhecimentos científicos, a realidade objetiva e os saberes produzidos nos contextos em que vivem os(as) estudantes, no sentido de construir, progressivamente, os processos de formação da consciência revolucionária e libertadora do ser humano.

Consoante Tiriba e Fischer (2015, p. 415),

Os conhecimentos nascem de ações e interrogações que nós, seres humanos inacabados e históricos, fazemos por necessidade e/ou por curiosidade, em relação ao mundo natural e histórico-cultural do qual somos parte. Mediado pelo trabalho, o ser humano transforma, cria e recria a natureza, produz conhecimento e cultura. Como a vida é movimento, qualquer forma de saber é, portanto, uma obra em aberto. Nesse sentido, trabalho e educação não se constituem como dimensões separadas da vida.

O envolvimento das famílias no processo formativo educacional dos filhos(as) e nas relações de trabalho justifica as expectativas dos pais em relação à formação no IFRR/CNP.

São sempre os indivíduos determinados, com uma atividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas. A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e indiretamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens: é a linguagem da vida real (MARX E ENGELS, 2007, p. 8).

A oferta dos cursos técnicos no IFRR-CNP (PDI 2019-2023), sob o ponto de vista do desenvolvimento regional, desponta como oportunidade de profissionalização para um público que já concluiu o ensino fundamental. Assim, busca-se a formação de profissionais capazes de intervir no desenvolvimento econômico da região e na realidade local, buscando superar problemas relacionados à organização social, com conhecimentos voltados à produção da agricultura, do pescado, da produção vegetal, pecuária e beneficiamento de produtos agrícolas. Além disso, também habilitados a atuar em setores relacionados com a ciência e a alimentação humana, bem como a desenvolver atividades inerentes à aplicação de tecnologias viáveis e seguras em toda a cadeia produtiva dos alimentos.

### 8.3 A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INTEGRAL NO IFRR/CNP E OS SABERES DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE DISCENTES CAMPESINOS

Contemplando a dimensão *Educação e Trabalho*, no conjunto dos assuntos levantados durante as entrevistas, objetivei verificar se, no IFRR/CNP, a formação integral de nível médio oportunizava espaços de reflexão a respeito das experiências e dos conhecimentos dos(a) estudantes camponeses(as). Por isso, essa discussão leva em consideração a questão humana do “ser e estar no mundo<sup>65</sup>”, suas relações consigo, com o cosmos<sup>66</sup> e com os outros.

---

<sup>65</sup> “O Ser no mundo significa o fenômeno da unidade. Trata-se, de uma construção necessária e a priori da presença, mas de forma alguma suficiente para determinar por completo o seu ser. Para Heidegger (2005), o ser no mundo pode ser compreendido como “ser-em”, que é um “estar dentro de...” Desta forma, o ser, entendido como “eu-sou”, isto é, como existencial, significa morar junto a... ser familiar com... Ser em é, pois, a expressão formal e existencial do ser da presença que possui a constituição essencial de ser no mundo” (HEIDEGGER, 2005, p. 92).

<sup>66</sup> Cosmos “é a imagem do mundo que cada um forma, mas por isso mesmo não é o mundo como soma total de todas as coisas e os eus existentes, isto é, como totalidade omnicompreensiva” (ABBAGNANO, 2007, p. 226).

Sobre os conhecimentos acadêmicos, a valorização dos saberes das experiências de trabalho e os espaços que estes ocupam na prática docente em sala de aula, as participantes deram as seguintes respostas:

*Essa parte é muito interessante, pois, antes da aplicação da disciplina, eles já apresentam perguntas, apresentam sobre o que vão estudar. Os professores priorizam muito o saber, sobre como é que a gente entende. Tipo, perguntam sobre o que já sabemos daquilo. Exemplo: suinocultura. Pergunta sobre o que já sabemos sobre suínos, o que aprendeu quando era criança e como tem esse conhecimento. E, depois, quando eles apresentam os conteúdos, a gente nota a diferença do nosso saber para o conhecimento técnico”.* (Participante I – Assentamento São Luizão)

A discente também acredita que há integração entre o conhecimento técnico aplicado na escola e os saberes adquiridos nas experiências de trabalho. Ela afirma que os(as) docentes valorizam também as experiências, pois são conhecimentos próximos.

*No IF, usa muito os termos técnicos; porém, a forma como a gente conhece é uma forma que não usa muito os termos técnicos. Exemplo: em fruticultura, a gente conhece laranja. Mas quando a gente estuda, tem um diferencial. Isso contribui, ajuda bastante na nossa aprendizagem.* (Participante I – Assentamento São Luizão).

Nessa mesma linha de pensamento, a participante do Assentamento Anauá compartilha o seguinte testemunho:

*Nas aulas técnicas e práticas, o professor sempre pergunta se a gente conhece aquilo, se poderia falar alguma coisa que a gente faz, no dia a dia, a respeito daquilo. Se a gente não conhece, eles explicam pra gente. Então há essa integração. Em várias matérias, eu chegava até a mostrar fotos. Tipo, a gente tava tendo aula de fertilidade e manejo do solo. Aí, o professor estava falando sobre adubação orgânica e tudo o mais. Aí, eu mostrei pra ele a foto do nosso plantio de alface* (Participante II - Assentamento Anauá).

Analisei as respostas e comparei-as com a Proposta Curricular do IFRR/CNP, que centra “no desenvolvimento do sujeito nos aspectos cognitivo,



afetivo-emocional e sociocultural, a oportunidade para construir a sua autonomia, criticidade, criatividade e empreendedorismo, a partir da interação entre teoria e prática” (IFRR/CNP, 2012, p. 11).

É possível identificar, nos relatos das participantes entrevistadas, que, para a maioria dos estudantes, existe uma proximidade entre o conhecimento acadêmico mediado pelos docentes e a valorização de alguns saberes das experiências dos discentes. Nesse sentido, podemos afirmar, pelas práticas pedagógicas dos professores em sala de aula e nas aulas de campo, que há um esforço profissional para atender aos princípios da pedagogia histórico-crítica, defendido no Plano do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP, conforme fragmento a seguir.

Os fundamentos e pressupostos da pedagogia crítico-social dos conteúdos, favorece o papel da educação e da escola como instrumento e espaço de transformação social e mobiliza os princípios da interdisciplinaridade. Propicia ainda, a ambientação pedagógica necessária à atenção aos pressupostos da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, na medida em que o conhecimento da realidade do discente e de seu contexto histórico-social são elementos constituintes dessa prática, que só terá sentido, com o efetivo envolvimento do discente, em todas as etapas desse processo (BRASIL/IFRR, 2012, p. 12).

De acordo com as orientações pedagógicas dos cursos técnicos, o *campus* realiza diagnósticos<sup>67</sup> conhecendo a realidade local, desafios e potencialidades. Dessa forma, a interdisciplinaridade integra os planejamentos pedagógicos e os planos de ensino dos(as) docentes. Assim, a educação é entendida em sua integralidade, isto é, a construção dos saberes envolve os sujeitos, a escola e a realidade da comunidade.

Nesse recorte de pesquisa sobre o PDI, a Organização Didática, o Currículo e o Plano de Curso, também tentei buscar nos documentos informações sobre o aproveitamento e a valorização dos saberes das experiências dos(as) discentes. Como resultado, encontrei somente alguns critérios que o *campus* tem adotado para aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, como o aproveitamento de disciplinas modulares de

---

<sup>67</sup> Orientações Gerais para Elaboração e Atualização de Projeto Pedagógico de Curso Técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, 2023. A Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022 estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

cursos técnicos já concluídos, cursos de formação inicial e continuada, experiência de trabalho formal (mediante avaliação do discente por uma comissão docente) e cursos com certificações reconhecidas (Id, 2012, p. 104). Sendo assim, na prática, os saberes da experiência de jovens que trabalham com a cultura da banana e de discentes camponeses em geral servem apenas como zonas proximais dos conhecimentos científicos, visto que, quando se trata de utilizá-los como provas de aproveitamento de algum componente curricular, priorizam-se certificações emitidas por órgãos instituídos legalmente.

O PDI/IFRR (2020, p. 27) estabelece como missão “Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.” Nesse objetivo de aproximar a educação integral da formação humana em sua integralidade histórico-social no contexto do trabalho e da educação, Ciavatta (2005, p. 13-15) aponta o seguinte pressuposto:

O primeiro pressuposto da formação integrada é um projeto social onde as diversas instâncias responsáveis pela educação (governo federal, secretarias de educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho. [...]. As experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional. Observamos, nessas experiências, que a escola deve levar em conta a visão (i) que os alunos têm de si mesmos, (ii) das possibilidades de inserção social e laboral que o mundo externo lhes oferece e (iii) das modalidades formativas oferecidas pela escola. O que exige um processo de diálogo e de conscientização dos alunos e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível realização.

Essa modalidade educativa é diferente da formação profissionalizante defendida pela sociedade do capital, cuja única intenção é produzir mão de obra passiva e excedente para atender às necessidades do mercado capitalista. Exemplifica essa afirmação o Decreto nº 7.566/1909 (BRASIL, 1909, p. 4), que caracteriza muito bem essa realidade, já no início do século XX, no Brasil. Segundo esse decreto, a formação técnica formal tinha a finalidade de incutir nos alunos “hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República, formar cidadãos úteis à Nação”.

Sobre a contextualização dos saberes e das experiências, é interessante o depoimento da Participante I – Assentamento São Luizão, transcrito a seguir.

*Eu acho que deveria ter mais assistência. Eu não culpo a escola, mas olhar pelo menos para as famílias que têm essa produção, estar colocando projeto para os alunos fazer, estar ajudando as famílias e estar fazendo, assim, um acordo com a escola. Exemplo: tua produção é disso; vamos fazer um projeto. A gente vai ajudar nisso e nisso, aí vai retornar tal quantia para a escola. Então acho isso muito legal, uma ligação com os alunos, com a família e junto com a escola. Se tivesse isso, seria muito legal.*

A sugestão da discente sobre a escola focar mais na realidade concreta e objetiva da vida e do trabalho familiar reflete que, embora apareçam, em alguns depoimentos, afirmações da aproximação do currículo e das disciplinas com a realidade dos(as) discentes, o IFRR precisa achegar-se um pouco mais a respeito do que vem ocorrendo no território produtivo atendido por ele. Dessa maneira, o *campus* realmente viverá a práxis pedagógica, com a valorização dos saberes próprios da experiência de trabalho dos(as) discentes.

Sob o prisma da ergologia, Schwartz (2010, p. 45) demonstra essa questão.

Na perspectiva ergológica, falamos de *saber investido*. Isso reenvia à especificidade da competência adquirida na experiência, que deve ser investida em situações históricas. São saberes que ocorrem em aderência, em capilaridade com a gestão de todas as situações de trabalho, elas mesmas adquiridas nas trajetórias individuais e coletivas singulares, contrariamente aos saberes acadêmicos, formais que, são desinvestidos, ou seja, que podem ser definidos e relacionados com outros conceitos independentemente das situações particulares.

Para aprofundar a análise, contemplando a dimensão *educação e experiências de trabalho*, indaguei as participantes sobre a contribuição e a relevância teórica e prática do IFRR e do Curso Técnico em Agropecuária para a região. Sobre isso, as participantes ressaltam o seguinte:

*O IF contribui muito com o nosso ensino e principalmente na nossa vida pessoal. Eles [docentes] ensinam a gente a conviver com pessoas diariamente, que isso não é fácil pra ninguém, então o convívio é muito interessante.*  
(Participante I – Assentamento São Luizão)

Junto a essa imagem positiva que a participante tem do IFRR, ela faz uma sugestão a respeito da formação profissional integral.

*Acredito assim, que o IF deveria melhorar para podermos ter mais conhecimentos fora da nossa região, porque, querendo ou não, a gente futuramente pode estar passando em concurso fora da nossa região e a experiência vai ser totalmente diferente. Então deveria focar em levar os alunos, pelo menos uma vez no ano; uma turma, para que, pelo menos os que estão terminando tenha experiência em outra região que não seja Roraima. Conhecer outra realidade. (Id. Assentamento São Luizão)*

Sobre esse mesmo assunto, a outra participante – PA Jatapu – apresenta uma necessidade que, segundo ela, deveria ser atendida nos cursos e que, no momento, deixa a desejar.

*O IF tem um ótimo ensino; eles oferecem muitas coisas boas. Só que, assim, na maioria das vezes, não estão tendo aulas práticas. Eles [professores] falam muito e, na prática, a gente não tem. A prática de campo não está tendo. Eles deveriam correr atrás. Exemplo: estou estudando silvicultura; correr atrás de tal coisa que a gente vai estudar sobre. Falar menos. Assim, falar, mas relacionado, não só na teoria, ir a campo (Participante III – Assentamento Jatapu).*

Vê-se, nos depoimentos, que as discentes percebem o valor que a integração dos saberes da experiência (investidos) e os saberes escolares (desinvestidos) tem na formação integral, e como os(as) docentes, mediadores(as) dessa relação entre os saberes, contribuem para a formação humana integral. Ainda assim, há algumas respostas que perpassam todo o conjunto de expectativas e conceitos em relação ao curso. Uma delas é a necessidade de o IFRR/CNP adequar a carga horária às realidades dos(as) discentes, visto que moram longe do *campus*; ou seja, verificar a quantidade de disciplinas dadas por módulo e os horários de início das aulas. Outra questão, levantada por todas as participantes, diz respeito à necessidade de inserir mais experiências práticas no currículo do curso, considerando, principalmente, o cotidiano de trabalho e os tipos de produção existentes na região e nos assentamentos. Um terceiro ponto que as participantes ressaltaram está no fato

de o curso como um todo não esquecer de relacionar a realidade local com a de outras regiões do país, pois, se um dia algum egresso precisar trabalhar em outro estado, já terá certo conhecimento básico, que vai além do seu lugar. Isso demonstra a necessidade que os(as) estudantes têm da práxis educativa freireana, mesmo que ainda não conheçam a pedagogia progressista. Para Freire (1967, p. 97), “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

As ideias propostas pelas participantes condizem com Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), que defendem a tese de que é importante que os currículos e as propostas pedagógicas das escolas sejam produzidos de maneira participativa e contextualizada, nas condições concretas dos discentes, contribuindo com a reprodução ampliada da vida nos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos:

O currículo integrado está relacionado na totalidade da formação do ser humano. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 85).

A defesa da concepção de formação integral visa contribuir com a superação das contradições sociais, especialmente a separação entre trabalho manual e intelectual, ou seja, tem no horizonte a defesa de uma educação que valorize a essência humana como um todo, contemplando todos os aspectos teóricos e práticos da formação.

Corroborando essa concepção, temos a participante do PA Anauá, que expressa seu pensamento sobre a relevância do IFRR/CNP para ela e sua família:

*A qualidade lá é muito boa. Eu já aprendi bastante coisa. E todo dia quando eu tenho aula, eu sempre trago alguma coisa de interessante e fico contando pra minha mãe. O curso e a realidade da minha família têm tudo a ver. Sempre que, às vezes, o professor está falando sobre algum conteúdo que eu já sei e tô passando por ele em casa, eu compartilho com os professores. Às vezes*

*situações ruins ou situações boas. Eu acho que não falta nada* (Participante II – Assentamento Anauá).

O IFRR propõe-se a responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e com os rumos da sociedade contemporânea. À vista disso, o contexto de criação do IFRR revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

*Eu acho que o curso contribui muito. Por exemplo, o Curso Técnico em Agropecuária é uma área que mais abrange a realidade da região* (Participante I – Assentamento Anauá).

*Eu vejo que eles oferecem muito. Tipo assim, o meu curso é técnico em Agropecuária. Eles pegam cada disciplina, fazem uma junção que conseguem. Como posso dizer? Tem muita matéria que, como se não tivesse relacionada com a outra, mas que favorece muito aquilo; complementa. Eles oferecem muito isso* (Participante III – Assentamento Jatapu).

Pegando carona nas respostas relacionadas à contribuição e à importância do curso Técnico em Agropecuária para a vida dos(as) discentes e suas famílias, procurei saber como conseguiam (se conseguiam) conciliar o tempo de estudos no *Campus Novo Paraíso* com os trabalhos em casa ou no lote rural:

*No meio da semana, quando chego de tarde em casa, quando não tem muita tarefa, eu ajudo meus pais em qualquer coisa: comida para algum animal ou aguar horta, tirar uma verdura. Mas quando tem muita coisa pra eu estudar, não tem como ajudar. Tem dias que meu pai fica pedindo pra eu o ajudar, porque às vezes tem alguma coisa muito importante que tem que fazer, e ele não dá conta. É difícil, porque às vezes eu tô muito atarefada e não tem como ajudar ele. Para melhorar, é como o professor disse pra nós: os professores tentarem diminuir as nossas atividades pra casa, porque é muito pesado* (Participante II – Assentamento Anauá).



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

A respeito do tempo (ou da falta dele) para a conciliação dos trabalhos no cultivo da bananicultura e os trabalhos acadêmicos, reclamado pelas participantes, Frigotto, Ciavatta, Ramos, (2012, p. 59) são elucidativos:

A luta dos trabalhadores, desde a lendária “Arca de Noé”, dá-se no sentido de abreviar o tempo de trabalho necessário à produção dos bens e serviços imprescindíveis à sua reprodução físico-biológica, às suas necessidades básicas historicamente determinadas para dispor de tempo livre, tempo de escolha verdadeiramente criativo e, portanto, genuinamente humano. Não se trata, porém, de um tempo de férias ou descanso de fim de semana, mas de uma conquista histórica da humanidade que implica, na sua forma mais completa, superar as relações sociais capitalistas.

Para Antunes (2009, p. 29), a “disjunção radical entre produção para as necessidades sociais e autorreprodução do capital não é mais algo remoto, mas uma realidade presente no capitalismo contemporâneo, com consequências as mais devastadoras para o futuro”.

Por sua vez, Kuenzer (1991, p. 32) assevera que,

Enquanto existir a contradição entre capital e trabalho determinando uma certa forma de divisão social e técnica do trabalho que, por sua vez, determina o tipo e a quantidade de saber a que cada um tem direito em função de sua origem de classe e de seu lugar social, a seleção dos conteúdos é política.

Em relação à integração entre o curso técnico em Agropecuária e os saberes das experiências de trabalho, no que se refere, especificamente, à cultura da banana, para a participante do PA Jatapu, é algo que ainda precisa ser enxergado.

*Pra mim ainda é distante. Eu acredito que não há essa integração. É como se não procurassem saber. Na verdade, vem sempre na minha cabeça de desistir. Mas ao mesmo tempo eu não quero. Falo: “vou continuar, vou terminar o curso”. Porque, mesmo eu não querendo isso pra minha vida, essa área vai me ajudar em alguma coisa. Por exemplo, pelos meus pais, que trabalham com isso. Mas é muito difícil, mas penso. (Participante III - Assentamento Jatapu)*

Para Lefebvre (2006, p. 35),

O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as relações sociais de reprodução, a saber, as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos!

Assim, os campos de disputas e resistências para a sobrevivência das famílias dos pequenos trabalhadores que perpassam o território, englobam, num mesmo espaço, a educação, os aspectos econômicos, políticos e culturais, que estão entrelaçados e são campos de força entre o poder hegemônico do Estado – que busca normatizar e normalizar tudo, como se não houvesse diferenças de classes e de espaços territoriais, materiais e imateriais – e a formação da consciência crítica dos filhos dos assentados e de seus pais, que querem, pelo menos pela via educacional, ter uma educação que integre a teoria curricular com as experiências reais de trabalho no espaço vivido por estes sujeitos.

*No momento o curso está contribuindo porque temos várias disciplinas onde ajuda no cultivo, conhecimento e combate de pragas, questão do solo, fungos. Só que a gente não tá tendo na prática. Como no caso da banana. Os pés de bananas que tinham no campus, com o decorrer do tempo, morreram por falta de cuidados. Então não teve mais experiência de ir lá e botar a mão na massa e fazer. Em relação a plantas, adubação e em relação ao solo, a gente tá tendo muito esse conhecimento. É algo que não é passado dentro da realidade do agricultor. Ele não tem essa experiência que um técnico em agropecuária faz. (Participante I – Assentamento São Luizão)*



Na visão da participante do Assentamento Jatapu, também falta essa integração entre a teoria aplicada no curso e a prática, em consonância com a realidade dos(as) estudantes.

*Em relação à banana, comenta-se, mas não se vê na prática. Olha, é muita coisa. A banana é o sustento de muitos dentro de Roraima, então é uma coisa que eles deveriam estar mais em cima, dar mais importância. (Participante III - Assentamento Jatapu)*

Para verificar a contemplação ou não dessa situação no âmbito do currículo do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP, pesquisei nas fontes documentais o que poderia haver de informação a respeito. Assim, encontrei o seguinte:

O currículo como um articulador dos princípios do trabalho, da ciência, da cultura, da tecnologia, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica. Nesse sentido, deve estar pautado na flexibilidade e no respeito à formação integral do sujeito, garantindo o incentivo e o aprofundamento do conhecimento e a visão de trabalho como princípios educativos de intervenção na realidade social (BRASIL, 2019-2023, p. 76).

Além disso, o documento acrescenta que se faz presente no plano institucional a ambientação pedagógica necessária à atenção aos pressupostos da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, na medida em que o conhecimento da realidade do discente e de seu contexto histórico-social são elementos constituintes dessa prática, que só terá sentido com o efetivo envolvimento do(a) discente em todas as etapas desse processo.

Dada essa constatação, verifica-se que, no plano das definições institucionais, o atendimento às necessidades reais dos(as) discentes e a atenção à agricultura familiar estão no bojo das fundamentações curriculares dos cursos ofertados pelo IFRR. No entanto, a sua prática pedagógica, de acordo com as entrevistas realizadas, carece de um suporte mais concreto, fincado diariamente no contexto vivido dos sujeitos discentes, pertencentes ao *campus* e ao território.

O trabalho é o elemento desencadeador da produção de cultura, bens materiais e conhecimentos que movimentam a sociedade humana. Ele deve ser analisado como princípio educativo, sentido em que permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes.[...]

Desse modo, a educação profissional técnica de nível médio no IFRR fundamenta-se nos conceitos de politécnica e de omnilateralidade, que, imbricadas, consolidam o compromisso com a formação humana integral, não se configurando apenas como mera preparação para responder às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Consiste em um projeto educacional que toma as categorias ciência, trabalho, cultura e tecnologia na centralidade das ações pedagógicas (BRASIL, 2019-2023, p. 82-83).

De acordo com a proposta curricular presente no Plano do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP, ela “está centrada no desenvolvimento do sujeito nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e sociocultural, oportunizando a construção de sua autonomia, criticidade, criatividade e empreendedorismo, a partir da interação entre teoria e prática” (IFRR, 2012, p.11).

Nesse sentido, a atual realidade citada pela participante da pesquisa demonstra, ao menos nesse depoimento, que falta mais integração entre as aulas teóricas e práticas, algo que difere um pouco do que está escrito no Projeto Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Este, no que concerne à Educação Profissional Integrada à Educação Básica, aponta o seguinte:

- Formar cidadão crítico, responsável, ciente de seus direitos, deveres e papel histórico na sociedade;
- Colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, na qual haja uma distribuição equilibrada dos bens materiais e culturais;
- Compartilhar o conhecimento construído historicamente pelos homens, criando-o e recriando-o de modo a adequá-lo às novas realidades sociais;
- Utilizar o trabalho como princípio educativo, isto é, fazer com que as atividades que permitem ao ser humano manter-se e desenvolver-se como indivíduo e como membro de uma coletividade sejam norteadoras de sua formação educacional (BRASIL, 2019-2023, p. 73).

Com base nesses aspectos identificados no PDI, verifiquei com as participantes da pesquisa a forma como elas conheceram o currículo do curso que realizam. A primeira a responder foi a participante do Assentamento Anauá. Segundo ela, são os professores que explicam, a cada módulo, o que vão aplicar em suas disciplinas. O outra participante, do Assentamento São Luizão, relatou que só veio conhecer de fato o curso e o currículo à medida que os professores foram apresentando as disciplinas e os planos de ensino. A partir daí, ela foi fazendo a associação com algumas coisas que já tinha visto na agricultura familiar. Nesse mesmo contexto, a participante do Assentamento Jatapu revelou

que as disciplinas do currículo foram apresentadas pelos próprios professores, no primeiro dia de aula.

Minha pergunta a respeito do conhecimento ou não do currículo pelas participantes da pesquisa teve o intuito de identificar se as experiências dos saberes extraescolares dos(a) discentes do campo e os possíveis conhecimentos prévios dos cursos ofertados pelo IFRR/CNP foram fatores preponderantes para a escolha de uma formação técnica no IF. Saber sobre isso ajudou-me a pensar sobre o foco da investigação, que é a formação humana integral, considerando os saberes da experiência nas condições materiais de produção e reprodução da existência; ou seja, como se atravessam os propósitos autodeclarados em documentos (BRASIL, 2019-2023), que trazem o trabalho como princípio educativo e a contemplação das realidades concretas dos discentes.

#### 8.4 ASPECTOS DA ECONOMIA DO CAPITAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DOS PEQUENOS AGRICULTORES ASSENTADOS

Contextualizo neste tópico os desafios encontrados durante a realização da pesquisa, especificamente quanto aos aspectos econômicos observados nas relações de trabalho dos pequenos agricultores assentados, narrados pelas participantes da pesquisa.

Os processos de exploração identificados durante as entrevistas com as discentes trabalhadoras, filhas dos pequenos produtores de bananas, nos três Projetos de Assentamentos investigados, mostraram um ponto em comum, que é a relativa dependência de “atravessadores” (pessoas que compram o produto para revenderem) para escoar e vender seus produtos. É o atravessador-comprador quem define o preço, a escolha dos cachos e palmas de bananas que serão classificados para a venda e os que serão descartadas, assim como a quantidade de cada caixote. Nesse processo, o atravessador sempre leva vantagem, pois é ele quem dita as regras do mercado. E, caso o produtor não as aceite, corre o risco de perder toda a produção, por não ter para quem vender ou como transportar para um mercado mais próximo. Ficam evidentes, portanto, os níveis de ingerência e exploração do capital na vida dos pequenos trabalhadores assentados. Nesse sentido, procurando identificar aspectos do

capital na produção e venda das bananas, indaguei sobre como se davam os processos de produção, cultivo e venda das bananas na região.

*Antigamente, apesar das dificuldades pela questão das estradas, era melhor. A banana era mais valorizada. Tinha um preço mais elevado. Os agricultores ganhavam muito bem. Já hoje em dia, pelo que eu vejo na minha família, a banana teve uma queda. Apesar de ter melhorado o acesso, ela teve uma queda. O consumo não diminuiu, mas a valorização dos produtos sim.* (Participante I – Assentamento São Luizão)

Nesse quesito, perguntei à participante do Assentamento Anauá se a produção e venda das bananas era suficiente para sustentar a família.

*Pra sustentar a família, vai depender do plantio, e pra gente não tá dando. Aí, pra gente se manter, nós temos as hortaliças, às vezes, quando a gente faz alguma venda de banana, a gente vende também limão. Temos criação de suínos e vacas de leite. Vendemos o leite e o queijo.* (Participante II – Assentamento Anauá)

A afirmação da participante do Assentamento Anauá corrobora o posicionamento de outras participantes da pesquisa que, embora estejam em outros municípios com realidades um pouco diferentes, compartilham das mesmas dificuldades vividas por grande parte das famílias assentadas rurais do sul do estado. Segundo as discentes participantes, contribuem para que o trabalhador e a trabalhadora rurais desistam de continuar produzindo: o grande desperdício, o baixo preço, a falta de um critério específico para escolha e descarte das palmas de bananas, bem como as dificuldades de acesso ao bananal (péssimas condições das estradas).

Imagem 17 – Participante do PA Jatapu mostrando palmas de bananas que foram descartadas pelos compradores



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

As condições de abandono das viciniais e de desvalorização dos produtos empurram os moradores dos assentamentos a buscarem alternativas remuneradas, seja plantando outras culturas frutíferas seja integrando-se ao grupo dos “assalariados do dendê”. As consequências são o abandono e até mesmo venda do lote para o primeiro comprador que aparece<sup>68</sup>. Nesse mesmo diálogo, indaguei a respeito das condições de acesso à vicinal onde se localiza o lote rural da família.

*Nessa parte, especificamente, só sei que lá sempre foi muito difícil o acesso. Eles se reúnem todos, pela cooperativa que tem lá [Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bananas de Entre Rios - APRUBERS] para tentarem arrumar a estrada, porque não é nem uma estrada, é um carreador. (Participante III – Assentamento Jatapu)*

A lógica do capital, por sua condição concentradora e dominante, atinge todos os aspectos sociais da vida. Por isso, Marx (2002) afirma que o processo de trabalho, que era a relação entre o homem e a natureza, passou a ser entre o trabalhador e patrão, comprador da força de trabalho. Neste caso, a história da humanidade e suas diferenças econômicas não estão no que é produzido, mas

---

<sup>68</sup> Tendo em vista que se trata de um projeto de assentamento, quando ocorre, a venda do lote, emite-se uma nota como se fosse de doação da terra. O valor pecuniário refere-se apenas aos bens e serviços presentes no lote, e não à terra em si. Ou seja, se há pasto, plantações, casa, cerca, etc., isso que será levado em conta, e não o valor da terra. Portanto, geralmente o preço para quem vende é sempre muito aquém do que realmente vale a terra.

como e com que meios de trabalho se produz. Portanto, na sociedade do capital, o trabalhador exerce sua atividade em situação de subordinação ao capitalista (Marx, 2002), não tendo controle nem poder sobre o que produz.

De acordo com Tonet e Lessa (2018, p. 13-14),

Para preservar os seus interesses, a burguesia precisa continuar a explorar a classe operária e os trabalhadores e, por isso, também, organizar a sociedade de modo a manter essa situação. Essa manutenção implica, além de elementos econômicos – os mais fundamentais – elementos políticos, ideológicos, culturais etc.

Em relação a essa afirmação, associa-se a questão dos trabalhadores camponeses. Embora, em algumas comunidades, haja trabalho coletivo, a hegemonia do capital cria dificuldades no sentido de esses trabalhadores perceberem a si como explorados e, a partir disso, construírem, associativamente, formas autônomas de superação e eliminação do capital. Eles vivenciam a situação de exploração, identificam as dificuldades e até sentem a necessidade de se organizar coletivamente para o enfrentamento ao capital, mas também vivenciam experiências contraditórias com as organizações existentes. Comentarei sobre isso mais adiante.

## 8.5 POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO ASSOCIADO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A situação presenciada atualmente nos projetos de assentamentos rurais visitados na região sul e sudeste de Roraima é que cada trabalhador(a) rural aplica seus próprios métodos de produção e negociação do seu produto, quando, é claro, consegue produzir o suficiente para vender e tem condições de escoar a produção. Quem não tem esse suporte padece. “*É cada um por si*”, dizia a participante do PA São Luizão.

*Como não há na região uma associação ou cooperativa voltada para a questão da banana, quando a gente tem o produto, a gente vende ou diretamente para o consumidor e, às vezes, na feira e nos comércios. Não tem um comprador fixo. A gente tem que correr atrás e achar alguém que compre. Nem sempre a gente consegue vender tudo, aí, a gente sai distribuindo para algumas pessoas para não estragar ou então a gente coloca para os animais.* (Participante II – Assentamento Anauá)

Muitos trabalhadores(as) assentados(as), mesmo tendo consciência de que enfrentar sozinho os obstáculos da vida no campo é um sacrifício maior que suas forças, e que, se houvesse ações coletivas, estratégias voltadas para a produção associada ou cooperativista, a vida se tornaria diferente e melhor, preferem cuidar do trabalho e da produção na vicinal de forma individualizada, sem uma relação coletiva formal voltada para a prática da economia solidária e sustentável.

Conforme Singer (2002, p. 19),

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonha informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles.

Foi possível identificar nos relatos fatores que provocaram a inatividade de algumas associações e cooperativas ligadas às vicinais: falta de transparência e má administração dos recursos dos cooperados por parte de algumas diretorias, influências político-partidárias nas decisões coletivas, falta de engajamento dos associados e desavenças de opiniões nas tomadas de decisões, entre outros aspectos. Acrescentam-se a isso o endividamento pela concessão de créditos em bancos e a inadimplência. Ademais, houve casos de dirigentes que utilizaram a instituição (cooperativa) para benefício próprio e/ou finalidade política, desvirtuando o objetivo de proporcionar a prática de uma economia solidária e sustentável. As participantes afirmaram que, no caso da produção de bananas, já houve momentos em que as cooperativas e associações existiam e funcionavam; mas, com o passar dos anos, essas organizações ficaram inativas.

*Tinha uma associação na Serra Dourada, em São Luís do Anauá, município vizinho daqui. Parece que está parada. No Baliza não tem.*  
(Participante I – Assentamento São Luizão)

Nos assentamentos visitados, encontrei somente uma associação voltada para a bananicultura, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bananas de Entre Rios (APRUBERS), localizada na Vila Entre Rios, Município de Caroebe. Esta entidade é composta atualmente por 20 famílias, um número relativamente baixo, considerando as 1874 famílias atualmente cadastradas pelo

INCRA no assentamento. Os membros dessa associação de bananicultores, além de venderem os produtos para o estado do Amazonas, também participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>69</sup>.

*Aqui a política é ruim, porque, em época de campanha, eles estão lá falando “Ah! Vamos ajudar o agricultor, melhorar estradas” e tal. Mas eles não olham realmente; não andam para ver como é o dia a dia, como é que é a venda, como é que sai, o que desperdiça. Não. Quem sabe é só quem convive. Eles [políticos] aparecem somente pra dizer que vão arrumar estrada, porque eles acham que, com a estrada arrumada, pronto; perfeito! Tá suficiente. Sendo que não é a realidade de muitos agricultores. (Participante I – Assentamento São Luizão)*

Constata-se, pois, que, embora a realidade dos pequenos agricultores assentados seja de enfrentamento às mesmas dificuldades, não existe um engajamento significativo voltado para a prática da economia solidária<sup>70</sup>. Isso não significa, necessariamente, que não existam relações sociais de vida solidária, de ajuda mútua e trabalhos coletivos entre os moradores das vicinais. Essas ações, às vezes pontuais, ocorrem; mas não podem ser entendidas como aspectos da economia solidária, visto que se trata mais de uma forma de sobrevivência desses(as) pequenos(as) agricultores(as) ante os percalços diários da vida no campo. Na realidade,

A prática da economia solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Mas as pessoas que passam do capitalismo à economia

---

<sup>69</sup> Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA - foi criado a partir de uma articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA com o Governo Federal, sendo constituído como uma ação estruturante no contexto da proposta do Fome Zero. O PAA promove o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos e a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em: < [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/caderno-balanco-paa-2003-2010.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno-balanco-paa-2003-2010.pdf). > Acesso em: 18 jan.2024.

<sup>70</sup> A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superaríamos suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor (SINGER, 2002, p. 114).



solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento com familiares, amigos, companheiros de lutas, isto é, com pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança. No plano econômico, cada um está condicionado a afirmar seus interesses individuais, vistos como antagônicos aos dos outros. Prevalece a lógica do mercado, em que todos competem com todos, cada um visando vender caro e comprar barato, para maximizar seu ganho. O individualismo se impõe, enquanto ideologia, em grande medida porque leva os participantes a comportamentos 'racionalis' nos mercados. A norma implícita desta 'racionalidade' é que, na economia de mercado, os ganhos de uns correspondem a perdas de outros.

A ausência de maior conscientização e de mobilização coletiva por parte dos moradores das vicinais, no sentido de que o trabalho e a produção associada podem trazer benefícios que minimizem ou superem os impactos da exploração do capital, traz, por consequência, um grande distanciamento entre o sonho de uma vida sem sofrimentos no campo e a realização da liberdade de produzir somente o necessário para viver e ser feliz. Exemplo disso são os constantes desperdícios<sup>71</sup> que ocorrem quando os pequenos produtores de bananas fazem a coleta dos cachos no lote e os carregam até a beira da estrada para venda. De acordo com os dados levantados, a cada mil cachos disponibilizados, 300 são descartados na beira da estrada. Isso ocorre pelo fato de o comprador/atravessador descartá-las simplesmente por não se encaixarem nos padrões do mercado.

Imagem 18 – Cachos de bananas desperdiçados

---

<sup>71</sup> Nas vicinais em que se produz banana, é comum encontrar, durante a fase de colheita e venda dos produtos, montes e montes de cachos à beira da estrada, todos descartados pelos compradores, porque já estavam em fase de maturação, e o comprador não quis levar; porque o cacho de bananas não estava no tamanho considerado ideal pelo comprador; ou mesmo porque uma ou outra estava arranhada ou amassada. Diante desse fato, todas as bananas ficam descartadas. Ademais, há o fato de que muitos produtores, quando veem que o preço de venda não cobre os gastos para o corte e o transporte até a estrada de acesso mais próxima, optam por deixar a banana estragar no próprio bananal.



Fonte: Participante do PA Jatapu

*Um pouco do que eu vi e do que compreendo. É muita dificuldade aqui do próprio colono. Por exemplo: quando vendemos a banana, na hora de encaixotar<sup>72</sup> as bananas, eles sempre veem problemas. Porque o comprador tenta colocar o tanto de banana que der na caixa. Aí, ela vai amassada, e o que sobra eles jogam fora. Para meus pais é muito difícil essa situação do desperdício. É muito desperdício. E é dificultoso, porque até na hora de plantar, é sol quente. Eles carregam nas costas. É tudo artesanal, braçal. A produção, o corte e o carregamento. (Participante III – Assentamento Jatapu)*

Nos relatos colhidos durante os diálogos e as observações no território objeto da pesquisa, percebi que alguns trabalhadores, sob o ponto de vista do trabalho associado, manifestam um desejo de se organizarem melhor em forma de associação e/ou cooperativa, no intuito de serem menos explorados (até porque já houve épocas em que elas existiram e funcionaram por um período). No entanto, esses pequenos trabalhadores rurais reclamam da falta de união entre os moradores do assentamento, fato que obsta a criação de qualquer associação, cooperativa ou sindicato.

---

<sup>72</sup> Em cada caixote de plástico para armazenar a banana, cabem, em média, três cachos; no entanto, o comprador coloca quantas quiser. Não há, portanto, um padrão de peso, medida e quantidade máxima de bananas a serem armazenadas na caixa. Nesse caso, a banana-prata é vendida por caixa. De acordo com o representante da categoria, os compradores vendem a caixa de banana em Manaus por cerca de **R\$ 80**, mas querem comprá-la por, no máximo, **R\$ 20** em Roraima. Nesse contexto, claramente os produtores do sul do estado sentem-se desvalorizados.

Dessa maneira, prevalecem as ações individuais de cada morador da vicinal, onerando ainda mais os processos de trabalho e produção no campo, como a compra de insumos para animais e plantas. Se a negociação fosse coletiva, os custos seriam menores e haveria maior flexibilidade nas formas de negociação e pagamento. No entanto, como cada morador decide o que vai plantar e sob qual preço vender, a situação se torna quase sempre desvantajosa para o agricultor. No caso da banana, que foi o foco desta pesquisa, como geralmente não há um comprador fixo ou uma parceria estável para quem o produtor possa vender em qualquer época e sem prejuízos, o maior ou menor preço dependerá da oferta e demanda, levando em consideração as condições de acesso das estradas para a colheita, a qualidade do produto e a busca deste no lote rural. Desse modo, os(as) trabalhadores(as), ao venderem individualmente os frutos do seu trabalho e compararem os sacrifícios despendidos e o baixo preço dado ao que plantou e colheu, não encontram mais ânimo nem esperanças para continuar trabalhando na roça.

Para Marx e Engels (2007, p.47),

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

No cotidiano da vida dos(as) pequenos(as) trabalhadores(as) assentados(as) das vicinais do sudeste e sul de Roraima, as relações são estabelecidas por meio dos contatos pessoais diretos, em que a “política da boa vizinhança” é que mantém a vida social nesse contexto territorial. Nessas relações, ocorrem também trocas de saberes e experiências em relação àquilo que está ou não tendo êxito nos trabalhos ligados à vida no campo. Ou seja, na produção de banana, laranja ou em qualquer outra situação relacionada ao dia a dia nos assentamentos rurais, a empiria da vida vai seguindo seu curso com todos os percalços e desafios inerentes a quem mora na vicinal.

É necessário salientar que

Agricultores familiares, garimpeiros, artesãos, catadores de lixo e tantos outros trabalhadores, que possuem seus próprios meios de

produção, não se confundem com o capitalismo, antes se antepõem a ele e tendem a integrar a economia solidária. É o que acontece quando se associam, de forma igualitária, em geral para aproveitar as vantagens pecuniárias de compras e vendas em comum, sem renunciar à autonomia de produtores individuais ou familiares (SINGER, p. 23. *In*: salto para o futuro, MEC. BOLETIM 17, SET. 2005).

As poucas associações identificadas em algumas vicinais que compõem os assentamentos tratam apenas de problemas pontuais, como levantar cotas para arrumar estradas, apresentar algum tipo de crédito (quando surgem instituições cujo intuito é fazer empréstimos), alugar tratores para trabalhos esporádicos, bem como organizar mutirões de correção de estradas e pontes da vicinal. Salvo situações como essas, cada agricultor(a) trabalha por conta própria, mesmo vivendo em um ambiente que requer união, visto que a maioria tenta sobreviver com a produção e a venda de produtos similares, de origem animal e vegetal.

De acordo com o Plano de Curso Técnico em Agropecuária (2012, p. 9), as competências profissionais gerais que o(a) egresso(a) deve desempenhar estão relacionadas a funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas, para atuar em pesquisas, assistências técnicas e administração rural, promover estratégias de formação de cooperativas e associações para a melhoria de vida da população.

Acerca das relações entre trabalho e educação, Arroyo (2012, p. 27-29) afirma que elas

[...] ganharão muito se não for esquecida a natureza das relações que se estabelecem entre os homens na produção e fora da produção. [...] a teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta com os processos de sua própria formação humana. [...]. Portanto, todas as pedagogias fazem parte dessas relações políticas conflitivas de dominação/reação/libertação. Os movimentos sociais se afirmam atores nessa tensa história pedagógica.

No *Programa do Partido Operário Alemão* (1875, p. 2), Marx reflete que “o trabalho só é a fonte da riqueza e da cultura se for um trabalho social”, ou, em outras palavras: “se se realizar na sociedade e por ela”. Na sociedade capitalista, o operário não é um agente livre. Em muitos casos, aliás, ele é até demasiado ignorante para compreender a verdade ou as condições normais do desenvolvimento humano. No entanto, a parte mais esclarecida da classe operária compreende inteiramente que o futuro da sua classe e, por conseguinte,

da humanidade, depende completamente da formação da geração operária nascente. Por essa perspectiva, as crianças e os jovens trabalhadores têm de ser salvos dos efeitos esmagadores do presente sistema. Para Marx, nenhum pai, nenhum patrão deveria ser autorizado a usar o trabalho juvenil, exceto quando combinado com educação. “É preciso transformar o Estado, organismo que é colocado acima da sociedade, num organismo inteiramente subordinado a ela” (MARX, 1875, p. 10).

Para Chayanov (1974, p.100, *apud* NETO, 2017, p. 44), o camponês é “um sujeito que cria sua própria existência a partir do ‘equilíbrio’ entre o trabalho e o consumo na medida certa para satisfazer as necessidades da família”. Ainda para o autor russo,

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão de obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família.

Nas vicinais onde realizei a pesquisa com as participantes e observei as experiências reais nas formas de trabalho e produção da vida, encontrei situações em que o(a) assentado(a), para conseguir juntar algum recurso, precisava sair do seu lote e buscar em outros lugares formas de sustento de si e dos seus. Esses trabalhos, geralmente temporários, podem ocorrer em madeiras, em setores da construção civil nas cidades mais próximas, nas fazendas da região e, em menor escala, nos garimpos de ouro no estado ou nos países vizinhos, como Guiana Inglesa, Venezuela e Suriname.

Outras fontes de renda que podem garantir a sobrevivência são, na maioria das vezes, subsidiadas por programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família, ou pelo salário de algum familiar que esteja prestando serviços para a prefeitura ou para o estado e, principalmente, pela aposentadoria de algum idoso(a) segurado(a) do INSS.

As relações de trabalho nos assentamentos pesquisados ocorrem, muitas vezes, mediante pagamento de diárias ou trocas de serviços, isto é, geralmente um trabalhador realiza um certo tipo de trabalho (diárias) para o seu vizinho(a) de lote ou vicinal, e este, em troca, retribuirá (pagará) de igual modo, com sua

força de trabalho, quando aquele que o contratou primeiro necessitar de algum serviço em sua terra<sup>73</sup>, por não conseguir realizá-lo sozinho, por não ter tempo disponível ou condições financeiras para isso. Nesses casos, cumpre-se o acordo verbal, e o trabalho é realizado.

*Deveria ter órgãos que ajudassem a gente, tanto em relação aos prejuízos, evitar tê-los. Quanto ajudar em insumos, adubos ou com tratores para mecanização da terra. Isso não tem! É só nós e Deus!. (Participante II - Assentamento Anauá)*

Sem os insumos e fomentos dos órgãos públicos, pouquíssimos trabalhadores rurais conseguem sobreviver unicamente da produção e renda do lote rural. Isso significa, *grosso modo*, que muitos precisam procurar trabalho fora de sua propriedade, recebendo por diárias, ou mediante curtos contratos de trabalho (empreitas) em lotes da vizinhança, realizando serviços típicos da roça para outros agricultores que disponham de um pouco mais de recursos para trabalharem a terra.

Imagem 19 – Caminhão de bananas em vicinal do PA Jatapu

---

<sup>73</sup> Nessa situação não acontece o pagamento em dinheiro, mas a troca de serviços prestados. Também não há a obrigatoriedade de troca de trabalhos, caso uma das partes não esteja disponível na data, por exemplo. Normalmente, esses acordos verbais não têm prazo determinado, ou seja, se um trabalhador prestou um serviço para o seu vizinho de lote ou assentamento, ele está ciente de que poderá “pagar” a qualquer tempo, quando o outro precisar. O trabalho não precisa ser executado, necessariamente, na mesma modalidade; mas deve corresponder ao grau de complexidade ou sacrifício da atividade realizada pelo outro. Aqui, prevalece a questão da confiança em honrar os compromissos da palavra dada.



Fonte: Imagem cedida por moradores locais

O que percebi é que as principais reivindicações das famílias camponesas são melhorias das condições de trabalho, produção, escoamento e venda do que é produzido no lote. Sobre essas necessidades, a questão da melhoria das estradas também consiste em uma das principais reclamações dos moradores, uma vez que, sem boa acessibilidade, o produto se perde no campo.

#### 8.6 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nesta categoria, como enfatizado nos objetivos iniciais, com a preocupação inerente à questão do desenvolvimento econômico sustentável, procurei saber se, nas formas de produção realizadas pelas discentes participantes, havia consciência e prática agroecológicas. Nessa mesma temática, também questionei se, nas práticas pedagógicas e curriculares, havia esse debate no contexto do IFRR/CNP e da autossustentabilidade regional.

De acordo com o plano de curso (IFRR, 2012), o procedimento metodológico contempla os fundamentos e pressupostos da pedagogia crítico-social dos conteúdos, favorecendo o papel da educação e da escola como instrumento e espaço de transformação social, e mobilizando os princípios da interdisciplinaridade. Além disso, pretende-se propiciar a ambientação pedagógica necessária à atenção aos pressupostos da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, na medida em que o conhecimento da realidade



do discente e de seu contexto histórico-social são elementos constituintes dessa prática, que só terá sentido com o efetivo envolvimento do discente em todas as etapas do processo.

*Sobre a produção sustentável e agroecológica, lá no IF ensinam, mas é mais para termos um meio da gente não prejudicar tanto o solo, sempre está com adubo orgânico. Só que o adubo orgânico dá mais tempo e trabalho. Aí, uma pessoa que coloca outro tipo de adubo que não é o mais recomendado tá vendendo a banana pelo mesmo valor que o agricultor que só utiliza o adubo orgânico. Então, às vezes, não vale a pena o agricultor investir no adubo orgânico, que dá uma fruta mais saudável e melhor, sendo que é o mesmo valor do que quem está usando defensivos e produzindo mais. Só que o mais recomendado é o orgânico. O orgânico dá mais trabalho e não rende. O preço é o mesmo. Não valorizam! Assim, muitos produtores preferem usar defensivos [agrotóxicos]. (Participante I – Assentamento São Luizão)*

O cenário alimentado pela sociedade do individualismo e do consumo em grande escala, incentivado pela concorrência dos mercados e pelo poder do capital, torna muito oneroso o trabalho dos pequenos agricultores que pretendem produzir alimentos saudáveis, para consumo próprio ou para venda. Os desafios que enfrentam para ter uma produção orgânica e sustentável tornam esses produtores mais vulneráveis em relação à sua sobrevivência no sistema, pois a maioria dos consumidores não se preocupa com questões agroecológicas, mas com a aparência e com o preço daquilo que colocará em suas mesas. Há ainda aqueles(a) consumidores que colocam em xeque a veracidade daquilo que o pequeno produtor apresenta como orgânico.

*Sobre o desenvolvimento sustentável e agroecologia e produção, aqui é debatido essa situação entre o pessoal que produz bananas. Quem tem um plantio aqui e outro ali. Não tem dificuldades, eles debatem entre si. Eles interagem. Mas acontece muito dos dois. Tem gente que usa agrotóxico e outros que não. Meu pai não utiliza agrotóxicos, nem fertilizantes ou outros insumos. Na verdade, eu nunca tive esse conhecimento. O que sei é que eles dependem muito das chuvas, do curso da natureza. (Participante III – Assentamento Jatapu)*



No plano de curso, há a contemplação do ensino de práticas voltadas para ações agroecológicas de produção, diminuindo o impacto ambiental das atividades agropecuárias, otimizando os fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas, e promovendo o bem-estar animal (IFRR, 2012, p. 10).

*Nós não usamos defensivos, nem nas bananas e nem nas hortaliças. A gente usa mais a matéria orgânica mesmo. Mas isso não faz diferença quando vamos vender os produtos em relação aos outros que usam inseticidas e agrotóxicos. Nós plantamos porque é mais saudável, tanto para outras pessoas quanto para nós mesmos. (Participante II - Assentamento Anauá)*

Imagem 20 – Participante do PA Anauá mostrando a plantação agroecológica



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

Nota-se nos depoimentos das participantes que, apesar de trabalharem de forma sustentável, sem a utilização de agrotóxicos nas plantações, os preços atribuídos ao que produzem – à banana, por exemplo – não se diferenciam dos valores de outros produtos, ou mesmo da banana que é produzida em larga escala, com utilização de defensivos químicos (agrotóxicos). Apesar disso, esses pequenos trabalhadores rurais permanecem primando pela sustentabilidade e pelo cultivo de produtos saudáveis.

Na região dos assentamentos onde foram realizadas as visitas e entrevistas, está ocorrendo um fenômeno tão preocupante quanto a utilização de defensivos agrícolas nas lavouras ou a falta de união entre os trabalhadores rurais em prol de uma agricultura familiar sustentável e solidária. É o caso do avanço do plantio, em larga escala, da palmeira-do-dendê (*Elaeis guineenses*).

A falta de uma Reforma Agrária e de incentivos para fomentar a agricultura familiar, bem como a vida precária e em situação de abandono no campo das famílias assentadas, vêm contribuindo para as mudanças que estão ocorrendo em toda a região sudeste e sul de Roraima.

a) O dendê

Os plantios de dendê abrangem todo os municípios do entorno do IFRR/CNP, quais sejam: São Luís do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis.

Essa modalidade de monocultura recebe fortes incentivos financeiros governamentais, que subsidiam duas grandes empresas que se instalaram na região na última década: uma, no Município de São João da Baliza, a Brasil BioFuels (BBF), e a outra, PALMAPLAN, localizada no Município de Rorainópolis. Trata-se de empresas especializadas na produção de óleo de palma e na produção de biocombustíveis.

Com a ideia de produzirem biodiesel em larga escala e a longo prazo, a partir da extração do óleo do fruto (dendê), essas empresas precisam de grandes áreas a serem utilizadas exclusivamente para isso. Desse modo, arrendam ou compram os lotes rurais das áreas de assentamentos. Tal efeito já está provocando uma queda na dinâmica e na diversidade de produção de alimentos na região. Primeiramente, nos lugares onde se criavam animais, estes foram substituídos pela plantação de palmeiras, não sobrando mais espaço para os ruminantes. Em segundo lugar, ou no mesmo patamar, a adesão dos pequenos agricultores que, na expectativa de receberem um salário mensal pelo plantio e colheita do dendê, arrendam ou vendem suas terras para essas empresas e, conseqüentemente, tornam-se funcionários assalariados da indústria do dendê.

Imagem 21 – Visitas de estudantes à plantação de dendê em São João da Baliza (PA São Luizão)



Fonte:roraimaemfoco.com/wpcontent/uploads/2022/11/visitaPlantacaoDende1.jpeg

Sonhando com a possibilidade de adquirirem uma renda mensal ao trabalharem em uma dessas empresas, muitos trabalhadores, homens e mulheres, se deslocam todos os dias de suas casas para a sede da empresa, onde cuidam do plantio, colheita, poda ou outras atividades das empresas.

Antunes (2004) argumenta que, sob o capitalismo, o trabalhador não se reconhece, mas se nega ao trabalho. Quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir. Ele não satisfaz suas necessidades individuais, mas as que estão fora de si. Sendo assim, o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social, isto é, o trabalho assalariado, que dá sentido ao capital, gera uma subjetividade inautêntica, alienada e estranha, no próprio ato de trabalho.

Embora o salário seja baixo e as exigências demasiadas, esses trabalhadores preferem se manter assim, pois, de acordo com alguns, ao menos se tem a segurança de receber “um dinheirinho certo todo mês”. Por outro lado, ao mesmo tempo em que essa nova demanda de mão de obra faz girar o capital nas pequenas vilas e municípios, causa forte dependência da população local em torno do funcionamento dessas empresas de produção única. Isso constitui um risco, pois, diante de uma crise no setor de biodiesel, a empresa pode fechar e deixar centenas de famílias desamparadas, sem renda, a curto e médio prazo, para sobreviver.

Nesse processo de exploração, o indivíduo dedica-se além dos limites necessários para reproduzir e incorporar ao objeto de trabalho um meio

equivalente ao valor da força de trabalho. Isso significa dispêndio de força de trabalho, ou seja, mais trabalho, sem criar valor algum para o indivíduo (mas gera mais-valor para o capitalista).

Logo, conforme Ianni (1979<sup>a</sup>, p. 151. In: CARDOSO, 2009, p. 34),

O que está em curso, aí, não é apenas a crescente, ou drástica absorção do campesinato pelo capital industrial. Está em curso a dissolução do campesinato. Modifica-se a forma de organização social das forças produtivas e das relações de produção. Boa parte dos camponeses transforma-se em assalariado disfarçado, ou simplesmente proletariza-se. Outros decidem seguir adiante, 'pegar uma posse' na mata, aonde ninguém ainda chegou. Há também os que seguem para cidade, procurando viver de biscates, serviços ocasionais.

De acordo com Marx (2002, p. 213), essa taxa de mais-valor é a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista. A taxa excedente produzida pelo trabalhador através da exploração do trabalho pelos donos do capital tornou-se, além de muito lucrativa, um instrumento de controle e opressão dos trabalhadores que já não possuem nada mais a não ser vender sua força de trabalho como mercadoria, sem direito ao que produz, muito menos ao excedente. A mais-valia, que agora é propriedade do patrão, é resultado de um trabalho alienado não pertencente a quem produziu, mas a quem detém o controle e os meios de produção.

Empresários do setor, bem como a EMBRAPA e os políticos locais, que têm interesses no investimento em biocombustíveis na região, divulgam a seguinte imagem dos assentamentos e pequenos produtores rurais dessa área:

A característica dos produtores é o baixo nível de escolaridade, baixo acesso a investimentos, pouco conhecimento de tecnologias de produção e pouca habilidade para gestão e comercialização. Os cerca de 700.000 hectares de áreas de mata alterada são utilizados, em sua maioria, com cultivos de ciclo de baixo retorno econômico, caracterizando um quadro de pobreza crônica entre os assentados. [...] Assim, uma das alternativas capaz de reverter esse processo predominante na região está na reorientação do modelo praticado.

É possível promover maior eficiência na unidade de produção familiar, buscando não somente o aumento da produção e da produtividade dos produtos cultivados, mas, principalmente, sistemas de produção que melhor se adaptem a determinadas condições ecológicas e socioeconômicas (EMBRAPA, In: Revista Cultivar, 10, nov, 2015, p. 10).

Imagem 22 – Colheita dos frutos da palmeira-de-dendê, sul de Roraima



Fonte: PALMAPLAN – Roraima

Nesse sentido, a dependência dos detentores do capital e do poder torna-se um processo ainda maior e irreversível. Visto que, no território, aos poucos vem ocorrendo a escassez de produtos típicos da agricultura familiar e de consumo regional, o valor da cesta básica, principalmente dos produtos que eram localmente produzidos, aumenta a cada dia, já que precisam vir de outras regiões. Esse processo de empobrecimento acelerado e de dependência é travestido pelo discurso político e empresarial, pelos defensores da plantação do dendê, como a chegada do progresso social e econômico por meio da produção dos biocombustíveis renováveis.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tese propôs-se a identificar e analisar os lugares que os saberes das experiências de trabalho de discentes oriundos(as) dos assentamentos rurais São Luizão, Anauá e Jatapu ocupam no currículo escolar do IFRR/CNP. Nesse sentido, a pesquisa confirmou a hipótese de que o diálogo crítico presente nas articulações dos fenômenos da singularidade e da universalidade entre os saberes das experiências de trabalho dos(as) jovens discentes assentados(as) rurais do sul de Roraima e os saberes escolares constituintes do currículo do Ensino Médio Integrado do IFRR/CNP contribui para a formação humana integral dos(as) estudantes, bem como para o estreitamento dos vínculos econômico-culturais estabelecidos entre o IFRR e o território onde se situa, como perspectiva de reprodução ampliada da vida.

Para dar conta do problema, considerei a historicidade dos fenômenos nas categorias da universalidade e da singularidade em suas contraposições e, ao mesmo tempo, em suas coexistências entre si. Nesse caminho, abordei sobre a história de criação do Instituto Federal em Roraima contextualizando a presença desta instituição de ensino na região sul de Roraima. Nesse cenário, enfatizei a importância do *Campus* Novo Paraíso pela oferta dos cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura, assim como, o curso superior de bacharelado em Agronomia, possibilitando a profissionalização dos jovens para atuarem na agricultura familiar.

Nesse intuito, analisei, nas fontes primárias – como PDI, Plano de Curso e Currículo do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/*Campus* Novo Paraíso – a integração teórico-prática dos conhecimentos acadêmicos com os saberes da experiência, no sentido de *como* e *por que* contribuem para a formação integral dos estudantes. Realizei pesquisas de campo com visitas, para efetuar observações e entrevistas nas áreas dos assentamentos onde as discentes participantes da pesquisa residem e trabalham com a produção de bananas.

As participantes da pesquisa foram filhas de agricultores, assentadas rurais que vivem nos territórios pertencentes aos projetos de assentamentos São Luizão, Município de São João da Baliza; Jatapu, na Vila Entre Rios, Município de Caroebe; e Assentamento Anauá, no Município de Rorainópolis, no sul do estado. Ressalto que essas adolescentes e jovens estão ligadas ao campo não somente por serem filhas de pequenos(as) trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas porque é no campo que elas constroem as relações econômicas, sociais e familiares. Lá, vivem e produzem suas existências, nos trabalhos diários, nos finais de semana ou mesmo quando estão em férias escolares. Melhor dizendo, os modos como constroem seus saberes a partir da concretude do que aprendem dentro e fora da escola as tornam sujeitas partícipes da comunidade e das experiências de aprendizagens culturais, econômicas e políticas, numa sociedade dividida em classes. A condição para a existência do antagonismo de classes está em uma burguesa (de elite) capitalista, que domina e explora a classe trabalhadora, seja no campo ou na cidade.

Esta pesquisa, enfato, traz consigo um pouco da minha identidade, como trabalhador docente do IFRR e como sujeito que vive e transita no território da pesquisa. Ao longo deste trabalho, apresentei os objetivos e referenciais teórico-metodológicos que deram sustentação à pesquisa, os quais, ao longo da realização desta, foram aprofundados. Isso é possível confirmar nos capítulos que tratam do percurso metodológico, do campo da pesquisa, da pesquisa de campo, assim como dos procedimentos éticos, dos instrumentos utilizados, do público direcionado, das observações, entrevistas e das análises dos resultados. Foi minha intenção demonstrar que as fases de observação, entrevistas e análise destas estão em consonância com o objetivo geral e com os específicos pontuados na tese.

Neste trabalho, a ergologia, complementarmente com o materialismo histórico-dialético e com a pedagogia progressista, possibilitou um enriquecimento da análise dos fenômenos reais junto à comunidade acadêmica, ao IFRR e ao território. Além disso, ajudou-me a identificar as lacunas existentes entre os saberes das experiências (investidos) dos(as) discentes do Curso Técnico em Agropecuária, em atividade de trabalho nos assentamentos e os conhecimentos técnico-científicos (desinvestidos) propostos nas aulas do curso; isto é, estabelecer relações de intercomplementaridade entre os conhecimentos acadêmicos (saberes em desaderência) com o cotidiano e os saberes das experiências práticas (em aderência). Observei muitas renormalizações dos saberes escolares nas situações de vida e de trabalho das participantes que buscam, de acordo com suas condições, inserir nos ambientes de trabalho aquilo que aprendem no curso no *Campus* Novo Paraíso, evidenciando a integralização do trabalho educativo com as singularidades dos sujeitos, ampliando dessa forma, as maneiras de retrabalhar e reproduzir a vida em comunidade.

Foi nesse intuito que busquei identificar como as participantes percebiam e sentiam as constituições das renormalizações teórico-práticas, tanto na construção do currículo do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/*Campus* Novo Paraíso como na transformação das situações reais dos sujeitos e suas necessidades no território em que vivem. Foi possível perceber o uso de si e do corpo-si (SCHWARTZ) nas singularidades do agir e do falar das participantes no



trato com a bananicultura e com os estudos. Ao manifestarem, reflexivamente, suas trajetórias de estudos e os desafios em ajustá-los com as atividades de trabalho no lote, demonstravam um mundo de valores e de saberes de experiências de trabalho e de vida.

Quanto ao espaço que os saberes da experiência de trabalho dos(as) discentes do IFRR/CNP ocupam no currículo, a pesquisa identificou que, esporadicamente, existe a interação desses saberes nas práticas pedagógicas realizadas por alguns docentes no *campus*. Também foi exposto pelas participantes que os componentes curriculares do Curso Técnico em Agropecuária estão em consonância com a realidade da região. Um outro ponto elencado foi que, além do ensino, o IFRR contribui significativamente para o crescimento da vida pessoal desses discentes.

*O IF contribui muito com o nosso ensino e principalmente na nossa vida pessoal. Eles (docentes) ensinam a gente a conviver com pessoas diariamente, que isso não é fácil pra ninguém. Então o convívio é muito interessante.*  
(Participante I – Assentamento São Luizão)

Durante o processo investigativo, procurei analisar e entender os aspectos econômicos, políticos e culturais da vida dos(as) discentes nos assentamentos. Isso foi possível com a imersão na realidade singular de cada uma, com as famílias e no contexto social. Como proposto pelo materialismo histórico-dialético:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído o trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (Karl Marx (2011b, p. 28).

Considero a realidade como práxis, em que a totalidade, em sua essência, não está separada das singularidades presentes na reprodução material da vida; trata-se da coexistência dos fenômenos da universalidade em movimento com o singular (LAVOURA, 2018, p.09) dinamicamente mediado pelas particularidades. Assim, como assevera Pasqualini (2020, p.8):

A tarefa do pesquisador, portanto, é desvelar como a universalidade se expressa na singularidade, como ela se concretiza em cada singularidade, naquela singularidade. Mais que isso: como a



universalidade se expressa e se concretiza na diversidade de expressões singulares do fenômeno.

Desse modo, pelo conceito de universalidade, singularidade e particularidade, procurei conhecer as realidades dos assentamentos em suas contradições e interconexões entre a realidade fenomênica do território (universalidade) e os saberes das experiências de trabalho dos discentes nos lotes rurais (singularidade). E, como fator de intermediação e aproximação dialética entre esses dois conceitos (universal e singular), considerei como particularidade (LUKÁCS, 1978) os nexos conceituais presentes no Currículo do Curso Técnico em Agropecuária e no PDI do IFRR.

Nesse sentido, a práxis que apliquei é aquela ativa, carregada de conhecimentos e valores coletivos, de consciência histórico-crítica e de atitudes que visam à transformação dos antagonismos de classe. Como defende Kosik (1969, p. 202), “[...] é a que se renova continuamente e se constitui praticamente - unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade”.

Os conceitos de formação integral e saberes da experiência, que foram trabalhados na pesquisa, vislumbram a possibilidade do desenvolvimento da consciência crítica e da valorização do trabalho e dos saberes (em aderência/investidos) do trabalho como fatores indissociáveis para a formação humana integral. Além disso, ao longo do processo, compartilhei das ideias da pedagogia progressista de Freire, defensor da práxis educativa (síntese entre conhecimento e vida concreta) de uma sociedade democrática e radicalmente libertadora, uma educação que se propõe à formação da consciência crítica e libertadora em que os oprimidos são desafiados a refletir e lutar – realizar a práxis crítica – pela superação da opressão e das desigualdades sociais.

Devo dizer que esta tese, por levar em consideração os valores dos saberes das experiências de trabalhadores e trabalhadoras que encontram na escola a possibilidade de uma formação humana integral, emancipadora e construtora de uma outra realidade possível, ela também tem muito a contribuir com o Grupo de Pesquisa, Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE). Este grupo, pelas produções científicas já realizadas e as que estão

em andamento, traz em seu bojo o trabalho como princípio educativo em favor de uma economia popular e solidária. Além do mais, o engajamento dos integrantes (homens e mulheres) deste grupo de pesquisa nos movimentos sociais e educacionais, vem contribuindo significativamente com a transformação social, seja pela produção e aprofundamento dos estudos na área, ou, na teoria e na prática, fazendo prevalecer a reprodução ampliada da vida pelo incentivo ao princípio da autogestão para a produção da cultura do trabalho associado como caminho inverso ao capital.

Sendo assim, o espaço que este trabalho pode ocupar, tendo em vista tanto a relevância do papel socioeducacional e político do IFRR na vida dos(as) estudantes e na comunidade como um todo, quanto a contribuição que pode oferecer à ciência, ao próprio IFRR e ao território em que está inserido, é o de fomentar o debate sobre a importância de se valorizar os saberes das experiências de trabalho de adolescentes, jovens e adultos oriundos de assentamentos rurais, integrando esses saberes investidos aos saberes técnico-científicos (desinvestidos) no projeto político-pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, bem como de outros cursos presentes no *campus*.

Tal necessidade ficou evidente nos depoimentos das participantes que, apesar de valorizarem e exaltarem a importância do IFRR na região, sentem que a instituição precisa aproximar-se um pouco mais das condições materiais de produção e reprodução da existência dos(as) discentes trabalhadores(a) assentados(as). Esta demanda, apontada pelas participantes da pesquisa, vai ao encontro do que teoricamente estabelece o PDI/IFRR (2019-2023), trecho já citado no capítulo dois deste trabalho,

O ensino técnico busca, portanto, a superação da dicotomia histórica entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e operacional, como forma de conduzir a uma formação integral, capaz de permitir ao homem não somente a inserção digna no mundo do trabalho, mas igualmente uma atuação cidadã, integrada à sociedade política (BRASIL 2019-2023, p. 83).

É mister criar momentos de diálogos e reflexões sobre até que ponto, tanto o PDI/IFRR quanto o currículo, em sua relevância teórica e prática, estabelecem conexões efetivas com as especificidades econômicas, políticas e culturais vividas pelos(as) discentes oriundos dos assentamentos e da região como um todo. Também é preciso trazer para o debate a questão dos desafios

e limites que a escola, como prática educativa e social, enfrenta no contexto atual.

As exigências do modo de produção capitalista atual, coloca os(as) jovens, e também a escola, em uma situação socialmente desfavorável. No caso dos jovens, eles(as) são obrigados(as) a ingressarem, desde cedo, no precário e mal remunerado mercado de trabalho. Dada a esta condição, nem sempre conseguem conciliar os estudos com o trabalho. Daí, conseqüentemente, para garantirem a sobrevivência de si mesmos e, muitas vezes, dos seus familiares, são obrigados a abandonarem a escola.

O sistema capitalista que cria as desigualdades sociais e dela se alimenta, em suas contradições, ao mesmo tempo em que exige mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, dificulta e/ou não possibilita condições favoráveis para que os jovens (homens e mulheres) consigam uma formação profissional adequada. Numa outra perspectiva de possibilidades (às vezes nem tanto), temos a Escola. Esta, embora busque alimentar as expectativas de que somente pela escolarização os jovens poderão inserir-se no mercado do trabalho. Ela também esbarra nos percalços sociais, econômicos e políticos não conseguindo atender, em sua totalidade, as expectativas dos jovens e também não dando conta de garantir a inserção dos(a) egressos no mercado de trabalho.

Assim, os desafios para escolarização dos filhos da classe trabalhadora é um campo de disputas constante. Mas, apesar disso, ainda existem excelentes instituições educacionais, profissionais da educação, movimentos civis e sociais organizados, e também várias ações e programas governamentais que buscam superar estes obstáculos. Nesta perspectiva, evidencio a importância da presença dos Institutos Federais de Educação nas diversas regiões do país. Para Frigotto (2018) a política de expansão e interiorização dos Institutos Federais foi um ganho extraordinário, pois tornou-se um marco de oportunidades para milhares de jovens, filhos(as) de trabalhadores(as), que puderam e ainda podem (apesar dos retrocessos atuais) ter acesso a uma educação de qualidade fora dos grandes centros urbanos, algo que sempre foi negado à classe trabalhadora. Os IFs, como também comprovam as entrevistas e observações realizadas nesta pesquisa, são a esperança para muitos pais e mães trabalhadores(as), e para os(as) estudantes que têm pressa em se profissionalizar para estuarem no mercado do trabalho.

Sob esse aspecto, no contexto acadêmico do IFRR/CNP e considerando os saberes concretos e abstratos adquiridos nas experiências de trabalho dos(a) discentes com a cultura da banana, faz-se necessário ampliar e aprofundar as interconexões formativas entre a instituição escolar, os(as) estudantes, a comunidade envolvida e demais órgãos instituídos. Dessa maneira, apesar das contradições sociais, a formação humana integral estará sendo fortalecida coletivamente, em sua horizontalidade, pelas trocas de experiências e saberes entre os sujeitos do território, pelos conhecimentos adquiridos na instituição escolar e pela formação da consciência de classe. Assim sendo, a formação profissional da classe trabalhadora no *Campus* Novo Paraíso, além de atender as demandas mais urgentes dos arranjos produtivos locais, estará promovendo a transformação social através da integração entre a educação profissional e as relações de trabalho e produção no território.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n.º 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdttsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 06 mai. de 2021.

**A História de Roraima**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/historia-de-roraima/>. Acesso em 01 jan. 2021.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDE, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2ª edição. São Paulo: PIONEIRA, THOMPSON LEARN.1999.

ANTUNES, Caio. **A Educação em Mézáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho** – V. 1: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ARROYO, M. **Outros sujeitos, Outras pedagogias?** 4ª impressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

ARROYO, M. **O princípio educativo do trabalho: o trabalho ou a resistência ao trabalho?** Revista Teoria e Educação, nº1, Porto Alegre – RS, 1990.

ARRUZZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero:** reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Disponível em: < Revista Outubro. 2015. [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015\\_1\\_04\\_Cinzia-Arruza.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf). > Acesso em: 07 mar. 2022.

BAKUNIN, M. **A Educação Integral.** In: MORIYÓN, Felix Garcia (Org.). Educação libertária: Bakunin, Kropotkin, Mella, Robin, Faure. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BARACHO, Maria das Graças. **Formação profissional para o mundo do trabalho:** uma travessia em construção? Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 236f. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22528>. > Acesso em: 19 set. 2022.

BARACHO, Maria das Graças. **Formação profissional para o mundo do trabalho:** uma travessia em construção? Natal, RN: editora Ifrn, 2018.

BEZERRA, Josinaldo Barboza. **A política de reforma agrária do INCRA e os conflitos no campo em Roraima.** Tese(doutorado)- Universidade federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019. 156f. Orientação: prof. Dr. Francisco Amaro Gomes Alencar. Disponível em:< [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49804/3/2019\\_tese\\_jbbezerra.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49804/3/2019_tese_jbbezerra.pdf) > Acesso em: 10 out. 2022.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões prática sobre a teoria da ação.** 9ª edição. Campinas, SP.: Papyrus Editora, 2008.

BRASIL- IBGE. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro.** 2017. Disponível em: < [https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11\\_00\\_Texto.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf). > Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017.** Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 103-A, p. 11, 31 de maio de 2017. Edição extra. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm). > Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 8.670,** 30 de junho de 1993. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8670.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8670.htm).> Acesso em: 21 jun.2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892,** de 29/12/ 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria

os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8670.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8670.htm).> Acesso em: 21 jun.2021.

BRASIL. **Decreto 7.566**. 1909. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). > Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. - MEC - **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. 2007. Disponível em:>  
<http://educacaointegral.mec.gov.br/proemi>. < Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 338/Conselho Superior, DE 01 de fevereiro de 2018. Da Organização Didática, Curricular e Acadêmica**. Disponível em: <<https://novoparaiso.ifrr.edu.br/ensino/arquivos-den/organizacao-didatica>.> Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR**. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023/dpi-geral/pdi-2019-2023>. > Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. IFRR - **Curso Técnico Em Agropecuária**. Disponível em:<<https://novoparaiso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agropecuaria-integrado/plano-de-curso-tecnico-em-agropecuaria-integrado-ao-ensino-medio>. 2012. > Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. IFRR - **Curso Técnico em Agroindústria**. Disponível em:<<https://novoparaiso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-agroindustria/plano-de-curso-tecnico-em-agroindustria-integrado-ao-ensino-medio>, 2015. > Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. IFRR - **Curso Técnico em Aquicultura**. Disponível em: <[https://novoparaiso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-aquicultura-integrado/planodecursotcnicoemaquicultura\\_final\\_aprovadoem20.03.2019](https://novoparaiso.ifrr.edu.br/ensino/cursos-tecnicos/tecnico-em-aquicultura-integrado/planodecursotcnicoemaquicultura_final_aprovadoem20.03.2019).> Acesso em: 21 set 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20/12/1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).> Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 5.154**, de 23/07/2004. < Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). > Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. **Série Mais Educação. Educação Integral**. Texto referência para o debate nacional. Brasília, 2009d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 09/09/2020.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Nosso futuro comum**. Presidente. Gro Harlem, Brundtland. 2ª Ed. FGV, Rio de Janeiro, RJ, 1991.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CANGUILHEM, Georges. **Meio e normas do homem no trabalho.** Proposições, v. 12, n. 2-3 (35-36). jul.-nov. 2001. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643999/1448>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. **II Plano nacional de reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima.** São Luís – Ma. 2009. 257f. dissertação de mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Área de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

CARNEIRO, Adeline Araújo. **O IFRR/Campus Novo Paraíso: da educação agrícola para a educação do campo, uma proposta em construção.** Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola. 2010. 106 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. In: **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais.** 2009. Disponível em: < <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. > Acesso em: 11 de set. 2022.

CESTILLE, Jovana A. FILHO, Domingos Leite Lima. **Educação Profissional do Campo.** Disponível em: < <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/jovanacestilleedo mingosleitelimafilho.pdf>. > Acesso em: 22 jun. 2021.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada, a Escola e o Trabalho como lugares de memória e de identidade. **Rev. Trabalho Necessário.** Nº 03. Ano 03. Disponível em: < file://C:\Documents and Settings\Administrador\Meus documentos\Minhas Webs\NED... 2005. > Acesso em: 23 mar 2021.

CIAVATTA, M. e RUMMERT, Sonia Maria. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br/>. > Acesso em: 22 jun. 2023.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educ. Soc.**, out. 2007, vol. 28, n. 100, p. 1105-1128.

DESCARTES, René. **Regras para a direção do espírito.** Lisboa – Portugal; edições 70, 1965.

DURRIVE, Louis & SCHWARTZ, Yves. **Revisões temáticas: glossário de Ergologia, volume IV | nº1 | 2008 | pp. 23-28.** 2008.

EMBRAPA. <https://revistacultivar.com.br/artigos/cultivo-de-dende-em-roraima-para-biodiesel>. <acesso em: 03-03-2023.>

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Ed. Eletrônica: Ridendo castigad more, 1999. Disponível em: < www.jahr.org. > Acesso em: 15 jun. 2021.

FEDERICI, Silva. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. COLETIVO SYCORAX. SÃO PAULO. Editora elefante, 2017.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional. Diálogos possíveis. **Rev. Educação, sociedade e culturas**. N.29, 2009. 35-51. Disponível em: < <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. > Acesso em: 21 set. 2021

FRANZOI, Naira Lisboa; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho: situando o tema no campo do trabalho-educação. **Revista trabalho necessário**. Ano 13, número 20 – 2015. Disponível em: < [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario); ano 13, nº 20/2015. > Acesso em: 21 jun. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1967.

FREITAS, Luiz Aimberê Soares. **Estudos Sociais: Roraima. (Geografia e História)**. São Paulo: Corprint, 1998.

FREITAS, Luiz Aimberê Soares. **História política e administrativa de Roraima. 1946-1985**. Manaus, AM: Umberto Calderaro, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.



FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil**. 1ª edição, Impressão Grupo Cocktail, 2022.

**GÊNERO E NÚMERO**. Revista. Disponível em:

<<https://www.generonumero.media/reportagens/Roraima-fecundidade-meninas/>> Acesso em: 03 de maio de 2023.

GOUVEA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, Racismo, Patriarcado, Dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. 2019. Artigo 01, **NIEP-MARX**. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC27/MC271.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2022.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I, 15ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

HERÁCLITO – **Fragmentos (sobre a natureza)**. Trad. de José Cavalcante de Souza SOBRE A NATUREZA (DK 22 b 1-126). “Digitalizado E Editado Por Alex Oliveira”. Os Pensadores. 2013. Disponível em: <<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/fragmentos-de-herc3a1clito-da-natureza.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

HOMGREN, David. **Os fundamentos da Permacultura**. .2007 Disponível em:; <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pdf>. Acesso em:>20/jun. 2023.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IFRR, 2020. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima**. Disponível em: <

<https://www.ifrr.edu.br/aceessoainformacao/institucional/historico-1>> Acesso em: 16 jun. 2021.

ITERRA. **Documento do Seminário sobre Educação Profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul: Que Educação Profissional, para que Trabalho e para que Campo?** in CALDART, Roseli S. (org.) O Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional. Cadernos ITERRA, ano VII, n.13, setembro de 2007, p. 179-201.

INCRA. **Relatório de Análise dos Mercados de Terras do Estado de Roraima**. RAMT. Disponível em:; [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/ramt\\_sr25\\_2018.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/ramt_sr25_2018.pdf). > acesso em: 23 abr. 2023.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio De Janeiro; Paz e terra, 1969.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LAVOURA, Tiago Nicola. A Dialética do Singular-Universal-Particular e o método da Pedagogia Histórico-Crítica. **Nuances: estudos sobre Educação**,

Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 2, p.4-18, mai./ago., 2018. ISSN: 2236- 0441. DOI: 10.32930/nuances. v29i2.6044. Disponível em: <  
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/6044/pdf> >  
 Acesso em:28 jul. 2021

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de LUKÁCS**. 4ª Edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21ª ed. São Paulo; Loyola, 2006.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista: sobre a categoria de particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS. G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**; [tradução Newton Ramos-de-Oliveira]. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 5. ed. Rev. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (1866). **Manifesto do Partido Comunista**. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. 12, (34), 1998. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/696>> Acesso em: 12 ago. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo; Expressão popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política.vol.1**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MARX, Karl. **Comentários marginais ao programa do Partido Operário Alemão, Karl Marx Abril 1875**. Fonte: <The Marxists Internet Archive.

Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000053.pdf>. > Acesso em: 19 ago. 2021.

MEC. **Educação e o mundo do trabalho**. BOLETIM 17, SET. 2005. SALTO PARA O FUTURO. TV ESCOLA).  
[https://www.academia.edu/9155268/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_o\\_mundo\\_d\\_o\\_trabalho\\_BOLETIM\\_17\\_SETEMBRO\\_2005\\_SUM%C3%81RIO\\_SUM%C3%81RIO](https://www.academia.edu/9155268/Educa%C3%A7%C3%A3o_e_o_mundo_d_o_trabalho_BOLETIM_17_SETEMBRO_2005_SUM%C3%81RIO_SUM%C3%81RIO).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da Democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo. Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. 2ª reimpressão. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IM57AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA17&dq=o+conceito+de+representa%C3%A7%C3%A3o+em++minayo,+pdf&ots=HTVAj6uUV\\_&sig=ONahyOundLiruYN9u2hcmPsSUYM](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IM57AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA17&dq=o+conceito+de+representa%C3%A7%C3%A3o+em++minayo,+pdf&ots=HTVAj6uUV_&sig=ONahyOundLiruYN9u2hcmPsSUYM). > Acesso em: 17 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, 40, 2018. Disponível em: < <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>. > Acesso em: 09 set. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOLL, Jaqueline. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MST. **Caminhos da Educação Básica de Nível Médio para a Juventude das Áreas de Reforma Agrária**. Documento Final do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária. Luziânia, GO, setembro de 2006.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002.

NETO, José Leite dos Santos; Bezerra Neto. Luiz; Bezerra, Maria Cristina dos Santos (Orgs). **Trabalho e educação**: estudos sobre o rural brasileiro. Uberlândia: Navegando Publicações, São Carlos, Pedro & João Editores, 2017.

NETTO, J. Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>, 2000. Acesso em: 21 dez 2021.

PASQUALINI, J.C. Dialética singular-particular-universal e sua expressão na pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. **Rev. Simbio-Logias**, V.

12, Nº. 17 – 2020. Disponível em: <  
<https://www.ibb.unesp.br/#!/ensino/departamentos/educacao/revista-simbio-logias/volume-12---numero-17---2020>. > Acesso em: 28 jan. 2021.

QUINTELA, Débora Françolin. **A Direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”**. (Instituto de Ciência Política (IPOL)/ UnB). 44º Encontro Anual da ANPOCS - SPG13 - Direitas no Brasil contemporâneo, 2020. Disponível em:  
 <<https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjZzODUiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMjQ2OWRiOWZmY2lyNzFINTRkZDU4MWE2Nzg3YjAyNDliO30%3D>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação -PPGE/UFES**. Vitória, ES. a.11, v.19, n.39, p.15-29, jan./jun.2014.

RAMOS, M. O estudo de saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas. **Educação em Revista|Belo Horizonte**|v.30|n.04|p.105-125|outubro-dezembro 2014. Disponível em:<  
<https://www.scielo.br/j/edur/a/qN4Sz8tX7W5LyqsgGbr3LZS/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ROBIN, P. **Educação integral**. In: MORIYÓN, F.G. (Org.). Educação Libertária. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

RODRIGUES, Doriedson; SILVA, João Batista do Carmo; SILVA, Kariny de Cássia Ramos da; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado na Amazônia: Entre o investido e o desinvestido**. Cametá, PA: Editora do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2020.

RODRIGUES, Doriedson. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos de trabalhadoras e trabalhadores em/a partir do contexto amazônico paraense. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.12 – 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I – julho de 2009. [www.rbhcs.com](http://www.rbhcs.com) ISSN: 2175-3423. < Disponível em:  
<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SANTOS, Derivaldo Gomes dos; FILHO, Domingos Leite; NOVAES, Henrique Tahan. (organizadores). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas: vol. 1**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

SANTOS, Maria José dos. **Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima. (1970 – 1990)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Manaus, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAVIANI, Demerval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **MOVIMENTO REVISTA DE EDUCAÇÃO**. Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Ano 3 n. 4 -2016.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11<sup>a</sup> ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**. V12, n.34 jan./abr. 2007.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SEPLAN. **Potencialidades e Limitações para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima (ZEE-RR)**. GOVERNO DE Roraima. ZEE/RR. SEPLAN, 2018.

SHWARTZ, Yves Raimond. **Produzir saberes entre aderência e desaderência. Educação**. Unisinos. 13(3) 264-273, setembro/dezembro 2009. Texto original: produire des savoirs entre adhérence et désadhérence. In: BEGUIN, P.; CERF, M. (orgs.). 2009. Dynamique des savoirs, dynamique des Changements. Toulouse, Éditions Octarès, p.15-28.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e uso de si. Proposições**. Campinas, v 1, n.5 (32), p.34-50, julho a. 2000.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e valor. Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2): 147-158, outubro de 1996.

Singer, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA OLIVEIRA, Flavia. **Migrações rurais e agricultura familiar**. 2015. Universidade Federal de Goiás. Escola de Agronomia (EA), Pós-graduação em agronegócio. Goiânia, 2015.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. 2015, p.407). Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Rev. Educ. Pública**. Cuiabá v. 24 n. 56 p. 405-428, maio/ago. 2015.

Tiriba, Lia - Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser- (**Otra Economía, vol. 11, n. 20, julio-diciembre 2018**). Disponível em:<

<https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/download/14757/9354/>.> Acesso em: 05/mai2023.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639753>. >  
 Acesso em: 12 mar. 2021.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. ZAHAR EDITORES, 1981.

TONET, I. LESSA, Sérgio. **Proletariado e sujeito revolucionário**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VASCONCELOS. Vanessa Rufino Vale. **Níveis de atividade física em adolescentes campesinos de uma escola de tempo integral do sul do estado de Roraima**. Dissertação de mestrado em Educação do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima (UERR) em colaboração com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). 117 páginas, 2019.

VENDRAMINI, Célia Regina; TIRIBA, Lia. Classe, Cultura e Experiência na obra de E. P. THOMPSON: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 54-72, mar2014 – ISSN: 1676-2584. Disponível em:<  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640461>. >  
 Acesso em: 10 mar. 2022.

## **APÊNDICES:**

### **APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para discente – PARTICIPANTE**

**PESQUISA:** SABERES DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UM ESTUDO COM DISCENTES ASSENTADOS RURAIS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO.

**COORDENAÇÃO:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer

Prezado(a) discente,

Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

Eu, Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, como coordenadora da equipe de pesquisa e tendo como pesquisador

assistente deste projeto, o sr. Ednaldo Gomes Pereira, professor de Filosofia, do Instituto Federal de Roraima, Campus Novo Paraíso. Convidamos você a participar do estudo: **“Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso”**. Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação.

**FINALIDADE DA PESQUISA:** Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar e analisar os lugares que os saberes das experiências de trabalho de estudantes, assentados rurais do sul de Roraima, ocupam no currículo do curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP para a formação humana integral. Ou seja, pretendemos descobrir como o IFRR, através do curso Técnico em Agropecuária, está aproveitando ou não os conhecimentos que vocês têm e já aplicam nas tarefas diárias de trabalho no cultivo e produção da banana em seus lotes. Pretendemos saber também, se esses conhecimentos estão integrados ou não com os conhecimentos aplicados nas disciplinas do curso técnico que estão fazendo e contribuindo para a sua formação como um todo. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado(a) a participar e não tem problema nenhum se desistir.

**ONDE SERÁ A PESQUISA?** A pesquisa será feita em sua residência, no assentamento rural onde você mora. Esse procedimento será necessário para que possamos conhecer melhor a sua realidade e de seus familiares no dia a dia de trabalho no campo com o cultivo e produção de banana.

**COMO SERÁ A PESQUISA?** A pesquisa será realizada com observações e entrevistas. Nas observações no campo e quando vocês estiverem trabalhando, iremos registrar em um caderno (diário de campo) as coisas que servirão para colocar no projeto. Nesse momento, se necessário e com a sua autorização, poderemos tirar fotos e/ou filmar os locais e situações de trabalho e estudos que você desenvolve. Nas entrevistas vamos fazer algumas perguntas relacionadas à sua vida de trabalho no campo, os saberes que quiser compartilhar conosco e que estão sendo adquiridos com as experiências e observações dos seus pais trabalhando no campo e também poderá nos contar sobre as possíveis relações destes conhecimentos com o curso do IFRR/CNP.

Estas entrevistas, serão gravadas e, com a sua permissão, faremos registros com imagens fotográficas e/ou filmagens.

**COMO SERÁ OS ENCONTROS?** Os encontros serão nos dias e horas marcados, antecipadamente, com você e seus pais/ou responsáveis. O tempo previsto para a realização dos encontros, nos quais faremos a observação da realidade local, realização das entrevistas e coleta de dados, não ultrapassará duas horas, por encontro, sendo que pretendemos concluir todas as etapas desse projeto, fazendo pelo menos, quatro visitas ao lugar onde você mora e trabalha. Sendo assim, desde o primeiro dia de visita ao último dia de ida ao campo para apresentação dos resultados do projeto de pesquisa já teremos os quatro encontros realizados. Queremos lembrar que, os dias e horários dessas visitas, serão combinados antecipadamente com você e seus pais ou responsáveis. Como existem momentos e situações, devido as particularidades do lugar, em que exigirá de nós ficar um pouco mais. Nesse caso, pode ser que, a depender da necessidade de acompanhamento de alguma atividade específica da prática do trabalho no bananal, o tempo de permanência no local seja maior que duas horas. Porém, quando isso ocorrer, nos esforçaremos para não ultrapassarmos mais que três horas, a fim de não interferirmos nos seus afazeres diários da família.

**INTRUMENTOS QUE UTILIZAREMOS:** Para fazer o trabalho de campo, vamos utilizar cadernos de anotações (diário de bordo), máquinas fotográficas e/ou celulares para gravações, fotos e filmagens, notebook, papel, caneta, lápis, borracha, pasta e mochila para guardar os materiais. Todos estes instrumentos que utilizaremos são considerados seguros, por isso não há nenhum risco à sua segurança e, se houver, será um risco mínimo/previsível. Caso aconteça algo errado durante os trabalhos de investigação, você, seus pais ou responsáveis poderão) nos procurar pelos contatos que estão no final do texto. A sua participação é importante.

**PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Ou seja, sua contribuição e participação é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo. A qualquer momento,



tanto você quanto os seus responsáveis poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas dos assentamentos e também de outros estudantes assentados rurais. Isto é, resultados que contemplem as dimensões do trabalho e da formação humana integral, que envolvem as experiências de trabalho dos estudantes que moram no campo e a formação integrada técnica de nível médio ofertada pelo IFRR/CNP.

**CONFIDENCIALIDADE:** Todas as suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, com fins acadêmicos, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolução dos resultados, de forma coletiva, para a escola, se assim for solicitado. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em participar deste projeto. Se você tiver dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados ao estudo, você deve contatar a coordenadora desta pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que tem como pesquisador assistente, o discente do Programa de Pós-graduação, nível Doutorado em Educação da UFRGS, Ednaldo Gomes Pereira, professor do IFRR/Campus Novo Paraíso, membro da Equipe do Projeto: Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso. Fone: (95) 991214293. E-mails: [clara.fischer@ufrgs.br](mailto:clara.fischer@ufrgs.br), e [ednaldo.gomes@ifrr.edu.br](mailto:ednaldo.gomes@ifrr.edu.br). Da mesma forma, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por intermédio do telefone (51) 3308.3738. Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308

3738.etica@propeq.ufrgs.br Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 Prédio Anexo I da  
Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060.

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, entendi os objetivos desta  
pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de  
Consentimento, portanto, concordo em participar.

Porto Alegre, .....de.....de.....

---

(Assinatura do participante)

Eu, Maria Clara Bueno Fischer, coordenadora da equipe do projeto,  
Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com  
discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-  
Campus Novo Paraíso, obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento  
Livres e Esclarecidos do sujeito da pesquisa ou representante legal para a  
participação na pesquisa.

---

Maria Clara Bueno Fischer  
(Pesquisadora responsável)

---

Ednaldo Gomes Pereira  
(Pesquisador assistente)

**APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livres e Esclarecidos (TALE) –  
MENORES e Consentimento Pós-Informado**

**PESQUISA:** Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso.

**COORDENAÇÃO:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer. Pesquisador assistente: Ednaldo Gomes Pereira.

**Para adolescentes (de 16 a 17 anos) e para legalmente incapaz.**

Eu, Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, como coordenadora da equipe de pesquisa e tendo como pesquisador assistente deste projeto, o sr. Ednaldo Gomes Pereira, professor de Filosofia, do Instituto Federal de Roraima, Campus Novo Paraíso. Convidamos você a participar do estudo: **“Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso”**.

**FINALIDADE DA PESQUISA:** Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar e analisar os lugares que os saberes das experiências de trabalho de estudantes, assentados rurais do sul de Roraima, ocupam no currículo do curso técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP para a formação humana integral. Ou seja, pretendemos descobrir como o IFRR, através do curso Técnico em Agropecuária, está aproveitando ou não os conhecimentos que vocês têm e já aplicam nas tarefas diárias de trabalho no cultivo e produção da banana em seus lotes. Pretendemos saber também, se esses conhecimentos estão integrados ou não com os conhecimentos aplicados nas disciplinas do curso técnico que estão fazendo e contribuindo para a sua formação em geral. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema nenhum se desistir. Outras(o) adolescentes participantes desta pesquisa têm de (16) anos de idade a (17) anos de idade.

**ONDE SERÁ A PESQUISA?** A pesquisa será feita em sua residência, no assentamento rural onde você mora. Esse procedimento será necessário para

que possamos conhecer melhor a sua realidade e de seus familiares no dia a dia de trabalho no campo com o cultivo e produção de banana.

COMO SERÁ A PESQUISA? A pesquisa será realizada com observações e entrevistas. Nas observações do campo e quando vocês estiverem trabalhando, iremos registrar em um caderno (diário de campo) as coisas que servirão para colocar no projeto. Nesse momento, se necessário e com a sua autorização, poderemos tirar fotos e/ou filmar os locais e situações de trabalho e estudos que você desenvolve. Nas entrevistas vamos fazer algumas perguntas relacionadas à sua vida de trabalho no campo, os saberes que quiser compartilhar conosco e que estão sendo adquiridos com as experiências e observações dos seus pais trabalhando no campo e também poderá nos contar sobre as possíveis relações destes conhecimentos com o curso do IFRR/CNP. Estas entrevistas, serão gravadas e, com a sua permissão, faremos registros com imagens fotográficas e/ou filmagens.

COMO SERÃO OS ENCONTROS? Os encontros serão nos dias e horas marcados, antecipadamente, com você e seus pais/ou responsáveis. O tempo previsto para a realização dos encontros, nos quais faremos a observação da realidade local, realização das entrevistas e coleta de dados, não ultrapassará duas horas, por encontro, sendo que pretendemos concluir todas as etapas desse projeto, fazendo pelo menos, quatro visitas ao lugar onde você mora e trabalha. Sendo assim, desde o primeiro dia de visita ao último dia de ida ao campo para apresentação dos resultados do projeto de pesquisa já teremos os quatro encontros realizados. Queremos lembrar que, os dias e horários dessas visitas, serão combinados antecipadamente com você e seus pais ou responsáveis. Como existem momentos e situações, devido as particularidades do lugar, em que exigirá de nós ficar um pouco mais. Nesse caso, pode ser que, a depender da necessidade de acompanhamento de alguma atividade específica da prática do trabalho no bananal, o tempo de permanência no local seja maior que duas horas. Porém, quando isso ocorrer, nos esforçaremos para não ultrapassarmos mais que três horas, a fim de não interferirmos nos seus afazeres diários da família.

**INTRUMENTOS QUE UTILIZAREMOS:** Para fazer o trabalho de campo, vamos utilizar cadernos de anotações (diário de bordo), máquinas fotográficas e/ou celulares para gravações, fotos e filmagens, notebook, papel, caneta, lápis, borracha, pasta e mochila para guardar os materiais. Todos estes instrumentos que utilizaremos são considerados seguros, por isso não há nenhum risco à sua segurança e, se houver, será um risco mínimo/previsível. Caso aconteça algo errado durante os trabalhos de investigação, você, seus pais ou responsáveis poderão) nos procurar pelos contatos que estão no final do texto. A sua participação é importante.

**PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Ou seja, sua contribuição e participação é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto você quanto os seus responsáveis poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas dos assentamentos e também de outros estudantes assentados rurais. Isto é, resultados que contemplem as dimensões do trabalho e da formação humana integral, que envolvem as experiências de trabalho dos estudantes que moram no campo e a formação integrada técnica de nível médio ofertada pelo IFRR/CNP.

**CONFIDENCIALIDADE:** Todas as suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, com fins acadêmicos, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolução dos resultados, de forma coletiva, para a escola, se assim for solicitado. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em participar deste projeto. Se você ou os responsáveis por você tiverem dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados ao estudo, você deve contatar a coordenadora desta pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que tem como pesquisador assistente, o discente do Programa de Pós-graduação, nível Doutorado em Educação da UFRGS, Ednaldo Gomes Pereira, professor do IFRR/Campus Novo Paraíso, membro da Equipe do Projeto: Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso. Fone: (95) 991214293. E-mails: [clara.fischer@ufrgs.br](mailto:clara.fischer@ufrgs.br), e [ednaldo.gomes@ifrr.edu.br](mailto:ednaldo.gomes@ifrr.edu.br). Da mesma forma, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por intermédio do telefone (51) 3308.3738. Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308 3738.etica@propesq.ufrgs.br Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa: *Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso*. Entendi as coisas legais e as coisas desconfortáveis que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir de participar da pesquisa e que ninguém vai ficar bravo ou chateado comigo. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Eu, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer, coordenadora da pesquisa e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e o

pesquisador assistente, Ednaldo Gomes Pereira, membro da equipe do projeto: Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso, obtive de forma apropriada e voluntária o assentimento para a participação na pesquisa.

---

Maria Clara Bueno Fischer

(Coordenadora da pesquisa)

---

Ednaldo Gomes Pereira

(Pesquisador assistente)

### **APÊNDICE C: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA**

**Projeto:** Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso.

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado, Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso sob responsabilidade da pesquisadora, Maria Clara Bueno Fischer, Coordenadora da pesquisa, vinculada ao do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e o pesquisador assistente, Ednaldo Gomes Pereira.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise por parte da equipe de pesquisa e atividades educacionais e acadêmicas. Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por

qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do pesquisador responsável. Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

---

Assinatura do (a) participante

---

Maria Clara Bueno Fischer  
(Coordenadora da Pesquisa)

Porto Alegre, RS.....de.....de.....

#### **APÊNDICE D- AUTORIZAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**

##### **TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO**

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar e analisar os lugares que os saberes das experiências de trabalho dos estudantes, assentados rurais do sul do Roraima, ocupam no currículo do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP para a formação humana integral desses jovens camponeses. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante. A coleta de dados envolverá coleta e análise de dados documentais referentes ao PDI, Organização Didática, Portarias, Planos de Curso, Registros Acadêmicos, Currículo, Atas de reuniões e de Audiências públicas referentes à pesquisa em questão. Também faremos uso de pesquisa de campo com os discentes. Neste caso, os procedimentos metodológicos serão através de observação (registradas em diário de campo), relatos de experiências e entrevistas gravadas (utilização de imagens, som e voz) a serem realizadas e respondidas



individualmente por cerca de quatro estudantes do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/Campus Novo Paraíso. Sendo dois discentes trabalhadores e residentes no Projeto de Assentamento São Luizão (PA - São Luizão), no município de São João da Baliza e outros(a) dois discentes trabalhadores e residentes no Projeto de Assentamento Rápido Jatapu (PAR-Jatapu), no município de Caroebe, sul do Estado de Roraima. As pesquisas serão realizadas no espaço das atividades de trabalho no campo, especificamente nas situações de trabalho envolvendo a cultura da banana. O tempo previsto para a realização dos encontros, será de pelo menos quatro visitas(encontros) para apresentação do projeto, conhecimento da realidade local, solicitação de aceite, entrevistas, responder às dúvidas e retorno dos trabalhos de pesquisa realizados para concordância e/ou ajustes em alguns pontos se necessário. Todas estas etapas para a realização da pesquisa, não ultrapassará duas horas por visita. Sendo que, serão agendadas e combinadas antecipadamente com o(a) sra. e com seu(sua) filho(a). Pode ser que, dependendo da necessidade de acompanhamento de alguma atividade específica no campo agrícola e na observação dos trabalhos no bananal, o tempo de presença no local, se estenda um pouco mais. Porém, pretendemos não ultrapassar as três horas por visita. Queremos lembrar também que, se ocorrerem estas situações, combinaremos previamente com o sra. a questão da nossa presença no lugar, desde que não interfira de nenhuma maneira, nas tarefas diárias de seus(suas) filhos(a) participantes da pesquisa e também da família.

Nessa perspectiva, pretendemos, com o devido consentimento do(a) docente e atendendo a todos os termos legais da pesquisa, fazer ao menos uma visita observacional em sala de aula de, pelo menos, um componente curricular da área técnica, com a presença dos(as) discentes e do(a) docente responsável pela disciplina técnica. Preferencialmente de um componente curricular em que esteja direta ou indiretamente relacionado com a cultura frutífera ou com o contexto do campo. Esta visita observacional será para analisar a integração ou não desses saberes escolares com os saberes da experiência dos(as) discentes em situação de trabalho no cultivo da banana nos lotes rurais. A pesquisa será realizada por este professor pesquisador, no ano letivo de 2022, no *campus* do

IFRR/CNP e no território onde moram os discentes participantes da pesquisa, ou seja, nos assentamentos rurais escolhidos para realizar o projeto. Este professor pesquisador, que hora está realizando sua Pós-graduação, Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e sob a Orientação da Professora Dra. Maria Clara Bueno Fischer, tomará todas os cuidados e precauções possíveis quanto ao respeito aos espaços de trabalho e as restrições estabelecidas pela instituição escolar, assim como cuidado com os documentos, fotos, produções da escola, dados de registros informatizados para fins estatísticos e em outros arquivos físicos, ressaltando sempre as questões éticas de sigilo e garantias de autorizações específicas, a fim de não causar qualquer forma de prejuízos e/ou dano à rotina de trabalho e às responsabilidades com a coisa pública.

Asseguramos que a instituição, assim como, alunos(as), professores, gestores, estarão isentos de qualquer tipo de despesa financeira por participar deste estudo, bem como não receberão nenhum tipo de valor financeiro por suas participações. Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Este projeto iniciará com a aprovação pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade do participante. No entanto, se mesmo assim, o(a) participante da pesquisa se sentir prejudicado(a), a assinatura do Termo não exclui a possibilidade de a/o participante buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes de participação na pesquisa, como preconiza a Resolução 466/12.

Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da pesquisadora responsável, Professora Dra. Maria Clara Bueno Fischer, após cinco anos, será destruído. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, e será realizada a devolução dos resultados, de forma coletiva, para a escola, se assim for solicitado.

Por intermédio deste trabalho, esperamos contribuir para a compreensão dos espaços que os saberes da experiência de trabalho dos discentes assentados do sul de Roraima ocupam no currículo da formação técnica integrada ao nível médio do curso Técnico em Agropecuária do IFRR/Campus Novo Paraíso, para a formação humana integral dos jovens do campo.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Professora Dra. Maria Clara Bueno Fischer, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o pesquisador assistente é o Prof. Ednaldo Gomes Pereira, membro da equipe de pesquisa. Maiores informações podem ser obtidas com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308.3738. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE PESQUISA. Av. Paulo Gama, s/n, sala 918, Centro Histórico, Porto Alegre, RS – Cep: 90046-900 – Fone: 3308.3098. 21 de abril de 2022.

Agradecemos a colaboração dessa instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Concordamos que os jovens/discentes e professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Novo Paraíso – IFRR/CNP, Caracaraí, Roraima, participem do presente estudo.

Porto Alegre, RS. ....de.....de.....

---

Responsável e cargo.

---

Coordenadora da pesquisa.

---

Pesquisador assistente.

**APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Docente**

**PESQUISA:** SABERES DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UM ESTUDO COM DISCENTES ASSENTADOS RURAIS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO.

**COORDENAÇÃO:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer

Prezado(a) docente,

Você está sendo convidado(a) a participar indiretamente deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

Eu, Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, como coordenadora da equipe de pesquisa e tendo como pesquisador assistente deste projeto, o sr. Ednaldo Gomes Pereira, professor de Filosofia, do Instituto Federal de Roraima, Campus Novo Paraíso.

**FINALIDADE DA PESQUISA:** Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar e analisar os lugares que os saberes das experiências de trabalho dos estudantes, assentados rurais do sul do Roraima, ocupam no currículo do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP para a formação humana integral. Para tanto, solicitamos sua autorização para realizarmos uma visita em uma de suas aulas, preferencialmente, na(s) turma(s) do quarto módulo do Curso Técnico em Agropecuária. Será um momento para observação, em sala de aula, da exposição dos conteúdos da disciplina, em que poderemos analisar as aproximações teórico-práticas entre o que é aprendido em sala de aula e a realidade de trabalho dos(a) discentes que moram e trabalham, juntamente com suas famílias, no cultivo e produção de banana nos assentamentos rurais, São Luizão e Jatapu, sul do estado. Queremos garantir-lhe, que não faremos nenhuma arguição ou interferências no decurso da aula, mas apenas algumas anotações para fins de desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

**PARTICIPANTES DA PESQUISA:** os participantes da pesquisa são discentes, assentados rurais do sul de Roraima (pelo menos quatro), que atualmente estão cursando o quarto semestre(módulo) do Curso Técnico em

Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, campus Novo Paraíso, por entendermos que estes estudantes do quarto módulo, ou quarto semestre letivo do curso, já têm uma relativa caminhada acadêmica no campus e que podem aferir opiniões mais integradas ou comparativas entre o que já estudaram, estudam ou vão estudar no curso e as suas situações e experiências(saberes) de trabalho no campo, é que optamos por esse recorte. Ou seja, como já realizaram mais de 60% da carga horária do curso, espera-se que esses discentes já tenham um relativo conhecimento sobre as questões teóricas e práticas relacionadas ao currículo e aos saberes técnicos do curso, bem como, suas aproximações ou não com os saberes das experiências em situação trabalho no cultivo da banana nos projetos de assentamentos rurais São Luizão e Jatapu.

O modo pelo qual serão contatados, será indo inicialmente, em um dia letivo, ao campus do IFRR em Novo Paraíso, para dar ciência do projeto e dos objetivos aos coordenadores e diretores de ensino. Solicitar anuência e autorização da instituição e, em seguida, pedir para realizar visitas nas salas de aulas do curso, especificamente nas turmas do quarto módulo, objeto de estudo do projeto para, com as devidas autorizações dos(as) docentes que estiverem em sala no momento e, sem prejuízos das aulas e dos conteúdos e/ou tarefas que estiverem sendo realizadas, apresentar o projeto de forma sucinta, sua intencionalidade, etapas, métodos e de que maneira os(a) discente poderão participar da pesquisa. Nesse momento, procuraremos identificar os(a) discentes que se enquadrem nos critérios da investigação, elencados anteriormente e, ao esclarecer possíveis dúvidas, fazer oralmente o convite à participação no projeto.

Nessa perspectiva, pretendemos, com o(a) seu consentimento, atendendo a todos os termos legais da pesquisa, fazer ao menos uma visita observacional em sala de aula, de um componente curricular do curso(disciplina), visando observar a integração desses saberes escolares com os saberes da experiência discente, em situação de trabalho, no cultivo da banana nos assentamentos rurais supracitados.

Para tanto, queremos dizer-lhe que também solicitamos a autorização desta Instituição, IFRR/CNP, para realizarmos este estudo. Além disso, será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante.

A investigação envolverá coleta e análise de dados documentais referentes ao PDI, Organização Didática, Portarias, Plano de Curso, Registros Acadêmicos, Currículo, Atas de reuniões e de Audiências públicas referentes à pesquisa em questão. Também faremos pesquisa de campo com os discentes. Neste caso, os procedimentos metodológicos serão através de observação (registradas em diário de campo), relatos de experiências e entrevistas gravadas (utilização de imagens, som e voz) a serem realizadas e respondidas individualmente por cerca de quatro estudantes do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/Campus Novo Paraíso. Sendo dois discentes trabalhadores e residentes no Projeto de Assentamento São Luizão (PA - São Luizão), no município de São João da Baliza e outros(as) dois discentes trabalhadores e residentes no Projeto de Assentamento Rápido Jatapu (PAR-Jatapu), no município de Caroebe, sul do Estado de Roraima. As pesquisas serão realizadas no espaço das atividades de trabalho no campo, especificamente nas situações de trabalho envolvendo a cultura da banana.

**ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** caso aceite participar, a sua participação consiste em, voluntariamente, nos permitir assistir a uma de suas aulas, especificamente, na(s) turma(s) em que estudam os discentes participantes da pesquisa. As observações serão anotadas em um diário de campo. Ao ser realizado estes procedimentos, tomaremos todas as medidas que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes e dos demais alunos(as) da sala, assim como da sua imagem e da sua liberdade de cátedra, garantindo a não utilização das informações em prejuízo seu ou dos(as) discentes.

O tempo previsto para a realização da visita observacional será de apenas uma hora/aula do corrente semestre letivo. O dia e horário para a realização da visita, em sala de aula, será informado e combinado antecipadamente com o(a) sra. e de acordo com seu calendário acadêmico e disponibilidade para nos receber.

**BENEFÍCIOS:** são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, trabalhadores e trabalhadoras dos assentamentos e também de outros estudantes trabalhadores(as) assentados(as) rurais. Isto é, resultados que contemplem as dimensões do trabalho e da formação humana

integral que envolvem as experiências de trabalho e a formação integrada técnica de nível médio do campus do IFRR/CNP, contribuindo para o desenvolvimento local.

**RISCOS:** os procedimentos utilizados na pesquisa que vamos fazer, obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos são mínimos, se ocorrer algum, tais riscos serão resolvidos com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12.

**CONFIDENCIALIDADE:** garantimos ao(à) sr. (a) a manutenção do sigilo e da privacidade da sua participação durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado(a). Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

**PAGAMENTO:** O(A) sr. (a) não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Ou seja, a participação é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo. Sempre que o(a) sr. (a) quiser mais informações sobre este estudo pode entrar em contato com a coordenadora da pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS ou com o pesquisador assistente, Ednaldo Gomes Pereira. Pelos e-mails: clara.fischer@ufrgs.br, e ednaldo.gomes@ifrr.edu.br, ou pelo fone, (95) 991214293.

Da mesma forma, o(a) sr. (a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por intermédio do telefone (51) 3308.3738. Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308 3738.etica@propesq.ufrgs.br Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060.

Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto foi avaliado pelo Conselho de Ética em Pesquisa CEP-UFRGS, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cuja finalidade é avaliar – emitir parecer e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, em seus aspectos éticos e metodológicos.

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em consentir a nossa visita como observadores à aula que ministrará para os(a) discentes do quarto módulo do Curso Técnico em Agropecuária, IFRR, Campus Novo Paraíso.

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, professor(a) da disciplina \_\_\_\_\_, do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Neste caso, trata-se de permissão para que os pesquisadores assistam a uma aula do meu componente curricular em que tenham discentes diretamente envolvidos com a pesquisa. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, concordo em participar.

Porto Alegre, .....de.....de.....

---

(Assinatura do participante)

Eu, Maria Clara Bueno Fischer, coordenadora da equipe do projeto, Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso, obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido do docente permitindo a nossa presença para assistirmos a uma aula de seu componente curricular, onde estão presentes, discentes participantes da pesquisa.



---

Maria Clara Bueno Fischer  
(Pesquisadora responsável)

---

Ednaldo Gomes Pereira  
(Pesquisador assistente)

## **APÊNDICE F - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS – TCUD**

**PESQUISA:** Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso.

**COORDENAÇÃO:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer. Pesquisador assistente: Ednaldo Gomes Pereira.

### **1. Descrição dos Dados**

São dados a serem coletados somente após avaliação e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CEP-UFRGS, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cuja finalidade é avaliar – emitir parecer e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, em seus aspectos éticos e metodológicos, realizados no âmbito da instituição. A coleta de dados envolverá coleta e análise de dados documentais referentes ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2019-2023); Organização Didática do IFRR; Planejamento do Currículo Integrado; Plano de Curso; Plataforma SUAP do IFRR; Documentos das Ações e Programas do IFRR; Indicadores e Metas de Ensino; Leis, Decretos, Pareceres, Portarias, Atos Normativos e Resoluções que tratem dos objetivos e princípios da formação profissional articulada à Educação Básica. Registros Acadêmicos. Teses e Dissertações relacionadas ao território e ao campus do IFRR. Atas das audiências públicas e reuniões para a escolha dos cursos. O período relativo à visita para pesquisa e coleta desses documentos será entre o segundo semestre do ano de 2022 e segundo semestre do ano de 2023. Os

dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado. Para dúvidas de aspecto ético, pode ser contatado o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP UFRGS está localizado na Av. Paulo Gama, 110, Sala 311, Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. Fone: +55 51 3308 3787 E-mail: [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br) Horário de Funcionamento: de segunda a sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00h”.

#### 4. Declaração dos pesquisadores

Eu, Maria Clara Bueno Fischer (pesquisadora responsável) e Ednaldo Gomes Pereira, (pesquisador participante) abaixo assinado(s), pesquisador(es) envolvido(s) no projeto de título: “ Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso”, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos (prontuários) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Novo Paraíso (IFRR/CNP), bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e a Resolução CNS nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Declaramos entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas estão sob nossa responsabilidade. Também declaramos que não repassaremos os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Informamos) que os dados a serem coletados dizem respeito à pesquisa sobre: Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso. Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Todo e qualquer outro uso que venha a ser planejado, será objeto de novo projeto de pesquisa, que será submetido à apreciação do CEP UFRGS.

Porto Alegre, RS \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome do pesquisador

RG

Assinatura

---

Pesquisador assistente

---

---

RG

---

---

Assinatura

---

### 5. Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que cederemos aos pesquisadores apresentados neste termo, o acesso aos dados solicitados para serem utilizados nesta pesquisa.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se o(a) mesmo(a) a utilizar os dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Caracarái, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Responsável pela anuência da Instituição

**APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os pais e/ou responsáveis.**

**PARTICIPANTE**

**PESQUISA:** SABERES DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: UM ESTUDO COM DISCENTES ASSENTADOS RURAIS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO.

**COORDENAÇÃO:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer

Prezado(a) pai e/ou responsável,

Estamos desenvolvendo uma pesquisa de Doutorado em Educação cujo título é: **Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso**, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, no qual o aluno, Ednaldo Gomes Pereira, que é professor de Filosofia no Instituto Federal de Roraima, Campus Novo Paraíso, faz parte como pesquisador assistente deste projeto que nos propusemos a realizar.

O(A) seu(sua) filho(a) está sendo convidado a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e finalidades(objetivos) do estudo:

**FINALIDADE DA PESQUISA:** Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar e analisar os lugares que os saberes das experiências de trabalho de estudantes, assentados rurais do sul do Roraima, ocupam no currículo do curso Técnico em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP para a formação humana integral desses jovens camponeses. Ou seja, pretendemos descobrir como o IFRR, através do curso Técnico em Agropecuária, está aproveitando ou não os conhecimentos que o(a) seu(sua) filho(a) tem e que foi adquirido no acompanhamento e realização das tarefas diárias de trabalho no cultivo e produção da banana em seu lote. Pretendemos saber também, se esses conhecimentos estão sendo integrados ou não com os conhecimentos aplicados nas disciplinas do curso técnico que ele(a) está fazendo no IFRR, Campus Novo Paraíso.

O(A) seu(sua) filho(a) está sendo convidado por que faz parte do grupo de alunos(a) que estudam no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Novo Paraíso, que estão fazendo o curso Técnico em Agropecuária e moram, com as famílias, no Projeto de Assentamento Rural São Luizão (PA - São Luizão) ou no Projeto de Assentamento Rural Rápido Jatapu (PAR-Jatapu). Nesse caso, a escolha se deu porque preenchem os seguintes critérios básicos: I – Estarem matriculados e cursando o quarto módulo (quarto semestre) do curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP; II – Ser morador(a) do Assentamento rural São Luizão ou do Assentamento rural Jatapu; III - Atuarem conjuntamente os familiares no trabalho do campo, tendo o cultivo da banana como a produção principal do lote.

O(A) sr. (a) tem plena liberdade de recusar a participação do seu(sua) filho(a) ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que ele(a) recebe neste trabalho de pesquisa. Sempre que o(a) sr. (a) quiser mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com a coordenadora da pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS ou com o pesquisador assistente, Ednaldo Gomes Pereira. Pelos e-mails: [clara.fischer@ufrgs.br](mailto:clara.fischer@ufrgs.br), e [ednaldo.gomes@ifrr.edu.br](mailto:ednaldo.gomes@ifrr.edu.br), ou pelo fone, (95) 991214293.

Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto foi avaliado pelo Conselho de Ética em Pesquisa CEP-UFRGS, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cuja finalidade é avaliar – emitir parecer e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, em seus aspectos éticos e metodológicos.

**PARTICIPANTES DA PESQUISA:** Participarão desta pesquisa em torno de quatro estudantes que estão cursando o quarto módulo(semestre) do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e que moram e trabalham com seus familiares no cultivo da banana em projetos de assentamentos rurais. Sendo que participarão da pesquisa, dois estudantes pertencentes ao Projeto de Assentamento (PA) - São Luizão no município de São João da Baliza e outros(a) dois estudantes, participantes da pesquisa, que vivem no Projeto de

Assentamento Rápido Jatapu (PAR-Jatapu) no município de Caroebe, sul de Roraima.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Caso aceite participar, a participação do seu(sua) filho(a) consiste em ser entrevistado(a), sobre as experiências e saberes que ele(a) adquiriu em situação de trabalho no cotidiano do cultivo da banana no lote rural com família e demais pessoas envolvidas. Seu(sua) filho(a) será entrevistado(a), a respeito das relações estabelecidas ou não com o que é ensinado ou com o que ele(a) vem aprendendo no Curso Técnico em Agropecuária do IFRR/CNP em associação com o que ele aprendeu ou vem aprendendo com a família nos trabalhos diários no bananal. A pesquisa será realizada com observações anotadas em um caderno (diário de campo), com observações, entrevistas e relatos de experiências, que serão gravadas e, com a devida permissão do(a) sr. (a) e do(a) seu(sua) filho(a), participante da pesquisa, faremos registros com imagens fotográficas e/ou filmagens que retratem a realidade do lugar e em situação de estudos e trabalhos no campo. Neste caso, para podermos fazer estes registros, usando imagens, voz e sons, elaboramos um outro Termo de Autorização de uso de imagem, som e da voz, que lhe apresentaremos também. Reafirmando que ao ser realizado estes procedimentos, tomaremos todas as medidas que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

O tempo previsto para a realização dos encontros, será de pelo menos quatro visitas(encontros) para apresentação do projeto, conhecimento da realidade local, solicitação de aceite, entrevistas, responder às dúvidas e retorno dos trabalhos de pesquisa realizados para concordância e/ou ajustes em alguns pontos se necessário. Todas estas etapas para a realização da pesquisa, não ultrapassará duas horas por visita. Sendo que, serão agendadas e combinadas antecipadamente com o(a) sr. (a). e com seu(sua) filho(a). Pode ser que, dependendo da necessidade de acompanhamento de alguma atividade específica no campo agrícola e na observação dos trabalhos no bananal, o tempo de presença no local, se estenda um pouco mais. Porém, pretendemos

não ultrapassar as três horas por visita. Queremos lembrar também que, se ocorrerem estas situações, combinaremos previamente com o sr(a), a questão da nossa presença no lugar, desde que não interfira de nenhuma maneira, nas tarefas diárias de seus(suas) filhos(as) participantes da pesquisa e também da família.

Como já dissemos, os dias e locais para a realização da pesquisa serão informados e combinados antecipadamente a fim de não causar transtornos e/ou falhas na comunicação e para não deixar alguém na espera ou evitar situações desagradáveis e fora dos compromissos não agendados e planejados. Após registrar, por escrito, as entrevistas e relatos, bem como registrar em vídeos e vozes, os assuntos pertinentes à pesquisa, estes serão apresentados ao sr(a) e aos filhos(a) (participantes) para concordar ou propor alterações, sobre aquilo que não concordar. Todo o material produzido referente ao ato de realização da pesquisa, como as entrevistas, relatos, filmagens e gravações de voz com o participante, só serão utilizados após sua aprovação.

**RISCOS:** Os procedimentos utilizados na pesquisa que vamos fazer, obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos são mínimos, porém, podem surgir momentos em que, no ato da entrevista e/ou relatos, ocorra algum arrependimento por uma fala ou falta de especificar algo mais, ou mesmo por expor algo ou alguém e não estar totalmente segura(o) quanto às informações prestadas ou críticas realizadas. Mas, não há motivos para preocupações, pois tais riscos serão resolvidos com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com a manifestação do(a) seu(sua) filho(a). No entanto, se mesmo assim, o(a) seu(sua) filho(a), como participante da pesquisa, se sentir prejudicado(a), a assinatura do Termo de Consentimento não exclui a possibilidade de a/o participante buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes de participação na pesquisa, como preconiza a Resolução 466/12.

**CONFIDENCIALIDADE:** Garantimos ao(à) sr. (a) a manutenção do sigilo e da privacidade da participação do seu(sua) filho(a) e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Todas as

informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado(a). Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

**BENEFÍCIOS:** Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, trabalhadores e trabalhadoras dos assentamentos e também de outros estudantes trabalhadores(a) assentados(a) rurais. Isto é, resultados que contemplem as dimensões do trabalho e da formação humana integral que envolvem as experiências de trabalho e a formação integrada técnica de nível médio do campus do IFRR/CNP, contribuindo para o desenvolvimento local.

**PAGAMENTO:** O(A) seu(sua) filho(a) não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Ou seja, a participação é voluntária e pode ser interrompida em qualquer tempo sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto o(a) seu(sua) filho(a), quanto o(a) sra. poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Se julgar necessário, o(a) sr. (a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a participação do seu filho(a), consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em consentir a participação do(a) seu(sua) filho(a) neste projeto. Se o sr. (a) ou seu(sua) filho(a) tiverem dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados ao estudo, devem contatar a coordenadora desta pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clara Bueno Fischer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que tem como pesquisador assistente, o discente do Programa de Pós-Graduação, nível Doutorado em Educação da UFRGS, Ednaldo Gomes Pereira, que é professor de Filosofia do IFRR/Campus Novo



Paraíso, membro da Equipe do Projeto: Saberes da experiência de trabalho e formação humana integral: um estudo com discentes assentados rurais do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso. Fone: (95) 991214293. E-mails: [clara.fischer@ufrgs.br](mailto:clara.fischer@ufrgs.br), e [ednaldo.gomes@ifrr.edu.br](mailto:ednaldo.gomes@ifrr.edu.br).

Da mesma forma, o(a) sr. (a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por intermédio do telefone (51) 3308.3738. Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308 3738.etica@propeq.ufrgs.br Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) sr. (a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que li o Termo de Consentimento e compreendi a finalidade e objetivo do estudo. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que somos livres para interromper a participação a qualquer momento sem justificar nossa decisão e sem qualquer prejuízo para mim e para meu(minha) filho(a). Por isso, concordo que meu(minha) filho(a) \_\_\_\_\_ participe desta pesquisa.

Porto Alegre, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador assistente

## **APÊNDICE H - Sugestão de algumas questões a serem trabalhadas nas entrevistas com os discentes**

A presente pesquisa fará perguntas acerca dos espaços que os saberes das experiências de trabalho dos estudantes, assentados rurais do sul do Roraima, ocupam no currículo do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR/CNP para a formação humana integral desses jovens camponeses. Das experiências de trabalho dos jovens oriundos das áreas de assentamentos rurais no ambiente acadêmico do campus IFRR Novo Paraíso. Portanto, concordando com Marx e Engels (2007, p.09) em que: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”, alguns questionamentos e possíveis respostas serão necessários durante o processo investigativo, tais como:

DISCENTES, TERRITÓRIO E IFRR: quais são as experiências dos jovens nos assentamentos e no IFRR? Quem são? Como se sentem? Pretendem ou não ficar no campo após a formação técnica? Como veem a valorização e aplicabilidade, ou não, dos saberes da experiência (investidos) em consonância com os conhecimentos ofertados nos cursos? Qual a importância da presença do IFRR na região e na vida dos participantes da pesquisa? A instituição está contextualizada ou descontextualizada do território? A escola é um espaço de socialização e organização coletiva favorecendo ao associativismo? Como o discente se percebe diante de outros jovens que estudam na mesma instituição e que não são da área rural? Quais dificuldades e desafios para o acesso e permanência na escola? Qual a expectativa dos discentes e seus familiares em relação ao IFRR no sentido da formação técnica ofertada? Por que optou ou optaram em estudar no IFRR e não em outra instituição escolar? Pelo que já sabem, experienciam e observam nas aulas diárias dos cursos técnicos, o que acham que a instituição deveria priorizar mais? Em relação aos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos que vivem no campo, o IFRR tem feito alguma diferença?

FAMÍLIA, ASSENTAMENTO, TRABALHO: O que é para o(a) discente morar na área de assentamento rural, vicinal? Como se vê? Agricultor, extrativistas, outros? Como acha que seus pais encaram isso? Participam de

organizações sociais, do trabalho familiar e contribuição na renda per capita? O seu projeto de vida está relacionado com a agricultura ou áreas afins?